



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**LEONARDO NOBERTO DE MORAIS**

**“AGORA É TUDO MATO” – INTERVENÇÕES NA CAFEICULTURA DA SERRA  
DE BATURITÉ: DISCURSOS, SUJEITOS E RESSIGNIFICAÇÕES (1967-1990)**

**FORTALEZA**

**2024**

LEONARDO NOBERTO DE MORAIS

“AGORA É TUDO MATO” – INTERVENÇÕES NA CAFEICULTURA DA SERRA DE  
BATURITÉ: DISCURSOS, SUJEITOS E RESSIGNIFICAÇÕES (1967-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M825" Morais, Leonardo Noberto de.  
"Agora é tudo mato" – Intervenções na cafeicultura da Serra de Baturité : Discursos, sujeitos e ressignificações (1967-1990) / Leonardo Noberto de Morais. – 2024.  
205 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.
1. Cafeicultura. 2. Baturité. 3. Tradição. 4. Trabalhadores. 5. Experiência. I. Título.

CDD 900

---

LEONARDO NOBERTO DE MORAIS

“AGORA É TUDO MATO” – INTERVENÇÕES NA CAFEICULTURA DA SERRA DE  
BATURITÉ; DISCURSOS, SUJEITOS E RESSIGNIFICAÇÕES (1967-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 22/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kenia de Sousa Rios  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Samuel de Carvalheira Maupeou  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A minha mãe, Terezinha Noberto de Moraes, minha maior motivadora e meu ponto de equilíbrio

A minha avó, Ester Amâncio Silvino de Moraes (*in memoriam*). Apanhadeira de café, contadora de histórias e experiências de vida tão únicas.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do café na Serra de Baturité que ajudaram na construção deste trabalho e são os detentores de saberes e experiências.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de movimentações e apoios coletivos que ajudaram de maneira ímpar para que eu chegasse até aqui. O processo de escrita acadêmica se faz um trabalho desafiador e árduo em todas as suas etapas, sendo muitas vezes, uma experiência solitária encarada nas madrugadas a fio. Contudo, muitas ideias, problematizações e correções partiram de pessoas que serviram de base e apoio, a quem sou grato demais.

Agradeço primeiramente a Deus, e a Ele sou grato. Carrego em minha mente a convicção que se cheguei até aqui, foi por meio das permissões e designios dEle e por meio das várias pessoas que me ajudaram em oração, em palavras ou atitudes.

Faço especiais agradecimentos à minha mãe, Terezinha Noberto, que como muitas mulheres desse Brasil, teve que encarar a maternidade solo e cuidar ao mesmo tempo de uma casa e de um filho. Agradeço a ela por ser várias vezes, minha maior motivadora e meu ponto de equilíbrio. Este trabalho e quaisquer conquistas são para ela.

Quero deixar meus votos de gratidão também a minha avó, Ester Amâncio Silvino de Moraes (*in memoriam*) que foi a primeira motivadora da concepção desse trabalho, mesmo que de maneira involuntária. Ela, que ao contar suas trajetórias de vida despertou minha curiosidade para o tema que virou este trabalho.

Agradeço também o apoio, paciência, empatia e compreensão do meu orientador, prof. Dr. Frederico de Castro Neves. Os quase três anos de mestrado envolveram muita dedicação e diálogo, mas também algumas concessões e pausas para lidar com outros desafios. Em todos esses momentos, o Prof. Frederico se demonstrou empático e apoiador, dando a este ciclo liberdade e rigor acadêmico que foram necessários.

Neste sentido, não posso esquecer de mencionar, enaltecer e agradecer o Prof. Me. Levi Jucá. Ele, que foi para mim uma referência desde o ensino médio, ainda nos anos 2010, ajudou de maneira inestimável com sugestões, empréstimos de livros e de espaços, facilitações em diálogos com alguns entrevistados e principalmente, com sua disponibilidade e com suas grandes observações que foram preciosas para a construção deste trabalho.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em História Social da UFC. Cada aula ministrada, cada debate construído, cada sugestão feita após leitura ajudaram de maneira ímpar.

Também destaco meus votos de gratidão a turma de mestrandos em História Social do PPGH-UFC de 2021, em especial aos colegas Francisco Hugo e Sávio Mendes, os “mestrandos sofredores” que se acabaram sendo uma rede de apoio em meio aos desafios da

pesquisa, da escrita acadêmica e da burocracia do mestrado, além de apoiadores nos desafios do primeiro ano vida docente no Ensino Municipal por meio de concurso público. Estamos conseguindo! Faço especiais agradecimentos também às queridas colegas Aline Silva, com sua disponibilidade efetiva e pronto apoio, além, Ana Karolina Freire e Joseli Cordeiro.

Menciono aqui com carinho os colegas de graduação que ajudaram na construção deste trabalho quando ele ainda era um mero projeto. Alysson Pinheiro, com suas observações precisas e alta agregação teórica; Felipe Ricardo Vieira com suas sugestões e apontamentos; Francisco Machado Mourão Neto, o “Netão”, que em vários momentos agregou ao trabalho sugerindo leituras e abordagens; sem falar nos colegas dos diversos momentos: Carlos Felipe Moreira, Jobson Viana, Cleciano Freitas e Renato Wesley, Jaciara Azevedo com suas sugestões metodológicas precisas.

Agradeço também a todos os queridos amigos de longa data residentes em Pacoti que me apoiaram e ajudaram no momento de pesquisas de campo desse trabalho: Icaro Batista, grande amigo de tempos antigos que me apoiou cedendo local para dormir, Jardel de Sousa Inácio, que auxiliou em algumas transcrições e em algumas visitas, Lucca Guerra que deu apoio e também cedeu sua casa para estadia.

Agradeço aos entrevistados que cederam seu tempo, sua atenção, compartilhando comigo não apenas a intimidade de suas casas e varandas, mas também suas experiências e falas – acompanhadas muitas vezes de um lanche e do café, presença incontestável. Esses homens e mulheres são o coração pulsante deste trabalho; os verdadeiros agregadores. Sem suas experiências, esse trabalho seria mera ideia.

Também faço reconhecimento a cada residente serrano com quem conversei, a cada homem e mulher que auxiliou na construção dessa pesquisa mesmo que de maneira indireta. Para além de as entrevistas, muitas conversas, papos descontraídos e também conversas na praça com habitantes de Pacoti ajudaram a definir os rumos desse trabalho.

Destaco com gratidão o apoio dos “amigos mais chegados que irmãos” que sempre me motivaram e que tornaram os dias e noites mais leves com seu humor e apoio: Johnny Gomes, João Paulo Farias, Axel Fontenele, Pedro Sales. Vocês são preciosos na minha vida.

Faço especiais agradecimentos também aos colegas da EMTI Professor Expedito Parente, escola onde leciono. Aos queridos alunos que muitas vezes de forma involuntária apoiaram, compreenderam e incentivaram em prosseguir, mas principalmente aos colegas professores, que além de serem companhias nas lutas diárias e desafios cotidianos, foram apoiadores diretos e motivadores constantes na continuidade deste ciclo. A estes colegas, devo especial gratidão e carinho por motivarem tanto e tornarem os dias e as lutas mais leves.

## RESUMO

A cafeicultura na Serra de Baturité foi uma atividade agrícola e econômica relevante desde os processos de ocupação da região, no século XIX. Em torno dessa atividade foi desenvolvida uma tradição com diversos costumes, além de uma dinâmica de sobrevivência de homens e mulheres que conseguiam a sobrevivência por meio dessa cultura agrícola. As diversas etapas produtivas, principalmente a sua colheita, envolviam um contingente de pessoas e causava mobilizações sociais. Contudo, a partir da década de 1960, ocorreram novas formas de se pensar e produzir o café serrano, principalmente por meio de intervenções de caráter modernizador que modificaram essa cultura agrícola. Essas políticas foram desenvolvidas pelo Estado, representado pela figura do Instituto Brasileiro do Café – IBC, que buscou repensar e racionalizar a cafeicultura brasileira entre as décadas de 1960 e 1970, desenvolvendo novas práticas para a cafeicultura na região, inseridas em um ideal modernizador de alta produtividade, com foco na produção voltada para o capital. As modernizações na cafeicultura, serrana, contudo, não conseguiram atender as expectativas produtivas esperadas pelo Estado, o que trouxe reveses, impactos, adaptações e novos imperativos produtivos para a cultura cafeeira da região e para os sujeitos do café envolvidos, que vivenciaram profundas ressignificações em suas vidas, nos modos de sobreviver e na própria cultura cafeeira. Desta forma, este trabalho busca analisar como as intervenções na cafeicultura serrana silenciaram experiências de sujeitos ao desenvolver novos sentidos produtivos e estruturais pautados primeiramente na ideia da modernização agrícola sem levar em conta as especificidades e as experiências dos sujeitos. Também queremos compreender as dinâmicas do trabalho e dos costumes dos camponeses e camponesas envolvidos na cafeicultura no momento das intervenções. Por fim, busca-se entender como os sujeitos e a tradição cafeeira serrana se adaptaram, resistiram e ressignificaram suas dinâmicas após as intervenções, vendo também o envolvimento de novos discursos e atores sociais como o discurso ambientalista e turístico. São utilizadas fontes escritas como manuais de planejamento e estudos técnicos, assim como artigos jornalísticos e de revistas periódicas. Além disso, recorre-se a história oral e às experiências de vida de vários homens e mulheres que consideramos serem os sujeitos do café.

**Palavras-chave:** cafeicultura; Baturité; tradição; trabalhadores; experiência.



## ABSTRACT

The coffee cultivation in the Serra de Baturité has been a significant agricultural and economic activity since the region's settlement in the 19th century. Around this activity, a tradition emerged with diverse customs, alongside a survival dynamic for men and women who relied on this agricultural culture for their livelihoods. The various stages of production, particularly harvesting, involved a considerable number of people and sparked social mobilizations. However, from the 1960s onward, new approaches to thinking about and producing mountain coffee emerged, primarily through modernizing interventions that reshaped this agricultural culture. These policies were spearheaded by the State, represented by the Brazilian Coffee Institute (IBC), which aimed to rethink and rationalize Brazilian coffee farming between the 1960s and 1970s. They developed new practices for the region's coffee cultivation, driven by a modernizing ideal focused on high productivity and capital-oriented production. Nevertheless, these modernizations in mountain coffee farming failed to meet the State's productivity expectations, leading to setbacks, impacts, adaptations, and new production imperatives for the region's coffee culture and its stakeholders. This period brought profound reinterpretations to their lives, survival strategies, and the coffee culture itself. This study seeks to analyze how interventions in mountain coffee farming silenced the experiences of individuals by developing new productive and structural meanings primarily based on agricultural modernization, without considering the specificities and experiences of the stakeholders. We also aim to understand the work dynamics and customs of the rural men and women involved in coffee farming during these interventions. Lastly, we explore how stakeholders and the Serra de Baturité coffee tradition adapted, resisted, and reinterpreted their dynamics post-interventions, considering the involvement of new discourses and social actors such as environmental and tourism perspectives. The study draws on written sources like planning manuals, technical studies, journalistic articles, and periodicals. Additionally, oral history and life experiences of various men and women, whom we consider the coffee stakeholders, are crucial sources.

**Keywords:** coffee cultivation; Baturité; tradition; workers; experience.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Limites municipais e distritais da região de planejamento Maciço de Baturité em 2023 .....	15
Figura 2 - Plantio de café no Ceará (1971/75).....	61
Figura 3 - Modelo de balaio usado para a apanha do café.....	113
Figura 4 - Modelo de ficha com que se pagava a apanha de café no Sítio São Luís, localizado em Pacoti .....	142
Figura 5 - Terreiro antigo onde se fazia a faxina do café, localizado no Sítio Brejo em Guaramiranga .....	144
Figura 6 - Antiga máquina usada para quebrar e pilar os grãos do café, localizado no Sítio Brejo em Guaramiranga .....	144

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação de café pelo Porto de Fortaleza .....	37
Tabela 1 - Exportação de café pelo Porto de Fortaleza (Conclusão).....	38
Tabela 2 - Espaçamento entre cafeeiros e condições de plantio.....	56
Tabela 3 - Equilíbrio Produção/Consumo interno de café no Nordeste (1974/85).....	84

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: A SERRA DE BATURITÉ E SUA CAFEICULTURA</b> .....	23
2.1 A cafeicultura na Serra de Baturité e a formação de uma tradição cafeeira .....	23
2.2 O discurso modernizador na serra: as práticas intervencionistas na cultura cafeeira serrana. ....	43
2.3 Os auspícios da modernização: propagação e legitimação de uma ideologia.....	63
<b>3 OS SUJEITOS DO CAFÉ: MUNDOS DO TRABALHO E DINÂMICA DOS COSTUMES</b> .....	86
3.1 Os sujeitos do café no mundo dos trabalhadores .....	86
3.2 As mulheres no café: Os vários papéis da apanhadeira .....	105
3.3 Dentro do cafezal e para além dele: Costumes e práticas do cotidiano .....	125
<b>4 AS INTERVENÇÕES NA CAFEICULTURA DA SERRA DE BATURITÉ: ENTRE ADAPTAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES</b> .....	148
4.1 “Arrancaram o café todin” : As intervenções em prática e as mudanças nas paisagens, na sobrevivência e no cotidiano dos sujeitos .....	148
4.2 Entre adaptações, resistências e permanências: Os sujeitos do café após as intervenções e as ressignificações da cultura cafeeira serrana.....	169
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	192
<b>APÊNDICE A - TIPOGRAFIA DE FONTES</b> .....	204

## 1 INTRODUÇÃO

Eu me lembro bem que foi assim, até a gente, eu mesmo dizia assim ‘ô meu Deus e agora, como é que a gente vai viver sem apanhar café?’ foi na época que começaram a arrancar o café todin, aí eu tinha menino pequeno e não podia sair pra longe né?! pros outros sítios, e foi em quase todo canto né, que fizeram isso, em Guaramiranga também.<sup>1</sup>

O trecho acima foi retirado de uma entrevista feita com uma apanhadeira de café que trabalhava no sítio Manaus, localizado no município de Pacoti, na região serrana de Baturité, a cerca de 100 km de Fortaleza. Nesse município, assim como em outras cidades da região serrana, praticava-se a cafeicultura, gênero agrícola que era adaptado ao clima e ao tipo de solo da região. A entrevistada foi perguntada sobre como ela interpretava os efeitos das políticas estatais efetuadas sobre os cafezais serranos e seus impactos para diferentes sujeitos, algo que pretendemos analisar nesse projeto, assim como seus impactos para esses trabalhadores.

Podemos definir os projetos de intervenção na cafeicultura como políticas financiadas pelo Estado, em sua esfera nacional e estadual, que visavam em seus pressupostos a modernização da agricultura por meio de mudanças estruturais na cultura cafeeira, como a inserção de novas práticas de cultivo e variação de uso de sementes, definidas por estudos técnicos feito por instituições relacionadas ao Estado. Essas políticas foram desenvolvidas em âmbito nacional em todas as regiões cafeeiras, mas seguiam diferentes tendências de acordo com a região.

Este trabalho tem como um de seus objetivos analisar como tais intervenções técnico-estatais na cafeicultura da Serra de Baturité acabaram buscando se legitimar dentro de uma perspectiva modernizadora. Podemos destacar principalmente o Instituto Brasileiro do Café – IBC, instituição estatal que existiu entre os anos de 1951 e 1990 como principal representação da regulamentação do mercado brasileiro de café. O IBC foi o meio pelo qual se produziu muitas das narrativas desse caráter, além de ter sido o financiador e incentivador de práticas que visavam substituir uma cultura do café com produção de base tradicional por um padrão capitalista e competitivo.

No período de 1967 a 1985, foram desenvolvidos na cafeicultura serrana dois programas intervencionistas liderados pelo IBC por meio do Grupo de Estudos da Racionalização da Cafeicultura – GERCA, apoiados por algumas esferas do governo executivo

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

estadual como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, O Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, e a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará – SUDEC. O primeiro momento se caracterizou pela retirada de cafezais tidos como improdutivos, o Programa de Erradicação dos Cafezais, que teve execução nacional entre 1961 e 1969, e no caso do Ceará foi aplicado na segunda metade da década de 1960, a partir do ano de 1967, tendo seus efeitos ainda sentidos na década de 1970.

Já o segundo momento das intervenções na cafeicultura foi mais longo, e baseou-se no replantio de cafezais seguindo os moldes de plantio e produção do IBC: O Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC, que possuiu alcance nacional entre os anos de 1971 e 1981. No Ceará, observa-se que as ações começaram a ser desenvolvidas entre 1971 e 1972, sendo colocado entre 1981 e 1985 como os anos finais de aplicação e espera dos resultados da política. O ano de 1985 foi mencionado em manuais como o ano chave para a superação de objetivos produtivos visando o atendimento da demanda de consumo de café do Nordeste.

Essas intervenções na cafeicultura, contudo, não obtiveram o resultado esperado. O novo padrão de plantio que foi aplicado na Serra de Baturité não conseguiu adaptar-se à realidade agrícola e geográfica e não rendeu o que era esperado pelos órgãos intervencionistas (Amorim, 2019). Para além da análise das políticas estatais e seus insucessos, por não levarem em considerações as especificidades da região, buscamos esmiuçar como os trabalhadores e trabalhadoras experienciaram as rupturas ocasionadas por essas práticas modificadoras, como esses sujeitos sentiram os impactos na esfera do seu cotidiano e dos costumes, e de que forma desenvolveram suas adaptações, refletindo sobre como, a partir das experiências vividas, foram construídos sentimentos, sensações e percepções.

A região do Maciço de Baturité, ou Serra de Baturité, encontra-se a cerca de 100km de Fortaleza, tendo atualmente 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Essa região se mostra bem distinta do restante do Ceará por possuir como vegetação característica resquícios de Mata Atlântica, que resulta em um clima ameno com bastante diversidade biológica (Campos, 2000).

Devido a isso, a Serra de Baturité conta com mais de 38 mil hectares, sendo que cerca de 32.690 hectares são cobertos por mata nativa e que também corresponde também a Área de Proteção Ambiental – APA, que foi criada e estabelecida por meio de decreto de lei N° 20.956, de 18 de setembro de 1990 (Alcantara, 2009). Na Imagem 1 podemos observar como se organiza a atual divisão política dessa região e de seus municípios. Sendo o foco desse

trabalho e seu recorte espacial alguns sítios localizados nos municípios de Pacoti, Guaramiranga e Mulungu.

Figura 1 – Limites municipais e distritais da região de planejamento Maciço de Baturité em 2023



Fonte: IPECE/IBGE

A região ficou conhecida como Serra de Baturité devido o processo de ocupação que se iniciou pelo povoamento da região onde hoje se localiza a cidade de Baturité, ao pé da serra. Haviam registros de povos originários no local, contudo foi apenas no século XVIII que se desenvolveram os primeiros estabelecimentos (Leal, 1981; Catão, 1937). No século XIX, no ano de 1859, foi criada a vila de Baturité. Alguns sítios nascentes, como Pendência, Conceição e Mulungu passaram a categoria de vila ainda no fim do século XIX, passando depois a cidades de Pacoti, Guaramiranga e Mulungu (Lima, 2000).

Desde os inícios de sua ocupação, o espaço serrano era visto como “zona de refrigério” em meio as secas, o que trazia muitos sertanejos para essa região visando abrigo e garantia alimentar. O café chega na região apenas entre os anos de 1823 e 1825, tendo seu cultivo organizado e crescente logo após o ano de 1846. Podemos considerar esse momento como o início do primeiro ciclo produtivo do café, quando a produção alcançou índices expressivos, sendo comercializado e exportado para outros locais até os primeiros anos do século XX.

Após o fim deste ciclo produtivo, a cafeicultura serrana passou por adaptações visando a manutenção da produção de café, sendo essas adaptações desenvolvidas por trabalhadores e sujeitos envolvidos na prática da cafeicultura serrana. Tais adaptações, como o sombreamento de cafezais, surtiram efeitos positivos e garantiram uma produção anual que garantia a sobrevivência interna (Lima, 2000).

Consideramos a existência de uma tradição cafeeira na Serra de Baturité que foi essencial para a manutenção da cultura agrícola, mas que também ajudava a definir e explicar muitas características dos costumes e do cotidiano dos diversos sujeitos do café. Com o passar do tempo, apropriações e adaptações foram dando a essa cultura riquezas e especificidades que, com a chegada da modernização, se viram diretamente afetadas.

Este trabalho divide-se em 3 capítulos. capítulo 1 buscaremos compreender melhor as bases de formação da tradicional e da modernização na cafeicultura da Serra de Baturité, falando da formação da tradição cafeeira serrana em meio ao processo de ocupação e povoamento do Maciço. É objetivo perceber nessa parte como essa tradição foi formada a partir de alguns pontos específicos que acabaram tornando-a essencial e relevante. Na segunda parte, nosso foco é pensar o que foram as intervenções na cafeicultura serrana de caráter modernizador, pensando como vários dos alvos dessa modernização visaram uma alteração profunda em um aspecto da tradição cafeeira serrana que fora estabelecida. Já na última parte do capítulo, é nosso objetivo pensar o discurso modernizador presente nas diversas narrativas da intervenção: Jornais, anuários do Ceará, periódicos, mas principalmente documentos desenvolvidos pelo Estado escritos por técnicos de instituições que visavam delinear e detalhar as intervenções, qualificando suas práticas e seus objetivos, assim como caracterizando à sua maneira os sujeitos do café e a tradição cafeeira serrana, que foi redefinida.

No capítulo 2, temos como objetivo compreender melhor esses que são os sujeitos do café: homens e mulheres que estavam envolvidos na agricultura de base tradicional em diversas etapas, produzindo, apanhando e participando dos vários momentos. Nos discursos da modernização, a cafeicultura tradicional é colocada como “atividade antieconômica”; contudo, percebemos como essa atividade mobiliza econômica e socialmente as regiões onde ela é desenvolvida, sem falar que os ganhos monetários obtidos tinham importância grande. Além disso, para além da cafeicultura, eram desenvolvidas relações sociais no cotidiano e nos costumes que acabavam tornando a atividade da cafeicultura não apenas um “meio de vida”, mas um modo de viver (Abramovay, 2011, p. 112). Por fim, buscamos pensar também as mulheres envolvidas no momento da apanha do café, entre os meses de julho e setembro. Essas



mulheres eram centrais na mobilização para a colheita e em vários aspectos relacionados a socialização, trato com a família e com o econômico, por isso serão centrais em nossa análise.

Tanto no capítulo 2 como no capítulo 3, as principais fontes utilizadas foram as narrativas de vida que foram obtidas por meio das oralidades dos sujeitos em momentos de entrevista e diálogo em dois momentos distintos. Foram entrevistadas 9 pessoas, entre mulheres e homens, que exerceram ou exercem as mais diversas funções na cafeicultura: trabalhadores braçais, apanhadeiras, administradores, donos de sítios ou feitores nos sítios Manaus e São Luís, localizados em Pacoti; no sítio Brejo e no sítio Pernambuquinho, localizados em Guaramiranga; além de o Sítio São José e o Sítio São Roque, localizados no município de Mulungu.

As pessoas entrevistadas foram: Maria Branca Lima Inácio, conhecida como Branca, Efigênia Ferreira Freitas, mais conhecida como “Ciza” e Naíde Marques de Oliveira; que foram apanhadeiras de café em alguns sítios, mas predominantemente no sítio Manaus. José Lucio Fonseca Rocha, Claudia Maria Mattos Brito de Goes, Mônica Maria Bezerra Farias; Administradores dos sítios Manaus, São Luís e São Roque, respectivamente; Maria José Pereira Barros, Maria Batista Filha e Eduardo Soares Lopes, sendo que as duas primeiras foram apanhadeiras de café e o último caseiro de sítio Brejo que já executou diversos trabalhos relacionados a cafeicultura.

No capítulo 3, temos como objetivo pensar como os diversos sujeitos interpretaram, adaptaram-se, resistiram e ressignificaram as intervenções na cafeicultura que afetaram diretamente suas formas de vida. Não foi apenas a forma de viver que sentiu o impacto das intervenções: foram as sensibilidades atreladas ao que entendemos como “paisagem do café” que foi devastada, foram os medos ao procurar pensar as novas alternativas de sobrevivência. A partir disso, iremos perceber também as duas situações existentes logo após as intervenções: a situação de sítios e sujeitos que foram diretamente impactados com as práticas de modernização da cafeicultura, visando adaptar-se para sobreviver; e os sítios que mantiveram seu tradicional modo de plantio de café. Não podemos falar em fim da tradição cafeeira serrana, podemos falar em ressignificação produtiva, principalmente, entre 1985 e 1990, quando começam os indícios de relacionar essa tradição ao discurso do turismo, do ambientalismo e da agroecologia, algo que buscaremos perceber.

Baseado nisso, nosso recorte temporal escolhido foi entre os anos de 1967 e 1990. Algumas perspectivas nortearam nossa escolha por tais datas. Escolhemos como recorte inicial o ano de 1967, pelo fato de se encontrarem os registros em manuais do início das intervenções na cafeicultura serrana do Ceará com o Programa de Erradicação dos Cafezais, que financiou a derrubada dos cafezais tidos como improdutivos em alguns sítios, cedendo indenizações aos

seus donos. Essa derrubada foi feita visando o plantio de novas culturas cultiváveis, como a banana e o chuchu, colocados como mais rentáveis para a região.

Já o recorte final escolhido foi o ano de 1990 por causa da criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité – APA. Acreditamos que a chegada das práticas ambientalistas não modificou o modo de cultivo do café, pois o modo tradicional com sombreamento e plantio consorciado se demonstrava um cultivo agroecológico, portanto ecologicamente legítimo. Contudo, é justamente essa nova observação de um lócus ambientalista e ecológico que vai dar a tradição cafeeira serrana um novo significado, que acabou sendo utilizado tanto no discurso ambiental quanto no turístico.

O recorte espacial deste trabalho foi definido a partir destes 3 municípios, focando em alguns dos sítios que foram alvos das intervenções modernizadoras localizados na região e outros que optaram por não se inserir nas políticas modernizadoras, baseado nisso, temo como exemplo da primeira situação o Sítio Manaus, localizado em Pacoti, onde foram feitas entrevistas com algumas pessoas. No caso de sítios que mantiveram sua cafeicultura tradicional, foram pensados para este o Sítio São Luis, também em Pacoti. O sítio Águas Finas, e a Fazenda Floresta, localizados em Guaramiranga e o Sítio São Roque, no município de Mulungu, também se demonstraram outros exemplos de pequenas produções tradicionais que não cederam a modernização e a intervenção na cafeicultura tradicional da Serra de Baturité.

Em relação a perspectiva teórica, buscamos entender um pouco da construção da cafeicultura no estado do Ceará, além de conjuntura do café em âmbito nacional nesse momento, além do momento da “Revolução Verde”. A partir disso, alguns conceitos históricos foram utilizados visando compreender de maneira mais atenta aspectos como a tradição, modernização, discursos, sujeitos, cotidiano, costumes e a experiência. Acerca deste último, Edward Thompson e seus escritos nos auxiliaram no entendimento das relações econômicas e não econômicas interligadas.

Inicialmente, para entender a construção da tradição cafeeira serrana, utilizamos algumas obras que acreditamos construir uma historiografia da serra de Baturité interessante. Os estudos de Levi Jucá relacionados a Pacoti (2014), além de o trabalho de Selma Alcantara (2009) acerca da produção do café em uma perspectiva agroecológica nos deram bastante apoio. Porém, o trabalho de Pedro Airton Queiroz Lima: *A Sombra das ingazeiras: O café na serra de Baturité (1850-1900)*, que buscou perceber a construção da região serrana por meio da cafeicultura a partir do século XIX, foi essencial. Ele considerou que “terra, homens e instrumentos se articulavam” desenvolvendo uma produção que tinha como objetivo consumo interno, havendo, contudo, uma “parte exportada, especialmente para Europa”. (Lima, 2000, p.

18). Acreditamos que essa concepção do “sistema agrário” serrano se reinventou, podendo ser percebido no momento da chegada das políticas, que tiveram como objetivo colocar o saber técnico-científico como “mediação” da articulação entre terra, trabalhadores e instrumentos.

Os sujeitos do café com suas práticas, costumes e experiências são centrais em nossa perspectiva de pesquisa. Por isso, utilizamos algumas das análises de E. P. Thompson relacionadas principalmente ao conceito de experiência. Partimos do pressuposto de que as intervenções na cafeicultura não foram somente intervenções no trabalho, mas na cultura e nos costumes, pois falamos aqui em uma produção tradicional em que o modo de produção, a cultura e o modo de vida estão atrelados. Tratamos, aqui, da análise sobre “entrelaçamento das relações econômicas e não econômicas” fugindo da concepção de “base apenas econômica”. (Thompson, 2012, p. 163).

Consideramos que as experiências construíram – ou ressignificaram – os sentimentos e sensações relacionados ao trabalho com o café em sua concepção econômica, social e cultural. Thompson (1981) considera que “homens e mulheres” experimentaram suas “situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses”, tratando essa “experiência em consciência e sua cultura das mais diversas maneiras”, agindo sobre determinadas situações (Thompson, 1981, p. 182). Visto isso, pensamos que entender a experiência dos trabalhadores do café nesse momento seria perceber como eles sentiram e viveram tal momento, percebendo que eles foram se definindo os sentimentos a partir dessas percepções.

Muitas das análises do teórico Raymond Williams se fizeram providenciais. A perspectiva de hegemonia atrelada ao ideal modernizador, e a percepção da tradição cafeeira serrana como parte de uma “cultura residual alternativa” com elementos que “incluem formação no passado”, mas possuem “atividade no processo cultural” como “elemento efetivo do presente”, podendo possuir “relação alternativa ou até oposta com a cultura dominante” frente ao Estado hegemônico (Williams, 1979, p. 125). No caso serrano, entendemos dentro dessa perspectiva a tradição cafeeira, pois ela construía-se a partir de elementos do passado cafeeicultor, mantendo-se até o momento das intervenções a margem da cultura dominante. Com a ascensão do ideal modernizador, reinterpretou-se essa dinâmica social como oposta às lógicas hegemônicas.

Nesse sentido, o “silenciamento da tradição”, parece ter sido pensado como uma forma de adequação dessa experiência alternativa aos padrões da ideologia dominante, onde iria se inserir os camponeses em uma nova lógica baseada na “ideologia da modernidade”. Os “produtores tradicionais” evoluiriam para “trabalhadores racionalizados” por meio da

educação, com cursos de extensão agrícola, e dos incentivos desenvolvidos, citados em estudos e manuais de planejamento (Williams, 1979).

Acerca da “Revolução Verde” e do ideal modernizador, foi de grande valia para nossa pesquisa a conceituação de Mônica Cox de Britto Pereira. Em sua análise, considerou-se que os incentivos e a modernização da agricultura, denominados “pacotes tecnológicos”, tiveram profunda influência não só na produtividade, mas também na relação existente entre a produção agrícola e os ecossistemas (Pereira, 2012, p. 687). Estudos que abordaram conceitualmente a ideia de modernização, como Cintia Wolfart (2017), Denis Castilho (2011), José Graziano da Silva (1982), Melissa Miranda de Natividade (2018), Roseli Alves dos Santos (2008) e outros nos ajudaram a dimensionar a ideia de modernização principalmente atrelada a agricultura.

Alf Schwarz (1990), em *Lógica do desenvolvimento do Estado e a lógica camponesa*, trouxe análises que nos são úteis para pensar como a concepção tradicional e a lógica modernizadora definem rumos diferentes para a produção agrícola. Enquanto as coletividades rurais de base tradicional buscam a garantia da subsistência, a lógica modernizadora quebra com o tradicional na medida que busca o acúmulo de capital por meio da mudança do cultivo tradicional, da redução de custos e do aumento da rentabilidade. Apagam-se práticas e saberes, além de silenciarem sujeitos que veem sua perspectiva de subsistência defasadas.

Em relação a metodologia, buscamos desenvolver diferentes formas de diálogo com as diversas fontes envolvidas. Pudemos encontrar nas falas oficiais de base técnica e nos relatos orais perspectivas importantes que levaram a análise vários aspectos específicos.

No capítulo 1, utilizamos basicamente fontes escritas que vão desde cartas de pesquisadores e viajantes que vinham a Serra de Baturité e observavam sua distinção, como os escritos de Freire Alemão e Dom Almeida Lustosa, até obras que relatos memorialísticos de caráter familiar, mas que nos ajudaram a perceber a implantação de práticas tradicionais na cafeicultura Serrana, como o livro de Espiridião Queiroz Lima “Antiga Família do Sertão”, escrito em 1946.

Porém, a maioria das fontes obtidas e analisadas no capítulo 1 foram de caráter oficial ou periódico. Manuais técnicos, estudos científicos e matérias em revistas e jornais ajudaram-nos a perceber de maneira detalhada o que foram as intervenções na cafeicultura e como essa prática teve alcance nacional. O discurso técnico-estatal nos ajudou a perceber os ideais da modernização, as propostas e metas preconizadas além de as construções e considerações que são feitas sobre a região.

Essas fontes de caráter oficial não se eram neutras ou imparciais, mas sim estavam inseridas em um “panorama ideológico” norteado pela modernização. Cada documento possuía suas particularidades e especificidades, porém uma identidade comum presente nas falas escritas era a proeminência do ideal modernizador, propagandeado nos jornais, legitimado e detalhado nos manuais e estudos científicos.

A ênfase na modernização e no ideal produtivo atrelado ao econômico era percebido principalmente em algumas recorrências de falas e abordagens bem enfáticas, envolvendo algumas palavras-chaves e termos como a ideia da “produção racional”, o atendimento de demandas produtivas, com a mobilização de mão-de-obra local. Essas perspectivas iniciais nos instigam a buscar alguma dessas recorrências em fontes que venham a aparecer e se inserir.

Na busca de observar o dito e o não dito dentro do discurso, fomos percebendo como a prática tradicional de cultivo de café foi pouco detalhada. E, nessas poucas falas, vimos algumas que colocam a prática tradicional como algo “antieconômico”, “decadente” ou “não-racional”, sendo que, no decorrer das pesquisas, pretendemos perceber se esse discurso se define como um padrão em outros textos que poderíamos acabar encontrando. Por fim, destacamos que, além de falas e considerações, seguiram-se o uso de números, dados estatísticos, tabelas e termos científicos que possuíam função de justificar as intervenções, além de gerar expectativas relacionadas ao potencial produtivo.

Nos capítulos 2 e 3, nossas fontes utilizadas foram majoritariamente orais. As oralidades foram sendo obtidas partir de entrevistas qualitativas semiestruturadas que realizamos durante o mês de setembro de 2019 e seguimos obtendo. Iniciamos entrevistando seis pessoas que trabalharam em sítios de café dos municípios de Pacoti e Guaramiranga, sendo em sua maioria mulheres que eram apanhadeiras em diferentes cafezais.

Nos diálogos, existiam algumas perguntas pré-selecionadas, porém o desenvolver e os rumos da conversa eram definidos pelos entrevistados, que não se negavam a responder as perguntas. Pelo contrário, foram adicionando observações interessantes que vão motivando indagações e reflexões, sendo todas as entrevistas gravadas em formato de áudio e devidamente autorizadas.

Partindo disso, buscamos algumas reflexões acerca das oralidades em sua perspectiva teóricas e metodológicas para um pleno uso das fontes e do potencial atrelado a elas. Usando a análise de José Carlos Sebe e Leandro Seawright (2020), buscou-se levar em consideração as memórias individuais não como componente temático, mas como definidor e direcionador do tema. Sobre isso, é importante dizer que, no ato das entrevistas, perspectivas foram sendo alteradas à medida do que se era descoberto.

Nisso, percebemos nas narrativas uma presença das “memórias sociais”, resultadas das relações de poder no cotidiano, expressando-se “pelos valores presentes nas memórias e exprimidos por experiências” distintas, assim como “memórias culturais”, inseridas no social, mas que se desenvolve em torno das “formas de ser ou de agir de um grupo” (Sebe, 2020, p.108), o que moldou várias reflexões.

Na perspectiva de Kênia Rios (2017), deve-se dar atenção não somente a fala em si, mas às formas como ela é desenvolvida, pois possuem significados, que transformam “narrativas de vida” em “contos que apresentam o movimento da vida cotidiana”, construindo imaginários e sensações sobre o corriqueiro de forma envolvente (Rios, 2017, p. 23). Podemos ver isso em narrativas de trabalhadores que, além de expor suas memórias, falavam-nos de sensações que experimentadas a partir delas. Por fim, Verena Alberti (2008) nos ajudou a perceber a memória como algo “mutante”, pois, dependendo do sujeito ou grupo que a detém, são desenvolvidas “disputas em torno das memórias que prevalecerão” (Alberti, 2008, p. 167). Até o presente momento, não percebemos disputas opositoras, mas diferentes considerações que não chegam a se contradizer, mas trazem novas facetas e possibilidades de interpretação.

As fontes orais nos ajudaram a perceber as formas de vida e relação cotidiana tão abordadas por autores como Edward Thompson e Raymond Williams. A dimensão do trabalho, das sociabilidades, do trato com o tempo, a cultura alimentar, os usos do dinheiro, que parecem coisas simples, dentro da tradição cafeeira serrana tinham formas de desenvolvimento específicas. Além disso, as sensibilidades, adaptações e ressignificações em diversos sentidos foram perceptíveis nas entrevistas e nas falas de alguns desses sujeitos que interpretamos como sujeitos do café.

## 2 ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: A SERRA DE BATURITÉ E SUA CAFEICULTURA

### 2.1 A cafeicultura na Serra de Baturité e a formação de uma tradição cafeeira

Para o Estado do Ceará, representa a cafeicultura importante papel, notadamente para micro-regiões específicas, dotadas principalmente de atitude, clima e solo convenientes ao seu cultivo, aliados a tradições de cultivo e mercê da qualidade do produto e da demanda interna existente. (Lima, 1971, p. 15).

O trecho acima foi retirado de um dos muitos relatórios e estudos que visavam justificar o investimento da modernização da agricultura do café no Ceará e, mais especificamente na Serra de Baturité. O engenheiro agrônomo Francisco Augusto de Araújo Lima destacou nesta fala a importância interna da produção, que dentro desta conjuntura já não produzia com objetivos exportadores.

Algo que chama nossa primeira atenção é o apontamento feito acerca do “importante papel” dado a cafeicultura, onde se associou fatores naturais e geográficos com uma “tradição de cultivo”. Realmente, é notável perceber a existência de uma tradição em torno do café, mas tal tradição não se reduz somente a forma como se desenvolveu seu cultivo.

Acreditamos que existe uma tradição que parte de maneira inicial e se desenvolve a partir do cultivo do café e do pleno estabelecimento da cafeicultura no Ceará, e mais especificamente na Serra de Baturité, nossa escolha de recorte socioespacial. Porém, não se limita apenas a essa dimensão agroprodutora. Ela é percebida em relações sociais e culturais dos trabalhadores e trabalhadoras do café, assim como em todos os sujeitos envolvidos, algo que iremos observar de maneira mais detalhada.

Algumas considerações de Raymond Williams e de seus estudos sobre cultura e tradição nos ajudam a compreender a perspectiva da experiência serrana. Entendemos, inicialmente que a formação dessa tradição cafeeira serrana foi desenvolvida a partir de dinâmicas relacionadas a um passado que continuou a se fazer ativo no presente e na experiência dos sujeitos, por meio do que foi denominado como “resíduos”. Williams evidencia isso, colocando que:

[...]. O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior. É importante distinguir esse aspecto do residual que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual

(distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante. [...]. (Williams, 1979, p. 125)

Ao elucidar essa colocação de Raymond Williams, compreendemos que no momento da chegada das intervenções modernizadoras existia uma cultura alternativa a hegemonia do capital que tinha em sua gênese resíduos de um passado em forma de resíduos. Esses resíduos, contudo, não eram o puro resgate de um passado alheios a ação humana, porque a experiência dos sujeitos e o fazer-se atrelado a vida e as dinâmicas constantes causava mudanças, agregava-lhes outras significações, dava-lhes um sentido próprio.

O que percebemos, portanto é que a tradição cafeeira serrana foi uma cultura residual. Não necessariamente ela buscava se opor às dinâmicas hegemônicas atreladas ao capital pois o foco desse tipo de tradição é, essencialmente a sua manutenção. Contudo, quando a hegemonia atrelada ao capital percebeu nessa cultura algo que ia contra a sua perspectiva, percebeu-se que era necessário levar mudança de sentido e de significação. Iremos falar dessas mudanças mais a frente. Porém, o que queremos destacar é como a formação da tradição cafeeira serrana utilizou resíduos do passado e dinâmicas do presente, incluindo a experiência dos sujeitos para se formar.

Por isso, antes de pensarmos as intervenções na cafeicultura serrana nos meados do século XX, faz-se necessário perceber como esta atividade foi inserida e estabelecida dentro da região e das dinâmicas de trabalho da Serra de Baturité. Ao estabelecermos isto observamos conseqüentemente como se desenvolveu parte do processo de ocupação da Serra de Baturité, entre os séculos XVIII e XIX. Ou seja, podemos perceber como o plantio do café e sua plena exploração exerceu influência no processo de ocupação e povoamento da região serrana.

Antes mesmo de o café chegar à serra no ano de 1822, ocorriam movimentos de ocupação e colonização desta região desde o século XVIII. Podemos considerar que o café, associado a outros fatores como a seca do ano de 1825, ajudou a estabelecer a ocupação e o povoamento permanente da região que outrora era vista no máximo como uma rota de fuga da seca por parte de trabalhadores e fazendeiros originários de alguns sertões.

A ocupação da região serrana se desenvolveu de maneira bem específica e diferente se levarmos em consideração este mesmo processo em outras regiões da capitania. Se em regiões áridas do Centro-sul do Estado a ocupação foi desenvolvida por meio da chegada do gado e do trabalho agropecuário, na serra se viu a formação de aldeamentos visando proteção dos nativos e a criação da vila para os nativos que ainda habitavam a região, sendo chamada de Monte-Mor, o novo da América, em 1764 (Oliveira, 2012, p. 43).



As regiões serranas não eram vislumbradas como locais de ocupação e moradia permanente. Se o fossem, eram no máximo abrigos temporários que serviam de fuga, uma “zona de refrigério” que “era permanentemente uma ilha verde no meio do sertão” (Sales, 2014, p. 21). Além disso, o fato de a pecuária, atividade econômica mais relevante neste momento, necessitar de grandes áreas planas para o manejo do gado tornava aquele perímetro verde pouco atraente tanto pelo seu limitado tamanho quanto pelas íngremes ladeiras e falhas geográficas que acabavam por tornar o trato com bois especialmente desafiador.

Tal ocupação foi se desenvolvendo de maneira muito limitada e contida, ocorrendo sobretudo a partir de contatos de sertanejos que tomavam as terras serranas por posse, e não por sesmarias, algo comum ao sertão (Sales, 2014). Porém, tais movimentos da segunda metade do século XVIII não eram contínuos. Para além registros oficiais de posse de terra, Freire Alemão, em sua visita exploratória a Serra de Baturité, no ano de 1861, registrou que o cultivo da serra de Baturité foi desenvolvido de forma mais tardia: a partir do ano de 1804. (Lima, 2000). Sobre isso, afirma-se que:

Chama nossa atenção, especialmente, a referência feita por Freire Alemão a respeito do cultivo da serra de Baturité, isto é, o momento em que se inicia a ocupação, referência essa que ele nos transmite a partir de informações que recolhia de pessoas com quem dialogava, não da leitura de documentos oficiais. As pessoas que transmitiam as informações a Freire Alemão, ou tinham vivenciado os inícios do processo de ocupação daquelas terras ou tinham escutado essa “história de antepassados [...]” (Lima, 2000, p. 63)

Há um consenso na historiografia serrana em considerar a primeira metade do século XIX como o momento chave de efetivação da ocupação da região que viria a ser a Vila de Baturité e das regiões serranas que se tornariam algumas vilas, como Pendência (Pacoti), Conceição (Guaramiranga) e Mulungu. Sales (2014) evidencia isso ao afirmar que a ocupação do espaço serrano se deu quando diversos sítios se formaram pela produção agrícola de frutas, legumes, cana-de-açúcar e, em especial, o café (Sales, 2014).

Acerca da chegada do café na capitania do Ceará, registros colocam que no ano de 1747 mudas de café foram plantadas na serra da Meruoca pelo capitão-mor José Xerez Furna Uchôa. Já em relação a Serra de Baturité, aponta-se a chegada do café na região por dois caminhos no ano de 1822. O primeiro saía de Pernambuco e chegava até a serra via Cariri, sendo as mudas trazidas por Antônio Pereira de Queiroz que plantara em volta de sua casa, no sítio Munguaípe, já o segundo trajeto possuía início no estado do Pará e foram plantadas no Sítio Correntes, atual Sítio Bagaço no município de Mulungu, trazidas e plantadas por Felipe Castello Branco (Studart, 1928).

Porém, algo importante a se colocar é que não apenas o café mobilizou populações, mas também a seca. No mesmo período da chegada do café na Serra, o Ceará fora assolado por uma seca no ano de 1825, que acarretou um movimento migratório de vários indivíduos rumo a serra, locais úmidos que sentem menos os pesos da seca, da estiagem e da miséria que atingem as paisagens sertanejas e os sujeitos que neste local construíram sua sobrevivência (Soares, 2015). Em “Antiga Família do Sertão”, livro de memórias escrito por Espiridião Queiroz Lima para registrar momentos e feitos de sua família, há um capítulo onde ele se detém a falar sobre esta seca, sendo este capítulo nomeado pelo autor como “ano terrível”. Entre vários a carestia potencializada e os conflitos existentes, Lima destaca a crueldade da seca:

Em 1825, a seca foi tremenda. Não houve plantações, vindo o povo a sofrer os horrores da fome. Nem pastagem houve para o gado, que quase se extinguiu. [...] Ao longo das estradas, branquejavam as ossadas dos animais e multiplicavam-se as cruces, que assinalavam as rasas sepulturas, dos retirantes que iam morrendo de fome e sede, ou de bexigas. (Lima, 1946, p. 110)

A seca referida perdurou até o ano de 1826, o que fez com que vários sertanejos voltassem para suas fazendas, “convencidos de que toda a desgraça havia passado com a seca” (Lima, 1946, p. 110). Consideramos possível que o movimento de migração causado pela seca ajudou a mobilizar contingentes de sertanejos rumo às regiões de serra úmida.

Podemos já perceber aqui algo interessante acerca da cultura serrana: A sua ligação com o sertão. Sertão e Serra sempre mantiveram diálogos e contatos, seja nos fluxos de sertanejos que subiam a serra para fugir das estiagens, ou futuramente, ainda no século XIX, quando sertanejos chegavam às regiões serranas visando trabalho e alimentação por meio da cafeicultura.

Isso é destacado por Espiridião Queiroz Lima, em seu livro de memórias familiares que nos ajuda a perceber certas subjetividades e aspectos cotidianos que ele evidencia de forma bem interessante, principalmente relacionado ao fim do século XIX e XX. Acreditamos que este memorialista ainda teve a oportunidade de conversar, mesmo que de maneira informal, com migrantes e sujeitos que viveram o auge da produção cafeeira da segunda metade do século XIX. Se ele não conversou diretamente, teve acesso a memórias socialmente difundidas sobre este momento. Ele coloca que:

[...] a cultura do café a (ia) desenvolvendo-se paulatinamente e motivando muitas esperanças aos seus pioneiros e adeptos. [...], mas a lavoura do café só adquiriu vulto na serra de Baturité depois de 1845, quando ali se fixou boa parte da população sertaneja que viera tangida pela seca. (Lima, 1946, p. 224-225).

As relações Serra-Sertão foram se intensificando neste momento. Porém, mesmo após o fim do ciclo produtivo do café no início do século XX, tal dinâmica foi preservada e continuada no decorrer do tempo. Entendemos que parte da formação da experiência serrana passa diretamente pelas relações e trocas de saberes e conhecimentos que existiram com os sujeitos do sertão. Indo além, consideramos os sujeitos serranos como o resultado de uma assimilação de várias experiências, sendo a figura sertaneja, destacada.

Partindo desta perspectiva, e observando como foi se desenvolvendo uma influência de sujeitos do sertão na ocupação serrana, observamos que alguns escritos da época, principalmente relatos de viajantes e pesquisadores da época ajudam-nos a compreender de maneira mais detalhada o desenvolvimento de alguns eventos que nos ajudam a perceber de melhor maneira este pressuposto. Na visita de Freire Alemão a Baturité, no ano de 1861, foram destacados alguns pontos interessantes acerca da presença sertaneja na serra.

Parece que só em 1804 é que a Serra de Baturité começou a ser cultivada. Era então um grande sertão ou deserto, todo coberto de grandes matas, semelhantes às nossas do Rio, como se vê pelo que ainda existe; muito úmido e muito frio, para junto do Ceará. Foram as secas, que obrigaram os homens a se refugiarem para êstes lugares. Assim foi depois de uma seca que em 1809 o sr. Miguel José de Queirós, tio do Sr. João Batista Alves de Lima, que nos dá estas informações, comprou o Riacho das Gameleiras, que fazia parte do sítio Macapá, e nele se veio estabelecer pondo-lhe o nome de Conceição; mas correndo melhores tempos para as fazendas de criação, êle voltou de novo para essa indústria, vendendo estas terras a um Francisco Félix, que faltou de meios para a fazer prosperar, e individado, entregou-as a seu credor Vitoriano Correia Vieira, morador nas Russas; foi deste que elas passaram a ser possuídas pelo seu atual dono, o Sr. Francisco Pinto Brandão, morador em Sobral, e irmão do Sr. José Fortunato Brandão. Este empregou aqui grandes capitais, empreendendo ao mesmo tempo as duas culturas, a da cana, para que fêz esta grande fábrica para a qual havia mandado vir moendas de ferro, e a do café. Não achando porém conveniência no fabrico da cana, a vai abandonando para se entregar somente à do café. Foi em 1856 que êle principiou o seu estabelecimento. Hoje se acha no Sobral, onde foi por morte do pai; mas não tardará a vir com a família para aqui: é casado com uma irmã do Sr. Macário. (Alemão, 1961, p. 343).

Francisco Freire Alemão foi um botânico e considerado um dos grandes naturalistas brasileiros do século XIX. Ele foi um dos responsáveis pela formação da Comissão Científica de Exploração, uma expedição que fora bancada pelo Imperador Dom Pedro II e que visava descobrir, explorar e mapear algumas regiões ainda distantes do olhar imperial (Teixeira, 2019). O trecho acima foi retirado de um dos manuscritos por ele deixado acerca da visita que foi feita a Baturité, em fevereiro do ano de 1861 e contém registros de conversas com algumas conversas e observações obtidas.

É interessante perceber como Freire Alemão se utilizou de discursos da oralidade de moradores locais para montar suas impressões, algo possível de se perceber nas falas. Logo no início, ele define como era a paisagem serrana nativa no início do processo de ocupação:

“Um deserto coberto por grandes matas”. Contudo, se formos comparar como ele define a vegetação natural no momento em que sua visita era feita – no caso, em 1861, início do período que fora o ápice produtivo da produção de café – Ele afirma que:

As matas que antes cobriam todo o alto da serra, e de que ainda se conserva uma boa porção, são, ou foram, magníficas. O terreno montuoso, argiloso quase sem pedra, é semelhante aos altos da serra do Mendanha, mas muito mais vasto. Árvores corpulentas, de espécies em grande parte das que lá temos, são: maçarandubas, ipês (paus-d'arco) da flor amarela e da flor roxa nas quebradas, copaíbas (pau-de-óleo), Jetahys (jatobás), cedros nas quebradas etc. etc. (Alemão, 2011, p. 450)

Pode-se perceber que o processo de desmatamento da mata nativa estava aumentando. O local que fora outrora “um deserto coberto por mata” já não estava totalmente preservado. Porém, nosso foco de observação em relação ao primeiro trecho extraído dos manuscritos de Freire Alemão é outro: A chegada de fazendeiros sertanejos na região, e a participação destes na ocupação do espaço serrano.

Freire Alemão colocou o espaço serrano como um “refúgio” onde os sertanejos se mantiveram nos tempos da estiagem e carestia. Além disso, a partir de informações que foram obtidas por meio da oralidade em conversa com um dono de sítio de café – O sr. João Batista Alves de Lima – onde ele explica a rotatividade de um sítio que passou a ser apenas produtor de café.

Contudo, antes disso, este sítio – que era chamado de sítio Conceição, que veio a ser depois a cidade de Guaramiranga – fora negociado algumas vezes, com fazendeiros das regiões de Russas e Sobral. É colocado inclusive que um dos donos desse pedaço de terra acabou vendendo-o novamente porque viu “melhores tempos para as fazendas de criação”, vendo como mais vantajoso voltar ao sertão.

É algo que devemos aqui deixar esclarecido: Geralmente, muitos dos fazendeiros que compravam e investiam em posses na Serra já possuíam garantias estabelecidas em solos sertanejos. Se havia a estiagem, subiam a Serra para investir em outros gêneros agrícolas ou simplesmente passar uma temporada em climas mais amenos. Contudo, este privilégio não era existente para os trabalhadores e trabalhadoras pobres que viam como prática de sobrevivência se lançar em migrações sazonais. Lima (2000) coloca que:

Portanto, é antes de tudo a situação de pobreza que leva muitos a se deslocar em busca da Serra onde as condições de sobrevivência lhe pareciam melhores. Foram esses, principalmente, os que se dedicaram às roças de mandioca e de legumes, nos primeiros momentos da ocupação. [...] em grande parte, levados também pelo imaginário que se criara a respeito da Serra como lugar de refrigério. Esse movimento dos pobres em direção a Serra de Baturité, que se fazia com mais intensidade em tempos de seca, mas que em menor escala acontecia anualmente por

ocasião da apanha do café, gerava uma oferta de mão de obra barata, [...]. (Lima, 2000, p. 94)

Os fazendeiros de outras regiões e outros sertões, podendo ser próximos ou distantes, viam nos terrenos serranos e nos pequenos sítios potenciais de investimento. Por isso muitas negociações dessa característica vão ser comuns. Vejamos a seguir outra fala de Freire Alemão sobre o desenvolvimento de outro sítio cafeeiro da região que fora comprado por pessoas do sertão – Dessa vez o Sr. João Batista Alves de Lima. Coloca-se que:

O Sr. João Batista Alves de Lima, filho de Quixeramobim, assim como sua senhora, comprou em 1853 o sítio em que hoje mora, no riacho de Gramiranga, tendo meia légua de maior largura, e quase todo coberto de matas virgens, pelo preço de 200\$000 réis. Cultiva principalmente café; de que já tem colhido 1200, a 1300 arrobas, e conta agora com uma safra de 2000 arrobas; confina, e está aqui a alguns passos de Conceição. Diz que quando para aqui veio em 1853 estava isto deserto, havendo apenas ruínas e taperas dos sítios antigos. Atualmente a povoação tem umas 30 casas, pela maior parte de telha, e foi o Sr. Batista quem primeiro fêz telha aqui em 1854, vindo antes disso de muito longe. Começam já a se alinharem as casas; e tem uma igreja que não é mais que um barracão coberto de telha, com paredes de pau-a-pique; e barreadas somente; e assim mesmo mais decente que algumas que tenho visto em outros lugares do Ceará. Haviam começado antes uma em cima do monte, que foi abandonada e onde é hoje o cemitério. Parece que foi o Sr. Pinto que fêz a atual provisoriamente, com intenção, ou antes enquanto se não faz uma melhor. Tem atualmente capela. (Alemão, 1961, p. 343)

Temos aqui mais um exemplo de elites sertanejas ou sujeitos com algumas posses que viram na migração a Serra construir patrimônio e riquezas em solos serranos uma possibilidade. Desta vez, Freire Alemão relatou em seus escritos um pouco da trajetória do Sr. João Batista Alves de Lima e sua chegada na região. O primeiro trecho colocado já deixa claro seu local de nascimento: Quixeramobim. Acreditamos que o Sr. João Batista não era um detentor de grandes posses no sertão, o que justificaria o estabelecimento permanente na região com sua esposa. Contudo, impressiona-nos como em um período curto de tempo já pode se observar um crescimento interessante do sítio que fora dono.

O fato de ter se deparado com um local “quase todo coberto por matas virgens” e com “ruínas de taperas” no ano de 1853 e, em um intervalo de 8 anos, já haver cerca de 30 casas e 1 igreja que “é mais decente” que outras igrejas já vistas em “outros lugares do Ceará” mostra como a intensidade desta ocupação, no início da década de 1860, já se fazia mais intensa. O crescimento dos sítios de café foi o que ajudou a definir a atual divisão política da região atualmente. Sales (2018) afirma que os principais sítios agregavam números maiores de moradores que iam formando as “primeiras povoações no alto da Serra”, sendo até a parte final do século XIX, esses vários sítios “pertencentes a Comarca de Baturité” (Sales, 2018, p. 19).

O crescimento da cafeicultura serrana trouxe o aumento do patrimônio material e a efetivação das ocupações de sítios que, futuramente viriam a ser vilas e municípios da microrregião do Maciço de Baturité. Em especial os municípios de Pacoti, Guaramiranga e Mulungu. A segunda metade do século XIX trouxe a vila de Baturité – Já chamada assim desde 1830 em comunicado do presidente da província – a elevação a categoria de cidade, no ano de 1858 (Catão, 1937, p. 53)

A seca foi um fator relevante que ajudou na ocupação do espaço serrano, contudo foi a plena adaptação do café ao solo serrano que fez com que muitos dos sertanejos se fixassem de modo permanente. Nos 20 anos iniciais, o gênero rubiáceo foi sendo plantado de forma crescente e rendendo crescentes resultados. Em um mesmo momento que se via o aumento da produção cafeeira na região centro-sul do Império nascente, principalmente na região do oeste paulista e sua disponibilidade de terras. Coloca-se que no Vale do Paraíba a mata nativa – Mata Atlântica – era derrubada na mesma proporção que se aparecia novas terras para plantação de cafezais (Dean, 2004, p. 199-200).

Mas, se existiram semelhanças entre as experiências da cafeicultura paulista ou carioca com a cultura cafeeira cearense, elas são limitadas e reduzidas se comparadas com as divergências. As características territoriais dos cafezais cearenses e paulistas, o modo de desenvolvimento da cultura, os objetivos produtivos de cada experiência. Todas estas características ajudaram a perceber e definir cada cultura agrícola e vai nos ajudar a entender a natureza das intervenções no caso cearense desde o século XIX até o momento das tentativas modernizadoras da segunda metade do século XX.

Uma característica essencial que podemos perceber como algo estabelecido na tradição dos trabalhadores e trabalhadoras da Serra é o plantio consorciado com o café. Este modelo de plantio, onde em um mesmo espaço existiam cafeeiros e outras espécies agrícolas de subsistência visando alimentação se sedimentou dentro da tradição cafeeira serrana e foi se mantendo nos diferentes momentos da cafeicultura serrana.

De acordo com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o consórcio, ou cultivo consorciado trata-se de um método agrícola onde ocorre “o cultivo simultâneo de duas ou mais espécies na mesma safra agrícola, numa mesma área”. Essa modalidade de cultivo agrícola é recomendada para pequenas propriedades. Alguns dos benefícios do cultivo consorciados são: “aumento de renda por meio do crescimento produtivo, melhorar a proteção de solos” (Santos H. *et al.*, 2007).

O método de plantio consorciado foi algo presente na Serra de Baturité desde o início de sua ocupação. Vinicius Barros Leal trata em seu livro sobre essa região ainda em períodos coloniais. Acerca da ocupação da região e desse tipo de plantio, ele coloca que:

Nos sítios, podemos afirmar, baseados em farta documentação, plantavam-se cana, mandioca, algodão, feijão e milho. Estas culturas dominavam todas as demais, que eram feitas aleatoriamente, um ou outro colono se dedicando a pequenos plantios de arroz, de fruteiras e, talvez um pouco de fumo. Os engenhos para a fabricação de rapadura e do mel foram montados desde a chegada dos primeiros colonos, em torno de 1740. [...]. (Leal, 1981, p. 85)

Algo interessante em perceber na fala de Vinicius Barros é como existe uma mobilização em torno do cultivo de gêneros da subsistência como feijão, milho e mandioca, a plantação em menor escala de frutas, arroz e até mesmo fumo, mas nesse momento ainda não é mencionado o café, que só chegaria de mais de 80 anos depois. Contudo, perceber que, com os primeiros movimentos de ocupação surgem alguns modos de plantio para a subsistência nos ajuda a compreender como essa ligação com a terra vai ser construída. Porém, retornando aos escritos de Freire Alemão, perceberemos algumas observações acerca dessa organização de culturas:

A Serra de Baturité é uma vasta extensão de terreno montuoso, [...] de clima saudável, e de solo produtivo.  
 A planta que aqui se tem dado melhor é a do café.  
 A cana, se toda é como a que se está aqui moendo à nossa vista, é má, de nós juntos, e precisa de ano e meio a dois anos para amadurecer.  
 A mandioca não dura mais de um ano a ano e meio na terra.  
 O milho nem sempre dá bem. O feijão, da mesma sorte. O arroz não dá, ou dá mal. A fruta não é da melhor: a laranja não é boa nem a banana.  
 [...]  
 Quando começaram a abrir sítios aqui, era para fazer roças de mandioca, e legumes; depois começaram a plantar cana, e se fizeram muitas engenhocas, que estão hoje caindo em ruína porque agora trata-se mais de café. (Alemão, 1961, p. 344)

É possível perceber como há diferenças nos dois relatos. Contudo, uma mesma conclusão pode ser definida: Nem só de café vivia a Serra de Baturité. Por mais que as “bagas rubis<sup>2</sup>” tenham sido essenciais para a ocupação e a formação de uma dinâmica econômica a partir do século XIX, não podemos esquecer que a fertilidade do espaço serrano possibilitava plantio de outros gêneros que se voltavam primeiramente para a sobrevivência e depois, a depender da proporção produzida, para a venda em mercados internos.

O município de Baturité, ocupando uma região montanhosa de mais de 400 léguas quadradas produz já considerável quantidade de café, algodão e gêneros alimentícios.

<sup>2</sup> As bagas rubis se referem ao café maduro, em tempos de colheita. Tal referência é feita no Hino Oficial de Pacoti, onde fala: “Nos teus campos verdejam floridos / cafezais com suas bagas rubis”, composto entre os anos de 1960 e 1970 (Sales, 2014, p. 224-225).

Os terrenos, porém, pela maior parte não são ainda convenientemente explorados, as dificuldades de transporte derramam o desalento e afugentam capitaes e afugentam capitães que podiam achar ali útil emprego. (Estrada de Baturité, 1865, p. 1)

Os periódicos nos ajudam a perceber como na dimensão do cotidiano de um recorte específico podemos ter dimensão de certas perspectivas. O Jornal “O Cearense” fundado em 1846 até 1894. Alguns de seus fundadores eram figuras conhecidas com Thomaz de Sousa Pompeu e Tristão Araripe. Por ser o principal meio de propagação de ideias liberais na Província do Ceará, não era comum posicionamentos com “posturas críticas e propositivas” em suas páginas (Maciel, 2016).

É interessante perceber que a região serrana, que ganhava cada vez mais foco econômico nesse momento, vai ser constantemente citada e evidenciada nas escritas hemerográficas. Denúncias relacionadas a falta de estrutura para o leno desenvolvimento produtivo, seja por estradas limitadas, poucos incentivos ou falta de apoio público, são registros relativamente comuns contidos em jornais. Esses registros, com o tempo vão se tornando mais corriqueiros, mas também, a depender do momento em que estamos falando, acaba tornando-se raro e incomum.

Analisando o que se fala em relação a Serra de Baturité, acabamos percebendo, principalmente na década de 1860, críticas feitas a falta de atenção por parte do poder público a região, principalmente no que se relaciona com o escoamento produtivo e o apoio aos produtores. Porém, nos é interessante perceber como os editores destacaram a produção de outros gêneros agrícolas para além de o café. Essas falas hemerográficas ajudam-nos a pensar duas perspectivas: O constante objetivo de inserir a região serrana de forma plena dentro das dinâmicas do capital, e segundo, como outros produtos além de o café estavam sendo produzidos na região de maneira plena.

Leiliane Sousa de Oliveira (2012) destaca como os gêneros de subsistência eram importantes dentro do sistema agrário serrano. Além de alimento interno, os gêneros aqui colhidos serviam para trocas com o sertão, como o gado (Oliveira, 2012). Lima (2000), indo além, traz uma perspectiva interessante sobre as “paisagens de serra e sertão” que “alimentavam um movimento sazonal interessante” que inclusive foi periodizado. Nos tempos de chuva, geralmente janeiro-junho, as famílias migrantes iam ao sertão onde experienciavam uma cultura alimentar relacionada ao gado e aos derivados do leite. Com o fim da quadra chuvosa, a os grupos que habitavam no sertão subiam a Serra, onde iam colher o café e moer cana (Lima, 2000).



Aqui estamos pensando na produção de outros gêneros dentro de duas perspectivas: A sobrevivência local e a subsistência dos moradores da região, e o que podemos considerar como potenciais perspectivas exportadoras que não conseguiram se concretizar, principalmente se fizermos uma comparação com o café nesse período.

Desses vários gêneros agrícolas que são cultivados em meio aos cafezais serranos, alguns específicos merecem certo destaque. Seja pelo fato de serem cultivados junto aos cafezais, como o feijão e o milho, seja pelo fato de serem cultivados dentro do mesmo processo dinâmico de cultivo e movimentarem engenhocas e certo contingente local, falamos do caso da cana-de-açúcar e da mandioca. Em muitos sítios de café, para além de a estrutura para a cafeicultura, existiam engenhos de farinha e de açúcar. Nas análises de Lima (2000), registra-se a presença de “aviamentos de farinha” e “lavouras de mandioca”, onde a rapadura e a farinha eram alimentos basilares da dieta dos trabalhadores e trabalhadoras neste momento (Lima, 2000).

Não achamos que a produção de café com cultivo consorciado de gêneros agrícolas foi algo único e inédito dentro do recorte temporal do século XIX. Contudo, se compararmos a experiência cafeicultora cearense com o modo de cultivo na região sudeste, principalmente com a cafeicultura do vale do Rio Paraíba, iremos nos deparar com caminhos cada vez mais opostos e discrepantes entre si.

Ao observarmos como foi desenvolvida a aplicação do café no Brasil, vemos extensa historiografia que se detém a analisar os modos de inserção desta cultura agrícola na ainda jovem nação independente. Boris Fausto, por exemplo, nos afirma que foi no vale do rio Paraíba que se viu o potencial de desenvolvimento de uma cultura cafeicultora em larga escala. Ele coloca que a forma de implantação da cafeicultura pela “tradicional forma de *plantation*, com o emprego de força de trabalho escrava”. A junção de grandes extensões de terra com relevo e clima favoráveis, com uma monocultura voltada para exportação e o uso de mão-de-obra escravizada trouxe um suntuoso desenvolvimento que colocou o nascente Império do Brasil no mapa da produção cafeeira mundial (Fausto, 2015).

Emília Viotti da Costa evidencia que o modelo de grande lavoura monocultora com mão-de-obra escravizada foi uma limitação para a efetivação de outros modelos de agricultura e de outras formas de investimento. As limitações não se relacionavam apenas com o modo de plantio praticado, mas também com o modo de trabalho (Costa, 2010). Lima evidenciou isso ao elucidar que, se nas regiões serranas pode ser observado a forte presença do trabalhador livre, nas grandes lavouras do café do sudeste a base vai ser a mão-de-obra escravizada (Lima, 2000).

Acreditamos, partindo disso, que as formas de relações com o trabalho desenvolvidas no cerne da cafeicultura serrana ajudaram de maneira objetiva a definir a formação dessa tradição. Principalmente se levarmos em consideração que a mão-de-obra presente na agricultura do café na Serra não era uma mão-de-obra escravizada, mas sim uma mão-de-obra livre, ou seja: o camponês, o sertanejo que subia a Serra era quem constituía essencialmente essa base.

Recorrendo mais uma vez as contribuições historiográficas de Lima (2000), destacamos o fato de existirem registros de donos de sítios serranos que possuíam trabalhadores escravizados. Em sua densa pesquisa arquivística onde foram analisados mais de 450 inventários, encontra-se recorrências a senhores do café que possuíam em suas posses trabalhadores em condição de escravidão. Contudo, quando se é lançado o comparativo com relação a outras regiões, percebe-se que, mesmo a cidade de Baturité sendo um dos maiores redutos populacionais da província do Ceará na segunda metade do século XIX, o número de escravizados residentes vai ser um dos menores registrados. (Lima, 2000, p. 139)

A partir disso, consideramos que as relações de trabalho construídas no trato com o café por parte dos trabalhadores livres iam muito além do que poderia ser mensurado apenas pelas dinâmicas do trabalho. Entendemos que antes de trabalhadores livres esses sujeitos, homens e mulheres eram, antes de mais nada, pessoas pobres buscando alternativas de sobrevivência e subsistência. Contudo ao perceber a continuidade dessa dinâmica de trabalho, vemos a possibilidade de construção de costumes e práticas que iam muito além de só o trabalho.

De certa forma, tais relações se misturavam e se confundiam dentro do jogo do cotidiano, sendo em dados momentos até difícil distinguir o que era o trabalho e o que era o lazer, levando em consideração algumas observações de Edward Thompson acerca dos trabalhadores ingleses em uma dinâmica pré-capitalista (Thompson, 1998). Buscaremos desenvolver de forma mais detalhada essa dimensão da cafeicultura na Serra de Baturité que acreditamos ter sido essencial no desenvolvimento da tradição cafeeira serrana.

A produção de café na Serra rendeu lucros. Lucros que resultaram na ascensão social de algumas famílias que se tornaram algumas influentes elites locais, com belos casarões que destacavam ainda mais essa suntuosidade (Campos, 2000). O próprio historiador Raimundo Girão afirma que não é possível falar em “aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e de São Paulo”, mas é possível observar uma “pequena nobreza” com costumes e práticas mais privilegiadas que a grande massa dos trabalhadores (Girão, 2000, p. 381). O capitalismo

nascente trouxe benefícios a alguns grupos dessa época, mesmo que consideremos que os reais beneficiados foram os negociantes para o mercado externo.

Implantado sem maiores cuidados técnicos, o cafeeiro mostrou excelentes rendimentos na serra de Baturité devido aos solos virgens, umidade e clima adequados, tendo apresentado nessa região, uma rápida expansão.

Em termos estaduais, essa expansão se deu de maneira lenta e ininterrupta, de sorte que em 1839 o café já participava da pauta de produtos exportáveis do Estado, atingindo, em 1846, a 9.695 kg.

As exportações cresceram de maneira rápida, pois se em 1850 já eram exportados 23.306 kg, dez anos depois, ou seja, em 1860, as exportações ultrapassavam, em volume, aos 1.200.000 kg anuais. (Iplance, 1977, p. 13)

O trecho acima foi retirado de um dos estudos feitos na época das intervenções na cafeicultura cearense e buscou desenvolver um breve histórico desta atividade agrícola no Estado desde sua chegada. Contudo, logo no começo da fala, destaca-se a ênfase do autor ou da autora – que não é explicitado porque a autoria é atribuída ao IPLANCE, extinto Instituto do Planejamento do Ceará, atual IPECE – em evidenciar o fato de não ter havido “maiores cuidados técnicos” com o início do plantio da agricultura.

O que o autor considera a ausência de “maiores cuidados técnicos” pode também ser considerado o uso da empiria e da observação por parte dos agricultores e trabalhadores da região serrana, algo que ajudou na formação desta cultura cafeeira. Tal pressuposto inclusive, vai ser colocado pelos técnicos como um dos fatores da decadência produtiva, porém ao menos nesse momento, nosso enfoque não é esse.

Constantemente, em escritos de técnicos ou de intelectuais que se debruçaram ao tema, vemos a recorrência de palavras que remontam a essa falta de técnica ou ao uso do rudimentar no cultivo do café, Barão de Studart ao escrever em suas “ligeiras notas sobre o café no Ceará”, evidencia isso, ao colocar que o preparo do terreno se desenvolve de forma mais rudimentar o preparo da terra (Studart, 1928 p. 93-102). Porém se voltarmos novamente ao estudo do IPLANCE, veremos como o potencial produtivo dessa região foi destacado pois, apesar de inexistirem fatores técnicos, conseguiu-se estabelecer uma crescente exploração que trouxe o café cearense ao foco das exportações em um período de tempo relativamente curto. E realmente, ao observarmos o crescimento produtivo nos meados do século XIX, veremos que a cafeicultura cearense foi inserida dentro de um fluxo capitalista nascente que contava com as exportações rumo continente europeu.

Apesar de a forma de plantio ou da técnica que utilizada serem distintas, percebemos que, neste momento do século XIX o que se fazia importante era atender as demandas exportadoras que iam se estabelecendo na região serrana em torno da produção agrícola. A serra de Baturité entrou no mapa do capitalismo por meio de sua cafeicultura, por

mais que o cultivo do gênero agrícola e as relações de trabalho fossem essencialmente não capitalistas (Lima, 2000)

Existiram investimentos que visavam aumentar a produção ou facilitar seu escoamento para os portos marítimos. Lima (2000) aponta que vários produtores, principalmente os mais abastados, obtiveram máquinas de pilar, rodeiros e ventiladores visando o beneficiamento de café<sup>3</sup> em maior quantidade (Lima, 2000). Além disso, a construção da ambiciosa Estrada de Ferro de Baturité visou justamente escoar toda a produção de café obtida nas serras para o Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

Soares (2015) coloca que a ideia de prosperidade e fertilidade atrelada às regiões serranas e em especial a Serra de Baturité, com sua crescente agricultura e destacado sucesso na cafeicultura, foi o que motivou e norteou as considerações de presidentes da Província do Ceará a definir os trajetos das primeiras vias de comunicação do Ceará. Solicitava-se a construção de uma estrada que pudesse ligar Fortaleza a região serrana para escoamento da “vultosa produção” (Soares, 2015, p. 254). Não à toa, a Estrada de Ferro de Baturité, que não tem seu destino final em Baturité, seguiu com ramais e entroncamentos até a região do Cariri, passou a ter esse nome e grande importância: a de levar alguns dos principais produtos da Província do Ceará – entre eles, o café – rumo aos centros exportadores.

Entre os anos de 1846 até os primeiros anos do século XX, desenvolveu-se o que pode ser considerado o grande ciclo produtivo do café serrano. Com o aumento produtivo, o café foi se destacando. Girão coloca que nos anos de 1860-61, 1864-1865, 1877-88, os valores obtidos na exportação do café superaram as exportações de algodão, por exemplo. E depois de 1890, obteve-se uma paridade de valores até os fins do século XIX, entre os anos de 1898-99 (Girão, 2000, p. 380). Se levarmos em consideração a proporção territorial do cultivo de café, relegado às regiões serranas, e o cultivo do algodão, praticado nas regiões sertanejas, entendemos como essa cafeicultura viveu um período áureo.

Porém, esse período de alta produtividade acabou chegando ao seu fim. E a forma como se deu esse esgotamento produtivo vai ajudar a entender as adaptações pelas quais a produção do café vai passar. Antes de tudo devemos apontar a seguinte reflexão: O café não era apenas o eixo central de uma economia nascente ou o produto mais exportado da região serrana. Este gênero agrícola também era o meio de sobrevivência de vários sítios que foram

---

<sup>3</sup> O beneficiamento de café configura-se como um conjunto de operações que preparam os grãos de café para a comercialização e venda. De acordo com Silva, Moreli e Joaquín (2015, p. 385), o “objetivo é obter lotes homogêneos que atendam padrões de comercialização e ou industrialização”. Nesse momento, “os frutos de café” devem ser limpos, descascados e classificados”, visando o melhor padrão para consumo.

criados no seu entorno e por isso o colapso desta economia para os grupos sociais que, de alguma maneira sobreviviam seria duramente impactante.

Voltando novamente as contribuições memorialísticas de Esperidião Queiroz Lima em seu livro, “Antiga Família do Sertão”, nos é relatado um pouco sobre o declínio produtivo ocorrido na virada do século XIX para o século XX. Ele coloca que: “Decorridos cinquenta anos de belas floradas e grandes colheitas, a terra, exausta e corroída, já não mais possuía humos, nem retinha a umidade, tornando-se incapaz de manter o vigor produtivo das preciosas plantas, que se estiolavam e pereciam” (Lima, 1946, p. 225).

Como colocado por Esperidião, após 50 anos de plantio intensivo, os solos do café se viram desgastados e sem capacidade de manter a produção que, em outros momentos rendeu exportações. Studart justificou o esgotamento do solo pelo apego a “processos condenados” e “práticas rudimentares” (Studart, 1928, p. 93). Porém Lima (2000), mesmo vendo validade nas perspectivas de Studart viu que a derrocada da produção cafeeira não se deu apenas por isso. Ele também percebia que fatores como o cultivo a pleno sol, as técnicas de desmatamento e as queimadas aumentavam o desgaste dos solos, porém tais aspectos não foram colocados como os principais. Ele coloca que:

Quando no entanto, atentamos para o sistema do uso de terra, encontramos a chave para a explicação daquela exaustão. Enquanto os lavradores contaram com matas suficientes para serem substituídas por cafezais novos a produção ia num crescendo. Quando, no entanto, as fronteiras foram se fechando, isto é, quando as matas foram sendo reduzidas e as áreas se estreitando para a cultura do café, este foi tido sua produção também sendo diminuída por conta do envelhecimento dos cafezais e desgaste do solo. O fechamento das fronteiras, portanto, deve ser considerado o fator principal para a redução da produção de café na Serra de Baturité. (Lima, 2000, p. 150)

De fato, o desgaste do solo e o fim de novas áreas cultiváveis para o café levou a uma brusca queda já nos primeiros anos do século XX. Ao fazer um comparativo, por exemplo, com a produção de café e a exportação em outros momentos do século XIX podemos perceber a dimensão da queda. Vejamos a Tabela 1, que traz informações relacionadas a Exportação de café durante os anos 1846-1926, produzida por Barão de Studart:

Tabela 1 – Exportação de café pelo Porto de Fortaleza

<b>Período</b>	<b>Quantidade de café vendido (em kg)</b>
1846-1851	346.485
1851-1856	1.257.644
1856-1861	3.292.810
1861-1866	8.120.761

*Continua.*

Tabela 2 – Exportação de café pelo Porto de Fortaleza (Conclusão)

Período	Quantidade de café vendido (em kg)
1866-1871	4.079.897
1871-1876	6.280.924
1876-1881	4.324.671
1881-1886	9.643.553
1886-1891	6.649.360
1892-1896	6.542.211
1897-1902	361.067
1903-1907	32.671
1908-1912	18.764
1913-1917	33.549
1918-1922	20.897
1923-1926	39.753

Fonte: Studart (1928)

Devemos levar em consideração que a tabela acima envolve o café produzido em todo o Ceará. Contudo, nos é necessário perceber que o Maciço de Baturité possuía o protagonismo produtivo da região. Ao vermos que no intervalo dos 26 anos iniciais do século XX a produção de café para exportação no Ceará fora menor que a produção entre os anos de 1892 e 1896 podemos perceber a quebra desse volume produtivo.

Contudo, a cafeicultura serrana não viu nesta crise o seu ponto final. Muito pelo contrário, foi neste momento de crise da produção cafeeira que foram buscadas novas soluções e novas formas de se praticar essa cultura, levando em consideração a pobreza dos solos e o fim das áreas cultiváveis. Retornando as memórias escritas por Esperidião Queiroz Lima, ele nos apresenta a iniciativa que foi vista como solução, e que nós consideramos como outro aspecto chave para compreender a capacidade adaptativa da tradição cafeeira serrana: O sombreamento dos cafezais. Esperidião nos conta que:

Quando já se julgava decretada a extinção, pelo esgotamento, da cultura cafeeira na Serra de Baturité, surgiu o remédio salvador: a arborização pelas ingazeiras, que fixando o azoto do ar e atapetando a terra de humosa camada de folhas decompostas, restituíram a seiva à terra e a vida aos velhos cafeeiros, que renovaram e refloriram. Foi uma verdadeira ressurreição.

O roçado da gameleira, plantado em 1849, foi arborizado de ingazeiras em 1904, quando ameaçava perecer. Revivesceu. Foram replantadas as falhas. E presentemente (1945) ainda apresenta cerca de sessenta por cento de cafeeiros antigos, com noventa e seis anos de idade, vigorosos e **produtivos**.

[...].

Uma cousa, porém, a serra perdeu irreparavelmente: a beleza panorâmica dos ondulados cafezais floridos [...].

O toldo sombrio e protetor formado pela arborização, se economicamente salvou a riqueza da serra, pelo lado artístico estragou-lhe completamente a beleza, dando-lhe a aparência de terra abandonada, coberta de capoeira, monótona e triste.

Mas que seria hoje da serra, sem as leguminosas salvadoras? Talvez uma terra corroída pelas intempéries, desnuda, gretada, estéril, horrível. (Lima, 1946, p. 226-227).

As memórias oralizadas ou escritas – como vemos no caso do livro de Esperidião – refletem em grande medida subjetividades. Alguns antropólogos como Claude Lévi-Strauss percebem na oralidade e nas suas marcas a representação de símbolos da mente humana, e não, de fato um relato sobre o passado (Cruikshank, 2006, p. 149-164). Realmente as subjetividades presentes em um discurso da oralidade são evidentes e inclusive, são esses traços que o fazem único, como veremos nos capítulos seguintes. Contudo, é interessante pensar como, ao menos no caso do exceto acima, o evento acima foi colocado.

O sombreamento foi apontado como a “ressureição” de cafezais que já se apresentavam improdutivos. A título de explicação, a prática do sombreamento é definida como um sistema de produção de café antigo onde se utiliza outras árvores – que podem ser nativas da região ou não – para proteção dos cafezais de agentes externos como sol, geadas e chuvas. Esta forma de cultivo do café traz benefícios ecológicos para a terra pelo fato de não expor o solo ao desgaste que poderia ser exposto quando o plantio fosse feito a pleno sol. Porém, essa forma de plantio apresenta baixa produtividade (Dalastra, 2014).

Warren Dean coloca que essa perspectiva de plantio do café já era conhecida em outros lugares, contudo não se estabeleceu como prática comum dos cafeicultores brasileiros que optaram por fazer o plantio a pleno sol onde a perspectiva de produtividade era consideravelmente maior (Dean, 2004, p. 197). O plantio sombreado traz consigo vantagens ecológicas e agronômicas como o fortalecimento da terra, contudo em contrapartida, a diminuição produtiva vai ser também uma consequência deste modelo também chamado de “agroflorestal”.

Voltando a Esperidião e sua fala, percebemos como a implantação do sombreamento nos cafezais serranos realmente deu outro norteamento para a produção local. O café que fora plantado a pleno sol, com desmatamento de toda terra cultivável possível, passou a ser plantado ou cultivado sob a copa de árvores que traziam diversos benefícios ao meio ambiente e ao próprio cultivo do café.

A descoberta desta maneira de plantio foi feita de maneira empírica, ou seja, por meio da observação de aplicação desta cultura em outros locais e pela experimentação de possíveis árvores que pudessem dar o sombreamento e enriquecer a terra. Depois de tentativas com árvores como maniçobas e mulungus, todas sem muito sucesso, os produtores descobriram quais árvores poderiam ser utilizadas para o sombreamento: A ingazeira e o Camunzé. Principalmente a ingazeira pelo fato de dar sombra aos cafés e enriquecer a terra com húmus por meio das suas folhas, como nos aponta Esperidião em seu relato.

Em diálogos com a agronomia e com a geografia rural, nos é possível dimensionar o porquê de a aplicabilidade do sombreamento com essas árvores em específico ter obtido retorno favorável. Os benefícios iam além o sombreamento, como relatado por Esperidião e por isso, esse novo modelo de plantio consorciado se fez vantajoso e providencial na época, como foi possível observar. O trecho abaixo evidencia algumas das vantagens da implementação do sombreamento na cafeicultura serrana:

Diante do agravamento das condições ambientais, os produtores se valeram de várias alternativas de reflorestamento como uma tentativa para recuperar o solo. Algumas dessas experiências resultaram contraproducentes, tais como o plantio de espécies não apropriadas (ex: mangabeiras e maniçobas). Entretanto, outras tentativas de implantação de cultivos consorciados com leguminosas (ex: camunzé e ingazeira) produziram bons resultados. Além de proporcionar sombra para os cafezais, essas espécies contribuía para o enriquecimento do solo por conta da associação simbiótica dessas plantas com bactérias fixadoras de N<sub>2</sub>. Nutriente essencial para o desenvolvimento vegetal, o nitrogênio tem como fonte natural nos solos a matéria orgânica, oriunda principalmente da incorporação de folhas e outros resíduos depositados no solo. Outras vantagens se somavam: as leguminosas proporcionavam abrigo para os inimigos naturais de pragas que atacavam os cafezais, bem como ajudavam a diminuir a erosão do solo ao mantê-lo coberto [...]. (AMORIM.; ASSIS; 2022, p. 465)

Olhando novamente para a fala de Esperidião anteriormente, outro aspecto que nos chama atenção é a manutenção dos cafezais. Ele coloca que até o momento de escrita do seu livro – no caso, o ano de 1945 – cerca de 60% dos cafezais do sítio gameleira, um dos vários locais de produção de café, se mantinham em plena produção. Se levarmos em consideração que a experiência do sombreamento se deu no ano de 1904, nos depararíamos com um espaço temporal de 41 anos que esses cafeeiros mantinham sua produção.

Contudo, o autor faz questão de evidenciar a data de plantio do “roçado da gameleira”: O ano de 1849. Isso nos leva a considerar que, principalmente após a implantação do sombreamento, grande parte dos cafezais que foram plantados pôde ser mantida, desde que conservando certos cuidados como poda e a fertilização, que neste caso não era feita com incentivos químicos. Ocasionalmente, ocorria o replantio de cafezais e de novos cafeeiros, porém a busca pela manutenção dos antigos pés de café também era algo recorrente.

O sombreamento foi outro traço da tradição cafeeira serrana que foi se mantendo e acabou se tornando prática comum dentro do cultivo do café. A paisagem do cafezal foi nisso totalmente modificada, como relata Esperidião, mas tal mudança acabou sendo absorvida pelos produtores locais e agricultores, que adotaram o sombreamento e com isso viram a perpetuação de sua cafeicultura. Nos relatórios produzidos já na década de 1970, o engenheiro agrônomo Francisco Augusto de Araújo Lima observou a existência a manutenção dos cafezais sombreados. Segundo ele:



Surgindo a retração do mercado consumidor e o patenteamento da má situação em que se encontravam os cafezais, sentiram-se os cafeicultores forçados a aumentar suas receitas, [...]. Como medida inicial, visando a melhorar qualitativamente o produto, adotaram o sistema de sombreamento com ingazeiras (Ingá, ingoides, willd). Os resultados alcançados com o sombreamento foram de tal sorte promissoras, que se transformou em prática corriqueira, sendo nos dias atuais adotada pela maioria dos cafeicultores. (Lima, 1971, p. 69-70)

Esta natureza de plantio de café é algo que se tornou marcante e uma característica marcante, principalmente para o visitante que chega a Serra. Dom Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo de Fortaleza entre os anos de 1941 e 1963 em suas “notas a lápis”, onde ele registrava características e percepções de locais e paróquias visitados no Ceará. Em artigo escrito pelo Instituto do Ceará no ano de 1986 – ano de centenário do seu nascimento – o escritor Arruda Furtado destacou o fato de Dom Lustosa ter visitado quase todo o Estado em seu período como Arcebispo e, além disso, ser um “observador perspicaz” que fazia anotações já na “noite alta”, após a “catequese e as confissões”. Em sua passagem pela serra de Baturité e por alguns municípios como Pacoti e Palmácia, ele observou o método de plantio sombreado e o uso da Ingazeira, colocando que:

É interessante que, apesar do clima úmido e fresco, os pés de café se cultivam à sombra. Os cafezais de. vem sempre possuir muitas árvores altas, que os protejam com sua sombra. A árvore para isso preferida é o ENGÁ. Tem a vantagem de não dar sombra muito espessa. Sobre essa árvore já discorreremos atrás. Bem como de não empobrecer o solo. Como sucede, em geral, com as leguminosas, o engá nitrifica o solo. Com efeito, as leguminosas são ricas de azoto — elemento de primeira importância na lavoura. É uma árvore conscienciosa. Se por um lado ela rouba ao solo do cafezal elementos para se nutrir, por outro lhe oferece suas folhas, ramos e frutos para enriquecerem o solo de azoto. Note-se que se encontram três grafias para o nome dessa árvore: ENGÁ, INGÁ, ANGÁ. (Lustosa, 1952, p. 126)

A prática do sombreamento dos cafezais, assim como as interações entre serra e sertão, o plantio consorciado com o café de gêneros de subsistência e frutíferos, além de as relações de trabalho dos sujeitos de café que se desenvolveram em grande parte a partir das formas de trabalho livre foram práticas e costumes desenvolvidos em torno da efetivação da cafeicultura serrana e se mantiveram, com devidas mudanças e alterações, dentro do que se seguiu no século XX, até o momento das primeiras intervenções modernizadoras, no início dos anos 1960.

Em suas considerações finais, Lima (2000) coloca que o café acabou perdendo permanentemente o espaço outrora ocupado dentro da cafeicultura cearense. Mesmo assim, produção se manteve após esse declínio, não tão forte, mas ainda mobilizando grupos sociais locais e sendo “referência para os altos da Serra de Baturité” (Lima, 2000, p. 156). De fato,

mesmo com o fim de um ciclo produtivo entre os anos de 1846 e 1922, a produção agrícola vai ser mantido e essa tradição cafeeira continuada em seus diversos aspectos.

Nos cerca de 40 anos seguintes, a cafeicultura serrana diminuiu sua produção, não sendo mais de objetivo exportador. Contudo, manteve-se uma produção interna que atendia demandas regionais, não só em relação ao café, mas também vinculado ao cultivo de banana, chuchu e horticultura crescentes (Oliveira, 2012). Coloca-se que entre os anos de 1940 e 1950 o café – que nesse momento era marcadamente produzido por meio do sombreamento – teve certo crescimento, mas nada comparado ao auge do fim do século XIX.

Durante o século XIX, vimos que foram desenvolvidos traços de uma produção capitalista na região serrana e em sua cafeicultura. Porém as relações de trabalho que foram desenvolvidas na região estabeleceram-se como essencialmente não capitalistas, e a cultura do café também. Essas relações não capitalistas podem ser percebidas dentro da esfera do trabalho e além de as relações econômicas, como nos costumes destes sujeitos que, se faziam como grupo e se adaptavam por meio das suas experiências, tradições e costumes.

A cultura cafeeira foi sendo formada e complexificada por meio das experiências dos sujeitos que a compunham e dos costumes que iam estabelecendo com o trabalho e as constantes adaptações que estes sofriam. Trata-se de uma relação que foi se construindo historicamente entre os sujeitos, a terra, o trabalho e os costumes.

Lima (2000) considerou esta prática como uma articulação onde cada parte ajudava a formar esse sistema agrário que se voltava a mercados internos e externos. Na realidade, podemos ir além e considerar na cafeicultura serrana relações historicamente construídas entre, a terra, o trabalhador e os costumes, sendo cada um definidor e definido pelas dinâmicas e circunstâncias que foram sendo apresentadas, acerca disso, coloca-que:

Quando, no entanto, dirigimos nosso olhar para uma área produtora de café no Ceará, a Serra de Baturité, verificamos, empiricamente, que o modelo de cafeicultura assentado no latifúndio e no trabalho de grandes plantéis de escravos não condizia com aquele sistema agrário. A partir deste ponto ficou claro que para compreendermos essa realidade teríamos que atentar para a sua própria historicidade. (Lima, 2000, p. 105)

Aqui é importante evidenciarmos uma perspectiva chave que nos ajuda a entender a compreender a complexidade da cafeicultura serrana em seus mais diversos aspectos: A cultura cafeeira na Serra de Baturité desde o início da sua efetivação sofreu influência e teve contribuições dos sujeitos que a constituíram e de suas experiências construídas.

Utilizando o conceito de Edward Thompson, a experiência destes sujeitos ajudou no fazer-se dessa cultura, que não se fechou em si mesma, mas sempre foi se adaptando e

ressignificando nas circunstâncias diversas a qual ela era exposta (Thompson, 1981). Sejam as experiências passadas que foram trazidas pelos sujeitos do café e utilizadas nas novas relações sociais e de trabalho a qual eles se submeteram, seja nas experiências desenvolvidas a partir do contato com o distinto em diversas situações.

São os aspectos dessa relação historicamente construída por meio das experiências com a terra e com os costumes – No caso as relações com o sertão, o plantio consorciado com gêneros da subsistência, as relações de trabalho dentro do ciclo produtivo e o sombreamento dos cafezais – que entendemos que, a partir dos anos 1960 foram diretamente afetados, interpretados e ressignificados por agentes do Estado que trouxeram consigo o discurso modernizador.

Entendendo isso, é necessário para nós compreendermos alguns pontos: Primeiramente, a conjuntura formadora do discurso modernizador, que entendemos aqui como ideologia modernizadora, dentro da cafeicultura brasileira; Em segundo lugar, perceber quem foram os agentes e as instituições que buscaram empreender essa prática modernizadora no cerne da cafeicultura serrana com toda sua formação; e em terceiro lugar, perceber e problematizar os discursos e pressupostos defendidos por essas instituições defendendo a modernização e levando o pleno desenvolvimento das intervenções aplicadas a cafeicultura serrana.

## **2.2 O discurso modernizador na serra: as práticas intervencionistas na cultura cafeeira serrana.**

Em que pesem às excelentes condições ecológicas apresentadas nestas áreas para a cultura cafeeira, somente em 1971 a cafeicultura passou a ser conduzida racionalmente, vez que os cafezais tradicionais apresentavam baixas produtividade devido, principalmente, à não execução de medidas de ordem técnico-agronômicas. [...]. (Iplance, 1977, p. 16) (Iplance, 1977, p. 16)

O trecho acima foi retirado de um estudo analítico que “pretende mostrar de maneira breve e objetiva as potencialidades da Cultura do Café no Estado do Ceará, tendo em vista despertar o interesse de investidores” (Iplance, 1977, p. 12). No momento de escrita deste documento, que podemos considerar como propaganda que busca mostrar o que foi feito até o período de sua escrita (o ano de 1977) vender toda a potencialidade da produção cafeeira que neste momento já estava inserida dentro de uma “conduzida racionalmente”. Este relatório é uma das principais fontes utilizadas para pensar algumas perspectivas pensadas neste tópico.

Acreditamos que a busca pela produção racional do café se deu por meio de intervenções em diversas escalas e modelos, onde principalmente as ideias modernizadoras foram desenvolvidas buscavam redefinir esta produção agricultora serrana. Para se ter uma produção racional e competitiva, inserida dentro de perspectivas capitalistas, seriam necessários apoios, mudanças de práticas que estavam de acordo com novos paradigmas da alta produtividade vinculada ao capital; ou seja, eram necessárias modernizações.

Contudo estas modernizações não buscaram, pelo menos prioritariamente, solucionar problemas e incongruências que atingiam a cafeicultura serrana de Baturité. Consideramos que o objetivo principal das intervenções era o atendimento às dinâmicas do mercado e da produção agrícola a nível nacional que poderiam sofrer alterações. Por causa disso, vamos perceber que as primeiras intervenções na cafeicultura não tiveram como objetivo o aumento da produção de café. Tal perspectiva só foi colocada dentro de objetivos intervencionistas em um segundo momento.

Podemos considerar que as intervenções modernizadoras na cafeicultura serrana se desenvolveram em dois momentos: O primeiro momento se deu com a chegada do “Programa de Erradicação dos Cafezais”, promovido pelo Instituto Brasileiro do Café, IBC e foi organizado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA, onde se buscou executar a derrubada e erradicação de cafezais improdutivos para diversificar o uso de outras culturas julgadas como mais rentáveis na década de 1960. Falaremos mais sobre esta política.

Já o segundo momento iniciou-se apenas na década de 1970, quando foi empregado na cafeicultura de Baturité o Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais – PRRC, também promovido pelo IBC. Esta intervenção especificamente buscou repensar as bases de desenvolvimento e manutenção da cultura cafeeira na Serra de Baturité, e redefini-la objetivando a inserção desta produção na lógica capitalista, o que também falaremos mais à frente. Tais políticas foram de aplicação nacional e não apenas o Ceará, mas outros estados também sofreram intervenções em suas respectivas cafeiculturas.

O que queremos apreender inicialmente é como tais intervenções, mesmo se desenvolvendo com objetivos diferenciados e em momentos específicos, pautaram-se nas bases e nas prerrogativas da modernização da cafeicultura e na necessária inserção de uma economia de base tradicional nas dinâmicas do capitalismo industrial repleto de demandas.

Levando em consideração contribuições feitas por Giovani Alves (2007) podemos perceber como o capital é dinâmico e sujeito ativo, em movimento que busca sempre se valorizar e se perpetuar. Dentro dessa chave de entendimento, o foco do capital vai mudar, agindo como uma espécie de força desintegradora que cria o conflito, sendo que o conflito, a

desintegração, a crise, a ruptura servem de motriz para sua revisão e perpetuação do padrão produtivo e de lucros (Alves, 2007, p. 30-31).

Antes de nos detalharmos acerca destes que foram os dois projetos intervencionistas implementados pelo IBC, se faz necessário compreender melhor a conjuntura da produção e de plantio de café no Brasil entre as décadas 1960 e 1970. Para isto, entendemos como essencial compreender as dinâmicas de fundação e funcionamento da principal instituição de regulamentação do mercado de café existente no momento, e que consideramos aqui ser o principal braço da intervenção na cafeicultura brasileira, tomando maiores proporções, e especificamente na cafeicultura da Serra de Baturité: O Instituto Brasileiro do Café ou IBC.

Criado em 1951, o Instituto Brasileiro do Café foi uma entidade autárquica, ou seja, que possuía autonomia do governo federal. Com diretoria onde três de cinco membros existentes deveriam ser cafeicultores e com patrimônio especificado, tinha como atribuições “definir as diretrizes da política cafeeira” visando um equilíbrio de interesses entre compradores e produtores. Além disso, eram algumas diretrizes básicas do IBC: “Políticas de incentivo à renovação dos cafezais, compras de excedentes, construção de armazéns, e adoção de políticas que visassem a minimização dos prejuízos decorrentes de intempéries climáticas [...]”, visando primordialmente a autossustentação da política cafeeira (Saes, 1995, p. 53-61).

Em sua tese de doutorado, a economista Maria Sylvia Macchione Saes nos evidencia como o Instituto Brasileiro do Café foi criado para ser, essencialmente a balança reguladora da cafeicultura nacional por um período de 38 anos. Nos anos iniciais da instauração do IBC, não houve grandes questionamentos ou problemas que trouxessem preocupação aos executivos da instituição, que viam o café brasileiro ser produzido e comercializado em proporção cada vez maior.

Contudo, no fim da década de 1950, as políticas de compra e venda do café foram repensadas pelo fato da superprodução das safras de 1958-1960. Safra 1959/1960 foram produzidas 36 milhões de sacas de café, sendo que os estoques governamentais já possuíam 43 milhões de sacas e a demanda mundial era de apenas 24 milhões de sacas anuais (Saes, 1995, p. 57-58).

A produção cafeeira chegou a índices recordes, mas tais recordes não eram inteiramente favoráveis. Para regular a situação de oferta e demanda, o IBC passou a intervir no sistema cafeeiro brasileiro de maneira direta de diversas formas. Saes (1995) afirma que o IBC passou a atuar em duas frentes: regulamentando o sistema cafeeiro nacional em seus diversos estágios e estabelecendo acordos internacionais para manutenção do preço do café fora do Brasil.

No início da década de 1960, duas ações foram instituídas de maneira sistêmica visando corrigir a superprodução do café de anos anteriores. No ano de 1962, ocorreu a formulação do primeiro Acordo Internacional do Café ou Convênio Internacional do Café. De acordo com Celso Lafer, esta aliança envolveu 67 países exportadores e importadores do produto, que representavam 99,8% das vendas e 96,2% das compras. O convênio foi estruturado em torno de alguns objetivos como: “alcançar o equilíbrio razoável entre a oferta e a procura do café”; garantir uma segurança e uma “minorar as excessivas flutuações dos preços do café”; “contribuir para o desenvolvimento produtivo”, mantendo níveis de emprego e de renda; estimular o crescimento econômico de países produtores de café; estimular o consumo do café; e por fim, incentivar a cooperação internacional na resolução do que foi chamado de “problemas do café” (Lafer, 1973, p. 293-294).

Para o Brasil, este acordo visava a formulação de garantias para a venda do café dentro das metas que fossem estipuladas. Saes (1995) coloca que este acordo, que fora apenas o primeiro convênio de outros que iriam resultar na Organização Internacional do Café (OIC), ajudou a regulamentar o mercado do café em âmbito mundial. Não nos apegando ao economicismo envolvido no desenvolvimento deste acordo e dos que iriam sucedê-lo, os acordos internacionais do café buscavam regulamentar e manter dentro de um padrão a produção cafeeira brasileira, freando em caso de superprodução e incentivando em situações de queda produtiva (Saes, 1995, p. 61-69).

Já um ano antes, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, no ano de 1961, que ficou conhecido como GERCA, que seria responsável por iniciar um processo de erradicação de “cafezais improdutivos”. Vejamos o trecho abaixo:

As atividades desenvolvidas no decurso de dois anos (1961/62-1962/63) pelo GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA), evidenciam as firmes diretrizes traçadas por este importante órgão do INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ para a completa reestruturação da política cafeeira do Brasil.

Os resultados já obtidos no desdobramento das tarefas levadas a efeito em pouco menos de dois anos, quer nos processos de ERRADICAÇÃO DE CAFEZAIAS ANTI-ECONÔMICOS, quer na RENOVAÇÃO DAS LAVOURAS CAFEIEIRAS por métodos atualizados, etapas estas que têm a sua complementação racional na DIVERSIFICAÇÃO DAS CULTURAS, podem ser avaliados através de dados estatísticos e dos quadros anexos, que detalham em números expressivos o nível alcançado na fase inicial de assistência direta ao cafeicultor, como parte do esquema cuidadosamente elaborado pelo GERCA para a renovação da nossa maior exploração agrícola. (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, 1963, p. 52).

Por ser uma instituição de alcance nacional que regulava as ações de um dos produtos mais vendidos para o mercado internacional, as ações empreendidas pelo IBC costumeiramente rendiam manchetes em jornais ou artigos e matérias em revistas e periódicos.

O trecho anterior foi retirado de uma revista de natureza econômica: “A Revista das Classes Produtoras”, organizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, com acervo disponível entre os anos de 1911 e 2019. O nome já é bastante sugestivo em nos ajudar a perceber quem é seu público-alvo.

Dentro dessa notícia, há um destaque (inclusive tipográfico, com palavras deixadas intencionalmente em caixa alta) para a erradicação dos cafezais e a diversificação das culturas. A matéria, que ocupou cerca de 5 páginas da revista, buscou explicar de maneira detalhada toda a atuação do GERCA e sua necessária importância para a organização da política cafeeira no Brasil. O trecho acima foi o trecho inicial, onde já buscou se destacar o caráter reestruturador das erradicações, que iriam ajudar não apenas na regulação da atividade cafeeira, mas também na renovação dessa que é chamada de “a maior exploração agrícola.

A natureza do programa era voluntária, ou seja: não era de adesão obrigatória. Contudo, os valores a quem aderisse o programa eram interessantes. Além disso, objetivos são estipulados tanto em relação ao número de cafezais a serem erradicados quanto em relação às opções de uso da terra após a retirada dos antigos cafezais: diversificação agrícola inserindo outras culturas, ou a renovação da cafeeira, porém seguindo os padrões que fossem estipulados pelo IBC. Voltando a matéria publicada em revista, coloca-se que:

Os pontos básicos do programa do GERCA situam-se na ERRADICAÇÃO de 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos, em caráter voluntário; na renovação da cafeeira, sob processos técnicos atualizados, e na DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS, com o aproveitamento das áreas liberadas.

O lavrador interessado na erradicação obterá do Banco do Brasil, mediante contrato de financiamento, (Cr\$ 15,00 por pé de café) os recursos necessários para o trabalho inicial em suas lavouras, [...] com privilégio de se transformar tal financiamento em simples indenização desde que o mutuário diversifique as suas culturas durante três anos consecutivos (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeeira, 1963, p. 53) (O grupo executivo..., 1963, p. 53)

A primeira prática intervencionista conseguiu sua adesão. Entre os anos de 1961 e 1968 foram erradicados de fato cerca de 2 bilhões de pés de café em todo o Brasil com a liberação da área para diversificação agrícola (Campos, 2000). Os cafezais da Serra de Baturité foram profundamente impactados com este que consideramos o primeiro movimento intervencionista da região serrana. Contudo, a partir de pesquisa em fontes primárias, encontramos o ano de 1967 como ano inicial das intervenções. O documento produzido pela SUDEC ajuda-nos a entender melhor a circunstâncias em que foram desenvolvidas as erradicações na cafeeira serrana, onde coloca-se que:

O programa de erradicação de cafezais improdutivos, executado em todo o Brasil pelo IBC, atraiu em 1967 pouco mais de 50 cafeicultores da Serra de Baturité, mormente do município de Guaramiranga.

[...]

Para os produtores talvez a grande vantagem da erradicação residiu tão somente no recebimento da importância paga pelo IBC, a título de indenização (Cr\$ 300,00/ha), que enquanto existia café, o agricultor tinha uma renda garantida, embora pequena. A sua erradicação sem a substituição por outra cultura implicou em acentuada queda na renda dos produtores.

Por outro lado, a aplicação dos recursos oriundos da erradicação em grande parte dos casos feita fora da micro-região. Raros foram os agricultores que aplicaram estes recursos e investimentos produtivos em suas propriedades. (Ceará, 1974, p. 27-28).

Dentro do que foi dito, podemos perceber como as práticas intervencionistas conseguiram atrair certos produtores. Dentro disso, devemos fazer uma consideração que vai nos ajudar a compreender de maneira abrangente as intervenções na cafeicultura serrana de Baturité, seus resultados e seus desdobramentos: Não podemos falar de fim da cafeicultura serrana.

Mesmo havendo a retirada de cafezal de várias regiões, ainda houve produtores locais e sítios que se utilizaram da sua produção de base tradicional e nela permaneceram. São exemplos o Sítio São Luis, em Pacoti e o Sítio São Roque, em Mulungu. Em ambos os sítios, as práticas intervencionistas não foram adotadas, o que fez com que fosse mantida a agricultura de cultura tradicional até os dias atuais.

Acerca da Erradicação dos cafezais, é interessante perceber dois aspectos: a perspectiva da compensação financeira por cada hectare de cafezal derrubado, o que pode ter rendido certo retorno financeiro aos produtores que ganharam algumas cifras a partir da retirada de cafezais. E também a mudança produtiva e a migração para culturas agrícolas hoje comumente praticadas na região serrana, como a bananicultura e o cultivo de chuchu.

Acerca disso, Bernardo Sorj afirma que há uma busca de inserção e integração dos produtores “às regras do jogo impostas pelo capital ao nível do próprio processo produtivo” (Sorj, 2008, p. 50). Ou seja, para sua sobrevivência e sua manutenção dentro dessa dinâmica de integralização ao capital por meio de mudanças produtivas, que no caso da experiência serrana não foi obrigatória, mas se demonstrou atraente e vantajosa, os produtores, não apenas nesses, mas em outros casos tiveram que se submeter a essas adaptações.

Não se sabe exatamente quantos cafezais serranos foram removidos, contudo, o documento produzido pela SUDEC nos relata que cerca de 2000 hectares foram dos 50 de cafezais foram erradicados, principalmente de sítios localizados em Guaramiranga. Porém no próprio documento coloca-se que este número poder ter sido superestimado:



Na aplicação deste programa houve superestimação de áreas de maneira generalizada, por parte dos produtores, com a aquiescência forçada do Banco do Brasil, que não dispunha de pessoal habilitado para medir corretamente tais áreas. Segundo fontes do IBC do Ceará, em fiscalização prosseguida na época, numa amostra de cerca de 10% do total dos produtores que participaram do programa, em nenhuma delas as áreas medidas chegaram a atingir 50% das áreas indicadas pelos agricultores e aceitas pelo Banco do Brasil. (Ceará, 1974, p. 28).

É importante perceber que já neste primeiro momento, os trabalhadores sentiram os impactos da erradicação de cafezais. As adaptações dos trabalhadores e trabalhadoras vão ser melhor desenvolvidas no capítulo 3 deste trabalho, onde buscamos compreender os impactos e as ressignificações pelas quais estes trabalhadores e essa tradição cafeeira passaram. Contudo, a homens e mulheres que trabalhavam no dia a dia da cafeicultura que não foram beneficiados com a compensação financeira, atribuída apenas aos donos de sítios.

A política erradicadora que ocorreu na década de 1960 não foi algo unânime e por isso foi alvo de dúvidas e questionamentos logo depois de sua aplicação. Stahis Panagides, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – IPEA, desenvolveu no ano de 1969 um estudo analisando a Política de Erradicação dos Cafezais e Diversificação da Agricultura promovida pelo GERCA.

Em seu escrito, Panagides questiona se essa intervenção foi o melhor para alcançar o equilíbrio entre oferta e procura, além de os potenciais prejuízos que podem ter sido desenvolvidos com a erradicação, como a troca de uma cultura agrícola já adaptada a região e a “baixa absorção de mão de obra das atividades substitutivas”, o que foi tratado como ponto chave por Panagides: a baixa absorção de mão-de-obra, a dificuldade de adaptação e com isso, uma difícil recolocação dentro de dinâmicas do trabalho agrícola que se via cada vez mais alterado (Panagides, 1969, p. 41).

Nas áreas liberadas do café, o agricultor se comprometia a implementar outras culturas. A quase totalidade dos produtores optou pela substituição do café por bananeira, cultura esta que, sem contar com o uso de insumos e técnicas racionais, acabou por alcançar baixa produtividade. Raras são as propriedades que possuem cultura de bananeiras estabelecidas em terras liberadas pela erradicação dos cafeeiros. (Ceará, 1974, p. 28).

O documento da SUDEC nos é interessante por conter um breve relato acerca das primeiras intervenções na cafeicultura. Por ser do ano de 1974, foi escrito no momento onde a segunda parte das intervenções estavam em pleno curso, sendo citadas meramente como ideias. Contudo, atentando-nos ao que foi considerado acerca dos frutos da erradicação dos cafezais, podemos perceber que a dificuldade de adaptação na inserção de novas culturas se apresentou de fato dentro da experiência serrana. Mesmo após o primeiro objetivo ter sido alcançado, o estabelecimento de culturas alternativas como a banana, não obtiveram sucesso. Coloca-se

como problema a não utilização de “insumos e técnicas racionais”, ou seja, a não inserção dentro do que podemos considerar, os padrões básicos de uma produção pautada na modernização.

Algo que não vimos de maneira detalhada no relatório produzido pela SUDEC foram falas diretas relacionadas a mão de obra basilar da atividade agrícola: homens e mulheres que a pouco tempo participavam do trato do café e, acreditamos, sentiram de maneira intensa os efeitos da erradicação. Contudo, constantemente se fala da baixa produtividade. O que entendemos é que, para o Estado modernizador, mais essencial do que amparar os diversos sujeitos camponeses, era dar sentido econômico viável e retornável a região serrana que já estava sendo foco das intervenções.

Contudo, voltando o nosso olhar a dinâmica cafeeira nacional, a erradicação dos cafezais empreendida pelo IBC não foi o ponto final nas práticas intervencionistas. Cada variação da dinâmica agrícola nacional, principalmente vinculada a cafeicultura, poderia mudar a forma como políticas intervencionistas eram pensadas.

Saes (1995) coloca que na metade final da década de 1960, a estratégia nacional foi modificada devido à queda produtiva que estava atingindo a cafeicultura nacional. Buscando compreender melhor quais dinâmicas ajudaram a determinar esta mudança, o estudo produzido pelo IPLANCE no ano de 1977, visando perceber as oportunidades de investimentos na cafeicultura do Ceará esclareceu que:

A ocorrência de geadas e o aparecimento de ferrugem do café localizadas no Sul do país, no ano de 1970, reduziu o parque cafeeiro nacional, ameaçando não somente o cumprimento dos compromissos internacionais como também o abastecimento interno. Estes fatos provocaram uma mudança na política cafeeira, com o IBC vindo a incentivar a expansão da cultura em outros Estados não tradicionais, beneficiando no Nordeste aos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. (Iplance, 1977, p. 15)

A junção de fatores naturais afetou de maneira pesada a produção cafeeira. Além disso, a política de erradicação de cafezais também teve relação com essa queda produtiva. Esses fatores fizeram com que, entre os anos de 1970 e 1971 se iniciasse o que consideramos como segundo ciclo de intervenções na cafeicultura da Serra de Baturité: A criação por parte do IBC e do GERCA do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais, o PRRC. Dentro da dinâmica cafeeira nacional, o PRRC surgiu com o objetivo de incentivar o plantio do café em diversas regiões do Brasil que atendesse o mercado interno e externo, sendo que vários incentivos seriam dados àqueles cafeicultores que optassem por aderir ao programa (Saes, 1995).

O PRRC chega a Serra de Baturité no ano de 1971, primeiramente mapeando áreas para o replantio de café:

A redefinição das áreas potenciais para novos cultivos de café no Estado do Ceará foi realizada por uma equipe composta por técnicos do IBC-GERCA e do Instituto Agronômico de Campinas-São Paulo. A determinação foi fundamentada em estudos agroecológicos, em que se levou em conta, principalmente, indicadores tais como, altitude temperatura, precipitação, determinação da deficiência hídrica e tipos de solos. Estes critérios adotados se devem não somente às exigências da própria cultura cafeeira, mas também ao objetivo maior de atenuar ou mesmo impossibilitar o desenvolvimento da ferrugem das folhas do cafeeiro (Hemileia vastatrix, Berck e Br.). (Iplance, 1977, p. 17-18)

Utilizando como fonte principal o estudo promovido pelo IPLANCE no ano de 1977 que buscou avaliar como esta política do IBC foi desenvolvida nas microrregiões do Ceará e em especial na Serra de Baturité, conseguimos ter uma dimensão de como as intervenções tiveram seu curso. O primeiro ponto que nos chama atenção relaciona-se com os sujeitos que foram envolvidos na análise territorial da região visando implementar o PRRC. Não apenas a análise, mas como é colocado no próprio trecho: “a redefinição das áreas potenciais” onde o café poderia ser cultivado, algo por si só importante e definidor destas políticas que estavam para ser implantadas.

Os agentes da intervenção que vêm a campo definir as regiões são provenientes do próprio IBC, mas também do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). O IAC foi criado durante o período do segundo reinado no ano de 1887 visando a pesquisa agrícola vinculada a genética vegetal (Silva; Cortez. 1998). Neste momento das intervenções na cafeicultura, era promovido nesta instituição pesquisas relacionadas as variedades cafeeiras que poderiam ser plantadas e cultivadas.

Entendemos que tais sujeitos não vieram analisar as especificidades das condições geográficas e agroambientais da Serra de Baturité ou detalhes do cultivo de café, que mesmo tendo sido drasticamente reduzido, ainda se mantinha. O que nos parece lógico é perceber os agentes técnicos do IBC e do IAC como, neste primeiro momento, avaliadores que tem como função observar se a região serrana atende os pré-requisitos básicos para a implantação do PRRC.

O PRRC era uma política intervencionista nacional, portanto qualquer produtor que decidisse seguir as prerrogativas deste programa teria que adotar a padronização produtiva. Isso é colocado por Amorim (2019) que afirmam que o replantio dos cafezais se desenvolveu a partir da “adoção de princípios padronizados para todas as regiões do país, a despeito de suas diferenças geográficas, climáticas e ambientais” (Amorim, 2019, p. 57).

O novo modelo de plantio de café já se mostrou problemático pelo fato de usar da terra como mero receptor da cultura agrícola, não buscando compreender de forma mais delineada as experiências já desenvolvidas na região nem as especificidades atreladas ao cultivo de café e a tradição cafeeira daquela região. No decurso das implementações do replantio, outras perspectivas problemáticas foram se evidenciando. Vejamos o escrito abaixo, encontrado em relatório produzido pelo IBC no ano de 1971:

A necessidade de elevar os níveis da produção e da produtividade determinou a execução do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, abrangendo uma ampla linha de financiamentos, incentivando a formação de mudas, o plantio, a recopa, a aplicação de fertilizantes, corretivos e defensivos na lavoura cafeeira.

[...].

Existe, [...], a necessidade de exploração cafeeira através de uma ação integrada. Dentro desse propósito os programas IBC-GERCA têm se fundamentado na pesquisa, assistência técnica e assistência financeira. (Brasil, 1972, s. p.)

O discurso da instituição buscou deixar claro e evidente, logo em suas primeiras páginas, o objetivo de elevação de níveis produtivos por meio do uso de novas perspectivas de cultivo agrícola. Tal traço seria algo primário e condicionante para a efetivação das políticas de renovação. Dentro desta perspectiva, Souza (2008) em seu estudo acerca do café ecológico e sua rentabilidade, esses “pacotes com enfoque produtivista” silenciaram e “passaram por cima do conhecimento tradicional, experiência e capacidade de organização comunitária da população rural.” (Souza, 2008, p. 17).

Buscou-se dar um destaque neste trecho de relatório produzido pelo IBC no objetivo de inserir diversas ênfases visando a melhoria produtiva e o pleno alcance de metas nas áreas que foram redefinidas. Vejamos no trecho abaixo, retirado do documento produzido pelo IPLANCE em 1977 quais considerações são feitas acerca destes incentivos voltados para às regiões serranas: “A assistência técnica aos produtores compreende desde o fornecimento da semente, que é devidamente certificado pelo IBC, à formação de mudas, transplântio, plantio, tratamentos culturais e colheita” (Iplance, 1977, p. 21).

Buscou-se especificar esta assistência também voltada a Serra de Baturité, colocando que:

A assistência técnica vem sendo prestada por técnicos vinculados ao Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais.

Existe, nesta microrregião, agências do Banco do Brasil localizadas no município de Baturité, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado do Ceará que, em convênio com o PRRC, desenvolvem o crédito à expansão da Cafeicultura.

No tocante à assistência técnica e creditícia prestada aos cafeicultores, são obedecidas as mesmas normas e condições já descritas para a microrregião da Ibiapaba. (Iplance, 1977, p. 24)

O que fora pensado para as regiões do Ceará que receberam o PRRC foi basicamente igual. Auxílios financeiros, mudança de mudas para o replantio, incentivos científicos foram investidos e aplicados para que tal renovação e revigoração seja plena. O relatório do IPLANCE nos chega como um documento que registrou as intervenções no momento em que estas aconteciam, e por isso o fato de se colocar que o processo já está em curso, aplicando tais incentivos, é interessante para pensar como esse modelo realmente foi inserido dentro da realidade serrana.

Se o projeto teria pleno sucesso ou não, é algo que ainda não pode ser estabelecido, contudo o fato que podemos perceber a partir da leitura desses trechos é: Se iria ocorrer um replantio de café, era necessário que este replantio ocorresse dentro dos imperativos de uma nova produção que visava inserir os padrões tecnológicos modernizadores em todo o plantio de café.

Por isso, este acompanhamento técnico, o investimento financeiro e tecnológico, o uso de novas mudas acompanhadas e “certificadas pelo próprio IBC” vai ocorrer. Amorim (2019) coloca que a assistência técnica não conseguia atender demandas e problemas relevantes, tais visitas eram “espaçadas e nem sempre abordavam os problemas específicos enfrentados pelos produtores nos seus cultivos”. Tal fato ocorria porque “Em geral, os técnicos chegavam às propriedades com uma agenda pré-fixada e padronizada”, com poucas aberturas pelo fato de ter sido “criada nos escritórios centrais das agências de extensão rural e com a pretensão de uso generalizado, que se mostrava quase sempre descolada da realidade dos produtores e seus cultivos” (Amorim, 2019, p. 58). O que consideramos que estes agentes sequer buscavam ouvir as experiências e as especificidades existentes na tradição cafeeira serrana.

Ao olharmos a aplicação destes objetivos intervencionistas na cafeicultura da Serra de Baturité, o que percebemos é que mais que uma mudança na forma de se lidar com o plantio do café, o que ocorreu foram tentativas – voluntárias e involuntárias, mas mesmo não sendo propositais, com efeitos efetivos – de alteração e modificação do que fora construído dentro da tradição cafeeira serrana. Essas mudanças se efetivaram principalmente dentro do momento de aplicação dos pressupostos do PRRC, afetando e redefinindo a forma como se desenvolveria esta cultura agrícola.

O novo modelo de produção de café, que seria utilizado como padrão nacional para o aumento produtivo outrora pensado, era uma forma de plantio totalmente diferente do plantio desenvolvido dentro da cultura cafeeira que fora estabelecida na Serra de Baturité. A modificação de diversos aspectos do plantio, cultivo e do trato com o café foram em um sentido

diretamente oposto ao que foi historicamente construído na região e que se estabeleceu como uma tradição pois, no julgamento dos técnicos do IAC e do IBC tais mudanças seriam o essencial e o melhor.

Dentro disso, alguns pontos que o PRRC buscou desenvolver podem ser considerados centrais e definidores no sentido de explicar como se buscou efetivar redefinições e silenciamentos da tradição cafeeira serrana construída. Se inicialmente esta tradição se desenvolveu envolvendo relações historicamente definidas por meio de contatos constantes entre a terra a ser cultivada, os trabalhadores que a cultivam e que dela tiram sua sobrevivência e a cultura que foi se construindo dentro e fora das dinâmicas do trabalho, o sentido desses contatos e a forma como eles eram pensados pelas instituições interventoras foi modificado.

Neste tópico falaremos sobre as mudanças relacionadas com o trato da terra, buscando pensar como as diversas mudanças implementadas pelo PRRC pretendiam mais que renovar, redefinir, descaracterizar e apagar aspectos da cultura tradicional do plantio do café que fora desenvolvido na região Serrana. No tópico seguinte, onde iremos focar no discurso modernizador e suas ênfases buscando legitimação e aceitação, iremos perceber como os trabalhadores e foram definidos e repensados, assim como os aspectos da sua cultura.

Alf Schwarz em seu estudo acerca da lógica camponesa e da lógica do Estado interventor aborda de maneira interessante sobre como as diversas dinâmicas na lógica tradicional se relacionam, e mais do que isso, envolvem outras dimensões além de os mundos do trabalho. Em seu escrito, Schwarz afirma que no sistema tradicional de cultivo, o uso dos diversos elementos disponibilizados pela natureza associados a experiência dos sujeitos trabalhadores se faz essencial para a perspectiva do trabalho, sendo “estritamente interligados por um modo de funcionamento que individualiza esse sistema.” Porém, essas associações não se resumem ao trabalho, pois nesses casos, “o sistema de produção está fortemente articulado com o sistema social e político, e com o sistema cultural.” (Schwarz, 1990, p. 81).

Contudo, o PRRC não se atentava a esta consideração. Pelo contrário, as políticas do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais buscava, em seus discursos e em suas práticas ressignificar esta tradição. Vejamos como isso foi se desenvolveu:

O sistema de exploração que vem sendo adotado pelos cafeicultores cearenses adveio de adaptações realizadas sobre a tecnologia tradicionalmente utilizadas no Centro-Sul, por técnicos locais do IBC. Naturalmente, eles levaram em conta as condições agroclimáticas apresentadas nas regiões cafeeiras do Estado do Ceará. (Iplance, 1977, p. 29).

Os usos da terra que foram sendo repensadas com o PRRC e das formas de desenvolvimento da cafeicultura sob o lócus da modernização empreendida pelo IBC, o

IPLANCE trouxe em seu documento de 1977 detalhes importantes de como o processo seria desenvolvido. No exceto acima, observamos como os técnicos do IBC estabeleceram o modelo de plantio: uma adaptação do que já era utilizado no centro-sul.

Contudo, vemos que alguns aspectos e práticas comuns a cafeicultura da Serra de Baturité e ao uso de suas terras não foram levados em consideração quando se iniciou o replantio dos cafezais. O primeiro aspecto que percebemos não ter sido levado em consideração e que foi retirado nos novos modos de cultivo foi a prática do sombreamento dos pés de café. Esse modelo de plantio, que como vimos anteriormente foi desenvolvido a partir das tentativas de solucionar o esgotamento do solo e já estava sendo praticado na serra por mais de 60 anos foi visto como “não recomendável” para a região, não sendo usado pelos técnicos do IBC e, conseqüentemente pelos cafeicultores. Coloca-se que:

O sistema de plantio recomendado é o de livre crescimento, ou seja, sem sombreamento. Para esse tipo de cultivo, o cafezal deve ser plantado em espaçamento que possibilite o trânsito de implementos pelas “ruas” de café, permitindo a mecanização das carpas, tratamentos fitossanitários, adubações e outras práticas culturais. (Iplance, 1977, p. 31).

O plantio da cultura cafeeira aos moldes da produção desenvolvida na região Centro-Sul do país, além de a busca pelo maior aproveitamento de terras e com isso, o aumento produtivo, trouxe a prática novamente o plantio de cafezais em lavouras a pleno sol. A técnica que já fora usada no primeiro grande ciclo do café nos meados do século XIX, como vimos no tópico anterior, teve resultados expressivos, mas que logo depois tiveram queda vertiginosa e colapso do ciclo áureo do café na Serra de Baturité.

Mais do que retirar o plantio sombreado, o que vai se alterar aqui, novamente são as “paisagens do café”, conceito colocado por Ana Luiza Martins (2014) que iremos debater de maneira mais detalhada no último capítulo. Contudo, podemos perceber de antemão que as paisagens do café aqui são modificadas no passo que: o sombreamento é retirado; o modo de plantio voltado para a lavoura monocultora é inserido; ocorre a inserção das “ruas de café”, quando o modelo antigo não seguia esta padronização.

Porém, as árvores que sombreamavam traziam consigo algumas vantagens além de a sombra propriamente dita e o adubo orgânico, que por si só já eram extremamente relevantes. A proteção do solo contra a erosão, por exemplo, era outra perspectiva pois, em períodos chuvosos, as formações serranas sofriam de maneira intensa com as ações erosivas. Além disso, a própria proteção contra o sol dava ao cultivo do café um equilíbrio onde, os cafezais desenvolvidos poderiam se desenvolver de maneira mais amena.

Além disso, havia a questão da perda da adubação natural. A ingazeira cedia as folhas com que os cafezais compunham um adubo rico em nitrogênio que, em outros momentos dera as terras serranas novos fôlegos. Mônica Amorim nos fala, contudo, que toda essa produção orgânica foi trocada pela adoção de adubação química (Amorim, 2019).

O relatório produzido pelo IPLANCE elucidou isso de maneira detalhada, em um tópico dedicado inteiramente a adubação, onde, mesmo se falando do uso auxiliar de adubação orgânica com elementos como a palha do café e alguns dejetos animais, se destacou o uso de vários incrementos químicos visando a reposição de nutrientes que se mostravam ausentes, onde afirmou-se que:

Verifica-se que os nutrientes exigidos em maiores quantidades são o Nitrogênio e o Potássio, devendo-se, pois, dispensar maior atenção a esses dois elementos em termos quantitativos. Com relação aos micronutrientes, merecem destaque o zinco, cobre e boro, cuja deficiência afeta a produtividade dos cafeeiros. (Iplance, 1977, p. 32).

O uso de incentivos químicos não se limitou apenas ao solo e aos fertilizantes químicos. As sementes de café que foram plantadas seguiam o padrão do IBC onde, em associação com o IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, foram produzidas e modificadas geneticamente. Lembremos que os técnicos que vieram definir as terras apropriadas para o PRRC eram advindos dessa instituição.

De acordo com Silva e Cortez, a busca por “variedades de maior rendimento” resultou no desenvolvimento de novas espécies cultiváveis: O Catuaí Amarelo e o Mundo Novo, que foram resultados de hibridações. Essa nova variedade permitia um cultivo em menor distanciamento entre mudas, aproveitando melhor a terra (Silva; Cortez, 1998, p. 70).

De fato, essas novas variedades agrícolas foram trazidas pelo IBC, vejamos a tabela 2 que coloca as condições de espaçamento do plantio e cita também as variedades agrícolas:

Tabela 3 – Espaçamento entre cafeeiros e condições de plantio

<b>Variedade</b>	<b>Espaçamento básico</b>	<b>Número de Mudanças/Cova</b>	<b>Número de Cova/Hectare</b>
Mundo Novo	4,0 x 2,0 m	2	1000
	ou 2,5 m		1250
Catuaí	3,5 x 2,5 m	2	1150
	3,5 x 2,0 m	2	1430

Fonte: Iplance (1977, p. 32)

Os incentivos químicos, se não eram usados antes no tradicional plantio do café feito antes das intervenções, acabou chegando com toda força nas várias etapas do uso da terra e do trato com o cafeeiro. Acerca disso, Cíntia Wolfart em seu trabalho aponta-nos o uso dos



vários imperativos do desenvolvimento modernizador, para além dos insumos químicos, na agricultura outrora tradicional visava “diminuir o ciclo das culturas e criações”, colocando como objetivo “a ascensão da produtividade e maior e mais acelerada rotação do capital” (Wolfart, 2017, p. 90).

Em nossas pesquisas até o momento, não encontramos vultosos investimentos em maquinário tecnológico no caso da Serra de Baturité. Encontra-se em relatório do IPLANCE citações sobre o uso de maquinário básico, como a compra de alguns tratores para desmatamento da mata local. Contudo, logo se estabelece que no caso da Microrregião de Baturité tal uso seria limitado devido a topografia local.

Essa dinâmica diferenciada destoa um pouco dos padrões de outros investimentos modernizadores nas diversas produções agrícolas brasileiras desse período, mas isso não descaracteriza o objetivo comum das modernizações na agricultura: a inserção destes modelos na produção e no consumo capitalista, algo destacado por José Graziano da Silva em seu estudo acerca destas transformações na agricultura brasileira (Silva, 1982). Esta inserção foi enfatizada nos discursos modernizadores e iremos nos ater mais detalhadamente tópico seguinte.

Além de retirar o sombreamento e investir massivamente no uso de insumos químicos, relegando em grande medida uma produção orgânica, o plantio consorciado foi outra prática da tradicional que acabou entrando nos focos da modernização da cafeicultura serrana. De acordo com o documento produzido pelo IPLANCE a adoção do uso de outras culturas intercalares deveria ser para fim de cobertura do solo ou complementação da renda, mas ocupando mínimo de espaço possível:

Além de ser uma prática vegetativa de conservação do solo, por mantê-lo coberto durante parte do período chuvoso evitando os efeitos da erosão, as culturas intercalares essenciais poderão ser empregadas, durante os primeiros anos do cafezal, como fonte adicional de renda.

No caso específico da Ibiapaba, a cultura do maracujá consorciado com o café nos 2 primeiros anos tem excelentes resultados financeiros.

Sem comprometer a produção do café, o maracujá consegue produzir, em termos médios, 15 toneladas/hectare ou 80 frutos/pé em peso médio de 80 gramas, ensejando para o produtor, um lucro líquido de aproximadamente Cr\$ 11.000,00/ha/ano. Como cultura intercalar, na região da Ibiapaba, cita-se a cultura do tomate pois, no mercado, consegue produzir até 30 ton./hectare que comercializado ao preço médio de 4,00 a nível de produtor poderá proporcionar uma receita bruta de Cr\$ 120.000,00/ha com um custo de aproximadamente, Cr\$ 30.000,00/ha. (Iplance, 1977, p. 36).

Ao contrário do que imaginamos no caminho inicial das pesquisas, o IBC não recomendou o fim do plantio consorciado. Contudo, o que ocorreu foi uma ressignificação produtiva. Se outrora, a produção vinculava-se diretamente com a cultura alimentar dos trabalhadores e trabalhadoras e com sua sobrevivência, nesta perspectiva, o fim dessa produção

era financeira. Os números e cifras demonstram bem isto, assim como a ênfase do alto retorno monetário aos produtores que optassem por seguir culturas frutíferas como o maracujá ou o tomate. Contudo, observemos que apenas o exemplo referente a região da Ibiapaba é citado.

No caso de Baturité, acreditamos que tal recomendação foi repetida, sendo que se não ocorresse tais casos, a produção deveria ser em modo de plena lavoura, priorizando sempre a monocultura do café. O modo de organização das áreas de plantio recomendado pelo IBC se baseava nas lavouras, termo constantemente repetido no relatório ao se referir a nova área do café. A adoção das “ruas de café”, citado anteriormente em fonte, também demonstra isso, fazendo-nos entender que a produção do café deveria ser prioritária.

Wolfart destaca essa dimensão da modernização agrícola, ao evidenciar que muitas das vezes, a adoção desta monocultura vinha como atrativo e ao mesmo tempo demanda necessária aos pequenos produtores rurais, que viam se cada vez mais impelidos a inserir-se nas dinâmicas produtivas que “sugavam de todas as formas” tais proventos visando sua plena manutenção (Wolfart, 2017, p. 240).

As formas como o IBC e o PRRC buscaram modificar o plantio do café na Serra de Baturité de fato, foram colocadas em prática. Contudo, estas perspectivas foram se apresentando problemáticas, principalmente a relacionada a retirada do sombreamento dos cafezais e da adaptação às mudas de café geneticamente modificadas a realidade serrana. Nos anos de 1973 e 1974, alguns problemas foram evidenciados. No relatório produzido pela SUDEC, que foi contemporâneo a esta conjuntura por ter sido produzido em 1974, relata-se estes problemas, colocando que:

[...] das três áreas incluídas [...], a MRH-65 [Microrregião da Serra de Baturité] tem apresentado um sério problema, qual seja a elevada mortalidade das mudas transplantadas. Isso determinou a necessidade de replantio no ano seguinte, que implica em novos gastos com compra de mudas, fertilizantes e mão de obra. Na Serra de Baturité a mortalidade de mudas transplantadas é um fator generalizado, que ocorre em porcentagem que oscilam entre 10 e 80%, variando não só de produtor para produtor, mas também de uma para outra área, numa mesma propriedade. (Ceará, 1974, p. 29)

Percebeu-se que alguns problemas relacionados ao plantio das novas mudas surgiram, o que acarretou conseqüentemente um prejuízo financeiro entre o que já fora investido e o que viria a ser novamente injetado visando o replantio. Chama-nos atenção a oscilação de mortalidade, que poderia ser relevante, mas mínima ou poderia ser devastadora, trazendo aos produtores a necessidade de investir novamente uma quantia vultosa nos cafezais.

Fazendo uma pausa momentânea, devemos lembrar que o documento produzido pelo IPLANCE no ano de 1977 explicou de maneira detalhada como os produtores conseguiam

desenvolver estes investimentos. Os recursos financeiros eram obtidos por meio da assistência creditícia promovida por algumas agências estatais como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado do Ceará, que, conveniadas ao IBC e ao PRRC, cediam empréstimos e financiamentos aos produtores, por meio de linhas de crédito direcionado à expansão da cafeicultura. Estes recursos financeiros eram utilizados para comprar os insumos agrícolas mais diversos, sendo a Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO), a responsável pela venda dos insumos em dez postos de revenda localizados nos diversos municípios da Serra de Baturité (Iplance, 1977).

Voltando ao problema que fora evidenciado no relatório produzido pela SUDEC, as mudas não conseguiram se adaptar ao solo serrano e por isso ocorreu uma mortalidade em alto número. Colocou-se em consideração algumas hipóteses que poderiam justificar este primeiro insucesso, e logo foi estabelecida uma ligação ao rigoroso inverno atingiu a Serra, fazendo com que esses cafeeiros não aguentassem essa exposição a uma intensa quadra chuvosa. Ao se analisar hipóteses e justificativas, foi evidenciado que:

Para muitos a elevada mortalidade de mudas tem como causa maior o grande rigor dos dois últimos invernos (1973/74), que somados à natureza dos solos da Serra de Baturité, em geral de textura média e pesada, vem promovendo encharcamento das covas. Em consequência, as raízes das plantas recém plantadas não se desenvolvem satisfatoriamente.

Com o início do verão ocorre com o solo um problema inverso – o seu ressecamento. Com isto, muitas das mudas mal “pegadas” que conseguiram resistir ao excesso d’água, morrem por falta de umidade.

Esta hipótese apoia-se no fato de que na Ibiapaba onde os invernos também foram muito rigorosos, quase não ocorre mortalidade de mudas. A diferença entre as 2 regiões está exatamente no solo; enquanto na Ibiapaba os solos são arenosos e bem drenados, na Serra de Baturité estes são argilosos e de drenagem difícil.

Ainda outra hipótese levantada para explicar o problema refere-se a não utilização do sombreamento nas novas culturas, que era feito com a Ingazeira (ingá sp.), nos cafezais antigos. Como consequência da falta de sombreamento, grande porcentagem de morte das mudas ocorre no verão, por escassez d’água.

Os que defendem esta hipótese se esquecem de que, se os novos plantios de café fossem feitos sob ingazeiras, possivelmente estaria ocorrendo um problema de drenagem ainda mais sério nos dos últimos invernos, o que acarretaria provavelmente uma maior mortalidade de mudas. (Ceará, 1974, 29-30)

A fala promovida no documento evidenciou como alguns problemas que pareciam ser comuns no período de plantio de cafezais a pleno sol. Mesmo sendo problemas secundários, como a exposição excessiva ao sol e a chuva, faz sentido considerar que estes agentes naturais poderiam trazer problemas ao solo serrano, assim como faz sentido considerar que as ingazeiras e outras árvores de sombreamento eram usadas também neste sentido.

Achamos interessante o apontamento feito acerca do sombreamento dos cafezais e deste potencial protetivo, algo já destacado em literaturas anteriores. Contudo, entendemos na

negação que veio na fala seguinte uma minimização da real relevância do sombreamento dentro das configurações do plantio de café e que, de fato, a sua retirada já trazia consigo efeitos nocivos ao uso da terra e a cultura agrícola ali vigente.

Mônica Amorim evidenciou esse aspecto em seu texto, colocando que o “o abandono do sombreamento” causou a “significativa diminuição da cobertura verde da serra”. Ela coloca que os técnicos vinculados ao IBC desconsideraram “as condições agro meteorológicas locais, que combinavam chuvas fortes no início do ano com uma estação seca prolongada durante os meses de junho a janeiro” (Amorim, 2019, p. 58-59).

Com a retirada do sombreamento, tais condições expunham de maneira direta os cafezais e os solos a uma forte erosão causada pelas chuvas e ao calor que chegava a queimar as mudas de café que não estavam bem firmadas em solo pouco espesso. Essas dinâmicas causavam a morte dos cafezais e a perda produtiva, logo depois à repetição de investimentos para efetuar novo plantio dentro dos padrões do IBC, que ali se demonstravam fadados ao fracasso.

Contudo, a narrativa feita pela SUDEC não traz como desfecho esse fracasso, pelo contrário, o que vai ser colocado como ideia comum é o destaque ao potencial produtivo e o irremediável sucesso:

Embora se observe em muitos agricultores um certo pessimismo quanto ao sucesso do Programa, eles continuam cuidando das suas lavouras já implantadas e fazendo o replantio das mudas que morreram.

Dentro de mais 2 a 3 anos, quando os cafezais novos começarem a produzir, provavelmente o atual pessimismo de muitos cederá lugar a uma atitude mais otimista face aos problemas. (Ceará, 1974, p. 30).

Este discurso repleto de “otimismo racionalizador”, utilizando termo de Alf Schwarz (1990), foi evidenciado também no relato produzido pelo IPLANCE, onde foram enfatizados prazos e perspectivas produtivas que seriam úteis para o pagamento dos investimentos que foram feitos desde 1967, com o Programa de Erradicação de Cafezais, a manutenção da demanda regional e o superávit que viria a ser vinculado para exportação. No documento, evidencia-se que:

[...] a nova posição de equilíbrio foi estabelecida para o ano de 1985, porque foi considerado que ao final da atual década seriam exigidas ações a curtíssimo prazo e metas de plantio consideradas extremamente elevadas para serem cumpridas. Assim a partir deste ano limite, foram projetadas a produção e demanda onde foi constatada a necessidade do plantio de uma área de 306,4 mil hectares para eliminar o déficit de Café no Nordeste. (Iplance, 1977, p. 51).

Devemos levar em consideração o fato que os índices produtivos se referem a toda produção do Estado, em diferentes áreas de plantio. Além disso, tais metas produtivas

propagandeadas visaram ser atribuídas como solução do déficit produtivo do Ceará e logo depois da região Nordeste. Contudo, na realidade da Serra de Baturité, o que percebemos e é demonstrado em tabela, é que as intervenções foram na cafeicultura por meio do PRRC foram perdendo alcance e fôlego no decorrer dos anos de 1971-1975. Na Figura 2, podemos observar uma tabela retirada de forma integral do estudo desenvolvido pelo IPLANCE que traz os números de forma detalhada.

Figura 22 – Plantio de café no Ceará (1971/75)

PLANTIO DE CAFÉ NO CEARÁ															
1971/75															
MUNICÍPIOS	1971/72			1972/73			1973/74			1974/75			TOTAL		
	N.º de Propried.	Área ha	Cafeeiros mil pés	N.º de Propried.	Área ha	Cafeeiros mil pés	N.º de Propried.	Área ha	Cafeeiros mil pés	N.º de Propried.	Área ha	Cafeeiros mil pés	Área ha	Cafeeiros mil pés	N.º de Propried.
Viçosa	-	-	-	12	45	52,9	17	25,8	32,8	4	18	19,2	88,8	104,9	23
Tianquã	-	-	-	14	191	223,7	4	17	18,7	11	61,5	79,1	269,5	321,5	29
Ubaiana	2	6,8	9,6	11	47,3	66,2	32	140,1	195,7	10	42,7	50,8	236,9	322,3	55
Ibiapina	3	6,4	9,0	21	83,6	117,1	-	-	-	8	13	16,3	103,0	142,4	32
Guaraciaba	1	1,8	2,5	10	59,3	83,1	-	-	-	12	33,8	44,0	94,9	129,6	23
São Benedito	4	6,8	9,5	38	219,9	307,9	34	158,3	222,2	127	106	138	491,0	677,6	103
Maciço de Ibiapaba	10	21,8	30,6	106	646,1	850,9	77	341,2	489,4	72	275,0	347,4	1.284,1	1.698,3	265
Guaramiranga	14	131,8	184,5	47	663,1	928,4	6	41	57,5	3	70	99,9	905,9	1.270,3	70
Pacoti	5	16,1	22,5	20	248,6	348,0	4	32,8	44,8	-	-	-	297,5	415,3	29
Mulungu	4	11,6	16,3	28	240,8	337,2	1	7,6	10,7	-	-	-	260,0	364,2	33
Aretube	7	50,8	71,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,8	71,1	7
Maciço de Baturité	30	210,3	294,4	95	1.152,5	1.613,6	11	81,4	113,0	3	70	99,9	1.514,2	2.120,9	139
Meruoca	-	-	-	15	57,6	80,7	12	28	36,2	4	7,5	11,2	91,1	128,1	31
CEARÁ	40	232,1	325,0	216	1.856,2	2.545,2	100	448,6	618,6	79	352,5	458,5	2.889,4	3.947,3	435

FONTE: IBC/GERCA-CE

Fonte: Iplance (1977, p. 47).

Ao compararmos os números de propriedades que foram alvos das políticas do PRRC na Serra de Baturité, o que percebemos é como logo na primeira parte da década de 1970 os índices de investimentos foram caindo de maneira vertiginosa. Isso se expressa inclusive, quando percebemos que alguns dos municípios da região serrana, nas safras de 1974/75, tem registros zerados. Levantamos como hipótese que, tal fato ocorre porque não ocorreram novos plantios em outras áreas além de o fato de ter sido necessário investir novamente em plantios que não tiveram o sucesso tão alarmado pelo IBC.

Acreditamos que de maneira constante, os números de investimentos foram sendo cada vez mais diminutos e inexpressivos. Mônica Amorim destacou o fato de além de ter havido frustração nos resultados, “a baixa produtividade, altos custos, riscos elevados e lucratividade insuficiente” levaram a um recuo das políticas intervencionistas do PRRC, que durariam até o

ano de 1981. Ela afirma que os produtores “foram excluídos dos incentivos do governo para o setor e abandonados à própria sorte” (Amorim, 2019, p. 58), ou seja, a cultura cafeeira desta região teria entrado em mais um processo de declínio.

Contudo, falamos aqui dos produtores, mas os trabalhadores e trabalhadoras vão sentir os efeitos dessas modernizações. Antes de tudo, homens e mulheres que retiravam da cafeicultura sua sobrevivência, vão sentir os fortes impactos das intervenções modernizadoras no cerne da atividade agrícola. Selma Maria Peixoto Alcântara, em seu trabalho sobre a importância da cafeicultura serrana a partir da década de 1970, sob um lócus ecológico e socioeconômico, reitera esse impacto ao destacar em seu trabalho dos que a “decadência da produção levou a uma queda na renda dos que trabalham na apanha” do café (Alcantara, 2009, p. 101).

Seja como for, mulheres e homens que viam no café sua uma atividade econômica essencial a sobrevivência e que baseavam muitas de suas formas de socialização e sobrevivência nos entrelaces construídos entre suas experiências subjetivas e a tradição cafeeira serrana vão passar por readaptações e ressignificações. As mudanças não foram “apenas econômicas”, ela trouxe consigo novos êxodos, a ascensão de novas categorias sociais, onde ocorreu “uma mudança de papéis desempenhados pelos mesmos personagens”, o que formou também novas experiências e novas explorações (Natividade, 2018, p. 261).

Melissa de Miranda Natividade evidencia-nos em sua tese esse aspecto da modernização da agricultura e seus “efeitos perversos”, com a incorporação da ideia de comercialização e da inserção dentro da agroindústria por meio da captação de insumos. Ela coloca que a “ruptura das relações sociais tradicionais” trouxe a produtores e trabalhadores locais a perda do controle sobre o seu próprio “saber fazer” (Natividade, 2018, p. 261).

Outro aspecto importante que devemos evidenciar é o fato de que tais políticas implementadas entre os anos 1967 e 1981 não foram aceitas por todos os produtores locais. Alguns sítios de café optaram por não seguir os padrões do IBC, seja na diversificação de culturas, seja principalmente no replantio de cafezais. Dentro disto, os produtores e trabalhadores desses sítios também passaram e sofreram adaptações e ressignificações, que serão o tema de nossa análise também no capítulo 3.

O que devemos levar em consideração é o fato de as modernizações na cafeicultura serrana terem se embasado, em grande medida, no discurso e a ideologia da modernização. Esse discurso, que busca sempre legitimar-se e mostrar-se aplicável, possível, palpável foi sendo desenvolvido nas diversas narrativas produzidas pelas instituições públicas ou por meios onde

fosse possível anunciar tais práticas. Iremos observar mais detalhadamente estas ênfases no próximo tópico.

### **2.3 Os auspícios da modernização: propagação e legitimação de uma ideologia**

A partir de então, a cafeicultura cearense passou por grandes mudanças e inovações tecnológicas. Com a adubação correta, tratamentos culturais adequados, medidas defensivas contra pragas e doenças, crédito e assistência técnica, a cultura cafeeira vem experimentando excelentes resultados. [...].

Atualmente, a cultura cafeeira no Estado assume real posição de destaque, não somente pelos seus efeitos econômicos como também pela sua conotação social de absorver e bem remunerar o grande contingente de mão-de-obra rural que vive nas regiões cafeeiras do Estado do Ceará. (Iplance, 1977, p. 15).

A cafeicultura serrana viu nos dois momentos de intervenção, a chegada de uma perspectiva modernizadora que visava uma mudança de suas ênfases em diversos sentidos como mencionamos anteriormente. Essas mudanças, porém, não poderiam ser vistas como desvantagem, mas sim como soluções, perspectivas que iriam mudar um rumo produtivo e trazer o desenvolvimento ou o progresso, palavras muito utilizadas.

O recorte acima, encontrado no manual produzido pelo IPLANCE, demonstra isso ao destacar as “grandes mudanças e inovações tecnológicas”. Coloca-se a chegada das intervenções como divisor de águas que definiu uma mudança de curso na produção agrícola regional, por causa dos diversos efeitos a qual ela afetava. Seja no campo econômico ou social, as intervenções na cafeicultura do Ceará chegaram de maneira providencial e deram outro sentido produtivo.

Entendemos, logicamente que o discurso do documento produzido pelo IPLANCE, assim como referências em periódicos, jornais e em outras falas oficiais, são propagandas conscientemente produzidas visando a construção da ideologia modernizadora e tentando demonstrá-la como necessária, válida e relevante em vários sentidos. Alf Schwarz elucida isso, destacando:

De fato, eles sempre afirmaram que, em princípio a modernização agrícola apresenta, por sua própria natureza, vantagens compatíveis para o produtor e para o Estado. O aumento da produção, sua diversificação, a melhoria dos equipamentos produtivos, o impacto dos programas de assistência e formação na mudança e mentalidade, beneficiaram forçosamente os dois parceiros: o pequeno agricultor veria sua renda aumentar, o Estado veria crescer as possibilidades de arrecadação de um excedente agrícola gerado por uma produção e uma produtividade aumentadas. Assim, um poderá consumir mais e investir no seu empreendimento agrícola para produzir mais e o outro poderá desenvolver, servindo-se do excedente agrícola reinvestindo em outras atividades produtivas, uma economia moderna; enfim ambos se beneficiarão do conjunto das atividades inseridas a jusante e a montante da atividade agrícola

propriamente dita. Dessa forma, tudo parece caminhar para o melhor, no melhor dos mundos possíveis da teoria da modernização agrícola. (Schwarz, 1990, p. 80)

O que podemos perceber é que na síntese dos discursos modernizadores buscou-se adotar um ideal de totalidade, seja de alcance das perspectivas, de produtividade e lucratividade ou mesmo de atendimento satisfatório a diferentes grupos. Contudo, o próprio Schwarz vai estabelecer que o discurso modernizador oculta os “sacrifícios que se pede a alguns para possibilitar a alguns para possibilitar o lucro de outros”. Se o discurso, os cálculos, as prospecções e expectativas encantaram, a realidade ou melhor, a incongruência existente entre as lógicas do desenvolvimento e da lógica camponesa acabou definindo quais grupos foram beneficiados e prejudicados dentro da plena prática (Schwarz, 1990, p. 80).

É a partir desta premissa, que algumas narrativas vão ser desenvolvidas em diversas áreas visando legitimar o processo modernizar, visando propagar uma plenitude do projeto modernizador, além de mostrar como as intervenções acabam se fazendo necessárias para o pleno desenvolvimento da região serrana. O objetivo deste tópico embasa-se em pensar e compreender como várias narrativas foram produzidas visando “vender” as intervenções na cafeicultura, legitimá-las como processo necessário e até certa medida inevitável e, mais que isso, naturalizá-la, buscando entender também, quais lógicas e pressupostos alimentaram estes discursos.

Antes de analisarmos os discursos, porém, precisamos ter noção de duas perspectivas conceituais que norteiam as falas das instituições e que podem nos ajudar a entender seu sentido: A primeira relaciona-se com a compreensão de que as narrativas que buscaram legitimar as intervenções na cafeicultura serrana são, em grande medida, frutos das ideias e perspectivas da Revolução Verde, momento que influenciou em grande medida as premissas do discurso modernizador. Mais do que compreender o que foi esse momento, buscaremos aqui pensar um pouco como tal momento ajudou a definir esse discurso.

A segunda questão relaciona-se com a própria ideia de modernizar, a carga conceitual do termo “modernização” e seus sinônimos dentro das narrativas. De modo mais generalista e atrelado a experiência desenvolvida a partir da Revolução Verde, o conceito de modernização traz pressupostos e ênfases bastante definidos que demonstram a complexidade atrelada a esta perspectiva, e que, mais ainda mostram como este conceito, no momento específico das intervenções na cafeicultura, pode ser pensado também como uma ideologia a ser pregada, defendida e legitimada por parte das instituições que o preconizam. Não apenas esta categoria conceitual, mas outros termos que, iremos buscar compreender.



Inicialmente, para que possamos compreender melhor o sentido das intervenções na cafeicultura serrana de Baturité, consideramos razoável perceber como essas práticas se buscaram se legitimar primeiramente dentro da perspectiva estatal e logo depois entre os próprios cafeicultores, pela possibilidade de inserir a cafeicultura de Baturité em uma dinâmica capitalista. Esta premissa de inserção no mercado dentro dos fluxos do capitalismo relaciona-se muito aos discursos do momento da “Revolução Verde”.

De acordo com o Dicionário de Educação do Campo, a “Revolução Verde” foi um “ciclo de inovações” na agricultura por meio de “pacotes tecnológicos”, que visou, por meio de alguns fatores como os avanços tecnológicos do pós-Segunda Guerra Mundial e do apoio financeiro de instituições diversas promover o aumento da produtividade agrícola, sendo introduzida no Brasil a partir da década de 1950. Esses pacotes tecnológicos eram “insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras, conjugado ao difusionismo tecnológico” (Pereira, 2012, p. 687).

Em sua análise acerca do desenvolvimento da agricultura cearense e das influências exercidas pela Revolução Verde por meio do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal, Gonçalo Neto elucida o fato de que alguns dos objetivos destes investimentos era o “combate à fome e a pobreza através do aumento da produtividade”, onde as vantagens seriam reais “tanto para o agricultor, quanto para o Estado”. (Mourão Neto, 2022, p. 43)

Porém, inerente a esta difusão de incentivos, foi inserida também a propagação de uma “base ideológica de valorização do progresso”, o que podemos considerar aqui como um ideal modernizador. Progresso, modernização e desenvolvimento são palavras-chave de muita proximidade que foram constantemente repetidas nos discursos e nas práticas dos agentes estatais para legitimar todo o processo intervencionista. (Pereira, 2012, p. 687)

Essas categorias chaves são essenciais para que possamos entender todos o arcabouço semântico utilizado. Os avanços químicos, tecnológicos e estruturais acumulados no Pós Segunda Guerra foram inseridos no processo de modernização da agricultura, não de maneira inocente ou imparcial. Entendemos aqui que as práticas modernizadoras, que surgiram dentro de propostas humanitárias e filantrópicas vão, na realidade, alinhar-se com as perspectivas de uma hegemonia do capital, cada vez mais dominante.

A ideia de hegemonia está atrelada a muitas das contribuições do teórico inglês Raymond Williams. Entendemos aqui o Capital como uma proposta de hegemonia, ou como coloca também Williams, um “sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas organizados e vividos” (Williams, 2011, p. 53). Essa hegemonia do capital atrelada a Revolução Verde, mais do que apenas levar ideias, buscou

inserir-se no lócus da vivência e do cotidiano dos sujeitos envolvidos para que, a partir da dimensão do trabalho e de sua significação conseguisse se vincular a outras dimensões da vida e do cotidiano, tornando-se assim esse sistema dominante, essa ideologia.

O momento da Revolução Verde, mais que repensar as formas de trato com a agricultura, buscando desenvolver novos modelos cada vez mais rentáveis e produtivos, pensou também repensar a classe trabalhadora a partir destas novas perspectivas. Melissa de Miranda Natividade coloca que mais que apenas “qualificar a mão-de-obra do campo”, havia um objetivo de organizar “comunidades rurais aptas a consumirem tecnologia” que viria com os pacotes da Revolução Verde. Em um longo prazo, o que se colocava como objetivo eram suprir-se com “trabalhadores disciplinados”, uteis a indústria e também a agroindústria (Natividade, 2019, p. 195-196). Ou seja, mais que camponeses, ou sujeitos do campo, os indivíduos que tiravam do campo sua sobrevivência iria ser reduzidos a mão-de-obra útil aos objetivos da Revolução.

Dentro do contexto da “Revolução Verde”, Cintia Wolfart coloca que os foram desenvolvidas “ações na agricultura”, visando “a conquista de lucros”, por meio de uma introdução na “lógica de produção voltada para o mercado, seja internacional e nacional.”, para suprir uma “falta de alimentos” (Wolfart, 2017, p. 161). O recorte espacial desta autora abordou as intervenções na agricultura paranaense, onde houve o objetivo do aumento produtivo para a autossuficiência e também para a exportação.

Como podemos ver, os discursos e práticas da modernização da cafeicultura no Ceará e na Serra de Baturité foram produzidos em grande medida no momento da efetiva influência da Revolução Verde nas práticas agrícolas brasileiras. Entre os anos 1950-1980, o discurso da modernização e suas práticas foram comuns, principalmente quando percebemos, dentro da conjuntura política nacional o discurso desenvolvimentista que fora latente entre os anos 1950-1965, o forte controle estatal no período da ditadura civil militar, associado também ao “milagre econômico” (Martine, 1990; Fausto, 2015).

O conceito de modernização, nesse sentido, é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território. [...] a modernização entra no jogo dos debates teóricos e geralmente é justificada ideologicamente nas instituições acadêmicas, no universo político e nos meios de informações. Assim, modernização não se refere, única e exclusivamente, às transformações que se processam nos meios de produção e nas bases técnicas, pois envolve um conjunto de valores que, advindos de uma determinada classe social, se apresenta com forte caráter ideológico. (Castilho, 2010, p. 127)

A modernização, tão falada nesta pesquisa e tão defendida nos discursos e práticas da intervenção, é um conceito e uma ideologia que precisamos compreender de maneira mais

abrangente. Como conceito das ciências humanas, tal categorização se constitui complexa e de aplicação em muitas áreas temáticas e recortes temporais. Contudo, precisamos compreender por que tal categoria, e mais ainda, tal ideologia acabou se tornando uma perspectiva norteadora do estado interventor, de suas instituições e de seus discursos.

Para compreendermos as dimensões da modernização, devemos primeiramente perceber a raiz desta palavra: o moderno. O conceito de “moderno” não é algo novo, e nos remete aos séculos XV-XVI, onde mudanças na forma de interpretar o mundo ocorreram logo após o início da queda da Europa Medieval. Porém, algo que é destacado pelo Denis Castilho é que principalmente nos séculos XX e XXI, é que é preciso uma “atenção conceitual com o tema”. De acordo com o geógrafo, “a difusão em massa do conceito represente uma ‘armadilha’, sobretudo para os despercebidos que aceitam a modernização como algo natural e necessário ao processo econômico” (Castilho, 2010, p. 126).

Essa modernização buscou se mostrar no campo da técnica, no campo das palavras e no campo das ideias também. A inserção de novas formas de produção e de dinâmica de trabalho trouxe também saberes técnicos e científicos estabelecidos para melhor efetividade e lucratividade. Contudo, mais que mera prática vinculada ao trabalho e que buscava se encerrar na dimensão do trabalho, essa premissa também se estabeleceu como uma ideologia, como fora mencionado por Denis Castilho, buscando se legitimar e se afirmar dentro dos diversos grupos sociais a sua maneira (Castilho, 2010).

Roseli Alves dos Santos (2008), evidencia que o ideal moderno conduz os seus aplicadores uma experiência revolucionária. Entendamos esse aspecto revolucionário como uma alteração estrutural nas relações com o trabalho e o cotidiano, de bases tradicionalmente estabelecidas e hegemônicas nas experiências dos pequenos núcleos camponeses. Ela afirma que:

O moderno significa ruptura, pela qual novos caminhos são trilhados, possibilitando chegar a outro lugar ou ao mesmo, porém com trajetórias diferentes. Conforme se observa na atualidade a *modernização técnica* da agricultura brasileira leva ao mesmo lugar, apesar de trilhar diferentes caminhos. O lugar da acumulação e da exploração. [...], o ideal moderno conduz a um processo revolucionário, com as relações territoriais, políticas, econômicas e culturais. A modernização provoca mudanças profundas nas forças, relações produtivas e no ideário de vida diária, no campo e na cidade. (Santos, 2008, p. 64)

Levamos em consideração esta perspectiva da autora, principalmente ao compreender que os agentes da intervenção e os discursos evidenciados, em alguma medida, se percebiam de tal forma, o que ajudava inclusive nas suas buscas por legitimação. Não que os sujeitos do café como trabalhadoras, trabalhadores e pequenos produtores tenham atribuído esta

perspectiva revolucionária aos auspícios da modernização. Mesmo alguns tendo visto com bons olhos, compreendemos que de um modo geral, as intervenções na cafeicultura mais dividiram opiniões do que concentraram. Contudo, é interessante pensar que por parte dos agentes da intervenção poderia haver essa autoidentificação.

O ato de modernizar seria não apenas um mero instrumentalismo, uma implantação técnica que não considera os atores sociais envolvidos, mas também uma ideologia que salvaria os trabalhadores dando-lhes um novo sentido, uma nova função. Tal lógica onde se busca dar sentido produtivo é interessante para compreender as ênfases do discurso. Isto é explicitado na primeira fonte deste tópico, quando se destacou o fato de haver um sentido “além de o econômico” (Iplance, 1977, p. 15).

Buscando entender esta categoria conceitual à luz de algumas interpretações semânticas e etimológicas, Raymond Williams, ao pensar a historicidade existente em torno da palavra moderno. Ele destaca como este termo e seus derivados – modernizar, modernizante, modernização – vão ocupar posições estratégicas nos debates em torno de diferentes debates nos séculos XIX e XX (Williams, 2007). Contudo, o que nos chamou atenção é o fato de Williams colocar que, em dados momentos “moderno tornou-se equivalente a melhorado, satisfatório ou eficiente” (Williams, 2007, p. 282).

O governador Adauto Bezerra considera que a cafeicultura é uma nova e promissora opção econômica para o Ceará, que tem áreas propícias para esse tipo de atividade. Nas Serras de Baturité, Meruoca e Ibiapaba, já e panta café há vários anos e ultimamente a produção tem aumentado [...].

Segundo o BNB, o plano de revigoramento visa obter maior produtividade dos cafezais nordestinos, ampliando sua área de produção e sua produtividade, através da aplicação racional de fertilizantes, defensivos e corretivos. (Diário de Pernambuco, 1975, p. 25).

Ocasionalmente algumas matérias acerca das intervenções na cafeicultura foram encontradas em periódicos de grande circulação. O Diário de Pernambuco, mesmo sendo um periódico de outro estado brasileiro, trouxe durante os anos de 1971 a 1976 um número interessante de notícias e matérias das ações que eram feitas em relação a cafeicultura da região nordeste, em particular no Ceará. Mesmo sendo geralmente panoramas genéricos, que buscam ver a totalidade da política intervencionista, é interessante ver como alguns termos semelhantes a modernização vão sendo utilizados nas diversas falas.

Na fonte acima, podemos destacar alguns aspectos interessantes para discurso. Logo nas primeiras linhas, vemos o jornal expressar as considerações do então governador Adauto Bezerra e uma perspectiva de ver tais intervenções como promissoras. Ele não foi a primeira figura política a trazer opiniões e dar mais corpo ao discurso modernizador, houve

outros sujeitos que, falaremos mais à frente. Contudo, o que queremos destacar é o uso de um termo que foi bastante repetido e utilizado nos diferentes meios de exposição do discurso das intervenções: A aplicação racional. Esta nomenclatura, seja ligado a ideia de racionalidade, racionalização, é uma palavra-chave repetida muitas vezes que pode nos ajudar a pensar algumas das ênfases do discurso modernizador.

Raymond Williams, em sua obra *Palavras-Chave*, mais uma vez nos ajuda a pensar acerca da perspectiva desta categoria: Lembremos que primeiramente racional deriva de um radical comum: Razão. E a racionalidade, dentro desta perspectiva, é exercer a razão. Esta perspectiva ligada a racionalização ou a racionalizar, de acordo com Williams, se relaciona com a ideia de “exercer qualquer razão” que é definida por “estruturas anteriores, de um tipo teológico ou idealista, por meio das quais se define a razão quando elas se mantêm” (Williams, 2007, p. 338). O uso da perspectiva de “racionalizar a produção” é algo recorrente, sendo que no relatório do IBC do ano de 1971, colocou-se como objetivo primário:

O departamento de assistência à cafeicultura e o GERCA, sob administração unificada, desenvolveram metas que se confundiam em benefício de uma política comum, da racionalização da cafeicultura, tendo como objetivo principal a adequação da produção de café a demanda nacional, constituída pelo consumo interno exportação e reserva técnica. (Brasil, 1972, s. p.).

O que achamos essencial aqui é perceber que, a partir desta colocação de Williams e do que podemos observar no relatório produzido pelo IBC, essa racionalização defendida e tão exposta baseia-se no ideal modernizador enviesado na perspectiva do capital. As narrativas e práticas modernizadoras buscam justamente inserir esta racionalidade dentro das perspectivas da produção tradicional e do mundo real, de forma mais totalizante possível. Porém, Ricardo Abramovay, ao estudar os paradigmas do capitalismo agrário, destacou que a inserção de tais racionalidades acabam se fazendo incompletas. É exposto que:

A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. [...]. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos no geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida [...]. A família e a comunidade, de certa forma emprestam sentido à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim, um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida. A unidade indissolúvel da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam: a terra não é um simples fator de produção [...]. (Abramovay, 2012, p. 111-112)

Neste trecho Abramovay falou um pouco sobre a dinâmica que define p que ele chamou de “racionalidade econômica do campesinato”: Uma perspectiva de inserir dentro de dimensões economicistas aquilo que vai além de aquilo que é produzido. E essa chave de interpretação se demonstra aqui essencial porque, no caso da experiência das intervenções serranas, buscou-se inserir um padrão produtivo dentro de uma racionalidade econômica que era limitadora porque não levava em consideração o que é definido pelo autor como outros critérios. Mesmo falando dentro de uma linguagem econômica, que é afinal sua área de estudo, Abramovay define de maneira interessante a experiência camponesa que podemos aplicar a experiência da tradição da cafeicultura serrana: “mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida” (Abramovay, 2012, p. 112).

Ainda existem outros termos e categorias que acabaram se tornando sinônimos de e qualificações similares do que entendemos aqui como modernização, e que podemos nos deparar em alguma medida ao lermos as diferentes narrativas da intervenção: o melhorar, o desenvolvimento, a renovação, as novas técnicas, etc. as formas de categorização se apresentaram diversas e cada uma à sua maneira buscaram definir e, mais que isso, evidenciar o caráter modernizador, inovador e revolucionário da modernização.

A partir dessas considerações, podemos compreender que o discurso modernizador em diferentes narrativas trazia definido os alvos da intervenção: a terra e a cultura cafeeira; os trabalhadores e seus costumes. As narrativas, principalmente as narrativas técnicas, mas também as falas presentes em periódicos, buscaram caracterizar e qualificar os sujeitos, a terra e os costumes a seu modo, inserindo-os dentro da racionalidade produtiva para, a partir do que fosse concluído, as intervenções fossem pensadas.

As lavouras, cultivadas empiricamente, com baixa porcentagem de renovação dos cafezais, e com cafeicultores utilizando a mesma variedade tradicional, acabaram por determinar uma tal baixa de rendimento por área cultivada, que tornaram os cafezais antieconômicos, gerando uma forte crise na agricultura “Serrana”.

[...].

Todos estes fatores contribuíram para que, em meados da década de 60, os cafezais da Serra, formadores de uma verdadeira elite rural na área, se encontrassem altamente debilitados devido às baixas produtividades alcançadas nos solos esgotados, além de se verificarem baixos preços no mercado, gerando um abandono dos plantios que passaram a ser explorados, quase em forma extrativa através de sistemas de meação. (Ceará, 1974, p. 29)

Em seus objetivos, as narrativas da intervenção buscaram: apresentar seus objetivos, legitimá-los, definir os problemas que faziam a cafeicultura no Ceará, e em particular na Serra de Baturité não ter sido de sucesso e demonstrar como eles tais problemas seriam resolvidos. No caso do segundo momento de intervenções com o PRRC principalmente, a

produção baseada na cultura cafeeira serrana de base tradicional entrou em foco. Essa cultura e sua produção, na lógica moderna e nas suas narrativas, ganharam algumas definições e qualificações definidas, que podemos observar na consideração acima.

No relatório produzido pela SUDEC, o café não foi o foco central da análise, mas sim a “micro-região da Serra de Baturité” e os potenciais de desenvolvimento econômico nas mais diversas áreas, incluindo-se o café. O discurso produzido alimentou-se em grande medida das produções feitas pelo IBC e pelo GERCA sobre a região, chegando a citar inclusive, o estudo promovido pelo Engenheiro Francisco Augusto em 1971, vinculado ao CEPA, que também utilizamos aqui.

É interessante observarmos a ênfase que algumas palavras possuem dentro dessa narrativa, em particular, alguns termos que acabam se tornando recorrentes ao olharmos diferentes narrativas. O que nos chamou atenção foram duas definições: a “lavoura cultivada empiricamente” e os “cafezais antieconômicos”. Essas duas caracterizações podem-nos ajudar a compreender como a lógica modernizadora pensava a tradição cafeeira serrana em seus escritos.

Podemos compreender as “lavouras empíricas” elucidadas no texto como uma das formas de definir a produção de base tradicional, termo que logo depois foi citado ao se explicitar a qualidade da natureza da variedade produtiva. Como falamos anteriormente, em suas narrativas, a modernização possui vários sinônimos que acabam sendo utilizados. Para definir a produção tradicional, são utilizados outros termos e outras formas de qualificar tal natureza.

Mais do que a produção, a lógica tradicional agrícola, se baseia, em grande medida, na perspectiva da empiria, ou experiência. Essa empiria pode ser entendida como o “saber adquirido” que vai sendo reiterado e forma a ênfase da produção tradicional, com o “saber-fazer”, com diálogos e conhecimento da terra e de suas particularidades (Lazzari; Souza, 2017, p. 10). Ou seja, a empiria trata-se dos conhecimentos adquiridos dos contatos dinâmicos das experiências vividas com o real e o cotidiano.

Retornando as contribuições de Raymond Williams em suas Palavras-Chave, ele nos define o empírico e a experiência, nos explicando que a natureza geral destas palavras se relaciona justamente com a ideia da observação, da “experiência” ou do “experimento científico”. O uso do empírico associa-se, em um sentido a “observação direta” para a construção ou para a confirmação de um conhecimento. Contudo, outra definição percebida por Williams acerca do significado desse termo nos chamou atenção:

[...] a palavra tornou-se complicada por causa de dois fatores. Primeiro, o sentido especializado dos Empiriks [empíricos] e o sentido inglês derivado de “não treinado” ou “ignorante” indicavam não apenas a confiança na observação e no experimento, mas uma oposição ou indiferença positiva à teoria. [...]. Mas o uso moderno geral tem menos que ver com os pormenores de argumentação filosófica do que com a distinção ampla entre o conhecimento que se baseia na observação (experiência e experimento) e o conhecimento que se baseia na aplicação consciente de princípios ou ideais orientadores, a que se chega pelo raciocínio ou são controlados por ele. Essa difícil distinção às vezes leva a um uso pouco preciso de empírico para significar a-teórico ou anti-teórico, que interage com a distinção mais comum entre prático e teórico. (Williams, 2007, p. 153-154)

Compreendemos que muitas vezes o discurso modernizador definiu a produção empírica em que se baseou a tradição cafeeira serrana como uma produção e uma mentalidade que se baseava apenas na prática. Levamos em consideração que se isso acontecia, não era por opção dos sujeitos do café, mas porque a eles não era dada condições de aprendizagem acerca do teórico.

Ao não levar isso em consideração e definir o empírico como algo dentro dessa perspectiva, ou seja, algo meramente prático, anti-teórico, o discurso modernizador trazia a “racionalidade” como a perspectiva responsável por redefinir essa produção e lhe dar o sentido produtivo. Não apenas o sentido produtivo, mas o sentido econômico. Roseli Alves dos Santos evidencia isso em seu texto, ao destacar essa ideia do “uso racional” de uso do solo, com “um novo modo de produzir e com novas técnicas” (Santos, 2008, p. 71).

Além disso, grande faixa de cafeeiros vinha produzindo com baixos índices de produtividade, fruto de sua idade avançada, do desgaste da fertilidade das terras e da ocorrência de geadas e secas nas áreas inadequadas à cultura. A manutenção desses cafeeiros se constituía em atividade antieconômica e descapitalizante do cafeicultor. Foi então, idealizado e executado um programa de erradicação desses cafezais, com estímulos paralelos à diversificação. [...]. (Conjuntura econômica..., 1973, p. 88)

O trecho acima foi encontrado em uma revista econômica produzida no Rio de Janeiro, no ano de 1973. O nome do periódico – Revista Conjuntura Econômica – Já nos dá indício sobre quais temas eram predominantes em suas páginas: o que movimentava a economia do país e que poderia ser entendido como tendência no momento. O café e as intervenções de alcance nacional, não obstante, entravam dentro desta perspectiva e renderam assim algumas páginas e matérias no decorrer dos anos de publicação dessa revista e principalmente, no desenvolvimento das práticas intervencionistas, principalmente nas práticas acontecidas na década de 1970.

Como dito antes, as narrativas da modernização foram variadas e distintas entre si, não possuindo apenas um gênero dominante. Contudo, a repetição de algumas palavras-chave traz a esses textos caracterizações específicas, o que nos ajuda a perceber como certos termos



que foram utilizados tinham a função de dar significado dentro da lógica produtiva, tomando como exemplo o uso da palavra “antieconômico”. Este termo, seja em periódicos voltados para produtores, em manuais de planejamentos ou em estudos microrregionais tem aparecido com certa constância para definir os cafezais tradicionais.

Buscando o significado do termo dentro da língua portuguesa, o dicionário Michaelis coloca o verbete antieconômico como algo “oneroso”, “dispendioso”, “caro”. Porém, outro sentido desta palavra nos chamou atenção: “Oposto aos interesses econômicos” (Dicionário Michaelis, 2015). Esse outro sentido acaba tornando-se central para entendermos por que o discurso modernizador define a o cultivo do café de modo tradicional como algo “anti-econômico”.

A partir do que foi colocado, podemos entender que o cafezal colocado como “anti-econômico” era assim definido não porque atrapalhasse a economia, mas porque não atendia os pré-requisitos de lucro estipulados pelo IBC e pelos programas de racionalização da agricultura. Buscando compreender o que era tido como cafezal “antieconômico”, Silva e Cortez, em uma nota de rodapé, nos explicam que eram antieconômicas as plantações “que produzissem abaixo de seis sacas de café beneficiado por mil covas de café” (Silva; Cortez, 1998, p. 68).

O antieconômico, vendo o que foi observado, é o modelo que não segue o padrão produtivo do IBC e que não se faz capaz de produzir de acordo com o estipulado pelo órgão da racionalização da agricultura. Lembremo-nos que o discurso da racionalidade visou o novo padrão de produção agrícola e o incremento da produção através do incentivo tecnológico (Sorj, 2008, p. 50) nos moldes da modernização agrícola e de seus discursos. A oposição do “cafezal antieconômico” vai ser o que segue o padrão da intervenção e que consegue produzir dentro dos moldes dinâmicos estipulados pelo IBC.

Na atualidade, a maior parte dos cafeicultores com plantios antigos exploram a atividade por meio dos moradores. Morador cultiva terras da propriedade sem pagar parceria; porém, tem como obrigação prestar 3 dias, o qual lhe paga um salário em torno de Cr\$ 4,00/dia, em contraposição ao salário vigente na micro-região para as lavouras de café e implantação, que varia de 6 a 10 cruzeiros por dia de serviço. (Ceará, 1974, p. 27).

Consideramos, contudo, que a produção tradicional não se fazia antieconômica. As contribuições de Abramovay relacionadas a uma busca de compreensão da dinâmica de vida do camponês como algo que vai além de os limites de uma racionalidade econômica nos ajuda a compreender melhor a importância da produção tradicional. Podemos observar no próprio

relatório produzido pela SUDEC, que destaca essa mobilização de sujeitos envolvidos no trabalho e no trato da cafeicultura.

Mesmo havendo escoamento e venda para mercados internos, a produção também era voltada para a sobrevivência. Sem falar que, em alguns casos, o trabalho com o café trazia consigo a única perspectiva de lucro monetário possível, o que acabava lhe dando uma importância econômica não evidenciada pelos manuais e que trataremos de melhor maneira no capítulo 2.

O que entendemos é que a tradição cafeeira serrana e sua produção foram definidas em vista os objetivos modernizadores de ampliação produtiva e mudança total das características agrícolas ali existentes que, por levar em conta o fator economicista, silenciava e via como oposto aos seus objetivos a produção que não tivesse em suas ênfases, os seus moldes.

Além de adjetivar e definir a cultura do plantio de café e a produção tradicional, os discursos modernizadores também trouxeram algumas considerações e percepções sobre os sujeitos do café, principalmente trabalhadores e trabalhadoras da cafeicultura, que viram sua cultura de trabalho e seu modo de vida em cheque ao perceberem como as implantações das práticas intervencionistas visavam alterar profundamente não apenas a paisagem dos cafezais serranos com derrubadas e depois replantios, mas a forma de vida e de trato de uma cultura tradicional que se efetivou naquela região por meio de sucessivas adaptações.

Consideramos que as experiências desses sujeitos que ajudavam a fazer a tradição cafeeira serrana foram silenciadas e minimizadas. Se a produção empírica não se apresentava vantajosa, o saber desses trabalhadores seguia mesmo caminho conseqüentemente. Esses trabalhadores e trabalhadoras eram colocados apenas como mão de obra. Acerca disso, o estudo empreendido pela SUDEC coloca que:

Paralelamente vem ocorrendo uma grande absorção de mão-de-obra pelo café, o que representou oportunidade de emprego para milhares de trabalhadores que tiveram sua renda elevada em muitos casos em até 100%. Já se começa até certa escassez de mão de obra, o que vem forçando os Plantadores de café a frequentes elevações no preço pago por um dia de serviço. (Ceará, 1974, p. 30)

As considerações feitas pelo estudo empreendido por parte da SUDEC nos ajudam a compreender essa minimização das potencialidades daqueles que consideramos aqui serem centrais na dinâmica produtora do café. Percebemos na fala como os camponeses então foram reduzidos a “mera mão-de-obra absorvida”. Primeiro, é interessante perceber a limitação da definição dos sujeitos envolvidos, o que já mostra um reducionismo por parte do discurso modernizador.

Levando em consideração a perspectiva de José Graziano da Silva, os sujeitos do café foram, no discurso modernizador mas principalmente nas práticas da intervenção na cafeicultura “descampesinados”, ou seja, tiveram sua cultura e seus costumes repensados e minimizados, sendo levado em consideração apenas a dimensão do seu trabalho e sendo transformados em assalariados, ou em “simples mão-de-obra local adaptável”, apto a adaptar-se aos saberes científicos que seriam trazidos por esses “intérpretes externos” (Silva, 1982, p. 135).

Em seu manual, o IPLANCE também colocou considerações acerca da mão-de-obra trabalhadora:

Pode-se afirmar, portanto, que nessas áreas não há escassez de mão-de-obra. Ao contrário, se verifica a presença de um grande contingente de pessoas, sem ocupação definida no meio rural onde predomina uma agricultura de subsistência. Em que pese essa mão-de-obra não ser devidamente qualificada, o agricultor que vive nas áreas cafeeiras, de uma maneira geral, tem se mostrado bastante apto a absorver práticas mais modernas de agricultura, quando devidamente orientado pelos técnicos que atuam junto aos agricultores. (Iplance, 1977, p. 25)

Podemos considerar o documento produzido pelo IPLANCE como nosso maior exemplar disponível do discurso modernizador. Ao evidenciar em suas páginas a disponibilidade de mão-de-obra, visava-se evidenciar que o estado do Ceará tinha condições plenas para desenvolver cafeicultura. Neste primeiro recorte os vários sujeitos do café foram definidos da seguinte forma: Uma mão-de-obra sem ocupação definida que seria ideal para esse trabalho. Percebemos aqui outro reducionismo dos sujeitos e uma instrumentalização de suas capacidades.

No capítulo seguinte iremos compreender de maneira mais detalhada o cotidiano dos sujeitos do café, e iremos perceber como, para atender a dinâmica da sobrevivência, não apenas o café, mas outras atividades produtivas foram desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. Iremos perceber como, para além de o café, eram praticadas outras atividades relacionadas a agricultura, a pecuária, envolvendo inclusive os fluxos migratórios rumo ao sertão.

Contudo, foquemos em como os sujeitos são caracterizados e percebamos como transmite-se um apassivamento dos sujeitos ante o processo produtivo. O discurso modernizador definiu os sujeitos do café como “sujeito apassivados” – entenda-se aqui o apassivado algo distinto do passivo pois, ao definirmos como um sujeito passivo, tiramos a temporalização e invisibilizamos o processo. As narrativas da modernização visavam demonstrar que os sujeitos poderiam ser condicionados ao processo, a produção racional e técnica, facilmente adaptados, portanto, apassivados aos moldes do capital. Roseli Alves dos

Santos (2008) chamou esse processo de “subordinação do trabalhador a agroindústria” (Santos, 2008, p. 25). Tal perspectiva se faz relevante e válida porque ela mantém a lógica que é impressa no escrito da intervenção: o processo de adaptar ou encaixar – não de maneira interessante aos sujeitos do café – os trabalhadores à nova dinâmica.

Em relação ainda a esse apassivamento dos sujeitos escrito nas linhas da modernização, Alf Schwarz (1990) considerou que tal alinhamento a “modernidade agrícola” rendeu apenas a produção de “agricultores reciclados”, que acabaram ficando a margem do processo, sendo muitas vezes vilipendiados pelas duras adaptações modernizadoras. (Schwarz, 1990, p. 98). Ele ainda afirmou que:

[...], as políticas de modernização agrícola – apesar de uma retórica completamente contrária que pretende restar ajuda aos agricultores – não consideram verdadeiramente seus efeitos sociais perversos: deslocamento arbitrário da população, separação de famílias, [...], proletarização do meio rural, destruição de antigas formas de solidariedade e decomposição do antigo sistema de sociabilidade, extinção dos saberes tradicionais frequentemente bem adaptados ao meio local. (Schwarz, 1990, p. 99)

Um último ponto chama atenção em relação a produção da narrativa presente no documento do IPLANCE: Como a narrativa inseriu, no contexto da adaptação dessa mão-de-obra apassivada, a ação dos técnicos, que podemos considerar aqui como os porta-vozes da modernização agrícola em sua esfera mais cotidiana e direta. Porém, se no campo das narrativas modernizadoras foi desenvolvida uma relação de atividade e passividade, no campo das experiências reais e do cotidiano, esse discurso não foi simplesmente materializado como prática.

Para os sujeitos do café as intervenções na cafeicultura serrana significaram, não só a implantação de técnicas novas para aprendizado, mas sim alterações nos seus modos de vida e em suas dinâmicas de trabalho. Essas dimensões foram afetadas diretamente, além de sua cultura e seus costumes. José Graziano da Silva (1982) afirma que os camponeses acabaram tendo como condição necessária para sobreviver, a “reprodução do capital”, tanto no sentido da sua produção que acaba sendo vinculada e direcionada ao mercado, quanto na sua própria manutenção e sobrevivência, que passa a ser pensada por meio da compra de materiais e produtos necessários a nova agricultura modernizada.

Porém, consideramos que esses sujeitos não foram simplesmente apassivados pela modernização ou feitos de meros receptáculos que receberiam os saberes e competências de base técnica. Tais sujeitos se fizeram como atores ativos de sua história e, portanto, vivem, experienciam, interpretam, significam e ressignificam suas práticas nas suas práticas da vida (Thompson, 1981). Mais que uma cultura tradicional, definiu formas de sobrevivência e de

cultura que vão muito além da perspectiva economicista. E os sujeitos do café, mulheres e homens, construíram e reconstruíram suas interpretações e experiências.

Além de essas considerações feitas pelos discursos da modernização sobre a tradição cafeeira serrana e sobre os sujeitos do café, podemos observar que as narrativas produzidas sobre as intervenções possuem algumas perspectivas e objetivos interessantes e que merecem devida análise: A defesa da necessidade de se modernizar como algo que ia além o econômico, tomando como um exemplo a retomada da produtividade advinda com o ciclo áureo do café no século XIX; A inclusão da região serrana dinâmica moderna do capitalismo agrário como produtora de café com tecnologia moderna e conseqüentemente como compradora dessa tecnologia; e o atendimento a demandas de consumo do estado do Ceará e futuramente Nordeste.

Acerca das ênfases do discurso modernizador, um primeiro aspecto que devemos perceber é como, para muitas das representações do Estado, a modernização não era apenas intervir em uma produção baixa, adequando-a aos padrões capitalistas de consumo para atender um projeto nacional de racionalização da cafeicultura. O processo modernizador se fazia essencial por também reinserir as regiões e produções agrícolas vistas como obsoletas ou antieconômicas dentro do capitalismo contemporâneo e por dar-lhes um novo sentido.

Estas perspectivas já foram faladas anteriormente, quando percebemos a modernização também como ideologia e a percepção por alguns desta prática como algo revolucionário. Tal ideia foi desenvolvida dentro dos discursos relacionados a modernização da cafeicultura de Baturité, onde coloca-se que:

A nova técnica de plantar café, no Ceará, eliminando o sistema de sombreamento usado antigamente, vem revolucionando a cafeicultura do Estado. Técnicas avançadas vêm sendo implantadas nas serras de Baturité, Ibiapaba e Meruoca pelo Plano Trienal de Renovação e Revigoração dos Cafezais, do Instituto Brasileiro do Café e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA, no qual foi incluído o Ceará. Tem como meta a implantação de 96 milhões de pés, já tendo sido implantadas, nos anos de 1972/73, treze milhões de mudas. (Sampaio; Costa, 1974, p. 183).

A modernização na cafeicultura não foi alvo apenas de estudos científicos, econômicos ou técnicos. Ela também foi evidenciada em narrativas de acesso a grande público, como periódicos, revistas e jornais. Seja em um alcance nacional ou regional, as políticas intervencionistas renderam algumas matérias para revistas e obras de circulação periódica. O trecho acima é um exemplo onde podemos perceber essa perspectiva com o anuário do Ceará fazendo a devida menção a “nova técnica de plantar café”, no ano de 1972.

O Anuário do Ceará é uma publicação periódica que evidencia os principais eventos e fatos ocorridos no ano vigente. Além disso, o anuário delinea todos os projetos que estão em curso no Ceará, das mais diversas áreas, inclusive na agricultura. De acordo com Ana Amélia Rodrigues de Oliveira (2012) os anuários ajudavam no processo de construção de imagem, “dando visibilidade a outro Nordeste”, um nordeste “viável economicamente, e que os investimentos realizados lá poderiam trazer retornos significativos para os empreendedores” (Oliveira, 2012, p. 3).

Entendamos aqui o Anuário do Ceará como mais um exemplo de propaganda da modernização e de sua necessidade, onde se buscou destacar a relevância econômica do projeto, a forma de sua aplicação, os resultados obtidos até o momento ou, se não existirem resultados ainda, as projeções produtivas que tornam o discurso promissor e esperançoso. A construção textual nessa propaganda mostra isso, ao se colocar termos bem expressivos, qualitativos como as “novas técnicas”, o “revolucionar”, as “técnicas avançadas” e os números extensos que, se não são realidade, animam ao menos o leitor que percebe naquele pequeno extrato, a execução de investimentos suntuosos.

Acreditamos que as experiências passadas no plantio do café e a perspectiva construída em torno disso também motivaram os agentes da intervenção na busca por legitimar as modernizações. Como visto no tópico 1, a produção cafeeira do século XIX chegou a altos níveis com um padrão produtivo que possuía características capitalistas, mas que não o era em sua totalidade. O resgate desse potencial foi feito pelos discursos modernizadores em alguns momentos para fortalecer a perspectiva da necessária modernização. Vejamos os trechos abaixo:

O sr. César Cals vê no café um dos caminhos para o desenvolvimento agrícola do seu Estado. Quer introduzi-lo na área das serras - principalmente Baturité e Ibiapaba na fronteira com o Piauí. São zonas férteis, indicadas para esse tipo de cultura. Baturité, aliás, já produziu, no dizer do governador, o melhor café do nordeste. (Diário de Pernambuco, 1971, p. 12).

O governador César Cals exerceu em seu mandato políticas de apoio a perspectiva do desenvolvimentismo vinculado a agricultura. No anuário do Ceará do mesmo ano, ele define a implantação do programa de incentivo a plantação de cafezais como um marco importante para o pleno desenvolvimento do Ceará. Contudo, é interessante perceber a evocação do governador ao que já fora produzido pela cafeicultura da Serra Baturité: “o melhor café do Nordeste”. Algumas outras personalidades políticas da época se envolveram em torno do debate relacionado a este desenvolvimentismo e seus custos.

É interessante perceber como a antiga produção de café acaba aparecendo de alguma maneira nas narrativas modernizadoras. Seja para justificar o plantio “empírico” (do qual iremos falar mais à frente) seja pra destacar o que fora uma produção voltada para a exportação. Se retornarmos aos manuais técnicos, como o estudo empreendido em 1971, coloca-se que:

Somente após 1839 – quando se exporta 1768 arrobas, - entra o café para a lista dos produtos exportáveis, cingindo-se o seu consumo até então ao território da província. A partir daí, evoluíram as exportações cearenses, atingindo um ponto máximo em 1881/82 para em seguida decrescer. (Lima, 1971, p. 9).

No estudo produzido pelo IPLANCE em 1977, também aparece algumas falas relacionadas a produção do século XIX:

Motivado pela rápida expansão do cultivo e visando ofertar no mercado europeu produto competitivo e de melhor qualidade, o Governo da Província do Ceará introduziu despoldadores, distribuindo-os gratuitamente entre os cafeicultores. A medida surtiu os resultados desejados, pois o café passou a ser considerado, nas praças comerciais europeias, como de excelente qualidade e, em consequência, alcançou altas cotações naqueles mercados. Nesse período, o café atingiu grande importância econômica para o Estado, superando, em valor, as exportações de seu principal e mais tradicional produto, o algodão, nos períodos de 1860/61, 1864/65 e 1877/78. O café continuou como cultivo altamente durável até o período de 1918 a 1922, quando houve a conjugação de uma série de fatores desfavoráveis. [...]. (Iplance, 1977, p. 113).

Os resgates ao histórico de produção de café são feitos em alguma medida nas narrativas diversificadas. Contudo, observemos como foi destacado por ambos os estudos o aspecto produtivo dessa cultura no século XIX. O fato de em alguns momentos o café ter superado o algodão, mas principalmente a perspectiva exportadora, onde um tipo de café originário de uma região fora do polo exportador cafeeiro ganhou mercado no continente Europeu ocupou um espaço especial e interessante dentro da mentalidade modernizadora, o que pode ter motivado a busca por “resgatar” esse padrão produtivo. Outro fato que chama atenção é o destaque colocado no segundo relatório acerca da excelente qualidade do café.

Seja como for, o resgate feito sobre a produção alcançada no século XIX não é algo que podemos entender como gratuito e desprezioso. Ao elucidar e evidenciar a produção, seus números e seu alcance, o discurso modernizador construiu ferramentas de legitimação demonstrando o potencial do passado e a perspectiva de potencial no presente. Principalmente ao silenciar alguns pontos chaves que ajudaram na manutenção do café na região serrana, como o plantio sombreado.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a defesa e a busca (por mais que nem sempre algo diretamente dito) da inserção da região serrana no mercado produtivo. Quando olhamos para o as intervenções que foram promovidas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), nos deparamos primeiramente com o Programa de Erradicação dos Cafezais, que financiou a derrubada dos cafezais tidos como improdutivo em alguns sítios, cedendo indenizações aos seus donos. Essa derrubada foi feita visando o plantio de novas culturas cultiváveis, como a banana e o chuchu, colocados como mais rentáveis para a região, em um estudo produzido pelo engenheiro agrônomo Francisco Augusto:

[A] Erradicação dos cafeeiros de baixa produtividade, o que determinou uma erradicação de uma área estimada em 2000 ha, sem a posterior instalação de culturas permanentes; Eliminação de áreas não tradicionais de café [...]. As áreas cafezeiras cearenses debilitadas pela baixa produtividade alcançada nos solos desfertilizados, com preços baixos e sem créditos de assistência técnica, declinou a um nível de quase total abandono. (Lima, 1971, p. 17).

Como colocado no tópico anterior, devido as demandas nacionais os planejamentos políticos foram modificados e se iniciou replantio dos cafés por meio do Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). Coloca-se que “mudanças conjunturais conduziram a um novo plano governamental” chamado de “Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais”, responsável pelo replantio de cafezais, sendo que “entre 1971 e 1977, 6.156.700 novos pés foram plantados”. (Saes, 2002).

Essa mudança de sentido nos ajuda a perceber como uma viragem nas intervenções modernizadoras foi justificada e ditada pela dinâmica do Capital representada aqui pelo Estado e por seus agentes modernizadores. Se em um primeiro momento dos anos 1967-1971 visava-se a retirada de cafezais que eram vistos como “debilitados pela baixa produtividade” para inserir novos gêneros agrícolas vistos como mais rentáveis a região, ou seja, a diversificação produtiva, a partir de 1971 até a década de 1980 o sentido da modernização modificou-se, sendo naquele momento o objetivo dos órgãos estatais e dos agentes da modernização o replantio de cafezais na região serrana visando suprir perspectivas estaduais e se possível nacionais.

As demandas do capital e a busca por inserir-se no mercado acabaram definindo os usos do potencial agrícola serrano. Mesmo sendo uma região de privilegiado potencial dentro da realidade geográfica cearense, os projetos a serem desenvolvidos acabavam entrando dentro da lógica que era estipulada e incentivada pelo mercado. Prova disso é perceber como, em um intervalo dos anos 1967-1972 ocorreu uma verdadeira mudança de sentido onde, se saiu de uma perspectiva de erradicar cafezais para replantá-los.



Em suas contribuições, José Graziano Silva coloca que o desenvolvimento da agricultura e sua plena modernização “[...] na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital” (Silva, 1982, p. 126). Ou seja, tais adaptações ocorreriam e outras também, caso fosse necessário para atender demandas e necessidades do mercado consumidor e do grande capital.

As intervenções não encontraram plena aceitação. As mudanças abruptas assustavam principalmente os trabalhadores e trabalhadoras, mas os incentivos agrícolas e as benesses financeiras atraíam muitos produtores. Contudo, a desconfiança não era imperceptível, porque, por mais que as perspectivas produtivas e essa plena inserção dentro da produção econômica fosse um discurso encantador, o papel prático e as mudanças não eram tão encantadoras assim.

Como entidade chave, O Instituto Brasileiro do Café, através da Coordenadoria local, tem procurado promover a integração vertical do sistema de produção, procurando atuar em todos os âmbitos da cafeicultura, ou seja, financiando implementos agrícolas insumos modernos, mudas, mão-de-obra etc., visando obter um desenvolvimento uniforme e acelerado da cultura do café no Ceará. [...]. (Iplance, 1977, p. 53-54).

O trecho acima é mais um exemplar retirado de um relatório de caráter técnico que já utilizamos de maneira considerável. Contudo, a fala com que nos deparamos acima é interessante por fazer menção e, mais que isso, defesa aos investimentos e financiamentos que seriam promovidos para acelerar o desenvolvimento da cultura do café no Ceará. Tais financiamentos seriam utilizados para a obtenção de carências e demandas diversas, e seu pagamento poderia ser feito em até 6 anos, de acordo com o próprio manual.

O que compreendemos a partir desta pequena consideração é que a inserção da produção de café dentro do circuito capitalista não se faz apenas com o aumento produtivo tão preconizado e almejado pelos produtores, mas por fazer também da produção local uma compradora dos produtos que seriam utilizados na modernização. A variedade de produtos que foi utilizada não se debitou sozinha, por isso os financiamentos acabavam inserindo os pequenos produtores na dinâmica do capital, mas como compradores de insumos e tecnologias.

Aliás, José Graziano Silva vai continuar afirmando a perspectiva de como o desenvolvimento da modernização agrícola nada mais é que um contínuo processo de transformação de uma agricultura outrora tradicional em uma “unidade camponesa cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis.”, que surge do “núcleo capitalista” dos seus níveis mais restritos aos mais amplos. (Silva, 1982, p. 136).

Ou seja, para além de vender sua produção para o mercado, a modernização tentou implementar uma dependência de tecnologia, insumos, capacitação e produtos no geral. Essa

dependência e esse ideal tecnicista inseriu os produtores dentro de tais dinâmicas é uma demanda relacionada principalmente ao “desenvolvimento uniforme e acelerado”, citado no relatório. Graziano cita que:

A tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista-comprador que exige uma padronização da produção; culturas que os pequenos produtores são pressionados a plantar [...] só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro “pacote tecnológico”, o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados “insumos modernos”. [...] essa tem sido uma forma de viabilizar a capitalização do campo no caso brasileiro. [...], isso tem significado na maioria das vezes um crescente grau de endividamento, uma perda da propriedade real dos meios de produção por parte desses pequenos produtores. [...]. (Silva, 1982, p. 137-138)

A busca constante por parte do discurso modernizador em evidenciar os pacotes tecnológicos como essenciais para o replantio dos cafés e a colocação de seu uso como regra fortalecem a observação de José Graziano. Como um discurso que faz propaganda, não se fala sobre os valores altos ou sobre as taxas de juros impostas aos produtores que adotavam financiamento, coloca-se apenas que a adesão vai aumentar a produção de tal forma que em poucos anos tudo terá sido pago. O que acabou não acontecendo dentro da experiência da Serra de Baturité, devido ao fracasso das intervenções.

Além disso, Graziano evidencia que a adesão aos pacotes significou para muitos o endividamento crescente, algo que também ocorreu na experiência Serrana. Amorim (2019) evidenciou que a manutenção dos padrões produtivos determinados pelo IBC “impunha custos elevados com insumos químicos, uma realidade para a qual os produtores não estavam preparados, mesmo com o uso de crédito. Além disso, o retorno produtivo tão anunciado pelos auspícios da modernização acabaram sendo ínfimos, o que causou a quebra de muitos. Coloca-se que “Altos custos, os riscos elevados e a lucratividade insuficiente” provocaram também o insucesso do PRRC (Amorim, 2019, p. 58).

Os discursos modernizadores buscaram demonstrar a importância das intervenções por meio da perspectiva histórica, pela importância da inserção em novos mercados e tentando comprovar que a modernização ia muito além de aumentar a produção do café, sendo algo que teria efeito social e cultural. Mas no fim das contas a perspectiva produtiva também foi uma ênfase muito utilizada nos discursos da intervenção para atrair apoio e público produtor. Aliás, as metas produtivas definidas pelos que implantaram essa modernização agrícola vão ser, desde o seu início o grande ponto destacado pela produção. Fala-se da mudança do plantio, destaca-se as técnicas modernizadoras, evidencia-se a relevância social ao buscar envolver muita mão-de-obra nativa, contudo é o resultado de cafés colhidos, e mais ainda, as cifras que esses grãos

vão render que vão ser mencionados nos mais diversos meios narrativos de propagação da intervenção na cafeicultura do Ceará e da Serra de Baturité. Observemos alguns exemplos:

Até o fim do próximo ano, o Ceará já poderá ter plantado café suficiente para atender ao seu consumo atual, que é de 350 mil sacas por ano, segundo declarou o sr. José de Paula Mota Filho, secretário executivo do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) pouco antes da assinatura de dois convênios do IBC com a Secretaria de Agricultura, em solenidade realizada no Palácio da Abolição.

Nesse prazo, de acordo com as metas traçadas, deverão ser plantados 16 milhões de pés de café nas serras de Baturité, Ibiapaba e Meruoca, os quais, dentro de dois anos e meio, a partir do plantio, começarão a produzir em função do consumo interno. Depois de atingir a auto-suficiência, o Ceará assumirá uma posição competitiva, pois até 1975 contará com 96 milhões de cafeeiros novos [...].

Somam 500 mil cruzeiros os dois convênios assinados pelo IVC, através do GERCA e do Departamento de Assistência à Cafeicultura, com o governo cearense, ambos destinados à prestação de assistência técnica no Plano Trienal de Renovação e Revigoração dos Cafezais. (Diário de Pernambuco, 1972, p. 8)

Os jornais e periódicos, como dito anteriormente, acabam se tornando meios interessantes e efetivos para compreender as modernizações na cafeicultura e as intervenções no seu pleno curso. O Diário de Pernambuco trouxe com relativa frequência algumas matérias relacionadas às modernizações na cafeicultura cearense. Mesmo havendo matérias sobre a cafeicultura no Nordeste como um todo, além de haver alguns artigos relacionados ao plantio do café em Pernambuco, as matérias relacionadas a cafeicultura no Ceará chamaram atenção pelo fato de haver essa especificidade.

No trecho acima, é possível perceber a natureza e a importância dada a perspectiva da autossuficiência produtiva. Esta meta, que inclusive nomeia a matéria acima mencionada, se faz presente em vários momentos das práticas intervencionistas. O escrito acima corresponde ao ano de 1972, ou seja, quando as políticas do PRRC já tinham sido inicializadas e estavam em aplicação. Contudo, essa ideal de suprir a demanda estadual foi se mantendo para, a partir do cumprimento desse objetivo se pensar em exportações.

O imperativo da autossuficiência preconizado em vários momentos da intervenção na cafeicultura serrana pode ser entendido e justificado a partir de duas visões, que não são opostas necessariamente, mas, pelo contrário, acabavam por agir ao mesmo tempo de forma cooperativa. A primeira visão associa-se a ideia de produção para integração: Mesmo sendo ainda uma produção voltada pra consumo interno, destaca-se o fato de que, ao inserir os pacotes tecnológicos, essa cultura modernizadora em alguma medida se relaciona com a indústria agrícola. Tal colocação é feita por Alf Schwarz, quando ele nos afirma que as “operações de modernização agrícola e desenvolvimento regional” são nada mais que “ações de integração da agricultura a indústria” (Schwarz, 1990, p. 92).

A outra visão que justifica essa perspectiva da produção para autossuficiência baseia-se na própria conjuntura do mercado cafeeiro nacional no início da década de 1970. Lembremo-nos que como foi colocado no tópico anterior, a produção de café no centro-sul foi fortemente abalada pelas geadas no Paraná, e esse fenômeno natural fez com que o IBC tomasse medidas econômicas, incentivando o que podemos considerar como descentralização da produção de café (Saes, 1995).

O café produzido nas novas zonas cafeeiras deveria ser utilizado primordialmente para o atendimento das metas regionais, um objetivo estabelecido pelo IBC e pelos estudiosos do IPLANCE que foram desenvolvendo, no decorrer dos anos de aplicação do PRRC, um plano e metas para que o déficit histórico do consumo de café fosse superado pela crescente produção engrenada pelas intervenções modernizadoras da cafeicultura. Vejamos a tabela 3 a as metas produtivas de equilíbrio entre a oferta de café produzido e a demanda exigida pela região Nordeste:

Tabela 4 – Equilíbrio Produção/Consumo interno de café no Nordeste (1974/85)

<b>Ano</b>	<b>Cafezais existentes</b>	<b>Cafezais novos</b>	<b>Total</b>	<b>Demanda</b>	<b>Déficit (-) ou Superávit (+)</b>
<b>1974</b>	403	4,1	407,1	4.543,30	(-) 4.136,2
<b>1975</b>	371,2	39,6	410,8	4.721,40	(-) 4.310,8
<b>1976</b>	339,5	96,4	435,9	4.906,50	(-) 4.470,7
<b>1977</b>	307,7	172	479,7	5.098,80	(-) 4.619,1
<b>1978</b>	267,0	294,7	561,7	5.298,70	(-) 4.737,1
<b>1979</b>	244,3	439,4	683,7	5.506,40	(-) 4.822,9
<b>1980</b>	212,5	942,5	1.155,00	5.723,20	(-) 4.568,2
<b>1981</b>	180,6	1.799,40	1.980,00	5.946,50	(-) 3.966,5
<b>1982</b>	149,0	3.358,90	3.507,90	6.179,60	(-) 2.671,7
<b>1983</b>	117,3	4.952,30	5.069,60	6.421,90	(-) 1.352,3
<b>1984</b>	85,5	6.269,80	6.355,30	6.673,60	(-) 318,3

Fonte: Iplance (1977, p. 52).

Como podemos perceber, os objetivos visando o equilíbrio entre oferta e demanda não fora apenas colocado dentro da narrativa, mas delineado na lógica dos números e da estatística. Alguns aspectos se demonstram interessante como o fato de proporcional ao aumento de cafezais novos, também deveria ocorrer a diminuição de cafezais já existentes, ou seja, os que eram plantados de modo tradicional. Por fim, observemos o que foi colocado pelos estudiosos do IPLANCE:

Nesse estudo, a nova posição de equilíbrio foi estabelecida para o ano de 1985, porque foi considerado o final da atual década seriam exigidas ações a curtíssimo prazo e metas de plantio consideradas extremamente elevadas para serem cumpridas. Assim a partir deste ano limite, foram projetadas a produção e a demanda onde foi constatada a necessidade do plantio de uma área de 306,4 mil hectares para eliminar o “déficit” de café no Nordeste. (Iplance, 1977, p. 52)

A tabela 3 e o texto buscam corroborar a narrativa em torno da meta estipulada pelo IBC para a solução do problema de demanda do Nordeste. Acima de todos os imperativos ou dificuldades, que no momento da escrita desse texto— o ano de 1977 – já eram explícitos, ao que se trata pelo menos da experiência da cafeicultura na Serra de Baturité. Outros estados como Bahia e Pernambuco também tiveram intervenções modernizadoras que, até onde conseguimos apurar não conseguiram suprir totalmente a demanda.

Se formos observar outras fontes, desde jornais a anuários, iremos ver outras prospecções produtivas. Seja relacionada a produção voltada para o consumo no Ceará, ou a produção voltada para o consumo na região Nordeste. Contudo, para além de o otimismo atrelado a racionalização, evidenciado por Alf Schwarz (1990), a realidade das práticas sem a devida atenção a cultura cafeeira trouxe efeitos reversos e frustrantes para os pressupostos modernizadores.

É importante relembrarmos que o PRRC foi desenvolvido até o ano de, quando de maneira heterogênea e diversificada, os investimentos e incentivos foram sendo reduzidos ou retirados. Na experiência serrana, os produtores locais e os trabalhadores foram “excluídos dos incentivos do governo para o setor, e a economia cafeeira tradicional duramente afetada com o “canto” do PRRC. Alguns sítios, resistiram às práticas intervencionistas e mantiveram a produção de café do modo tradicional, com sombreamento, o plantio consorciado e métodos orgânicos (Amorim, 2019, p. 59-60), e destes extratos de resistência falaremos nos próximos capítulos.

No capítulo 3, iremos observar como os trabalhadores do café, os sujeitos do café, se desenvolviam e sobreviviam quando o discurso modernizador e as intervenções na cafeicultura chegaram ao perímetro serrano. Como trata-se de uma cultura tradicional, vamos buscar observar a dinâmica dentro dos mundos do trabalho, utilizando categoria e contribuições de Eric Hobsbawm. Também vamos buscar analisar o que vai além de o trabalho, mas que acabou sendo definido a partir dele como a organização do tempo da vida, a cultura alimentar, e as práticas atreladas ao cotidiano, e por fim observar as dinâmicas desenvolvidas por um grupo de sujeitos bem específicos e definidos dentro da cultura cafeeira tradicional: As mulheres apanhadeiras de café.

### 3 OS SUJEITOS DO CAFÉ: MUNDOS DO TRABALHO E DINÂMICA DOS COSTUMES

#### 3.1 Os sujeitos do café no mundo dos trabalhadores

É, então...Tinha os homens para cuidar das mulheres, tendo café. Porque eram muitas as mulheres, tinha que estar baixando o galho, tinha que estar cortando uma moita, tinha que estar matando uma cobra, tinha que estar fazendo...Tinha que chamar o feitor, né? Esse café alto, tinha que a gente chamar para eles baixarem os galhos. E tinha muito... trabalhador, trabalhando. E tinha os carregadores de café, carregava, eram...três, quatro burros carregando café, tirando do mato para faxina.<sup>4</sup>

A fala acima foi feita por dona Maria Batista Filha, conhecida como Maria Coco. Dona Maria foi apanhadeira de café do sítio São Luis, em Pacoti, durante mais de 40 anos. Além de apanhadeira, ela também exerceu trabalhos domésticos no casarão dos donos do sítio, após sair da apanha de café. Porém, foi a atividade de coleta que deu a dona Maria a alternativa de sobrevivência durante sua vida. A mesma trabalhadora afirma mais a frente em seu relato que com esse trabalho criou a maioria de seus filhos.

Dona Maria expôs em sua fala um atributo importante que merece atenção: o envolvimento de vários homens e mulheres no processo de apanha do café. Como ela menciona, para que houvesse a plena fluidez da apanha de café, era necessário haver outros grupos de trabalhadores auxiliando, seja na descida de galhos ou nos carregamentos dos balaios de café. A cafeicultura nos vários sítios serranos mobilizava vários trabalhadores e trabalhadoras, que são participantes deste grande grupo que denominamos aqui como “sujeitos do café”.

Os sujeitos do café que analisamos trabalharam em alguns sítios de Pacoti, como o Sítio São Luís, o Sítio Manaus e o extinto Sítio Pau-do-Alho. Além disso, outros sujeitos trabalharam também em Guaramiranga, em alguns sítios como o sítio Guaramiranga, Pernambuquinho e o Sítio Brejo, no limite com Baturité. Devido o grande número de sítios, não foi possível desenvolver outras análises mais aprofundadas, porque é necessário destacar como cada sítio possui uma realidade específica, onde eram desenvolvidos trabalhos distintos a depender da localização.

A mobilização a partir do trabalho nos ajuda a perceber como o trabalho se faz essencial para compreender a vida e o cotidiano dos trabalhadores. Em sua tese de doutorado acerca das memórias dos camponeses do Baixo Jaguaribe, José Olivenor Souza Chaves coloca que “as experiências do trabalho significam marcos importantes para a estruturação do tempo e para a ordenação do sentido da vida dos camponeses”. Além disso, é necessário buscar

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com Maria Batista Filha [28 jul. 2023], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

compreender os sentidos atribuídos ao trabalho e aos modos de viver compreendendo as formas como os camponeses constituem esses processos cotidianos historicamente, levando em consideração os grupos sociais e, ao mesmo tempo “a relação que os mesmos mantem com a natureza, com a terra” (Chaves, 2002, p. 76).

O ponto de partida para compreender as várias práticas e manifestações que culminam naquilo que chamamos de “tradição cafeeira serrana” são as dimensões do trabalho e das relações sociais que foram desenvolvidas em seu entorno, como já fora esclarecido por Chaves. Recorrendo novamente a produção deste autor, que se coloca como um ouvinte e ao mesmo tempo como acompanhante nas travessias – termo que ele mesmo utiliza – feitas pelos sujeitos camponeses em torno de suas memórias ao serem entrevistados, uma consideração muito interessante foi feita acerca da dimensão do trabalho na vida dos sujeitos:

[...] a história dos sujeitos desta pesquisa foi quase que totalmente voltada para o trabalho. Assim, ao reconstruírem em suas narrativas a história de suas vidas, os depoentes demonstraram não só uma autoconsciência individual, mas, também, uma consciência que é coletiva. Desta maneira, a história de suas vidas acaba sendo, de uma forma ou de outra, a história de seus pais, avós..., uma vez que o passado encontra-se ancorado nos referencias familiares [...]. (Chaves, 2001, p. 99)

As narrativas de vida em torno da dimensão do trabalho podem nos ajudar a perceber histórias múltiplas, imaginários coletivos e individuais, trajetórias familiares e mentalidades. É possível perceber em uma narrativa as sensibilidades que nos ajudam a compreender como os sujeitos se apropriavam das formas de sobrevivência, não apenas praticando-a, mas tornando-a parte de sua identidade. As formas de encarar e mesmo as mudanças sofridas no mundo do trabalho ajudam a entender como os sentidos são atribuídos pelos próprios sujeitos (Braga, 2003, p. 79-80).

[...] eu tenho muita gente aqui que ainda conta essas histórias, porque, tem uma menina que trabalha aqui, uma mais velha, aí, por exemplo, tem delas que contam que levavam rede pra armar debaixo das árvores e botavam menino novo que elas iam pra apanhar o café e passavam o dia lá e levavam o menino pra botar dentro da rede. Aí elas diziam que, às vezes chegavam na rede e tinha caído até uma cobrinha, porque tem umas cobrinhas que chamam dormideira, porque ela vive nos pés de café. Ela parece uma jararaca. Ela não é venenosa. Quando o menino tava deitado na rede, tinha uma cobrinha dentro que tinha caído dos pés de café. Então, tinha tudo isso, né? Hoje, as pessoas não vão mais fazer isso nunca. Mas elas iam, era muita animação e a merenda que se dava era rapadura, né? E levava pra elas lá dentro. O feitor tinha que cuidar de tudo isso, da merenda das mulheres, porque elas iam de manhã e só voltavam depois do almoço, já duas, três horas da tarde. E elas ganhavam pelo que apanhavam [...].<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

O trecho retirado foi retirado de um dos diálogos estabelecidos com Dona Cláudia, uma das administradoras do Sítio São Luiz, localizado em Pacoti. Além de administrar o sítio, ela realiza um papel memorialístico ao dividir com quem chega na localidade histórias, memórias e experiências vivenciadas neste belo sítio com uma fachada imponente que, é considerado pelo historiador Levi Jucá como “o melhor exemplo de arquitetura colonial da Serra de Baturité” (Sales, 2014, p. 69). Atualmente é um ponto turístico da região serrana, integrando a Rota Verde do Café, que falaremos de maneira mais detalhada no capítulo 3.

Antes de ser ponto de uma rota turística, O sítio São Luís foi um dos vários locais onde existia uma forte produção de café que envolvia vários homens e mulheres para o trabalho camponês de diversos tipos. Homens, mulheres e crianças que moravam em comunidades vizinhas ou aos arredores dos sítios eram constantemente acionados. Existia a centralidade em torno dos sítios que agregavam os diversos sujeitos para o trabalho em suas mais diversas demandas.

Algo que trouxe atenção na fala de dona Cláudia é como, em apenas uma pequena exposição, é possível perceber várias práticas existentes dentro de apenas um dos trabalhos: a apanha de café. Ao ser indagada sobre a quantidade de pessoas presentes no momento de apanha anual que acontecia no Sítio São Luís, ela nos confirma essa demanda alta. Porém além disso, em sua fala podemos perceber a fala onde ela evidencia os desafios existentes na maternidade da mulher trabalhadora, ao falar das mulheres que levavam suas crianças para os roçados de café. Além disso, também se evidencia a cultura alimentar dos sujeitos, composta geralmente por itens que são produzidos no próprio sítio.

Podemos perceber como o tempo que as informações nos são dadas por meio das oralidades se distingue e em apenas uma fala podemos apreender diversas dinâmicas da vida que nos foram informadas. Ao pesquisador, é essencial ter sensibilidade para poder compreender bem essas memórias oralizadas e colocá-las em evidências. A pluralidade de informações, mesmo que superficiais, acerca de um evento passado não se apresenta problemática, principalmente se levamos em consideração que o trabalho e a vida são próximos dentro da tradição camponesa (Braga, 2003). Porém, convém a quem escuta e indaga o sujeito que oraliza, compreender essa fala multifacetada de onde se pode desenvolver diversas reflexões.

No ato de falar, a estruturação do vivido vai sendo definido pela memória e pela lembrança do cotidiano. Esse cotidiano muito intenso, que envolve a prática de várias atividades é o que foi retratado na fala de Dona Cláudia. Porém, é justamente a recorrência ao cotidiano que deixa a narrativa “mais imagética” (Rios, 2016, p. 24). Acerca do papel do entrevistador na



construção da narrativa oral, Alessandro Portelli afirma que o sujeito que entrevista exerce influência na produção da fonte oral. Ele coloca que por ser “um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente”, o documento oral “é o produto de ambos, narrador e pesquisador” (Portelli, 1997, p. 35-36).

A principal análise que conseguimos desenvolver a partir da fala feita por dona Cláudia relaciona-se com a percepção das várias dinâmicas existentes dentro do trabalho. Mais que isso, essas dinâmicas vão se distintas dependendo do sujeito que está envolvido. Na fala de Dona Cláudia foram vemos que a preocupação de levar as crianças para o trabalho parte das apanhadeiras do café. Para além de o trabalho em si, havia outras preocupações e demandas que são definidas pela divisão sexual do trabalho.

Partindo disto e levando em consideração a exposição das falas, partimos para uma perspectiva onde percebemos como nosso ponto inicial é, ao mesmo, tempo, um ponto parcial. O trabalho nos ajuda a pensar os costumes, a cultura, as dinâmicas da sobrevivência, as relações com o cotidiano. Evitando análises limitadoras e reducionismos, o que queremos é compreender como tais práticas foram se desenvolvendo em torno da agricultura tradicional do café nessa região.

**Leonardo:** Pronto. O senhor disse que era em média umas cem mulheres trabalhando aqui. Era muita mulher.

**Seu Lúcio:** Era muita mulher. Ora, tinha era tudo, tinha menino, menina.

**Leonardo:** Não precisava nem ficar assim... Chamando, né?

**Seu Lúcio:** Elas vinham. Já sabe! Elas já sabiam o tempo da colheita e já vinham tudo... era certo já, todo ano já era certo. [...] Tinhas umas que tavam rezando já pra chegar o tempo da apanha de café. Ficava movimentado, movimentado[...].<sup>6</sup>

No relato acima, o senhor Lúcio, que foi administrador do sítio Manaus, localizado na zona rural de Pacoti e próximo ao distrito de Fátima, conhecido popularmente como “Icó”, nos fala sobre a mobilização local de trabalhadores do café, em especial as mulheres. Por ser uma prática já estabelecida dentro do cotidiano e do calendário agrário dos sujeitos, não era necessário fazer grandes mobilizações no sentido de chamar pessoas. Elas já sabiam muitas vezes que o período de apanha era próximo e que eram necessárias muitas mãos para retirarem os cafés. Nas entrevistas feitas, o período inicial de apanha era sempre colocado entre os meses de maio a junho, nesse período se iniciava e poderia ir até agosto ou setembro.

O calendário agrícola é uma forma de organização de tempo estabelecido na tradição cafeeira. Acerca desta divisão, evidenciada na pesquisa de Olivenor Chaves sobre os sertões do baixo Jaguaribe, ele fala que “o tempo do trabalho é todo preenchido por atividades rurais, cuja marcação é feita pelo calendário agrícola comum à região” (Chaves, 2002, p. 80).

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

Ou seja, as regiões diversas vão definindo suas rotinas anuais de trabalho e a partir disso delineando a organização: O tempo de plantar seu roçado, o tempo de colher, o de trabalhar em outros arrendamentos e o tempo de trabalhar no café acabavam sendo definidos assim. Porém, esse calendário não era fechado em si mesmo. Imperativos diversos poderiam adiantar ou atrasar certa atividade.

Essa divisão possibilitava os sujeitos diversos a se organizarem em torno de suas dinâmicas de trabalho que não se reduziam a cafeicultura, mas que envolviam outros trabalhos, seja na agricultura ou não. O que observamos é que o período de apanha do café era estabelecido: Entre os meses de junho e setembro, e principalmente já era esperado pelos diversos trabalhadores e trabalhadoras, acerca disso, dona Branca, mulher que trabalhou durante mais de 30 anos como apanhadeira de café principalmente no Sítio Manaus em Pacoti, mas também com outros trabalhos voltados à agricultura, nos fala que:

Aí todo mundo, quando começava a apanha no meio de junho, às vezes quando tinha muito café maduro, eles botavam logo pra ir apanhando né. Porque quando o café tá maduro, se ficar maduro demais, se não apanhar, ele cai todin no chão. Aí antes do café amadurecer pra cair eles botavam logo. Uma parte no mês de maio e quando chegava o mês de junho a gente já tava apanhando. Era o dia 20 de maio a gente começava a apanhar e entrava o mês de junho apanhando.<sup>7</sup>

O amadurecimento do café era o sinal de mobilização dos sujeitos do café em torno da apanha. Contudo, não havia somente o trabalho com o café. Em várias entrevistas, foi possível perceber como a produção voltada para a subsistência, com o plantio de gêneros agrícolas como feijão, fava, milho, arroz e variedades frutíferas também era existente na região serrana. Além disso, outros trabalhos como cuidar de animais, limpar terrenos, vender produtos como a cachaça também era comum. Acerca desta ocupação do tempo com o trabalho, Seu Eduardo, que atualmente é morador do sítio Brejo, no fim da cidade de Guaramiranga e que trabalhou por muito tempo com o café, nos afirmou que:

**Leonardo:** E assim... o senhor falando né, do café e o trabalho e tudo então durante o ano aqui não faltava serviço pra fazer...

**Seu Eduardo:** Não!, nunca, nunca faltou serviço aqui nenhum aqui quando não tinha a limpa de café, tinha corte de lenha, porque era pra moagem, o pessoal era ocupado cortando lenha, os animais dentro do curral, tudo aí é armador só de pendurar cangaia e cambito de cabeça a fora. Ali em cima tem outro galpão, só de quarto que era pra gente do sertão que vinha pra trabalhar na fazenda lá do clarindo e daqui é extrema com a de Paramoti, a fazenda extrema né, vinham aí ficavam hospedados aí eles davam almoço e janta, pagavam a diária deles e eles ficavam trabalhando aqui, uns tirava lenha e outros iam carregar e botar pra casa, tudo vinha. Nesse tempo tinha gado, vacaria [...]. Antigamente, tudo era capim esse capim mimoso que chama, nós conhecia na época como capim jaraguá, mas é não é o capim mimoso era exatamente o capim dos burros, aí sim, não tinha... era só capim. Aí naquela extrema, naquele

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

pau mais alto, descendo assim a extrema é bem ali do sítio. Aqui pra esse lado aqui era os roçados de mandioca, e dali da cerca pra lá era só os cercados dos animais, aí soltavam eles lá, e durante o dia quando... tinha comida aí botava nas coxia e nos curral eles comiam. E então quando chegava no verão, a chegada... era o tempo que eles tiravam os animais e quando começava o inverno, em novembro... no fim de novembro para dezembro aí vinha uma turma na fazenda deles lá, que chamava era a turma dos arranca toco, eles vinham pra destocar todo toco que tivesse dentro do capim, fazia a ruma e queimava. Aí quando terminava aí iam embora, todos os anos eles vinham a turma do arranca toco.<sup>8</sup>

Seu Eduardo esclarece como havia possibilidades de trabalho em um mesmo espaço, no caso o Sítio Brejo. Do café que precisava ser apanhado à mandioca que servia de alimento para os animais, que também precisavam ser cuidados. A dinâmica do sítio de café não se resume apenas ao café, mas sim a outros trabalho e atividades que eram constantes no calendário anual. Observemos também a organização do tempo a partir do contato com a natureza: A chegada do inverno, a chegada do verão, o início das primeiras chuvas. Aqui observamos uma interessante relação dos sujeitos com a natureza, que ajudava a definir certos imperativos do trabalho.

Thompson, ao observar as diferentes formas de percepção do tempo entre os camponeses que viviam na Inglaterra pré-industrial, nos ajuda a compreender como a relação entre o tempo do trabalho e o tempo da natureza. Ele coloca que “há um descaso com o tempo do relógio” e que o tempo estipulado pela natureza vai fazer com que se retarde ou se inicie um ciclo produtivo, podendo se “tornar natural” o fato de haver “trabalho do amanhecer até o crepúsculo” principalmente se for em “meses da colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades”. Ao buscar explicar por que tais classes sociais possuem essa dinâmica de trato com seu tempo, Thompson coloca que “é comum parece haver pouca separação entre ‘o trabalho’ e ‘a vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados”, não havendo “conflito” (Thompson, 1998, p. 271-272).

Observando o exemplo da construção de um calendário agrícola da cafeicultura serrana onde os sujeitos organizam o seu tempo dentro de diversas dinâmicas de trabalho, podemos perceber a organização dos sujeitos e dessa classe em torno dos seus costumes e práticas, se organizando e se construindo. Aqui, acreditamos que se encaixa perceber como os sujeitos do café vão “fazendo-se” e se definindo, partindo da perspectiva e das considerações de Edward Thompson ao analisar a classe operária inglesa e perceber como este grupo se fez, por meio de um “processo ativo, que se deve tanto a ação humana quanto a seus condicionamentos” (Thompson, 2015, p. 9).

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Eduardo Soares Lopes [23 de julho de 2023]. Guaramiranga, Ceará. Acervo Pessoal

O “fazer-se” elucidado por Thompson é definido pelo historiador Tyrone Apollo a melhor compreensão da classe operária – iremos aqui ampliar o leque às classes trabalhadoras – “como um *fenômeno histórico*”. Mais que mera “representação da classe social como uma estrutura ou como uma categoria”, as classes vão se tornando fenômenos históricos à medida que se percebem nelas as ações humanas e as subjetividades daqueles que vivem suas realidades, que são e que fazem acontecer. Essa ideia acaba vinculando-se muito mais às “experiências de grupos e indivíduos que compõem a classe” do que a um “tratamento ‘teoricisante’ sobre as categorias e estruturas que essas experiências conformam” (Cândido, 2002, p. 65-66).

O “tratamento teoricisante” mencionado por Tyrone são as ideias teóricas que acabavam introduzindo os agentes históricos em uma passividade estrutural cujo produto são apenas processos. Em sua densa crítica a Louis Althusser, Edward Thompson aponta que o como o estruturalismo althusseriano buscava expulsar da história o sujeito – ou, em um termo muito usado por Thompson, “a agência humana” – e construir um “processo sem sujeito”. (Thompson, 1981). A expulsão da agência humana é o que foi considerado como um perigoso “reduccionismo”. Ao se excluir a agência humana, os sujeitos se encaixam e são meramente definidos pela estrutura por perspectivas economicistas ou estruturais. O que vai ser considerado pelo historiador britânico a grande limitação do estruturalismo e que é justamente o que ele vai considerar o termo ausente no planetário de Althusser: a experiência humana.

A Experiência, passa a ser, é a mediação entre o ser e a consciência social, pois os sujeitos vivenciam e experimentam acontecimentos que fazem com que haja a construção de sua consciência como sujeitos sociais e históricos. Ainda existe estrutura (e não apenas uma) e condicionantes que, por causa da agência humana, não são fechadas em si mesmos e decisivas. Nisso, além de experiência, a cultura se apresenta como central para entender a formação da consciência social, porque ambas são construídas na vida material, sendo que no caso da cultura, envolvesse ainda os “sentimentos”, “normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas”, o que vai ser colocado como “consciência afetiva e moral” (Thompson, 1981, p. 189).

Entramos aqui, em uma consideração essencial para a ênfase deste trabalho, que já foi discutida no capítulo anterior: a experiência dos trabalhadores. Este conceito consegue agregar em si as várias práticas e a identidade do sujeito, porque é a partir das experiências que se forma a consciência de classe e a identidade. O “fazer-se” já analisado e elucidado por

Edward Thompson, é percebido a partir do momento que temos ideia do uso das experiências na vida material. Sobre isso, Thompson nos afirma que:

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a consciência social. [...].

[...] Verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. [...]. (Thompson, 1981, p. 189)

A experiência dos sujeitos define a forma como o trabalho e as relações cotidianas são desenvolvidas na perspectiva serrana. Pensar essas relações dentro de um lócus econômico acaba sendo reducionista e limitador, como falado também anteriormente. Não apenas a racionalidade econômica acaba sendo reducionista, mas outros parâmetros também se tornam limitadores para se pensar as formações tradicionais agrícolas no geral. (Abramovay, 2012, p. 116-125).

Ou seja, a experiência humana está diretamente atrelada ao “fazer-se” dos sujeitos, que engloba várias dimensões do cotidiano e por isso, pensar que apenas a dimensão do trabalho define toda a mentalidade de um grupo acaba sendo limitador e reducionista. Acerca deste perigo reducionista, Giovanni Alves e Renan Araújo (2013) destacam como é necessário ao pesquisador ter atenção especial a “análise sobre os elementos históricos e sociais que compõem as esferas da cultura e dos costumes”, não reduzindo-a, mas sim compreendendo que tais dimensões “devem ser analisados enquanto processo de reprodução social” (Alves; Araújo, 2013, p. 54).

O termo “reduccionismo” é bastante comum na escrita de Edward Thompson e acaba se associando com a perspectiva estruturalista de inserir fenômenos sociais dentro da dicotomia base e superestrutura ou de, além disso, reduzir as análises sociais a meras análises economicistas, onde a totalidade das relações sociais é inserido dentro do lócus meramente econômico, invisibilizando subjetividades e experiências. Acerca disso, é afirma que:

Por mais sofisticada que seja a ideia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia ‘base e superestrutura’ é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reduccionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor destes na superestrutura (lei, arte, religião, ‘moralidade’), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar desgraçadamente no meio (linguística, disciplina de trabalho) [...]. (Thompson, 2012, p. 256)

Este reducionismo elencado por Edward Thompson não se trata de superficialidade metodológica, mas sim analítica e interpretativa, uma espécie de cerramento de visão em prol de uma perspectiva. Neste caso, como o fechamento da análise histórica dentro de perspectivas únicas acaba sendo limitante. Perceber o processo histórico meramente a partir do viés “econômico, afirmando uma prioridade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante das normas e valores” e inserir todos esses pressupostos no “conceito curiosamente estático de *base x superestrutura*”, como é observado pelo historiador. O uso do estático pode ser compreendido dentro de diversos aspectos, mas entendemos como fechado, fixo em suas próprias bases e estruturas repletas do que Thompson vai chamar de “determinismo econômico” (Thompson, 2012, p. 252-253).

Há uma necessidade de se fugir das idealizações estruturais e perceber as complexidades das formações sociais que fogem do dualismo base e superestrutura: linguagem, cultura, costumes, sociabilidades e tudo que pode ser considerado “não econômico”, ou – indo além – as relações não econômicas desenvolvidas dentro das teias consideradas primordialmente econômicas, e neste espectro se engloba a perspectiva do trabalho. Considerar o trabalho em seu aspecto meramente econômico, como forma de ocupação de mão-de-obra útil seria apenas repetir a análise feita nas intervenções da cafeicultura serrana, onde se reduziu os sujeitos do café a mera mão-de-obra útil, como foi visto no capítulo 1.

Relembrar isso nos ajuda a compreender como o trabalho não como mera forma de ganho capitalista, mas como parte de uma identidade camponesa complexa que envolve as várias relações que partem para além de o trabalho. A tradição cafeeira serrana ainda existente na região trazia ao trato com o café uma significação que ia além de a ideia de um trabalho aos moldes capitalistas. Claramente que não podemos descartar a dimensão do lucro e do ganho monetário atrelados com os diversos trabalhos na cafeicultura. Contudo, os sujeitos do café, dentro de suas dimensões de trabalho na região serrana, se relacionavam, experienciavam dinâmicas e costumes que davam a essa atividade laboral sentidos únicos.

A ideia de trabalho para os sujeitos serranos não era oposta ou fora das dimensões de vida. O trabalho e a vida, nesta atividade, estão entrelaçados e envolvidos de maneira muito forte e intensa. Acerca disso, Auricharme Cardoso de Moura, em seu trabalho que trata sobre as hegemonias e contra hegemonias às margens do Rio Gorutuba, em Minas Gerais, observa-se como os vínculos sociais dos sujeitos ajudam a definir como se desenvolvem as relações com o trabalho. Coloca-se que:

No plano da constituição das subjetividades, experiências, valores, visões de mundo, relações de parentesco e sociabilidades, não existe uma oposição entre casa-roça,

trabalho-vida ou relações de mercado-subsistência. Pensando dialeticamente o conceito de experiência como unificadora das ações dos sujeitos é possível compreender que a formação da consciência e identidade do trabalhador está condicionada a diversos aspectos históricos e culturais que integram determinados modos de produção. (Moura, 2019, p. 78)

É sabendo disso, que consideramos as contribuições do campo de estudos dos mundos do trabalho. Compreendemos que esse campo de estudos também se faz uma categoria conceitual essencial para se compreender a sociedade e os processos históricos inerentes. Porém, sabemos que por sua grande proporção, suas propostas de análise perpassam por experiências e delimitações espaço-temporais muito diversos e complexos, não à toa o plural é utilizado, pois os Mundos do trabalho comportam em suas análises mundos que envolvem vários sujeitos.

Os mundos do trabalho ganham novas linhas, formas e relações sociais a depender do momento, do recorte social e da realidade espacial. Neste sentido, Eric Hobsbawm desenvolveu em suas pesquisas diversos estudos acerca da classe trabalhadora e de como tais agrupamentos foram se desenvolvendo e se definindo como classe. Em *Mundos do trabalho* principalmente, Hobsbawm apresenta-nos como a própria classe trabalhadora e a consciência formada a partir das suas experiências é historicamente mutável. Ele evidencia como a classe e sua consciência vão sendo historicamente modificadas e constantemente ressignificadas, por causa do movimento constante que, estavam paralelas ao desenvolvimento histórico deixaram de estar (Hobsbawm, 2015).

Porém, ao ver como esta categoria teórica ganhou alcance se fazendo ampla e – sem um cuidado teórico e analítico por parte daqueles que pesquisam – generalista, buscamos compreender como especificar melhor este conceito para não deixarmos o debate superficial. Falar em mundos do trabalho de uma maneira generalista acaba se relacionando com falar em campos de análises diversos que podem trazer dificuldades de localização e recorte por parte de quem pesquisa. Acerca disto, levamos em consideração uma definição do pesquisador Allan Mateus Cereda (2021), em uma nota, onde ele afirma que:

O termo “mundos do trabalho” pode parecer vago de significado, até certo ponto é. A constituição deste campo de estudo, [...] se deu em torno de sua definição ampla, abarca uma série de experiências de trabalhadores/as, urbanos ou rurais, de diferentes regiões, etnias, cor da pele, independentemente de organizações, sindicatos ou partidos. O campo não se restringe ao espaço do trabalho, mas as vidas fora das fábricas, fazendas etc. Quando falo em “mundo do trabalho” penso, sobretudo, em termos amplos das vidas de trabalhadores/as. (Cereda, 2021, p. 32)

As notas de um autor evidenciam de maneira especial sua subjetividade diante da produção historiográfica, percebendo sensibilidades que ajudam a mudar a experiência da

leitura para perspectivas diferentes e específicas. Ao evidenciar essa ideia definidora dos mundos do trabalho, o autor também nos direciona sobre qual trajeto será feito em sua pesquisa: as condições de vida dos trabalhadores. A dimensão da atividade laboral aqui, é mais uma vez evidenciada como ponto de partida que nos ajuda a compreender as condições de vida dos trabalhadores. Sendo assim, compreender as condições de trabalho e como essa atividade é definida dentro da realidade dos sujeitos do café nos ajuda aspectos diversos de sua vida e cotidiano.

Levando em consideração este cuidado, entendemos que existem outras categorias conceituais que podem nos ajudar a compreender os mundos do trabalho dentro da perspectiva dos sujeitos que o constroem sem negar a validade desse, que consideramos ser um conceito primordial. Não queremos aqui negar a validade conceitual dos Mundos do Trabalho, mas sim encontrar alternativas que direcionem e auxiliem na reflexão acerca da ação dos sujeitos nesta dimensão da vida. Sendo assim, a título de análise, a concepção de “mundo dos trabalhadores”, apresentado pela professora Yara Aun Khoury se apresenta como um enviesamento válido que ajuda a compreender melhor o universo dos trabalhadores.

Acerca deste conceito, Yara Aun Khoury leva em consideração os sujeitos como o “grande substrato das histórias e memórias”, e que é a partir do “imbricamento da noção de cultura com a experiência social” vivenciada por homens e mulheres em todas as dimensões sociais, não apenas no trabalho. As perspectivas de análise da classe trabalhadoras se apresentam múltiplas, diferentes e diversas. É a partir de tal perspectiva que a autora entende que:

Compreender o fazer-se dos sujeitos e das classes, na trama imbricada da experiência social vivida, implicou numa mudança significativa do foco de nossas atenções em relação às questões do mundo do trabalho, tema sobre o qual refletimos aqui. A escolha de passar do mundo do trabalho para o mundo do trabalhador expressa a ampliação da noção de classe com a qual fomos e vimos trabalhando, pela incorporação de outras categorias de trabalhadores das cidades e dos campos, dando visibilidade a outras lutas além das que se constituem nas fábricas e nos sindicatos. Nossos olhares se estenderam, também, aos modos de morar, alimentar-se, divertir, organizar-se; a lugares, momentos, processos, numa perspectiva de compreender as lutas reais no feixe imbricado das relações entre homens e mulheres, nas várias dimensões do social [...]. (Khoury, 2009, p. 124)

Esta saída de uma análise do “mundo do trabalho” para pensar o “mundo do trabalhador”. Tal saída não busca negar a importância do que já fora produzido pela historiografia ou torná-la inerte. Para a autora, centralizar a análise no trabalhador, mais que mudar a nomenclatura, é uma forma de “compreender o fazer-se dos sujeitos e das classes”, estabelecendo um contato com “a realidade empírica, indagando sobre significados e sentidos



da transformação social e exercitando uma explicação relacionada dos fatos no movimento da história” (Khoury, 2009, p. 125). Neste sentido, a autora atribui a história oral uma contribuição essencial na construção desta análise, algo que falaremos melhor no tópico seguinte.

Independente de utilizarmos a categoria “mundos do trabalho” ou especificarmos – e centralizarmos – a categorização ao “mundo dos trabalhadores, o cerne do que discutimos gira em torno de pensar os sujeitos, o trabalho e suas possibilidades. O trabalho mobilizava e mobiliza sujeitos, e os sujeitos criam, desenvolvem e ressignificam as formas de executar suas atividades laborais. Esses sujeitos são o centro desta análise justamente porque, além de o que já fora exposto, é necessário observar o processo histórico a partir da perspectiva destas classes que são historicamente subalternizadas e silenciadas ante a história dos mitos e heróis, a história dos vencedores. É interessante a perspectiva de Hobsbawm, que nos evidencia que ao evidenciar as histórias dos sujeitos comuns, não estamos meramente buscando um “significado político”, mas sim “explorar” dimensões desconhecidas do passado (Hobsbawm, 2013, p. 284).

Em relação aos sujeitos presentes na cafeicultura Serrana, levamos em consideração alguns aspectos. O trato com o café na Serra de Baturité se estabeleceu como o núcleo da dinâmica social de sujeitos diversos: As crianças que eram iniciadas na atividade cafeeira envolvidas na apanha das bagas de café que ficavam no chão; Mulheres, que eram principalmente apanhadeiras de café e eram essenciais para a colheita no período que o grão se encontrava maduro; homens, que poderiam trabalhar como podadores dos matos, cuidadores da terra, mateiros, em outros momentos do ciclo do café serrano, assim como os feitores e donos de sítio.

Além desta divisão, havia sujeitos que lidavam diretamente com o trato da cafeicultura, trabalhando no campo e no trato, além de haver também os donos e administradores de sítios. As entrevistas feitas para a construção deste trabalho envolveram esses sujeitos diversos, levando em consideração a perspectiva de Verena Alberti percebendo como “os relatos vão ganhando sentido à medida em que vão sendo narrados, acumulando-se uns aos outros” (Alberti, 1998, p. 510). Ou seja, as falas dos sujeitos, mesmo sendo distintas entre si por diversos fatores subjetivos, trazem a narrativa uma complexidade à medida que os relatos são expostos, comparados, percebidos e problematizados.

Em relação aos sujeitos que estavam envolvidos diretamente com o trabalho no café, havia no seu trabalho uma inserção em diversas atividades que possibilitavam a eles e elas atuações dinâmicas e diversificadas. Dona Branca, ao falar sobre a organização do trabalho no momento da apanha, nos afirma que:

**Leonardo:** E como, é só a mulher que trabalhava?

**Dona Branca:** Não, não. Conversa! Era homens e mulher.

**Leonardo:** E como é que era dividido? Tinha divisão? Os homens iam fazer isso. As mulheres iam fazer aquilo...

**Dona Branca:** Não, não. Era tudo com balaio na cintura, os homem.

**Leonardo:** E era? E era muita mulher?

**Dona Branca:** Tudo... Não tinha esse negócio não, era tudo misturado.

**Leonardo:** Mas tinha muita gente que ia pegar café nessa época?

**Dona Branca:** Ai meu Deus... bichin, é porque agora não existe mais, Esse... Esse pessoal mais velho, óia. Era os Morais aculá, era a turma que morava... era os mais velhos. Tudo lá. Tudo trabalhando lá. Eram homens e mulheres.

**Leonardo:** Era umas 20 a 30 pessoas?

**Dona Branca:** Ora era... conversa é essa! Era muito mais.

**Leonardo:** E era?

**Dona Branca:** Era. Era gente que... que eu num tô dizendo, que quando eles começavam a medir o café, que eles tinham um feitor no barreiro de prontidão... Quando começava a medir, começava a meio dia pra terminar de tarde porque era gente demais, homens e mulher, era todo mundo. Porque num tinha esse negócio não.<sup>9</sup>

Em sua fala, dona Branca destaca como os papéis do trabalho com o café, principalmente na etapa da apanha, poderiam ser flexíveis e voláteis. O que fosse preciso para desenvolver a produção e a apanha em tempo hábil deveria ser feito, desde a agregação de mais apanhadeiras para o serviço, até os homens “colocarem o balaio na cintura”, forma como se retirava os grãos do cafeeiro. Contudo, havia diversos sujeitos trabalhando nas etapas da cafeicultura, para além de apanha. A limpeza dos terrenos e dos pés de cafés, possíveis replantios, acompanhamento do desenvolvimento dos pés de café, a apanha, limpeza, e as etapas do beneficiamento. Ao destacar a participação de homens e mulheres participantes do trabalho com o café, compreendemos que, se o papel das mulheres era o de apanhar os grãos diretamente dos pés de café, aos homens eram atribuídos os trabalhos nas outras etapas e o auxílio às apanhadeiras.

Se faz interessante perceber como, no momento da entrevista, Dona Branca buscava destacar suas falas com apontamentos, gestos e exemplos visuais. Na conversa com ela foi possível estabelecer um diálogo bastante fluido e envolvente no espaço do alpendre de sua casa, que possui uma linda vista da vegetação serrana, além de ser possível ver o cemitério local e também alguns locais onde moravam conhecidos e amigos que chegaram a trabalhar com o café. Na fala extraída, ao falar destes conhecidos, ela fazia questão de apontar e enfatizar que toda aquela família. Ou seja, o “aculá” meramente solto na fala oralizada por Dona Branca, no momento da entrevista, tinha toda uma significação pois indicava onde se localizavam outros sujeitos que também tinham na cafeicultura uma alternativa de trabalho.

Acerca desta consideração, percebemos como na produção do discurso oralizado, devemos nos atentar aos mais diversos aspectos das sensibilidades emitidas pelos sujeitos. Para

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

além de a palavra que é escolhida e dita, o corpo, as expressões, as sensibilidades demonstradas e até mesmo as diferentes formas de interação com o ambiente em diversos momentos dos diálogos podem nos ajudar a perceber aspectos da os rumos do diálogo e a subjetividade do sujeito. Ecléa Bosi nos ajuda a perceber essa dimensão de como, para além de “o fluxo da voz”, o corpo muitas vezes se apresenta como “um instrumento de comunicação deficitário”, que “extravasa” memórias produzidas e definidas pelos diversos sujeitos (Bosi, 1994, p. 38-39).

O aumento ou diminuição do tom de voz; a reminiscência ao cheiro, ao ouvir ou ao visualizar; o silêncio, o tremulo da voz; o gesticulado e a linguagem corporal; e mesmo a entonação da voz em dados momentos do discurso, podem nos ajudar a perceber subjetividades, sensibilidades relacionadas ao sujeito e qual a significação para ele ou ela evocar e produzir certas memórias. Meihy e Holanda (2007), nos ajudam a perceber isso colocando que:

[...] Convém lembrar que a palavra dita gravada não existe como fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado ou integrado oralidade como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não tem registros verbais garantidos em gravações -, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista oral. A consideração da entrevista além do que é registrado em palavras é um dos desafios da história oral. [...]. (Meihy; Holanda, 2007, p. 14)

Dona Branca em sua fala destaca como já havia à espera das apanhadeiras, um “feitor de prontidão” no barreiro – local plano e central onde geralmente se colocavam os balaios com café e onde se fazia também a contagem e medição de quanto cada mulher conseguiu apanhar. A figura do feitor, dentro da dinâmica da cafeicultura se faz muito relevante. geralmente esse cargo era atribuído a homens que já tiveram contatos com a cultura agrícola do café, sendo que tal função se fazia existente em todos os sítios de café que conseguimos chegar. O cargo do feitor, pode ser visualizado para além de a realidade serrana.

Encontra-se registros de feitores nas fazendas de cana-de-açúcar relacionadas aqui ao período do Brasil Colonial, havendo inclusive, uma produção historiográfica considerável em torno deste ator social. Ronaldo Vainfas e André João Antonil, por exemplo, dedicam-se a analisar o papel do feitor dentro da estrutura colonial, para além de o controle dos escravizados e aplicador de punições e castigos. Tais trabalhadores também poderiam ser compreendidos como “mão de obra especializada”, lidando com trabalhos que iam além de o “trato com os escravizados” e “o trabalho sob o peso do chicote”. Tais sujeitos participavam da administração colonial e poderiam possuir papéis de mediação de conflitos entre senhores e escravizados. (Dornelas, 2022).

Mesmo com o fim da escravidão, a figura do feitor não desapareceu. No trabalho de Selma Maria Peixoto Alcantara acerca do café na Serra de Baturité dentro de uma perspectiva

ecológica e socioeconômica, foi construída uma considerável análise das relações sociais existentes na cultura cafeeira serrana na contemporaneidade. Esta análise nos ajuda muito a compreender o costume e o cotidiano dos trabalhadores do café. Acerca dos feitores, a autora infere que:

A prática de contratação de feitores é registrada no Maciço de Baturité já no século XVIII, ou seja, não é algo novo. Entretanto, o que chama a atenção são as diferenciações construídas historicamente. Desde seu início esse tipo de relação foi marcado pela confiança que o proprietário do sítio tinha no feitor (o qual era considerado um homem com grande conhecimento prático do trabalho na lavoura) e ao mesmo tempo pela capacidade de lidar com as questões que envolviam os trabalhadores. (Alcantara, 2009, p. 94)

Ser feitor dentro da dinâmica de trabalho na cafeicultura da Serra de Baturité pode inferir três sentidos importantes: auxílio às mulheres, controle mediação das relações de trabalho e controle do que é produzido. Como Selma Alcântara evidencia, a contratação de um feitor era estabelecida por fatores como a confiança do dono do sítio e a experiência no trabalho com o café. Não à toa, os feitores não eram pessoas vindas de fora da comunidade, mas sim pessoas do meio dos trabalhadores, que possuíam relações sociais estabelecidas com aquele meio. Nas falas das apanhadeiras de café principalmente, é comum ver que, ao se falar dos feitores, elas logo recordam de pessoas conhecidas e com quem elas trabalharam. Um padrinho, tios, donos de sítio.

Além disso, era o feitor quem lidava diretamente com as apanhadeiras de café nos diversos momentos da apanha, que envolviam desde abaixar galhos de cafeeiros mais altos, visando cuidado para não quebrar a planta, até a contagem do que fora apanhado. Sobre essa atuação do feitor, na apanha do café, Dona Efigênia Ferreira de Freitas, mais conhecida como “Ciza”, nos traz algumas explicações. O feitor, ou melhor, os feitores eram figuras constantemente acionadas no momento apanha do café, ela coloca que:

**Leonardo:** E Ciza, assim, essa coisa do feitor, né, o feitor, ele desenrolava o que, ele fazia o que no roçado do café, como é que eles ajudava vocês?

**Dona Ciza:** Eles eram assim, eles: Um, na hora da medição, ficava no barreiro né, no meio dia, e os outros... tinha dias que só tinha dois, tinha dias que a gente até reclamava, “Aí tem que botar mais feitor”. Porque a gente apanhava e ele abaixava o galho, sabe, quando o café era muito [alto]... Porque o café era grande, a capoeira de café, as capoeiras de café do Manau era café velho, a Rita até reclamava que o dono não poldava, não era poldado não.

**Leonardo:** Café velho como assim?

**Dona Ciza:** Era. Muito grande cheio de garrancho, os galho velho, os galho esgaiado, porque todos eles tinha que poldar, né e eles não poldava. Aí o feitor pegava, tirava aqueles galhão velho que não servia mais. Porque quando você planta uma planta assim, quando ela dá a flor, você polda, né, que nem eu faço. Aí. Você polda, ela nasce outra, pois do mesmo jeito é o café. Eles cortava, cortava com a foiça, uns tinha machadinho, que era pra não rasgar o galho quando eles fossem cortar, aí ele cortava o galho e na hora de abaixar o galho meu fi, gritavam daqui, gritavam dacadá, tinha

dias que era uma [correria] porque era dois, às vezes era dois ou três, não dava conta de abaixar o galho, eles abaixava o galhal, porque ele não queria que deixasse o café. Às vezes o gerente ia, corrigia, antes do almoço ele saía, na capoeira de café, se ele visse algum caroço que a gente deixasse pra trás, na carreira, ele não reclamava pra gente não, reclamava pro feitor.<sup>10</sup>

Dona Ciza nos ajuda a compreender o feitor e suas dinâmicas de trabalho. O sítio Manaus não se era um dos maiores sítios de café da região serrana, contudo era necessário haver forte aparato de feitores para além de fazer a contagem do que se apanhou no dia de trabalho, auxiliar as apanhadeiras em atividades que parecem simples, mas que são essenciais e ao mesmo tempo trabalhosas, se levamos em consideração que essas mulheres tinham balaies pesados atrelados aos seus corpos.

Vemos que dona Ciza fala sobre as atribuições de mediação e controle que eram atribuídas ao feitor. Selma Alcantara destacou isso também ao evidenciar como, mais que um mero controlador de produção, o feitor era percebido como um detentor de saberes e de capacidades mediadoras, que aproximava eles dos proprietários ou administradores – que Dona Ciza chama de “gerentes” – e também das mulheres que apanham o café, principalmente por seu papel de presença nos roçados de café. Porém, essa mediação servia principalmente para o melhor controle e máximo de aproveitamento na apanha de grãos, sem deixar pelo chão nenhum “caroço” e sem quebrar galhos.

A função do feitor dentro da dinâmica da tradicional cafeicultura serrana sofreu mutações com o passar do tempo e das dinâmicas do trabalho. Essas mudanças nos ajudam a perceber como a tradição cafeeira foi historicamente construída e fruto de historicidades específicas, como fora colocado por Lima (2000). Além disso, podemos compreender o feitor e seu papel social dentro da dinâmica do trabalho como um exemplo da tradição residual estabelecida nessa cultura. Sendo algo, “formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural” ainda se mantendo vivo, “como um elemento efetivo do presente” (Williams, 1979, p. 125).

Dona Ciza evocou uma figura que também consideramos basilar para que seja compreensível perceber o funcionamento e a dinâmica do funcionamento dos sítios: A atuação dos donos e administradores que detinham a chefia e o controle das propriedades rurais. É válido perceber tais sujeitos como partes do braço explorador do trabalho dos camponeses, porque realmente foram várias as vezes onde essa tensão de divisão de classes sociais eclodiu.

Porém, apesar de os donos de sítios ou administradores muitas vezes não ocuparem trabalhos braçais ou se o ocuparam, não necessitando executar serviços extremos e não terem

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

sofrido de maneira extremas diversas explorações como outros homens e mulheres sofreram, tal grupo também sentiu de maneiras diversas – e algumas até extremas – o impacto das intervenções do IBC. Além disso, como dito no capítulo anterior usando as contribuições do historiador Raimundo Girão, nem no auge produtivo a cafeicultura serrana formou elites.

Os donos dos sítios de fato não formavam uma elite suntuosa e distante dos trabalhadores. Porém, é necessário que, mesmo não sendo classes distantes, tais grupos eram distintos e conseqüentemente, divergentes. Geralmente tais sujeitos eram pertencentes a famílias tradicionais que relativamente mais abastados (Alcantara, 2009, p. 91). Havia tensões e conflitos de interesses existentes entre proprietários e trabalhadores, algo que Selma Alcantara destacou, a partir das leituras de Karl Marx e Flavio Sobral, que destacam a necessidade de se perceber as várias facetas do trabalho. A partir disso, ela evidencia que:

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx, o trabalho é apresentado a partir do seu duplo caráter. Primeiramente visto como uma característica do capitalismo, já que o homem só é reconhecido neste sistema como alguém que trabalha por um salário; a segunda característica se refere ao trabalho como um dos aspectos da atividade humana, “que deve ser usufruído como atividade que realiza uma parte das potencialidades humanas” (Sobral, 2005, p. 17).

Esses elementos teóricos ganham sentido a partir do contato com o cotidiano dos trabalhadores da lavoura cafeeira. É ali que as relações de trabalho se efetivam no cumprimento das metas, na determinação do valor a ser pago ao trabalhador, no horário de trabalho e na prática utilizada para os tratos culturais da lavoura. É nesse espaço que os conflitos entre duas classes distintas, proprietários e trabalhadores, se estabelecem. De um lado, a luta por salários e condições mais dignas de trabalho e, de outro, a busca por lucros mais expressivos. [...]. (Alcantara, 2009, p. 93)

Ou seja, mesmo sendo relações tradicionais, onde muitas vezes percebemos a existência de relações de solidariedade e reciprocidade (Ramos Junior; Silva, 2022), existem no campo também as tensões sociais, principalmente em uma agricultura que supre demandas de mercados internos, como é o caso da produção de café serrana. Usando considerações de Olivenor Chaves, podemos considerar também que essas tensões são desenvolvidas a partir de uma “dominação pessoal”, cujo a “dominação dos proprietários é tão familiar quanto desconhecida ou imperceptível pelos dominados. E pelo fato de ser familiar parece natural [...]” (Barreira, 1990, p. 63 *apud* Oliveira, 2002, p. 95). Essas tensões de classe são comuns, principalmente se observarmos como as apanhadeiras se queixavam dos pagamentos recebidos frente a dificuldade do trabalho. Dona Branca, ao comentar sobre as dificuldades de apanhar café, fala que:

Todo canto dava trabalho. Tinha canto que era bom da gente apanhar, tinha canto que era baixo, tinha um canto que era alto... E o sacrifício? Ai, meu Jesus de Nazaré! Pra descer... nós descia... Hoje, eu vivo doente, se eu me sinto doente... Agora eu não

estou sentindo nada, mas deixa eu ficar[mais velha]. Pra poder chegar, porque era longe do barreiro, nós tirava um balaio desse tamanho na cintura, que pegava duas latas, duas latas e meia, nós tirava na tampa! Limpo, limpo, sem apoio, pra ele deixar no barreiro, e na cintura.<sup>11</sup>

O trabalho de apanhar café não era fácil. Dona Branca destaca como inclusive, tal ocupação deixou as marcas no corpo, devido as dores de se levar um balaio cheio de café na cintura, e sobre isso, trataremos de maneira mais detalhada sobre esta dimensão do trabalho com o café. Contudo, todo este trabalho de levar balaio repletos de café em ladeiras íngremes rendia apenas uma a duas latas de café. Na realidade do Sítio Manaus, onde dona Branca e dona Ciza foram apanhadeiras, uma lata valia em média 1 cruzeiro, moeda da época, ela ainda coloca que:

**Leonardo:** Era tudo cheio, tudo cheio [balaio de café]. Então dava muito café lá no Manaus?

**Dona Branca:** Mas tu sabe pra ganhar quanto? Tu sabe quanto eu ganhava?

**Leonardo:** Quanto?

**Dona Branca:** Eu não sei se era no Cruzeiro, nesse tempo. Eu só ganhava 40, mas os meninos.

**Leonardo:** 40 Cruzeiros?

**Dona Branca:** Acho que era Cruzeiro... Que a gente pegava e não dava pra nada! Mas a gente assim mesmo ainda ficava agradecida porque tinha pelo menos esse serviço pra gente.

**Leonardo:** O serviço da senhora e dos seus meninos era 40 Cruzeiro um dia.

**Dona Branca:** Quando dava certo nós apanhava 40 latas, né? Porque tinha vez....

**Leonardo:** Uma lata era um Cruzeiro? Como se fosse assim.

**Dona Branca:** Era! era! Nós... Tinha época que, aqui porque às vezes, o café é assim, o café é assim. Época que nós pegava... tinha dia que nós apanhava 25... 25 latas, 20 latas era assim. Não era todo dia que a gente apanhava 40 latas não, era difícil porque tinha a parte de café que não prestava pra nada.<sup>12</sup>

Esta fala de Dona Branca nos ajuda a compreender como este trabalho rendia poucas rendas frente às dificuldades relacionadas ao serviço. A renda em um dia de muita produção, com apoio de outros membros familiares – que no caso são os filhos de Dona Branca, que apanhavam o café do chão, chamado de “balão” – era bastante reduzida. Não a toa, acreditamos que possam ter havido queixas dos trabalhadores com esses proprietários, visando melhor qualidade no pagamento do trabalho. Porém acabamos não encontrando menções diretas nas entrevistas e falas.

Além de o feitor e os donos de sítios, um grupo existente dentro da dinâmica de trabalho na cafeicultura serrana eram vários homens que trabalhavam nos cuidados com o café. Havia apanhadores, como dito por dona Branca, mas o homem assumir esse papel de apanha era incomum. A mão-de-obra masculina geralmente era responsável pelos cuidados com os

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

cafeeiros, em processos como a podda de galhos maiores. Sobre isso, dona Cláudia nos afirma que:

Não, porque o café um ano e outro não, ele precisa de uma poda, né? Não é todo ano. Quando terminar a apanha, aí o café precisa ser podado. Em regiões do sul você pode usar máquinas pra podar o café, mas como a gente vive numa região de muita... os roçados de café fica nas encostas dos morros, muito íngreme, então tem que ser tudo manual. Então os homens eram... o trabalho dos homens com o café era roçar o café duas, três vezes por ano porque aqui na Serra, o mato cresce muito rápido, então quando tá chovendo, aí começa a nascer mato, aí eles vão roçar o café. Antigamente se usava muito adubar o café com a casca do café pilado e muito meu pai fazia isso no sítio, no sítio Pau do Alho na entrada de Pacoti e muitos sítios aí eles juntavam bagaço de cana, era tudo carregado em burros e os homens iam adubar o café.<sup>13</sup>

Selma Alcantara destacou em seu trabalho a função dos homens de predominantemente cuidar dos cafezais executando “as atividades de roçar, podar, limpar os canteiros de café” para que fosse possível ocorrer a apanha de maneira plena, sendo que esses sujeitos eram envolvidos nos diversos momentos do ciclo agrícola do café (Alcantara, 2009). Perceba-se neste trabalho com o café pelos homens e em especial, na fala de dona Cláudia a manutenção de aspectos tradicionais do plantio para subsistência. O sítio São Luís, em Pacoti, possuía considerável produção em relação a outras propriedades. Contudo, traços da produção tradicional como, por exemplo, o uso de adubos e fertilizantes naturais se mantinha como alternativa para a produção do café. A adubação natural e a limpeza manual dos roçados de café nos ajudam a perceber como existe uma manutenção de aspectos tradicionais.

O uso da adubação natural, assim como o de técnicas manuais de limpeza dos roçados do café, como a própria forma de cultivo destes cafezais nos ajudam a perceber estas formas de utilizar e se relacionar com a terra de maneira específica e empiricamente construída. Não é apenas a função do feitor que se mantinha relevante na tradição cafeeira serrana, os usos e cuidados com a terra também se enquadram aqui.

Obviamente que mudanças foram efetivadas e que o modelo de cuidado com a terra não foi cristalizado, afinal de contas “o trabalho camponês na terra” é uma “construção consciente e dotada de saberes e simbologias”, onde é possível perceber as “concepções próprias do mundo e da natureza com a qual trabalham” (Costa; Marin, 2023, p. 6). É interessante, porém, perceber como esses resíduos que se espalham no cerne desta tradição agrícola, pois o contato com a terra de maneira tão constante, acabava formando relações não apenas econômicas, mas também culturais e simbólicas, principalmente pelo fato de estas

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal



formas de trato com a terra terem sido repassadas por meio da oralidade, da experiência e muitas vezes pelos vínculos familiares (Moura, 2019, p. 84).

As mulheres na cafeicultura são um grupo específico e complexo dentro da dinâmica cafeeira. Consideramos que as apanhadeiras de café acabam se demonstrando como uma classe protagonista dentro do processo produtivo por se estabelecerem como o centro de mobilização para o trabalho no processo da apanha. No tópico a seguir, nos debruçaremos mais a compreender a atuação das mulheres no café, mas antes levando em consideração a importância das narrativas de vida e do uso de oralidades, além de entender como a divisão sexual do trabalho acaba sendo algo perceptível ao observarmos o trabalho das mulheres na cafeicultura.

### 3.2 As mulheres no café: Os vários papéis da apanhadeira

Além de vários grupos de homens que executavam diversas funções nos sítios de café das Serra, havia as mulheres apanhadeiras de café, figuras centrais na cultura cafeeira. As mobilizações da apanha do café eram feitas por diversas mulheres que separavam o período entre junho e agosto para esse trabalho. O número de mulheres por sítios poderia variar; contudo, havia mobilizações consideráveis. Acerca deste número, em relação ao sítio Manaus, seu Lúcio nos afirma que:

**Seu Lúcio:** Tinha mais produção. Tanto de café, como laranja, banana e tudo, né? Aí nesse tempo aqui tinha mais de 100 mulheres apanhando café.

**Leonardo:** Era muita gente. [...]. O senhor falou que tinha muito trabalhador e você disse que tinha até uns 100 trabalhadores. Homens e mulheres, né? Eram homens e mulheres.

**Lúcio:** Não, tinha... Dividido.

**Leonardo:** Dividido, né?

**Lúcio:** Dividido. Tinha 100 mulheres fazendo café, né? E uns 100 homens trabalhando, limpando terrenos, fazendo tudo.<sup>14</sup>

Seu Lúcio trabalhou muitos anos no Sítio Manaus; já ajudou no trabalho braçal, foi feitor e também administrou o sítio. Ele destacou esse aspecto da riqueza da terra logo no início do diálogo, fazendo também questão de evidenciar o número de mulheres que chegaram a trabalhar com a apanha de café em certos períodos produtivos. O período ao qual ele se refere é o ano de 1973, momento onde o Instituto Brasileiro do Café – IBC – já estava com os projetos

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

intervencionistas na região, como a erradicação de cafezais e o replantio de cafezais com o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais – PRRC.

Contudo, convém pensar quais os motivos que levavam às mulheres a tal centralidade na apanha do café. De acordo com Martins (2009), ainda no imaginário imperial, das mulheres colonas que trabalhavam na “panha”, havia uma perspectiva onde as mulheres eram “tidas como mais ágeis e jeitosas” na apanha. Acreditamos que tal perspectiva acaba naturalizando a lógica da necessidade de sobrevivência e de ganho para a subsistências das mulheres camponesas. Acerca desta perspectiva de trabalho para a subsistência, Dona Branca nos relata sobre como a atividade do apanhar café era única. Ela nos informa que:

Tudo era café. Ali na frente da casa de cabeça acima. A gente vai dentro de cabeça acima, que era o lado do café, da pedra. Tudo era café. Lá pra dentro, que quando a gente chega aqui, pra chegar na casa grande do seu Eliseu. Tem o [roçado] Belamirá, era café, tem o Saco Grande, que era café. Tudo era só café. [...] Era só café. [...], porque nós apanhava café. Nós apanhava dentro... vivia “pobe” trabalhando lá. Não tinha outro serviço pras as mulheres, as pobrezinhas trabalhar, nós ia trabalhar lá.<sup>15</sup>

Mais que um trabalho atribuído por mera vocação ou pelo fato de as mulheres serem “mais jeitosas”, ou ainda por necessitar de mais “destreza” e “atenção”, ou pelo fato de as mulheres serem mais zelosas com a colheita (Alcantara, 2009), o café era um trabalho totalmente atrelado à sobrevivência da família camponesa. É interessante pensar nos camponeses da região serrana como trabalhadores familiares, levando em consideração que grande parte das formações agrícolas tradicionais tinham como cerne a formação familiar.

Seu Lúcio, ao descrever os locais onde havia roçados de café, nos faz perceber como os usos da memória e da imaginação ajudam na construção narrativa. Não apenas ele, mas vários outros sujeitos com quem tivemos a oportunidade de conversar, recorrem às paisagens serranas como um ponto de partida para construir suas narrativas orais ou para enfatizarem um fato lembrado, conseguindo assim perceber de maneira mais detalhada o que foi outrora vivido. A constante recorrência a estes locais que podemos considerar como “espaços do vivido” se relaciona com uma busca por parte do sujeito que narra de localizar de maneira direta suas experiências “no tempo e espaço, dando os sentidos e a unidade” que são necessárias para se compreender a narrativa e as histórias de vida (Silva; Colvero; Knack, 2019, p. 425).

Mais que as ladeiras, morros, encostas e matas existentes e comuns na região serrana de Baturité, consideramos que existia nessa região as “paisagens do café”, que estão presentes nas narrativas dos sujeitos do café e podem aqui ser considerados “lugares de memória”. De acordo com Michael Pollak (1992, p. 202), estes lugares podem ser vinculados

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

a lembranças pessoais ou coletivas e permeiam o imaginário, ajudando a reforçar o vivido e o experienciado. Quando, no ato de lembrar, as memórias das paisagens do café são trazidas à tona, são evocadas “lembranças e experiências que afloram como em turbilhão”, principalmente se levarmos em consideração o fato de esses lugares foram espaços de vivência e de experiência de diversos sujeitos durante muitos anos (Dos Santos; Coqueiro, 2017).

Como dito anteriormente, mesmo percebendo os aspectos capitalistas nesta experiência camponesa, como o escoamento de uma produção para uma demanda de mercado, além de o uso do dinheiro como pagamento, podemos também notar como essas “transações econômicas” (Polanyi, 2012) não definem as manutenções rurais e as experiências sociais definidas dentro do tradicional, inclusive, com a produção voltada para manutenção da vida individual e familiar (Schwarz, 1990; Polanyi, 2012). Existe uma “convivência” de “estratégias de reprodução da vida” tradicional e das relações de “mercado” com “outras formas de integração econômica” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 15).

Sabendo disso, é possível compreender como essas mulheres exerciam diversos papéis sociais dentro não apenas da cafeicultura, mas também das relações sociais da região serrana. Elas podem ser percebidas como provedoras da manutenção familiar; além disso, muitas eram mães que precisavam lidar com o trabalho e a criação de seus filhos; elas também eram donas-de-casa que executavam os afazeres domésticos; e, por último, mas não menos importante, algumas ainda eram agricultoras que, quando não estavam na apanha do café, praticavam o cultivo de diversos gêneros da agricultura de subsistência serrana.

Antes de nos aprofundarmos nessas diversas funções, existem duas considerações que precisam ser desenvolvidas para que possamos seguir nossas análises. Uma percepção sobre a importância da oralidade e das narrativas de vida para uma compreensão melhor não apenas das experiências de vida, mas como tais vivências são formadas e construídas dentro de experiências e culturas que são evidenciadas no ato de narrar. Além disso, é necessário para nós entender melhor como a categoria da divisão sexual do trabalho no mundo rural ajuda a perceber o trabalho feminino na cafeicultura serrana, tendo em mente todas as suas distinções e especificidades em relação ao masculino.

As narrativas de vida dos sujeitos do café ajudam a desenvolver muitas análises e reflexões sobre os mundos do trabalho, os costumes e as experiências que foram vividas e ressignificadas pelos processos da memória. Tais memórias podem se apresentar multiformes e cheia de sentidos e, dependendo de como o fato vivenciado é rememorado, uma mesma memória pode apresentar sentidos contraditórios em momentos distintos. Dona Branca, em fala que veremos a seguir, demonstrou isso. É colocado que:

**Dona Branca:** Não, era... Não tinha negócio não. Era pé de pau. Era camunzé, era Ingazeira. Era... Mas era tão bom nesse tempo. Tanta da Laranja, tanta da tangerina.  
**Leonardo:** Era bom demais, né?  
**Dona Branca:** Cala a boca, menino! Eu não gosto nem de me lembrar.<sup>16</sup>

Dona Branca divide conosco algumas das sensações do período da apanha do café. Quando ela lembra da relação com a terra, a forma como ela evoca suas memórias se modificou, adotando um tom de saudosismo. Esta forma de lembrar daquele passado, relacionando-o com as relações vinculadas à terra e como havia uma variedade alimentar, ajuda a perceber como a trama da memória pode se desenvolver de diversas formas e com vários significados. Quando dona Branca, porém, retorna a este mesmo recorte temporal, falando do trabalho em si, os sentimentos expressos são totalmente distintos.

**Leonardo:** Mas aí o serviço também do café era pesado... Mas vocês gostavam?  
**Dona Branca:** Gostava não, é porque não tinha outro meio.  
**Leonardo:** É, não tinha outro meio, né?  
**Dona Branca:** Não tinha outro meio, filho de Deus, era o jeito que tinha, a gente ia apanhar café... Era o sítio que tinha, depois que o sítio Manaus acabou-se, pronto. Acabou, acabou-se os ganho da mulher.<sup>17</sup>

Dois falas similares, dos mesmos recortes temporais, retratando uma mesma atividade, mas que nos evidenciam diferentes sentimentos dentro de uma mesma narrativa. No momento da fala de Dona Branca, não apenas a resposta oralizada foi distinta, como as próprias reações também foram distintas. Principalmente, no caso da primeira fala, podemos notar como existe, por parte de Dona Branca, uma ênfase na relação com a terra.

A terra era boa ao ponto de possibilitar para quem a usa uma diversidade de gêneros agrícolas, podendo compreender aqui esses alimentos como uma espécie de riqueza advinda da terra que era possível encontrar no contato. Tal riqueza é essencial dentro das culturas agrícolas tradicionais pelo fato de que, mais que meros produtos a serem vendidos ou comercializados, são garantias da subsistência e da manutenção familiar, possibilitando assim a reprodução individual (Schwarz, 1990; Ramos Júnior; Silva, 2022). Porém, o trabalho com a mesma terra é o meio dispendioso de sobrevivência por meio do penoso trabalho da apanha de café; não é a terra que é causadora do tom inconformado de Dona Branca na hora da fala.

As diferentes concepções de compreender o trabalho a partir da fala de Dona Branca nos ajudam a compreender a complexidade do trabalho camponês. Havia o trabalho com a terra que gerava o alimento da subsistência, que servia para os sujeitos ali envolvidos. Porém, também havia o trabalho extremo proporcionado a partir da relação com a natureza e com a

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

agricultura, que tinha como objetivo um fim mercadológico e que gerava uma exploração. Ambos são trabalhos de um camponês tradicional, porém essas experiências e sentidos demonstram como o mundo dos trabalhadores contém relações de sentido diversas e complexas (Braga, 2003, p. 80).

Ao observar a narrativa de Dona Branca, é possível reparar como as “conversas evocativas” desencadeiam a percepção de perspectivas e sensibilidades únicas, expondo-nos a uma “experiência profunda”, nos ajudando a visualizar nuances, percebendo como o processo de mudanças sociais – outrora tão embricado e engessado – passa por linhas tênues de humanização e significados múltiplos. Não é apenas o trabalho pelo trabalho que é lembrado, são relações, sensibilidades, alegrias e dissabores (Bosi, 1990, p. 82-83).

As narrativas dos sujeitos são frutos de suas experiências e de diversos elementos da sua cultura no processo de produção e seleção das memórias. É interessante perceber como Dona Branca mostra as marcas de sua cultura como agricultora tradicional ao enaltecer a riqueza da terra que possibilita a sobrevivência e a alimentação. Mais que um mero detalhe, essa fala valoriza a riqueza da terra, que produz muitas coisas além do café, e foi constantemente percebida nas falas de diversos sujeitos, o que trataremos no tópico seguinte de modo mais detalhado.

Mais que o mero fato de Dona Branca gostar ou não da apanha do café, as falas dela estão repletas de significação e nos ajudam a compreender mais a cultura trabalhadora e agrícola a qual ela pertencia. Acerca disso, Alessandro Portelli destaca como a história oral nos ajuda a compreender “os eventos” e os “significados”. Perceber a construção da narrativa oral auxilia-nos a ver como há “um grande empenho na relação do relator com sua história” (Portelli, 1997, p. 31-32).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, outras perspectivas acerca do uso das narrativas orais expressas pelos sujeitos serão trazidas ao campo do debate. Contudo, para entendermos os vários papéis da mulher que apanha o café, precisamos perceber como se organizam as divisões sexuais do trabalho no mundo rural. Como dito inicialmente, as apanhadeiras de café exerciam outras funções além da apanha, trazendo para elas uma “sobrecarga de trabalho”. Tal sobrecarga se dá pelo fato de essas mulheres assumirem “duplas jornadas de trabalho” (Braga, 2003, p. 72).

Partindo de um campo mais amplo de análise, as contribuições de Ricardo Antunes nos ajudam a compreender como há, no mundo dos trabalhadores de forma geral, uma divisão socialmente estabelecida a partir das questões de classe e gênero.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (Antunes, 2009, p. 109)

Muitas das perspectivas colocadas por Antunes acabam sendo generalizantes, além de não serem possíveis de serem percebidas dentro de uma realidade em que predomina uma cultura agrícola tradicional, muito pelo fato de ser uma análise contemporânea. Mas há certos aspectos expostos no exceto que nos ajudam a compreender essa divisão sexual do trabalho, como, por exemplo, a qualificação para o trabalho. Havia “pré-disposições” para o trabalho no campo, porém não definidas pelo capitalismo ou pelo mercado, mas sim pelas lógicas da tradição e da organização familiar.

Quando nos atemos às experiências relacionadas a agricultura tradicional, devemos perceber como a organização e a divisão sexual do trabalho está em grande parte ligada a convenções familiares. De acordo com Verena Stolcke, ao observar a experiência do colonato paulista, havia perspectivas de “solidariedade” e “cooperação familiar”, com mulheres e crianças se envolvendo no trabalho com café (Stolcke, 1986, p. 347-360). Tal análise, contudo, se demonstra para nós muito apassivadora da ação feminina ao evidenciar em grande parte a figura masculina do homem marido/pai. Nas conversas com as mulheres apanhadeiras, era possível perceber a autonomia delas, principalmente no período da apanha. Além disso, algumas eram inclusive mães-solo e assumiam para si papéis de liderança familiar e trabalho no campo.

Na divisão sexual de trabalho que percebemos dentro da cafeicultura serrana, por mais que ocorresse eventualmente a apanha sendo executada por homens, isso era algo difícil, como dito anteriormente. Além de ser algo raro, era algo visto com estranhamento: um homem “com balaio na cintura”. Dona Branca comenta isso conosco, dizendo que:

Aí a negada até dizia assim, a negada era muito sem vergonha né: “oh coisa engraçada é um homem com o balaio amarrado na cintura”. Mas o homem era bom porque tinha força né?!... Ora, conversa! Os homem dizia assim: “Eu quero saber se eu vou ganhar dinheiro, eu quero saber de nada”.<sup>18</sup>

Podemos compreender, a partir dessa fala, como a organização do trabalho era bem definida dentro da realidade serrana. Mesmo que fosse necessário, o fato de um homem estar na colheita do café como apanhador era visto com certo preconceito, muito em relação às construções do trabalho da época. Por mais que, como dona Branca destaca, o homem tivesse

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

“mais força”, acabava sendo bem incomum. Dona Ciza também destaca isso em nossa conversa, colocando inclusive que muitos desses homens poderiam ir com suas esposas ou filhas.

Tudo mulher [na apanha]. Tinha homem também, as vez tinha homem. Era quando era... tinha homem, pouco assim, porque tinha homem que não trabalhava, né. Às vezes não tinha ganho né, aí ia apanhar café mais a mulher, ou mais a filha, era assim. Mas não era muito homem não.<sup>19</sup>

Na dimensão da agricultura familiar, Nilma Angélica dos Santos explica que existe uma “centralidade em torno da figura masculina”, que define o homem na esfera produtiva e a mulher na esfera reprodutiva, ou seja: o homem é aquele que produz, que vai ser o responsável pela unidade produtiva – o campo –, e a mulher, pelo ambiente doméstico. Porém, tal divisão acaba se tornando limitadora ao passo que é possível perceber como a figura feminina está profundamente inserida na realidade produtiva, acumulando suas funções da unidade reprodutiva – sendo mãe, esposa, dona de casa – e também agricultora (Santos, 2016, p. 333-334).

Além desse acúmulo de funções e trabalhos, muitas vezes as visões acerca da atuação dessas mulheres no trabalho rural é de que suas ocupações são meramente “complementos” ao trabalho masculino, ou seja, “os mesmos espaços de trabalhos possuem significados diferentes para homens e mulheres” (Santos, 2016, p. 334). O trabalho feminino pode ser percebido como mais pesado que o masculino devido não somente ao trabalho rural em si, mas também ao acúmulo de funções. Podemos ver isso logo abaixo, em trabalho que buscou desenvolver uma análise sobre os perfis de trabalhadoras da cafeicultura no município de Poço Fundo, em Minas Gerais. As autoras evidenciaram que:

Nessa categoria, englobam-se as atividades domésticas, o cuidar dos filhos, idosos, hortas e animais de pequeno porte. No entanto, também participam do trabalho agrícola, no roçado, mas, nesse caso, ele é visto como “ajuda” aos homens da família. Ressalta-se que a “leveza” do trabalho feminino e o “peso” do masculino não tem nada a ver com a qualidade do esforço despendido pelo seu executor e sim com o sexo que o executa. Então, qualquer trabalho realizado pelo sexo feminino é 'leve', independentemente de ser “exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde. (Vale; Amaral; Raimundo, 2020, p. 39)

Esta dualidade do “trabalho leve” e “trabalho pesado” se faz limitadora quando vamos perceber as atividades das mulheres apanhadeiras da cafeicultura da Serra de Baturité. De maneira alguma as mulheres que trabalhavam com o café executavam um “serviço leve”. Primeiramente, pelo fato de que havia o acúmulo de funções e trabalhos por parte dessas mulheres. Além do trabalho com o café, elas também executavam outras atribuições para

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.

atender as demandas da sobrevivência. Segundo, porque qualquer construção romantizada que possa ser feita acerca do trabalho de apanha com o café se faz errônea pelo fato de este trabalho deixa marcas nas mulheres que o executavam, deixando inclusive prejuízos na saúde. Em um momento de nossas conversas, Dona Ciza nos explicou primeiramente sobre as dificuldades de levar o balaio na cintura. Ela explicou que:

**Dona Ciza:** [...] eu sempre fui a última a sair do café. Eu gostava de trabalhar, hoje em dia, eu sou doente de hernia de disco, porque eu me queixo disso aí, dos balaio de café. Eu pegava de dois balaio. Quando o café tava bom e era longe o barreiro, ele não polpava a gente, o barreiro era longe, alto, você descia com o balaio na cintura, com a corda, era corda.

**Leonardo:** A corda amarrada, era?

**Dona Ciza:** Amarrada aqui na cintura, doía tanto que, isso aqui da gente [apontando para a cintura] ficava todo dormente, você não sentia, não. [...], E tinha mulher que não aguentava meio balaio, não. Eu aguentava [o balaio] chein ó, porque o barreiro era longe, aí eu ia perder o tempo, daqui que eu chegasse no barreiro pra voltar, aí eu levava o balaio bem chein. Eu ia apanhando, tirando as folhas.

**Leonardo:** Não ia dar duas viagens, né, ia logo apanhando, já pra encher.

**Dona Ciza:** É, eu apanhando, tinha gente também que fazia, que tirava na tampa também, não era só eu não, que fazia isso não. Porque, às vezes, os feitores diziam que a gente, a mulher tinha muita força na cintura, realmente. Aí, a gente ia apanhando, tirando as folha logo, tirando as folha, balançava o balaio, tirava as folha, começava de novo.<sup>20</sup>

Dona Ciza detalha como o trabalho não era de forma alguma leve, inclusive destacando as marcas que ficavam no seu corpo. Levar um balaio, que não era pequeno, amarrado à sua cintura não era algo fácil. Além disso, o trabalho de apanhar café não era desenvolvido em roçados planos e com espaço para livre tráfego. Esses roçados poderiam estar localizados em altos de ladeiras, em altos de morros ou em baixas, tornando a apanha muito mais desafiadora e cansativa.

Mesmo havendo análises que buscam romantizar, de maneira generalista, seja o trabalho das mulheres no campo ou seja a ocupação destas com o café, tratando-o como “ameno, bucólico e repousante” (Martins, 2009, p. 274), a apanha era algo extenuante e trazia consigo, mais que o cansaço, as marcas no corpo e na saúde das mulheres, como relatado por Dona Ciza. Na Figura 3, podemos observar um modelo de balaio utilizado pelas apanhadeiras no trabalho com o café<sup>21</sup>, que conseguimos encontrar no dia da visita a casa de Dona Branca.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.

<sup>21</sup> Este é um modelo de balaio que era usado para a apanha, contudo, como veremos mais a frente, dona Ciza comentou que havia balaio menores que eram utilizados por algumas apanhadeiras. Contudo, as que buscavam apanhar o máximo de café possível acabavam recorrendo ao modelo utilizado na foto.



Figura 33 – Modelo de balaio usado para a apanha do café



Fonte: Acervo pessoal

Os trabalhadores carregam em seus corpos as marcas do trabalho. Principalmente na dimensão da agricultura tradicional e familiar, onde o corpo se apresenta como principal força de trabalho pelo fato de não haver condições de investimento em maquinário. A lógica tradicional está atrelada à sobrevivência e à manutenção da reprodução social, o que causa essa impossibilidade. Além disso, o corpo dos homens e das mulheres que trabalham no campo acaba sendo adaptado aos imperativos da atividade agrícola, para atender as demandas que lhe são encarregadas (Barth *et al.*, 2017).

Voltando à experiência da cafeicultura serrana, é possível perceber como a dinâmica do trabalho tradicional acabava deixando de lado a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e das trabalhadoras em nome da manutenção da plena produção e apanha. Inferimos que, para os donos de sítios, prezar por essa segurança era complicado, principalmente porque as rendas eram para a manutenção social. Contudo, poderiam acontecer acidentes no momento da apanha, algo que não foi comentado em entrevista, mas podem ter ocorrido problemas de saúde a longo prazo, o que foi mencionado por dona Ciza. Levar um balaio na cintura acabava acarretando dores e incômodos principalmente na região lombar, que lhe causaram uma hérnia de disco. Essas dores a acompanham, mesmo ela não apanhando café há muito tempo. Dona Ciza evidencia que:

**Dona Ciza:** [...] Muitas vezes eu trepava, eu levava dois balaio [...], quando era de manhã a gente subia, deixava um balaio lá no barreiro [...]. Aí eu subia com o balaio, o balaio na cintura e outro pra encher. Quando eu descia, muitas vezes, hoje eu me arrependo muito disso, porque a saúde da gente vale tudo. Eu descia com um balaio na cintura e o outro em cima, todos os dois cheios, segurando.

**Leonardo:** O balaio era mais ou menos que altura?

**Dona Ciza:** É, era meia quarto era, dessa altura, era chein.

**Leonardo:** Mais ou menos uns 40 centímetros aqui, né?

**Dona Ciza:** É.

**Leonardo:** Aí, tu colocava um aqui e o outro aqui.

**Dona Ciza:** E o outro em cima. diz aí que eu achava bom quando o balaio era grande, eu não queria balaio da cintura pequena, porque eu sabia que quando eu enchesse ele, era meia quarta. Muitos davam mais que a meia quarta, quando eu levava ele bem cheio. Aí, hoje eu me arrependo muito, porque eu sou doente da minha coluna, eu sei que tudo foi por causa disso aí. O médico disse, eu tenho a hérnia de disco aqui, nessa semana eu passei dois dias, quase travou a minha coluna, passei três meses já sem andar. Faz uns seis, dez ano. Passei três meses sem andar, tive uma hérnia de disco, não me operei, só vivo com crise. Aí, eu me queixo disso, né, desses pesos que eu peguei. Hoje, eu me arrependo muito. [...].<sup>22</sup>

Ao observarmos a imagem 1 que mostra o balaio de apanha do café e termos contato com a explicação de dona Ciza, que afirma muitas vezes levar 2 balaio, sendo um acima do outro para melhor aproveitar o tempo e diminuir o trajeto, é possível perceber como o peso da apanha do café não era leve. A busca por levar um balaio a mais para diminuir um trajeto desafiador e cansativo ajuda a compreender melhor essa dimensão da apanha, que contava com caminhos difíceis.

Acerca da dor do corpo marcado pelo trabalho, dor que permanece, Ecléa Bosi reforça como as memórias do trabalho são formadas de maneira complexa e profunda, destacando como os “movimentos do corpo” penetram a “vida psicológica”. Mas não são movimentos quaisquer: são práticas, “adestramentos” e costumes que acabam por se confundir com o cotidiano e costumes dos sujeitos, ocorrendo uma “fusão do trabalho com a própria substância da vida”. A dimensão do trabalho e de suas memórias acaba se relacionando com os usos “dimensões corporal, social e política” e na fala de Dona Ciza podemos perceber como o corpo no trabalho fora constantemente evocado (Bosi, 1994, p. 471-479).

Porém, é interessante atentar a como ela destaca, inclusive com certo orgulho – algo que fora percebido no momento da conversa –, que é o fato de ela sempre levar balaio cheios, inclusive mencionando que tais balaio não eram dos menores. Há um tom de satisfação na fala de Dona Ciza pelo fato de, mesmo em meio a diversas intempéries, trazer balaio cheios. Não apenas pelo ganho maior que ela poderia ter, mas pelo fato de manter uma reputação exemplar e dedicada na apanha de café, algo que foi citado por ela em outros momentos. Um orgulho do trabalho bem-feito.

Tal fala nos ajuda a perceber como as memórias podem ser multiformes e demonstrar sensações diversas. Dona Ciza falava em um momento sobre o dissabor de ter exagerado em seus trabalhos, porém logo ela muda para um tom de satisfação ao falar do seu

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.

potencial e de como ela era competente. Mas no desenvolver do diálogo, este tom satisfatório é substituído pelo arrependimento que perdura até hoje. Não pelo fato de, em troca de tanto esforço, a apanhadeira ter ganhado pouco, mas sim pelas marcas no seu corpo e em sua saúde.

Alessandro Portelli apresenta a História Oral como a “arte da escuta” e que não “diz respeito só ao evento”, mas “diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Contudo, para perceber e visualizar os significados por trás do vivido, se faz essencial interagirmos com as memórias e as mobilizações subjetivas que as produzem. Lidar com a dimensão da memória dentro da narrativa é compreender que “a memória na verdade não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado” (Portelli, 2016). Esse processo contínuo envolve relações com o coletivo e com o individual, principalmente quando percebemos as experiências dos sujeitos e identificamos como suas subjetividades são manifestadas. Acerca das subjetividades, podemos considerar que:

[...] o que está em pauta na proposta de Portelli é exatamente o relevante papel que a subjetividade desempenha na reconstituição do evento histórico. Ainda que não desqualifique a importância da historiografia científica, considera que não se pode desconsiderar a fecundidade da contribuição dos sentimentos subjetivos que se fazem presentes e marcantes na história oral, na oitiva dos sujeitos que vivenciaram os eventos, em que pese a efetividade das confusões, dos desvios imaginários, da imprecisão, da mistura dos desejos com a realidade, das falsificações, enfim, da condição caótica que essas versões orais podem embutir nos conteúdos apresentados. (Severino, 2016, p. 240)

Severino nos ajuda a perceber uma das categorias chaves para Alessandro Portelli: a subjetividade e seus desdobramentos dentro das narrativas de vida. No caso de Dona Ciza, é possível perceber essas subjetividades ao passo que percebemos a organização das várias memórias que se misturam na narrativa; os sentimentos que são apresentados ao rememorar o passado e as sensações expressas nos vários momentos de fala. O sentimento de arrependimento exposto por ela na parte final desse trecho nos ajuda a perceber como um mero fato atrelado a dimensão do trabalho pode despertar sentimentos múltiplos que se perpetuam do passado ao presente, principalmente quando levamos em consideração a associação do sentimento à sensação, que, no caso de dona Ciza, é a dor. Aqui podemos compreender como a memória acerca do vivido ganha novas significações nas “cores do presente”. O passado, ou melhor, as “experiências únicas” vivenciadas no passado, são inseridas em um dinâmica de reconstrução que forma “sua representação no presente” (Delgado, 2009, p. 10-14).

Como dito anteriormente, as apanhadeiras de café assumiam funções sociais e mobilizavam-se na tradição cafeeira serrana buscando a sua própria sobrevivência, mas principalmente relacionando também a manutenção familiar, decentralizando-se assim da

figura masculina. As mulheres da apanha do café exerciam várias funções sociais dentro da dinâmica agrícola existente na Serra de Baturité. Para além de apanhar café, essas mulheres eram mães, provedoras e agricultoras, sendo que cada uma dessas ocupações era executada dentro de realidades diversificadas, se levarmos em consideração a diversidade de sujeitos existentes nos sítios de café da Serra.

As mulheres no café, antes de tudo, estavam inseridas em relações familiares profundas e complexas. Elas poderiam ser mães, esposas, filhas ou irmãs mais velhas e com isso necessitarem acumular funções para conseguir lidar com a apanha de café. Quando pensamos nas relações familiares, é principalmente o equilíbrio do trabalho com a maternidade que traz desafios para essas mulheres que necessitam da apanha para sua sobrevivência. E esse desafio já se inicia no pós-parto, com algumas indo trabalhar no período puerpério ou, como elas mesmas falam, o resguardo. Dona Ciza, logo após destacar as dores no seu corpo devido a apanha, comentou também sobre esse momento. Ela coloca que:

**Dona Ciza:** [...] Hoje, eu me arrependo muito. Era de resguardo também.

**Leonardo:** Tu ia de resguardo apanhar [café]?

**Dona Ciza:** É, apanhava, deixava a menina mamando em casa, só com chá, a mais veia dava chá. Quando eu chegava que, ia dar de mamar, minha vida foi assim, meu fi.<sup>23</sup>

Dona Ciza destaca como ser mãe e apanhadeira de café era desafiador. Direitos como licença maternidade e manutenção de ganhos eram difíceis de serem alcançados, e por isso as mulheres tinham que voltar a trabalhar mesmo em período pós-parto. Se pensarmos a partir da dualidade naturalizada que se desenvolve na divisão sexual do trabalho, onde os cuidados com no campo estão ligados a figura masculina e os “afazeres domésticos” ligados a figura feminina (Tedeschi, 2009), percebemos que tais direitos não eram atribuídos sequer aos homens.

Devemos levar em consideração o fato de interagirmos aqui com uma agricultura tradicional em que as relações de trabalho não eram mediadas pelas leis, mas sim pelas relações de reciprocidade, solidariedade e pelos costumes (Woortmann, 1990; Thompson, 1998). Como falado anteriormente, o trabalho feminino no campo é definido como complementar, sendo a função primordial da mulher, dentro desta lógica, o cuidado doméstico e a criação familiar.

Antes das definições sociais e divisões relacionadas a quem trabalha e onde, vinha a necessidade de sobrevivência familiar, que envolvia essa exposição da mulher e também da criança, que acabava tendo um desmame precoce. Essa situação nos ajuda a perceber como os

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas no dia 21 de setembro de 2019. Acervo Pessoal

sujeitos do café, sejam mulheres apanhadeiras ou sejam seus filhos, ainda bebês, acabavam sendo assolados pelo evento da fome, ou ao menos da falta de qualidade alimentar, que falaremos melhor mais adiante. Em outro trecho, que inclusive já foi visualizado no tópico anterior, dona Cláudia destaca como algumas mulheres faziam para conseguir apanhar café e lidarem com seus filhos quando estes ainda não conseguiam andar nem trabalhar. Ela coloca que:

[...] tem delas que contam que levavam rede pra armar debaixo das árvores e botavam menino novo que elas iam pra apanhar o café e passavam o dia lá e levavam o menino pra botar dentro da rede. Aí elas diziam que, às vezes chegavam na rede e tinha caído até uma cobrinha, porque tem umas cobrinhas que chamam dormideira, porque ela vive nos pés de café. Ela parece uma jararaca. Ela não é venenosa. Quando o menino tava deitado na rede, tinha uma cobrinha dentro que tinha caído dos pés de café. Então, tinha tudo isso, né? <sup>24</sup>

A dinâmica da apanha de café era extremamente intensa, como já foi percebemos. As mulheres tinham que lidar com diversos detalhes, como não deixar para trás grãos de café, levar o peso de um balaio cheio, além de ter que separar as folhas dos cafeeiros das bagas maduras. Porém, as mulheres que eram mães de crianças pequenas sofriam com uma demanda a mais: olhar pela sua criança. Quando a mulher possuía redes de apoio, como outros filhos ou parentes, ela poderia deixar seus filhos sob os cuidados atribuídos, como era o caso de Dona Ciza. Porém, quando isso não era possível, as crianças já começavam a construir uma interação com o mundo das trabalhadoras.

A base do trabalho agrícola tradicional do qual falamos neste trabalho é a família, pelo fato de ser esse núcleo, o centro da produção no campo (Stolcke, 1983; Woortmann, 1990). A criança que ficava em sua rede enquanto sua mãe apanhava o café não estava trabalhando, mas provavelmente estava se relacionando com atributos, paisagens e sensações de uma atividade que, em algum momento, poderia passar a executar. Assim, podemos perceber traços de interações da criança com a dimensão do trabalho.

A partir desta consideração, é possível observar como ocorre uma inserção da criança no mundo dos trabalhadores de forma involuntária, primeiro como um mero visualizador – não que a criança estivesse ali propositadamente para aprender o ofício da apanha, de forma alguma –, mas depois, com seu crescimento, ela começava a ser inserida nesta atividade produtiva. Não apenas as que ficavam com suas mães enquanto elas trabalhavam, mas várias crianças, quando chegavam a uma idade de 6-7 anos, começavam a apanhar café. Vejamos o exemplo abaixo, retirado de conversa com Dona Naíde, outra apanhadeira de café:

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

**Dona Naíde:** Eu levava a Zeneida com 6 anos, pra apanhar as bandinha do chão. Ela chorava pra ir! Eu apanhava as de cima e ela apanhava as do chão.

**Leonardo:** pegava, botava o balaio né?

**Dona Naíde:** Era, eu com o balaio apanhando as de cima e ela ficava no chão, apanhando. Ela não te contou não?

**Leonardo:** Sim, ela contou

**Dona Naíde:** Apanhando as bandinha do chão. Quando eu não ia, ela “mãe eu vou pra apanhar as bandinha do chão” aí ela ia apanhar, a bichinha<sup>25</sup>

Dona Naíde foi outra mulher que apanhou café no Sítio Manaus. Ela, ao contrário de Dona Branca e Dona Ciza, trabalhou na cafeicultura durante pouco tempo, por cerca de dois anos. Contudo, ao falar sobre sua experiência, ela destaca como sua filha a acompanhava para a apanha do café do chão ou de galhos baixos. Essa apanha de café executada por crianças foi chamada por muitos sujeitos de “balão” e consiste em exatamente apanhar o máximo possível de grãos do chão ou nos cafeeiros que poderiam causar a “broca-do-café” (Alcantara, 2009, p. 101).

Esta inserção da criança no trabalho revela como existe na dinâmica da cafeicultura serrana uma base que conta com a mão-de-obra da agricultura familiar. No recorte do qual falamos, ainda não havia uma legislação infantil estabelecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que regulamenta a condição do trabalho na infância como “ilegal e violenta”. O sentido do trabalho infantil na dinâmica do tradicional, porém, perpassa justamente pela ideia do ensinamento ou também da socialização das crianças com a dimensão do campo, disciplinando o corpo e a mente (Menezes, 2002).

Venâncio Oliveira destaca como o trabalho pode ser percebido “como um ensinamento passado de pais para seus filhos”, que ajudava na “reprodução social daquele modo de vida campesino”; indo além, podendo abarcar “ensinamentos de valores éticos, morais e técnicos” (Oliveira, 2021, p. 96). Ou seja, a inserção da criança na dimensão do trabalho assume também um sentido de afirmação de identidade que aquele sujeito possui partindo do trabalho.

Ao falar sobre a ida de sua filha para os roçados de café, Dona Naíde destacou a alegria da criança em executar um serviço laboral com uma certa surpresa. Mesmo não tendo a oportunidade de desenvolver maiores diálogos com a filha dela, é interessante pensar como a memória vai sendo desenvolvida a partir de diferentes ritmos e sensações, a depender do momento ou em qual faixa etária o fato é vivenciado e dos sentimentos presentes. A alegria da criança talvez poderia se relacionar a uma assimilação do trabalho como brincadeira ou algo prazeroso, ou então a satisfação poderia ser relacionada a própria concepção do trabalho e a agregação de outras vivências. ´

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Naíde Marques de Oliveira no dia 07 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.

Conjecturas a parte, é interessante perceber a “centralidade do trabalho” desde a infância, algo destacado por Marilda Aparecida de Menezes, que analisa, a partir de fala de camponeses acerca de suas infâncias, como o trabalho é algo que possui evidência na vida desses sujeitos desde a tenra infância. Ela nos explica que a “experiência do lúdico” acaba sendo silenciada ou inserida dentro de uma lógica moldada a partir da ocupação laboral, do trabalho. Ela afirma também que tal dimensão se apresentou nas narrativas não como um momento da vida. O brincar, para muitos sujeitos, foi “como um intervalo do dia e não como uma fase peculiar da vida” (Menezes, 2002, p. 185-207).

Essa centralidade do trabalho ajuda-nos a compreender por que muitas das primeiras memórias dos sujeitos foi logo assimilada ao trabalho. Dona Branca demonstra isso em sua fala, quando ela fala sobre sua infância e o início do trabalho na apanha do café:

**Dona Branca:** Eu não tinha dez anos... “Num” tô dizendo que quando comecei a apanhar café, eu [num] tinha dez anos.

**Leonardo:** A senhora começou a trabalhar com café?

**Dona Branca:** Mas, assim, olha... Eu... Eu não podia botar balaio na cintura, porque eu era... Quem botava balaio era a minha mãe. A minha mãe, que era a chefe, pra apanhar o balaio na cintura. Eu ia pra apanhar balão, porque o café tem balão.

**Dona Branca:** Nós ia pra... Porque o feitor num deixava nós apanhar pra não quebrar o galho. Eu apanhava o saco, eu botava o balaio aí em cima da cintura. Eu apanhava os balão [...]. Aí, nós ia pra... Pra apanhar só os balãozinho. Aqueles balãozinho que dizia... Era que nós ia apanhar. Nós não pegava em galho grande, não.

**Leonardo:** Era criança, né? Não tinha nem como pegar, né?

**Branca:** Não, porque o homem não deixava. É porque o feitor num deixava. E uma vez, ele dizia assim... Com a mãe: "Maria da mata" com a minha mãe, "Por que que tu não traz essa menina... Aquela pequena pra apanhar café? porque tu não bota ela pra apanhar no chão?" Porque era assim, às vezes a gente ia apanhando no chão.

[...]

**Leonardo:** A senhora começou com 10 anos a apanhar seus cafés?

**Branca:** Foi, apanhar café. Tudo, eu comecei com 10 anos. Era apanhar café, era apanhar... Era pra... Era apanhar roçado. Era pra todo canto. De 10 anos pra frente. <sup>26</sup>

É interessante perceber a riqueza de detalhes com que Dona Branca explica o início de seu trabalho no café. O fato de ir acompanhada de sua mãe, de ainda não botar o balaio na cintura por não ter tamanho, mas sim apanhar o “balão” ou o café do chão. Um trabalho que foi repassado pela mãe dela como forma de sobrevivência e com o qual ela criou seus filhos. Não apenas dona Branca, mas várias mulheres que apanhavam café encontravam nesse serviço uma alternativa de obter ganhos a mais.

A mulher, além de dona de casa e mãe, assumia muitas vezes uma função de provedora. Muitas delas eram casadas e seus maridos também trabalhavam na agricultura. Porém, era necessário, dentro da estrutura do trabalho familiar, homens e mulheres irem em

<sup>26</sup> Entrevista realizada com Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

busca de garantias de sobrevivência, seja os alimentos conseguidos por meio do cultivo da terra, seja os alimentos e outros itens conseguidos pelo dinheiro. Essa identidade de ser mãe e criar os filhos por meio não apenas do café, mas dos diversos trabalhos no campo, era bastante comum nos grupos de apanhadeiras de café. Acerca disso, dona Maria afirma que:

**Dona Maria:** O que aparecia a gente topava. Eu nunca fui trabalhar de enxada, não. Eu não vou dizer que eu...eu nunca soube trabalhar de enxada, não de jeito nenhum. Mas eu tenho uma irmã, que ela trabalhava de enxada mais minha mãe, pra nós sobreviver. Trabalhando de enxada. Minha mãe trabalhou até tirando bagaço de pé de engenho, quando não tinha mais o que fazer, ela trabalhou até tirando bagaço no engenho.

**Leonardo:** O que aparecia era feito.

**Dona Maria:** Eu criei... Essa daí foi a mais bem criada, porque foi quando eu já estava na fazenda. Mas os meus outros filhos eu criei carregando estrumo na cabeça, com chuva, com sol, pra estrumar a cana, pra estrumar a bananeira, carregando aquele estrumo molhado pra sobreviver.

**Leonardo:** Era pesado?

**Dona Maria:** Muito pesado, muito pesado. Só vivia quem podia. Aí eu criei os três primeiros. Essa daí foi a mais bem criada, porque essa daí eu já estava dentro da casa da fazenda. E a dona Cláudia me ajudou muito com ela. Me ajudou desde o enxoval dela. E criou ela com leite durante quatro anos. Dando leite a ela, leite, a massa e o açúcar.<sup>27</sup>

O trabalho agrícola era o escape de sobrevivência para os vários homens e mulheres que viviam nas cidades da Serra de Baturité, não necessariamente na apanha do café. A apanha de café fornecia uma renda que era essencial para a manutenção das famílias camponesas, como veremos a seguir. Contudo, a subsistência por meio da terra que cedia a alimentação básica era prioritária para a reprodução social, o que levava homens ao trabalho agrícola e mulheres a “toparem tudo” pela sobrevivência, em ocupações direta ou indiretamente ligadas ao campo. Era necessário produzir para a segurança, e a partir da subsistência garantida, se delineia os usos dos excedentes (Schwarz, 1990).

Antes de seguir, é interessante perceber como, na fala de Dona Maria, é destacado o fato de uma filha ter sido criada de maneira melhor que as outras pelo fato de ter sido criada em um ambiente diferente. Enquanto os 3 primeiros filhos desta senhora foram criados no contato direto com o café pelo fato de sua mãe ser apanhadeira, a filha caçula acabou sendo criada em circunstâncias mais favoráveis pelo fato de dona Maria trabalhar nas dependências do casarão do Sítio São Luís, inclusive com acesso a melhor qualidade alimentar. Tal fenômeno nos ajuda a perceber certo “paternalismo”, em uma sociedade de “uma só classe”, se analisarmos a partir de uma maneira superficial; contudo, as distinções de classes estão ali presentes (Thompson, 1998, p. 30).

---

<sup>27</sup> Entrevista realizada com Maria Batista Filha [28 jul. 2023], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.



Voltando a perceber como a mulher apanhadeira se faz provedora da subsistência e do que vai além disso, é interessante perceber como o trabalho agrícola se faz além do café, algo falado anteriormente. As mulheres apanhavam o café em um período máximo de 4 meses em média, se tomarmos o período maio-agosto. Mas e durante os outros 8 meses? Quais outros trabalhos mobilizavam essas mulheres? A resposta se localiza justamente nos trabalhos de manutenção da subsistência.

Dona Maria destaca o fato de “nunca ter trabalhado de enxada”, ou seja, nunca ter trabalhado diretamente no cuidado com o campo. Apesar de não ter ido direto para o campo, ela se envolveu em outros trabalhos como atividades nos engenhos de açúcar e farinha, além de o trabalho com bananeiras, cultura que já era comum na região serrana nesse momento. Essas atividades eram alternativas para quem não tinha na agricultura – plantar seu roçado, cuidar, colher, e as etapas preparatórias do ciclo de um roçado, como limpar o terreno, fazer a coivara, que é a queimada do local – uma possibilidade. Ajudar em casas de engenho ou casas de farinha, executar serviços indiretos como adubar plantas específicas, ou até mesmo ir para o sertão em busca de trabalho eram alternativas possíveis

Contudo, a opção de plantar roçados, para muitos, era extremamente necessária pelo fato de ser a partir do plantio dos gêneros de subsistência que se garantia a segurança alimentar mínima, além de se possibilitar ganhar alguma renda com os excedentes (Schwarz, 1990). Sobre a sua experiência no trabalho com o roçado, dona Branca nos relata que:

**Dona Branca:** [eu] trabalhava 3 dia pra baixo 3 pra acolá, era assim quando dava certo [...] eu ia ajudar. [...] quem me fornecia o dinheiro pra eu alimpar o roçado, pra eu brocar, era o finado Eliseu Batista.

**Leonardo:** Finado Eliseu Batista, ele foi dono ali do [sítio] Manaus por muito tempo?

**Dona Branca:** Sim, sim. Quando eu plantava o roçado, que eu não podia limpar, que eu não tinha com o que né?! aí eu ia bater lá, “Ei seu Eliseu, Seu Eliseu me dê uma ajuda?”, nós fazia o negócio, ele era legal! ele dizia: “Brancoza, eu vou te arrumar o dinheiro, tu pranta teu roçado, tu alimpa. Quando for no tempo que tu fazer a colheita, tu apura e tu vem me pagar e o resto é teu”. E eu pagava a renda do homem que era dono da terra.

**Leonardo:** Você pagava a renda da terra?

**Branca:** Pagava.

**Leonardo:** Aí o resto era seu?

**Dona Branca:** Não! Aí eu pagava, primeiro quando eu fazia a colheita de feijão, de fava, aí o primeiro que eu pagava era a renda da terra.

**Leonardo:** E assim, a renda da terra era um valor que ele dizia quanto era?

**Dona Branca:** Óia, um tempo eu plantei... pia como gente não tem juízo... um dia eu botei uns trabalhador lá, o seu Eliseu, que era meu patrão, que eu chamava que era meu patrão, “ah era meu patrão”, eu fui lá e arrumei um roçado grande [...] ele arrumou esse roçado e eu plantei um saco de milho, plantei de 60 litros. Bichin eu vou te dizer uma coisa: quase que eu fico doida para limpar esse roçado, aí eu fui lá no seu Eliseu, ele me arrumou um dinheiro, eu empeleitei, paguei os trabalhadores. Mas esse roçado deu tanto do feijão! Que deu fé, foi do meio pro fim [foi] feijão, fava, milho! Eu paguei... De uma lapada eu paguei 10 sacos de renda! só de uma lapada! Aí... eu paguei e o resto eu colhi, trouxe fava... a minha casa não era essa daqui não, era uma

casa velha bem, ali assim [...]. eu fiz tantos do legume! Paguei o seu Eliseu, paguei tudo, que nós dormia era atrepada cima dos sacos, de tantos legumes que eu fiz [...].<sup>28</sup>

A rotina de trabalho na dinâmica tradicional é intensa e diversificada, e envolve os sujeitos nas mais diversas dinâmicas. Dona Branca, além de apanhadeira, teve várias ocupações durante a vida, todas elas ligadas à terra. No excerto, ela comenta um pouco sobre sua experiência como arrendatária, modo de contrato rural em que o trabalhador utiliza da terra do proprietário para plantar seus gêneros agrícolas e faz o “pagamento de uma quantia fixa, em dinheiro ou em produtos” (Silva, 1982, p. 150). Woortmann (1990) afirma que o arrendamento demonstra uma dimensão do trabalho livre, mesmo que seja com o domínio da terra. O arrendamento torna-se vantajoso para o trabalhador ou trabalhadora quando “as despesas da exploração familiar” (Chayanov, 1981) são cobertas e as demandas da reprodução social alcançadas.

Na experiência de dona Branca, a experiência do arrendamento conseguiu ser executada e ela pagou o proprietário da terra, que era localizada no sítio Manaus, onde ela também apanhava o café. É interessante perceber como ela acaba destacando o fato de a produção ter sido extremamente exitosa, mas que isso lhe custou muito trabalho e envolvimento de outros trabalhadores empreitados que ajudavam em seu roçado. Neste arrendamento, percebemos que, mais que a terra, o proprietário cede à trabalhadora condições de manutenção da colheita agrícola. Há aqui um perpetuamento de relações paternalistas, em que os sujeitos acabam sendo amparados pela figura do dono da terra, que visa a manutenção da renda e o mínimo possível de perda (Thompson, 1998).

A fatura que dona Branca também destaca nos ajuda a perceber como a dimensão da memória que ela expressa em sua narrativa torna relevante certos detalhes: os 60 litros de milho plantados, a variedade de renda dos diferentes legumes que serviram para pagar a renda e para a fatura que foi tão grande que foi necessário “dormir atrepada”, devido ao vultoso resultado de “legumes que ela fez”. As memórias da fatura nos ajudam a perceber como os sujeitos analisam revivem suas memórias não apenas pela dimensão do tempo cronológico ou geracional, mas também pelo mesmo tempo natural que muitas vezes orientou o cotidiano. Essas memórias da fatura e do inverno, de acordo com Olivenor Chaves, “excluem do mapa da fome” as sensações de “fome e de miséria” (Chaves, 2002, p. 105). Não que haja um esquecimento da carestia, da pobreza e da falta de alimentação, mas tais lembranças amenizam certas memórias dolorosas que ainda permeiam o subjetivo dos sujeitos.

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada com Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

O trato com a terra garantia a provisão do alimento essencial, do arroz, do feijão, da fava e do milho, além de diversos gêneros agrícolas como banana, laranja e goiaba. Porém, a apanha do café, em muitos sítios, era um dos únicos trabalhos que trazia uma perspectiva de ganho monetário para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos. Não podemos afirmar que o café era o único ganho monetário existente, porque, dependendo do local, poderia haver outras atividades que atribuíssem aos trabalhadores envolvidos um ganho remunerado. Porém, em relação aos sítios de café onde se podia observar essa realidade da apanha de café como único pagamento ou ganho principal, as mulheres utilizavam desses ganhos para a manutenção de necessidades básicas de sobrevivência que não eram obtidas por meio da terra. Algum alimento, calçados, roupas ou aquilo que não poderia se conseguir diretamente da natureza e da agricultura.

Dependendo do sítio onde se trabalhava, o ganho poderia ser em dinheiro ou em créditos para se comprar o que necessitava em vendas locais próximas aos sítios. Não eram todos os sítios que adotavam essa lógica, mas os que a utilizavam adotavam formas específicas de organização, atribuindo valores às quantidades apanhadas, como foi o caso do Sítio São Luis<sup>29</sup>. Sobre as formas de se medir a quantidade e efetuar os pagamentos, falaremos mais adiante. Contudo, o apurado com a apanha era essencial para a sobrevivência familiar. Dona Maria reitera isso em sua fala, comentando que:

**Dona Maria:** Não tirava pelo seguinte, porque eu trabalhava para me sustentar.

**Leonardo:** Não, pois é, o dinheiro para...

**Dona Maria:** Para me sustentar, eu e minha família. Fazia assim, a gente apanhava o café o dia todo, de tarde, a gente sacudia aquele café, no dia, vendia para comprar o rango.

**Leonardo:** Sim, comprar ou comer, né?

Maria: A comida, aí tinha o vestido, o calçado, tudo tinha que sair dali de dentro.<sup>30</sup>

Dona Ciza também comentou sobre os usos que ela atribuía com o dinheiro ganho do café. No caso do sítio Manaus, não eram utilizadas as fichas e as mulheres eram pagas com dinheiro, sendo que ela explica que:

Pegava um valor até bom né? [...] ah eu conseguia comprar roupa, calçado as vezes pras minhas irmã, pra minha mãe também, ela num trabalha quando nós era pequeno né, antes de eu me casar, ai eu comprava roupa pra minhas irmã, ainda hoje até elas fala, a minha mãe pegava o dinheiro sabe, era assim: todos os sábado eu recebia, ai

<sup>29</sup> Para além de as conversas que foram gravadas, dona Cláudia nos explicou como se desenvolvia o uso das fichas locais para o pagamento da apanha do café e como, certos donos de armazéns e comércios locais utilizavam isso para obter o café outrora produzido no sítio. O café apanhado era trocado por fichas proporcionais que eram utilizadas em comércios locais. Os donos desses comércios utilizavam algumas dessas fichas para trocar por sacas de café que seriam comercializadas. A prática de uso de moedas locais para pagar apanhadeiras poderia ser vista em outros sítios da Serra, desde o século XIX (Sales, 2014, p. 132-134).

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Maria Batista Filha [28 de julho de 2023], Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal.

entregava a ela, ai ela fazia o que queria, ninguém ia atrás não. [...] Aí ela levava pra Fortaleza. Juntava meu dinheiro, o meu e o da minhas irmã, ela levava, ia numa loja, comprava um bucado de roupa, de tecido, nós se vestia, era assim.<sup>31</sup>

Como podemos perceber, os ganhos monetários com o café eram empregados naquilo que não poderia conseguir por meio da agricultura. Seja a comida que era necessária, seja a compra de roupas, tecidos e outras coisas. Também era possível ver os usos do dinheiro na compra de gêneros alimentícios que complementavam a dieta, como biscoito, ou na compra de condimentos. Contudo, as opiniões sobre os ganhos com o café divergiam. Dona Naíde destacou em sua narrativa o fato de o café o café ser o “único ganho que tinha”, mas também falou sobre como era um ganho de valor limitado, que ela mesmo chama de “micharia”:

**Dona Naíde:** Eu fui porque era o ganho que tinha, né? Eu cheguei do sertão, não tinha ganho nenhum aqui. Era o ganho que tinha, era apanhar esse cafezinho. E eu disse, “vou deixar esse menino com a Zenair e vou apanhar um cafezinho também”. [...] a gente ganhava uma mincharia véa. Era uma micharia véa por uma lata de café. Eu apanhava de seis, oito latas por dia pra ganhar uma besteira. Era que quando era fim de semana nós ia receber... Quando nós recebia [...], era alegria medonha. [...].

**Leonardo:** Você recebia no final de semana, toda a vida?

**Dona Naíde:** No final de semana, no dia de sábado.

**Leonardo:** Você trabalhava o dia todo, né?

**Dona Naíde:** O dia todo, no dia de sábado, eu recebia aquela... aquela micharia véa. Mas era uma micharia, mas...<sup>32</sup>

Contudo, no decorrer da fala, ela reafirma que, mesmo sendo pouco, era um dinheiro que se fazia necessário, e que quando elas eram pagas, no fim de uma semana de trabalho, havia o “sentimento de alegria”. Mesmo sendo pouco, era um pouco que ajudava na sobrevivência e permitia à mulher que apanha comprar algo do seu cotidiano. O exemplo de dona Ciza com a compra dos tecidos nos ajuda a compreender isso e mesmo dona Naíde também.

Uma mesma memória pode ser evocada e ressignificada pelo sujeito de maneiras diferentes. Os pontos de vista, assim como as próprias experiências, são subjetivos; por isso vemos nas falas de dona Ciza e dona Naíde não apenas opiniões, mas diferentes sentimentos e sensações. Talvez, para a primeira, o fato de conseguir comprar roupas para seus filhos e parentes tornava o ganho lucrativo, não pelo valor monetário em si. Alessandro Portelli evidencia como um mesmo evento pode “gerar múltiplas visões, múltiplos relatos, múltiplas interpretações” (Portelli, 1996, p. 6). Além disso, a forma como cada sujeito experiencia um

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Naíde Marques de Oliveira no dia 07 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.

evento, seja ele inserido no mundo do trabalho ou não, ajuda no caminho narrativo que ele opta por desenvolver, as memórias que ele resgata, as significações que ele constrói.

As apanhadeiras, como vimos, foram figuras chave para se perceber o funcionamento da cafeicultura serrana. Além disso, as várias atribuições que a figura feminina camponesa possuía nos ajudam a compreender como elas desenvolviam funções-chaves que iam além das naturalizações da divisão sexual do trabalho no campo. Agora, iremos analisar como as diversas etapas da cultura cafeeira são desenvolvidas na realidade da tradição serrana, levando em conta as relações com a natureza e as sociabilidades envolvidas em cada etapa.

### **3.3 Dentro do cafezal e para além dele: Costumes e práticas do cotidiano**

O trabalho com o café dentro da cultura serrana mobilizava trabalhadores e trabalhadoras de maneira contínua e constante, como vimos nos tópicos anteriores. Homens, mulheres e crianças participavam da cafeicultura desenvolvida em vários sítios da região serrana, e junto a essa atividade, adquiriam subsistência e renda, desenvolviam sociabilidades e costumes comunitários, tinham acesso a uma cultura alimentar, mobilizando e ressignificando experiências no cotidiano.

Como vimos anteriormente, a cafeicultura era uma atividade que estava fixada no ciclo de trabalho de muitos dos sujeitos do café, auxiliando assim na formação de muitos dos costumes exercidos por eles nas muitas das práticas do cotidiano. A organização do tempo e dos ciclos, a cultura alimentar, as interações sociais, todos esses costumes ajudavam a construir a cultura dos trabalhadores. Entendemos aqui que a tradição cafeeira serrana formada com sujeitos e por sujeitos não é definida única e inteiramente pela atividade laboral com o café. Existem experiências e as relações sociais dinâmicas que definem os costumes dessa tradição que vão para além do trabalho, em um campo de trocas e mudanças constantes. Thompson, sobre isso, coloca que:

[...]. Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos cognitivos que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo cultura, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (Thompson, 1998, p. 17).

São justamente essas trocas – trocas de experiências, costumes, práticas – na dimensão cotidiana que fazem da cultura cafeeira uma cultura tão complexa. Essa cultura não

era parada e pautada em torno de si mesma, mas ela envolvia constantemente outras culturas agrícolas, sociabilidades dos sujeitos, estratégias de sobrevivência e de subsistência. Tomaremos aqui as várias etapas de cultivo do café serrano como pontos de partida para observar e compreender as diversas dimensões sociais e agrícolas que eram desenvolvidas a partir da cultura cafeeira.

Dentro da dinâmica tradicional, como dito anteriormente, as relações com a natureza acabam ditando os ritmos do trabalho e da vida (Thompson, 1998; Chaves, 2002). O tempo da chuva, da seca, do plantar e de colher, acabam determinando os imperativos do trabalho no campo, seja na serra ou no sertão. Kênia Rios inclusive examina que há uma busca por parte dos profetas da chuva e agricultores de organizar “uma complexa articulação entre natureza e cultura, técnica e meio ambiente” para achar o melhor prognóstico de chuva para além do que a ciência poderia dizer (Rios, 2016, p. 31). Ou seja, a chuva é observada e esperada, principalmente nos sertões, como o ponto de início. Na cafeicultura, não é diferente. Dona Cláudia, administradora do Sítio São Luiz, evidencia isso, colocando que:

É porque, assim, o café... Nós aqui do Nordeste, principalmente... O povo do Sul pouco entende porque que a gente fala tanto se choveu, se não choveu, se tá bom, se o café vai produzir, porque nós dependemos disso tudo, né? Aí, então, tem que chover novembro, dezembro... outubro, novembro, dezembro é a chuva que no litoral é pro caju, pra nós aqui da serra é pro café. Se não chover bem nessa época, nós não vamos ter uma safra boa de café. Aí o café começa a florar no início do ano. Se chover muito e derrubar a flor do café também a safra fica comprometida. Aí quando chega junho e julho, né, é a época de apanhar café. Nós estamos na época em que o café tá no auge da produção e que tem muita gente que já colheu o café.<sup>33</sup>

Dona Cláudia traz uma percepção interessante sobre a importância da chuva e sua influência no ciclo do café. Deve haver um necessário equilíbrio da chuva – nem excesso, nem falta – para se poder ter um sucesso produtivo na cafeicultura: primeiro em relação à chuva, que deve ser proporcional e vir no tempo certo, segundo em relação às quantidades. Essa prática exemplifica de maneira interessante a relação estabelecida com a natureza. Tal relação não é feita buscando meramente um controle sobre a natureza, muito pelo contrário. Perceber as “subjetividades” da natureza ajuda os homens e mulheres do campo a se prepararem, a se organizarem a partir de “diálogos intersubjetivos” com aquilo que a natureza apresenta (Rios, 2016, p. 30).

Uma fala de dona Cláudia nos chama atenção: o fato de ela destacar como o “povo do sul” – referindo-se aqui a região do centro-sul do Brasil – não compreende por que o

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada com Claudia Maria Mattos Brito de Goes [20 de julho de 2023]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

nordestino, o sertanejo, preocupa-se tanto com a dimensão da chuva. Falamos aqui em sertanejos porque os muitos sujeitos do café estabeleciam contatos com o sertão de maneiras constantes, principalmente se levarmos em consideração o fato de que as relações entre serra e sertão existiam desde o processo de ocupação serrana, ainda no século XVIII.

A cafeicultura serrana absorveu práticas comuns da agricultura de subsistência do sertão. Serra e Sertão, mais que opostos, são símiles, e muito do que os homens e mulheres serranos têm como importante, principalmente a relação com a chuva, se faz por influência de seus contatos e experiências com o espaço e as paisagens sertanejas. Se faz válido considerar as paisagens serranas como “uma paisagem de exceção no contexto geoambiental do semiárido cearense” (Freire; De Souza, 2006, p. 131), mas são as relações sociais e as ligações historicamente construídas por meio de migrações e das trocas culturais que tornam esses locais mais aproximados do que opostos.

A importância da chuva, destacada por dona Cláudia, é bastante explícita em outras narrativas de sujeitos do café. Não conseguimos achar considerações comparando a importância da chuva para sertanejos em relação ao “povo do sul”, mas conseguimos observar, a partir das considerações de Kênia Rios (2014), como a água e o evento natural da chuva tomam o imaginário dos homens e mulheres no Ceará que dela precisam para sobreviver. A chuva e suas consequências não são apenas eventos naturais da vida do trabalhador do campo. Eles podem se ligar a várias outras circunstâncias da vida comum, com a religiosidade e a fartura. Observemos que:

A chuva, o bom inverno e a colheita realizam uma certa aproximação com mundos mágicos onde não falta comida. O mês de junho se configura na data mais festiva do calendário nordestino e, como tal, a festa cria um estado de exceção que participa da tradição. Durante este período, alguns desejos tornam-se realidade: além da fartura na mesa, um casamento, um namoro e a recuperação de um objeto perdido. Sobre a fogueira dos santos – São Pedro, São João e Santo Antônio –, os amigos podem se transformar em membros de uma mesma família. (Rios, 2014, p. 95)

A autora faz uma interessante articulação relacionando a chuva à fartura e a uma concepção de mágico. É a partir da chuva que se obtém o alimento necessário, o que traz a celebração, que pode agregar pessoas em torno de uma mesma causa e satisfação. Celebrar a colheita é, acima de tudo, celebrar o ciclo da natureza e os possíveis êxitos obtidos. Na cafeicultura serrana não é diferente; porém, no caso do café, a celebração vai ser um pouco mais tardia, entre julho e agosto, que é quando se conclui o apanhar do café e são realizadas as celebrações de colheita, que falaremos mais a frente neste tópico. Contudo, vejamos como a chuva se faz elemento chave para o início do ciclo. Dona Mônica Farias, administradora do

sítio São Roque no município de Mulungu, também destaca como as chuvas eram acompanhadas e esperadas. Ela afirma que:

**Dona Mônica:** Ah eu ...nós fomos criado, outro dia perguntaram assim pra mim “O que é o café pra você?”. Eu ... é tudo meu fie. O café é amor, é sobrevivência, é saudade, é felicidade, por que nós fomos criados com o café, as nossas amigas em Fortaleza fica impressionada com o porquê a gente se preocupava tanto com se ia chover e se não ia chover. Por que dependia da chuva, né.

**Leonardo:** Sim, é outra fala bastante interessante.

**Dona Mônica:** Eu... eu ainda anoto todas as chuvas que acontecem aqui... O papai tinha anotado 43 até 2016, e eu continuei fazendo. Agora continuando o trabalho dele. Então, a gente sabe quantos milímetros chove por ano, né. E isso aí tudo tem haver com o café. Você não sabe como é a felicidade da gente quando chega assim e vê um pezin de café carregado [risos].<sup>34</sup>

Dona Mônica, assim como dona Cláudia, é proprietária do Sítio São Roque. Além disso, esse sítio também integra a Rota Verde do Café, sendo atualmente um ponto de visitaçãoturística, algo que iremos abordar de maneira mais detalhada no capítulo 3. Em sua fala, ela nos evidencia como a chuva era algo não só esperado, mas rememorado por meio de anotações técnicas feitas ainda pelo pai dela, nos fazendo perceber aqui uma preocupação geracional.

Uma primeira percepção interessante é como, de maneira espontânea, dona Mônica fala o que o café representava para ela. No momento da entrevista, é possível perceber como seu semblante e sua voz ganham certa leveza ao evocar os sentimentos relacionados ao café, ou melhor, ao trabalho com o café. Essa fluidez espontânea, que não é algo previamente produzido, torna a narrativa mais forte, pelo fato de que:

[...] seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidencia que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, e que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. [...] (Thompson, 1992, p. 258).

A forma como dona Mônica, com sua espontaneidade, trouxe vários sentimentos em sua narrativa, é especialmente interessante para compreender como o contato com as oralidades nos ajuda a perceber dimensões subjetivas e intimistas, não percebidas antes. Essa recorrência aos sentimentos também se vincula de maneira bastante especial pelo fato de serem justamente essas “reminiscências” as construções que ajudam a “dar sentido à nossa vida passada e presente” (Thomson, 1997, p. 56). Sentimentos expressam significados e sensibilidades.

<sup>34</sup> Entrevista realizada com Mônica Maria Bezerra Farias [21 jul. 2023], Mulungu, Ceará. Acervo Pessoal.



O ciclo da chuva, tão falado aqui, marca o início do ciclo do café. Tal ciclo era esperado e acompanhado pelos diversos homens e mulheres que não apenas estavam no café, mas que tiravam da terra sua renda e subsistência. O fato de as amigas de dona Mônica se impressionarem com essa relação tão ligada com a chuva, nos ajuda a perceber como essa ligação é forte no campo. Como dito anteriormente, o fenômeno da chuva é percebido pelo camponês como algo que vai além do natural. A chuva é o marco inicial de uma cultura agrícola e de interações dos trabalhadores e trabalhadoras com a terra. Essa terra, por sua vez, não é um mero receptáculo de produtos rentáveis ou o local de onde se retira o ganho; a terra é percebida “como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho” ou então “como patrimônio, ou como dádiva de Deus”, não sendo uma “simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, 1990, p. 12).

Com o início das primeiras chuvas, inicia-se também os primeiros cuidados com os roçados de café, primeiro com a conferência do desabrochar da flor do café nos cafeeiros. Como dito anteriormente, os cafeeiros serranos não eram plantados e replantados anualmente, mas apenas cuidados, e tais cuidados eram iniciados logo quando se havia as primeiras chuvas. Seu Lúcio nos explica que:

**Seu Lúcio:** Sempre teve café. Desde que eu me entendo, teve café.

**Leonardo:** Você se entende... e antes, né? O pai do senhor...

**Seu Lúcio:** Ah, meu pai era o feitor daqui do sítio.

**Leonardo:** A avô também.

**Seu Lúcio:** foi, eu nasci aqui...

[...]

**Seu Lúcio:** Porque aqui, desde que eu me entendi aqui, e o café era todo plantado, né? eles iam só cuidando, né? Porque depois que apanhavam o café, né? Aí eles iam prodando o café pra deixar tudo bonzinho de novo<sup>35</sup>

A fala de seu Lúcio nos ajuda a elucidar duas coisas: primeiro, como a cafeicultura era prática estabelecida no sítio Manaus e se perpetuava de um modo familiar; e, segundo, como a manutenção dos cafezais era algo comum. Se faz interessante perceber como, em sua narrativa, se estabelece uma relação do tempo de sua vida com o tempo dos cafezais plantados. Desde que ele se entende no lugar, ou seja, desde que ele nasceu, há cafezais que não são replantados, mas sim mantidos e cuidados para o tempo da apanha.

A fala de seu Lúcio nos ajuda a compreender como a dimensão da geração e da vida se insere em sua narrativa de uma maneira muito natural para nos ajudar a compreender e mensurar a validade da experiência e o tempo pelo qual ela dura. Acerca disso, Jean-François Sirinelli nos ajuda a perceber como pensar uma vida a partir da perspectiva da geração como

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

divisor do tempo nos ajuda a perceber, para além de divisões cronológicas, como as diversas temporalidades podem ser apreendidas e organizadas envolvendo aqui um produto cultural. A partir dessa divisão, aspectos da vida e da dinâmica social podem ser notabilizados (Sirinelli, 2006).

Havia o plantio de novos cafezais, mas a incidência desse plantio era pequena, sendo apenas para completar os roçados de café. O primeiro momento do ciclo cafeeiro, portanto, não era para plantar novas mudas de café, mas sim, para haver o cuidado com a limpeza dos roçados. Todo esse processo era feito de modo manual, sem auxílio de maquinário, mas sim com o trabalho dos homens que ficavam responsáveis por roçar o e limpar os terrenos. Mateiros, feitores e podadores se responsabilizavam por isso, como foi mencionado no tópico 2.1, acerca dos trabalhos dos homens nos cafezais.

A etapa de limpeza dos cafezais era trabalhosa e envolvia vários dias de trabalho. Em um mesmo sítio de café poderia haver vários roçados, dos mais diferentes tamanhos e condições, o que acabava tornando muitas vezes essa limpeza como algo desafiador. Seu Eduardo, que trabalhou muitas vezes nas limpezas desses roçados mencionou que:

**Seu Eduardo:** [...] os roçados era grande levava muitos dias de serviço, teve uns de 80, 90 dias de serviço de enxada. Aí ele chegava aqui, o empreitante, junto com o pessoal, aí dizia: “Pronto seu Anserino, terminei o roçado da Gameleira”. Foi, fulano? Sim e agora seu Anserino que nós vamos fazer? Oh rapaz se vai fazer sabe o que é? Começa de novo, outra limpa, da onde ele tinha começado mandava ele fazer denovo.

**Leonardo:** Já tinha tido um tempo, né?

**Seu Eduardo:** Já tinha... O mato já tava assim... mas não era nem pra coisar não, era só pra fazer, tinha uma limpa que eles alimpavam, que era puxar o mato pro mei de uma carreira e deixava no pé do café e em cima, terminar tudo né. Era bem controlado, tudo daqui era bem controlado.<sup>36</sup>

O trabalho com a limpeza de roçados era desafiador. Para deixar os roçados em condições de circulação, ideais para as mulheres que iriam apanhar o café, era necessário fazer muitas vezes mais de uma limpa. A existência de vários roçados decentralizados dentro do sítio de café deixava essa ocupação ainda mais exaustiva, principalmente se levarmos em consideração o fato de esse ser um “serviço de enxada”, como dito por seu Eduardo.

O período de chuvas referente aos primeiros meses do ano marcava o momento de início de cuidado com os roçados de café, limpando os roçados e tirando os excessos de mata. Porém, a quadra chuvosa na região serrana não era resumida ao café. O gênero poderia não ser de plantio anual, mas a agricultura básica era praticada com o cultivo de gêneros de subsistência que mencionamos anteriormente. Nesse período, homens e mulheres plantavam seus roçados

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Eduardo Soares Lopes [23 de julho de 2023]. Guaramiranga, Ceará. Acervo Pessoal.

de feijão, milho e fava principalmente visando garantias de subsistência. O plantio desses gêneros muitas vezes era consorciado com os cafezais, sendo que, muitas vezes, em um mesmo sítio, poderia haver café, milho, feijão e outros gêneros agrícolas. Dona Branca aborda isso com detalhes, nos informando que:

Aí ele perguntava, esse cara que me interrogou no Baturité, ele disse assim: “me diga uma coisa, quando planta, quando cava a bananeira, quando chega o tempo de plantar o milho e o feijão...” é assim, ó, aqui eu boto assim, ó... porque eu trabalhei! Eu digo, porque eu provo e trabalhei! Aqui é a carreira da bananeira, aqui é outra. Aqui ó, a bananeira é aqui, aqui, bem aqui, tem que ser a carreira do milho e bem aqui. Aqui a bananeira é para ficar aqui livre. Aqui a carreira do milho e aqui outra, a bananeira fica para cá. Agora nesse meio aqui, aqui está prantando o milho. Tem que ser um metro da carreira de milho daqui ó... uma cova de milho aqui, e aqui é outra, tem que ser um metro. Agora na disposta desse milho aqui, é para prantar o feijão de corda, nesse meio aqui é pra plantar outra carreira de feijão de corda e no quarto o feijão de corda aqui e outro bem aqui no meio, o mulatinho.<sup>37</sup>

Dona Branca nos apresenta com especial atenção e de maneira elucidativa como era a organização do roçado de subsistência dentro do sítio de café. No momento da conversa, ela demonstra tal organização com bastante enfoque e com uma linguagem corporal de gestos bem fortes, buscando-nos fazer imaginar este roçado de café da maneira mais detalhada possível. Esses detalhes dão a narrativa outras dimensões e detalhamentos, fazendo-nos compreender como existem percepções distintas de quem ouve com relação a quem apenas lê (Portelli, 1997, p. 28)

Se faz interessante perceber como dona Branca explica com propriedade a organização do roçado e como ela faz questão de destacar o papel de sua experiência de vida. Ela divide conosco que tal indagação foi feita a ela no momento que ela passava por entrevista do Instituto Nacional de Segurança Social – INSS, para conseguir sua aposentadoria como trabalhadora do campo. Ela enfatizou nessa fala e em momentos anteriores como era uma trabalhadora experiente. Para além do que é falado, podemos perceber, no momento que ela rememora tal experiência, as tensões existentes entre um entrevistador que representa o saber técnico-científico em relação a uma trabalhadora que possui o seu saber construído na tradição agrícola.

Quando dona Branca faz questão de destacar que trabalhou, afirmando inclusive que poderia provar, com a exposição dos detalhes desse cultivo, conseguimos perceber a relação tensa entre diferentes concepções do saber científico e do saber empírico. Ainda mais se levarmos em consideração o fato de que o entrevistador do INSS pode ser entendido como um avaliador técnico-científico, que, ao indagar sobre a experiência de dona Branca, a estava

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [21 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

expondo a uma avaliação para comprovar suas condições para a aposentadoria rural, momento que é importante na vida do trabalhador. Ciência e saber popular, principalmente atrelados ao campo, enfrentam tensionamentos e relações de desconfiança quando se defrontam (Rios, 2014).

Outro aspecto possível de perceber é como a organização do espaço do roçado pode ser o ponto de partida de compreensão da organização da vida e da subsistência dos trabalhadores. É necessário haver espaço para a bananeira crescer livre, sem impedimentos, porque tal gênero frutífero já rendia ganhos financeiros. Contudo, também é necessário organizar o espaço de outras culturas agrícolas visando o melhor aproveitamento na hora da colheita. Esse plantio consorciado, que já foi mencionado no capítulo 1, combina culturas de “maior valor comercial aliados a pecuária extensiva” (Braga, 2003, p. 79).

Passados os primeiros meses do ano, e chegando os meses de maio e junho, se iniciavam as mobilizações em torno da apanha do café. Neste período, vemos que já se iniciou o momento da colheita de muitos gêneros agrícolas de subsistência, como o milho, que também mobilizava os vários homens e mulheres agricultores inclusive em torno de festividades, como as festas juninas (Rios, 2013, p. 94-95). Tratando-se da cafeicultura, o momento da apanha englobava várias sociabilidades entre as várias personagens que se envolviam e também dos sujeitos com a natureza existente em torno dessa ocupação. Devemos levar em consideração o fato de o trabalho com a terra não oferecer apenas o trabalho e a renda. Nas relações tradicionais, podemos observar também as várias dimensões da natureza como “os frutos das árvores, as caças do mato, as águas e os peixes dos rios, açudes e lagoas”. De maneira inicial, vamos perceber como a partir da “relação com a terra que homens, mulheres e crianças do campo encontram as mais diversas formas de apropriação dos recursos da natureza” (Chaves, 2002, p. 113).

Acerca desses recursos cedidos pela natureza, foram encontradas muitas falas dos diversos sujeitos de café sobre como vários sítios serranos possuíam espécies frutíferas que os ajudavam a escapar da fome. Sobre isso, Dona Ciza nos conta que:

Eu me lembro. Ali era uma riqueza, viu? Era muito café, viu? Quando era dia de sábado, eles botava a gente num pedaço melhor, porque a gente lá ganhava mei-dia. Só era mei-dia no sábado. Aí eles escolhia um pedaço melhor, porque cedo a gente já tava com um... com a medida certa, né?

[...]

Aí lá era muito bom. Tinha muita fruta, banana. [...]. Pois é. Muita fruta, banana, banana roxa, rapaz. Aí nós... nós era meio danada, aí nós derrubava a bananeira. Aí tirava o cacho de banana. Às vezes eu me lembro disso. Aí, que a gente faz muita doidice quando é nova. Aí nós enterrava. Enterrava, pra amadurecer aí era isso. Tudo era escondido do feitor, né? Tangerina tinha mais! Nós tirava no pé ali... Pezão de tangerina, as tangerinas desse tamanho, nós tirava. Botava no... no bornal, quando

era do chão, porque de cima não tinha falta não, porque tinha feitor. Nós ia chupar em cima, chupava e enterrava a casca.

[...].

[...]. Porque do lado da fazenda ali, onde chamava a fazenda, era... tinha muito pé de tangerina. Tinha abacate, abacatão desse tamanho. Quando a gente chegava de manhã pra subir pra capoeira do café, cada qual queria ir logo na frente, porque tinha uns abacate caía, desse tamanho maduro. E a gente passava [fome], não tinha que comer, né?<sup>38</sup>

As riquezas cedidas pela terra, na experiência de dona Ciza, vão além do café. Frutas de toda natureza se espalhavam pelos vários sítios onde ela trabalhou, em especial do sítio Manaus, onde ela passou a maior parte do seu tempo. A riqueza mencionada por dona Ciza não se relaciona com o valor de venda ou de lucro que poderia se obter, mas sim com a fartura relacionada àquela espécie agrícola, sua quantidade, a qualidade presente ali que davam atribuições especiais a esses frutos, como isso podemos perceber como “a quantidade e tamanho das espécies são sempre lembrados para atestar a fartura do passado” (Nascimento, 2006, p. 24). A apanha do café, com isso, marcava um “tempo de fartura” para muitos desses sujeitos, um tempo de fuga da fome e da carestia, que era muito forte (Chaves, 2002, p. 100).

A fome, algo mencionado não apenas por dona Ciza, era algo que perseguia os diversos homens e mulheres camponeses da serra. A apanha do café, principalmente para as mulheres, não era percebida apenas com o objetivo de obter renda para a subsistência. Na mesma terra onde os cafezais floriam e frutificavam, havia alimentos que ajudavam os sujeitos do café a se alimentar, a lidar com uma dieta alimentar limitada, e assim, sobreviver. Essa dieta, rotina de alimentação, muitas vezes, era apenas um almoço limitado e inconstante. Dona Ciza continua sua fala, explicando que:

A merenda era uma piaba daquela salgada num pouquinho de farinha. Às vezes nem a farinha tinha. Aí a mãe da gente fazia com escuro, fazia... botava a fava no fogo, aí... quando era de manhã, esquentava, botava um tempero, se tivesse, aí a gente botava numa sacolinha, numa lata, não existia sacola, numa lata e tampava quando era mei-dia, comia. Era assim, rapadura. O feitor dava rapadura, mas era... era... era bom, porque a gente tinha que comer, porque tava com fome.<sup>39</sup>

Mesmo havendo a riqueza da terra, como falou dona Ciza ao destacar a variedade de frutas, persistia ali a pobreza da gente, pobreza essa que trazia a fome e a carestia. Podemos compreender perceber como essa lembrança, que em um primeiro momento parece ser trivial, pode ser percebida como uma “memória marcada pela fome”. Nesses tipos de recordações, a fome e as sensações desencadeadas por essa condição ganham “ênfase naquilo que poderia ser classificado como algo descartável” (Rios, 2014, p. 102).

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

Além de ganhar formas de renda para a manutenção da sobrevivência, no momento da apanha de café havia a fuga, mesmo que parcial, da fome. Dona Ciza nos explica em sua primeira fala como ela, ainda moça, fazia para conseguir algumas frutas para sua alimentação. É interessante como ela percebe o fato de pegar algumas frutas para se alimentar, ou escondê-las no seu bernal<sup>40</sup> como “algo da danação” pelo fato de ser jovem, podemos compreender como um escape visando sobrevivência.

Por mais desprezíveis que sejam, os pequenos furtos de frutas visando a alimentação e a fuga da fome podem ser percebidos como exemplos de “pequenas resistências cotidianas”. Por mais que os sujeitos do café estejam inseridos no cerne de uma cultura tradicional, que tem como uma de suas marcas a manutenção de relações de solidariedade e reciprocidade (Ramos Júnior; Silva, 2022), é possível perceber como as tensões de classes induzem os sujeitos a tomarem atitudes visando a sua sobrevivência. Sobre essa necessidade primordial de manutenção da sobrevivência, James Scott destaca que as modalidades de “resistência camponesa” não buscam de maneira direta e objetiva “derrubar ou transformar o sistema de dominação”. O que se busca primordialmente é “sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele” (Scott, 2002, p. 30).

O momento da apanha do café possibilitava relações com a terra e também relações sociais das mais diversas. O espaço dos sítios recebia crianças, mulheres e homens que buscavam tirar dali sua sobrevivência, mas é necessário compreendermos que a prática agrícola é, e não deve ser, “reduzida apenas à atividade laboriosa”. No cerne da tradição e do contato dos sujeitos na agricultura se desenvolve “todo um conjunto de práticas e formas de sociabilidade” (Oliveira, 2021, p. 34). Na lógica da agricultura tradicional, o trabalho dos camponeses e camponesas não pode ser entendido como algo isolado da vida e do cotidiano. Nisso, podemos entender que:

A sociabilidade é uma categoria que possibilita compreender a relação entre as esferas da vida cotidiana e do trabalho, simultaneamente, tanto no que se refere a formas (redes de indicação, equipes de convivência no trabalho e na rua, por exemplo) quanto ao conteúdo (interesses, finalidades, desejos dos indivíduos) Mas para Simmel (1983) a sociabilidade é abordada pela ótica do prazer que a socialização proporciona entre membros de uma mesma classe social. Ele a define como uma forma de existência social liberada de todos os laços com o conteúdo, livre de motivações individuais. (Mota, 2003, p. 56)

---

<sup>40</sup> De acordo com o dicionário Michaelis da língua Portuguesa, o bernal é um “saco de pano, couro ou de qualquer outro material para carregar provisões, ferramentas etc., usado a tiracolo. (Michaelis, 2015). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=bernal>”. No caso da agricultura, este saco servia para carregar frutas, sementes e grãos que um trabalhador necessitasse em sua lida de trabalho.

A consideração feita acima por Dalva da Silva Mota (2003) nos ajuda a mensurar como a análise das sociabilidades pode nos ajudar a entender a cultura tradicional agrícola, onde o cotidiano e o trabalho se entrelaçam, onde o econômico e o não-econômico se envolvem (Abramovay, 2011). Perceber as formas de sociabilidade nos ajuda a visualizar, por exemplo, que, no momento da apanha do café, existiam as interações das apanhadeiras entre si mas também dessas trabalhadoras com feitores. Já perceber os conteúdos das sociabilidades ajuda a compreender práticas de solidariedade, competitividade e reciprocidade dentro do mesmo espaço. A sociabilidade se insere no cerne dessas “relações de trabalho e não-trabalho difusas” (Mota, 2003, p. 54), e, a partir dessas relações difusas, podemos compreender a complexidade dessas relações.

Dona Cláudia expôs algumas das relações entre as mulheres no café e como suas interações eram distintas, envolvendo cantorias e animação. Ela coloca que:

**Dona Cláudia:** Elas se animavam com isso, isso era uma coisa que era uma animação grande das apanhadeiras, chegar a época da apanha do café elas se juntavam...

**Leonardo:** Mesmo não sendo um trabalho fácil, né?

**Dona Cláudia:** Cantavam, né? A gente via a animação, eu dizia: “evita as apanhadeiras estão ali naquele roçado” porque elas cantavam e era uma animação só, não tinha essa coisa de se maldizer nada, era todo mundo feliz apanhando esse café, né? Ainda tinha depois da apanha terminada, aí tinha os donos do sítio vir meu pai fazer isso, aqui também a gente fazia o café do chão era dado pra eles porque no manuseio do café caía grãos, né? E aí elas voltavam pra apanhar o do chão, então esse café era delas.<sup>41</sup>

No momento da conversa, a fala de dona Cláudia atraiu atenção. Primeiramente, pelo fato de como a animação é percebida por ela, como uma animação causada por ser um “momento esperado”. Tal perspectiva, de cantarem por estarem animadas com o trabalho e, ainda, de “não se maldizer”, aparece como algo a ser melhor problematizado. Como visto em fontes apresentadas anteriormente, o trabalho da apanha não era fácil e causava queixas e reclamações das mulheres apanhadeiras. Contudo, ao vermos essa colocação de dona Cláudia, consideramos uma “narrativa de identidade”, entendendo que:

Narrativas revelam o alinhamento dos narradores com certos indivíduos, grupos, ideias e símbolos através dos quais eles externalizam seus maiores valores, qualidades positivas e de orgulho para si mesmos. Narrativas também revelam as dissociações dos narradores com "outros" indivíduos, grupos, ideias, e símbolos através dos quais eles externalizam as partes menos favoráveis de si mesmos. (Errante, 2000. p. 142)

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada com Claudia Maria Mattos Brito de Goes [20 de julho de 2023]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

Como dito acima, diferentes sujeitos pertencentes a grupos sociais distintos podem perceber e produzir narrativas específicas. Um mesmo evento histórico pode possuir diferentes significações para os sujeitos, como já foi apontado por Portelli (1997), ao colocar que na história oral não se lida apenas com fatos, mas também com significações. Quando percebemos a variação das narrativas em torno da apanha do café, com algumas tomando uma tendência romântica, vemos como as experiências neste trabalho se demonstram diferentes. O local social de cada sujeito, suas experiências de vida, seus contatos e sensibilidades auxiliam na construção do caminho narrativo.

Consideramos que não era o trabalho em sua essência que causava a animação e a alegria às mulheres na apanha, mas sim a própria agregação dessas mulheres, levando em consideração como o é o “processo de interação cotidiana”, o “prazer da reunião”, que mobiliza essas ações e sensibilidades. Não é essencialmente por causa da ocupação, mas é na execução cotidiana do trabalho que a alegria da reunião é expressa (Mota, 2003, p. 56). Dona Maria, apanhadeira de café do Sítio São Luiz, destaca essa dimensão da apanha, evidenciando que:

**Dona Maria:** Era um ganho de sobrevivência, foi quando a gente pegou em um dinheirinho mais fácil foi quando apanhava café.

**Leonardo:** Era uma atividade então que envolvia...que ajudava muito, imagino.

**Dona Maria:** Ajudava e distraía e não puxava muito pela gente.

**Leonardo:** Distraía porque?

**Maria:** Por que a gente ia naquela turma ficava tudo conversando, apanhando café, brincando, trabalhando e conversando né?<sup>42</sup>

Na fala de dona Maria, fica perceptível como as sociabilidades e a reunião com outras apanhadeiras dava ao trabalho da apanha outras sensações. Provavelmente, o peso de se apanhar café sozinho poderia ser muito maior e mais cansativo. Contudo, era a reunião com as mulheres, as conversas cotidianas que “distraíam”, e deixava mais leve uma ocupação que existia destreza e atenção (Alcantara, 2009). Continuando nas narrativas, dona Maria José Pereira Barros, chamada também de dona Mazé, que apanhou café na sua juventude em sítios de Mulungu<sup>43</sup>, acompanhando seu pai, que era o cuidador do Sítio São José, muitas vezes recordou o nome dos sítios, e se referia a esse local onde ela mais apanhava café como “Sítio do Jaime Cesar”, proprietário do local e morador do município de Pacoti.

Era verdade, tinha muita mulher, era tão boa aquela vida. Lá a gente apanhava, começava de manhã, parecia um bando... tu conhece cigarra, né? Aquele bichinho que canta no mato. As mulheres lá parecia um bando de cigarra, todo mundo trabalhando e cantando, e assim por diante, até meio-dia. Meio-dia, todo mundo ia almoçar, depois começava de novo, até quatro e meia, por aí assim.  
[...].

<sup>42</sup> Entrevista realizada com Maria Batista Filha [28 de julho de 2023], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>43</sup> Ainda na juventude, dona Mazé se mudou para Fortaleza onde acabou formando família e se estabelecendo.



Era muito gostoso! todo mundo aquilo ali, era todo mundo amigo. Às vezes um levava almoço por causa... Aí o outro dividia, e assim por diante. Todo mundo era amigo. [...].<sup>44</sup>

Ao falar sobre tais lembranças, o semblante de Dona Mazé apresenta especial satisfação. As memórias narradas por ela nos auxiliam na visualização das várias formas de sociabilidade, além de relações de solidariedade no trabalho do campo. As comparações de caráter anedótico nos ajudam a perceber essa animação das mulheres na apanha, e assim, usando algumas considerações de Olivenor Chaves (2002), os vários espaços do trabalho se constituem como “lugares de memória”.

Além das paisagens do café, como falado anteriormente, “os espaços de vivência registram o trabalho e o não-trabalho”, podendo ser percebidos, principalmente, nas narrativas dos sujeitos camponeses e camponesas, os momentos diversos da vida e do cotidiano. Rememora-se o trabalho, as sociabilidades, “os momentos lúdicos”, que fazem com que o ambiente do trabalho seja representado como “lugar da memória”, o espaço da saudade. (Chaves, 2002, p. 144).

Outro aspecto interessante e comum nas sociabilidades do campo, que podemos perceber presente na fala de dona Mazé, se trata do desenvolvimento de relações de solidariedade entre as trabalhadoras. Quando dona Mazé fala da divisão do almoço entre as que tinham e as que não tinham, mesmo sendo um almoço limitado, é possível perceber isso. Essas relações de solidariedade também poderiam ser percebidas entre apanhadeiras e feitores, quando estes dividiam a rapadura com elas. Aqui, podemos perceber uma dimensão das relações solidárias no campo, visando um objetivo básico de fuga da fome. Essas “redes de solidariedade” são “estratégias” que “amenizam as dificuldades atuais de reprodução social”, conseguindo assim driblar a fome, seja a fome do momento, pelo fato de não ter levado o almoço, ou a fome da carestia. Tais laços de solidariedade e ajuda mútua são essenciais nesse sentido. (Mota, 2003).

Essas relações de solidariedade também se estendiam para o trato com o café, na dimensão do trabalho. Muitas vezes acontecia de o número de mão-de-obra necessária pra apanhar o café em um sítio não ser o bastante, o que poderia causar a perda de café, principalmente se o grão ficasse muito maduro e caísse no chão.

Era em vários sítios. Era em vários sítios, porque quando terminava um sítio, aquele outro coitado, agora que ia começar a falta de apanhadeira e tudo, aí a gente invadia. Invadia entre aspas, eu ia pra lá, né? Pra ajudar. [...]  
[...]

---

<sup>44</sup> Entrevista realizada com Maria José Pereira Barros [23 de julho de 2023]. Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Por exemplo, esse sítio do Jaime César, a gente passava, tinha um roçado lá, que a gente passava mais de mês e só meio. Mas meu irmão era muito café. Onde a terra é bem cuidada, o café é bem cuidado, ele flora cedo, começa cedo e a carga é boa. [...].<sup>45</sup>

Dona Mazé nos ajuda a perceber as grandes dimensões que um roçado de café poderia ter, o tempo que poderia levar e, além disso, como havia por parte de apanhadeiras e de gerentes de sítios uma disponibilidade para ajudar no processo de apanha para que não se perdesse o café. É preferível que se apanhe o café ainda estando verde do que muito maduro ou do chão. Em conversa com Dona Cláudia, foi mencionado por ela como se fazia necessário chamar outras pessoas para a apanha, no processo de chamada dos “adjuntos”:

**Leonardo:** E, assim, pegava muito trabalhador, né? Pro café mesmo pegava, muito trabalhador... Porque, assim, eu não sei se aqui no caso de São Luís tinha muita coisa de envolver mulher na apanha. Mas, assim...

**Dona Cláudia:** Eram as mulheres, né? E sempre tinham feitor. E sempre a gente pegava... “fulano, terminou a apanha aqui do sítio vizinho, vamos pegar as apanhadeiras de lá” e fazer tipo que a gente chamava de adjunto, né? Porque, senão, o café caía tudinho. Aí tinha que pegar muita gente pra apanhar tudo de uma vez.<sup>46</sup>

Acerca da chamada de adjuntos, Olivenor Chaves destacou como a adoção desse costume era uma forma de contar com “a solidariedade” e o “espírito comunitário de parentes e vizinhos”, afirmando “valores sociais baseados numa tradição camponesa que vinha desde os antigos”. Esse auxílio solucionava os problemas de demanda por mão-de-obra para não perder a produção e assim, ter prejuízos consideráveis, que poderiam afetar a reprodução social daqueles grupos (Chaves, 2002, p. 93)

Além de interações entre as apanhadeiras, havia também muitos contatos dessas trabalhadoras com os feitores, principalmente pelo fato de serem eles os responsáveis pelo acompanhamento imediato dos trabalhos executados pelas apanhadeiras, como falamos anteriormente. Alguns sítios adotavam práticas de separação dos feitores, que eram divididos em duas funções: o feitor de apanha, que lidava com as trabalhadoras no momento que elas iam apanhar o café, abaixando galhos e subindo-os novamente, além de abrir caminhos; e o feitor de medida, que cuidava da produção, contabilizando o que foi apanhado no fim do dia no terreno de faxina. Seu Eduardo, ao fazer uma detalhada explicação sobre o trabalho com café no sítio Brejo, em Guaramiranga, comentou que:

Aí vinha botava para apanhar café, cada aqui o finado Anserino que era o dono, ele dividia aquelas turmas e botava em cada roçado um feitor, feitor de panha né? É o que acompanhava as mulher pra descer um galho de café que era alto que era para não quebrar o café, eles num gostava que a pessoa quebrasse os café, que dava um jeito

<sup>45</sup> Entrevista realizada com Maria José Pereira Barros [23 de julho de 2023]. Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

<sup>46</sup> Entrevista realizada com Claudia Maria Mattos Brito de Goes [20 de julho de 2023]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

assim. E tinha outra que acompanhava também que era com um gancho, levantando aquele café que ficava para baixo, para não quebrar o galho. Mas ele ficava puxando pra baixo, aí tinha uma pessoa só pra levantar aqueles galhos. Algum que quebrava ele tinha uma machadinha que ia cortando logo [...].<sup>47</sup>

O feitor acompanhava as apanhadeiras para prestar qualquer auxílio caso fosse necessário. O feitor da apanha, principalmente, possuía esse encargo de não deixar quebrar o café, por isso essa manutenção deste auxiliar ao processo de apanha. Contudo, dona Cláudia, ao falar da função dos feitores, destacou outras perspectivas inesperadas e que nos ajudam a entender as relações além-trabalho. Ela nos explica que:

[...] esse feitor que cuidava das mulheres, sempre era um homem muito jeitoso pra cuidar das mulheres e terminava tendo um namoro com uma ou com outra. E sempre depois da apanha do café, tinha alguém que tinha engravidado do feitor. Lá em cima, tem um livro que tem uma quadrinha que diz assim: “quem tiver filha bonita, não mande apanhar café. Se for menina, vem moça. Se for moça, vem mulher”.<sup>48</sup>

A fala de dona Cláudia nos chamou atenção neste momento da conversa, por envolver, mesmo que de maneira muito superficial, um aspecto de sociabilidade novo e complexo. De fato, devemos levar em consideração que as sociabilidades podem não ser apenas desenvolvidas por meio de relações de solidariedade e apoio familiar e comunitário, mas também por nos ajudar a pensar como as relações de gênero aparecem no trabalho agrícola, levando em consideração como trabalho e não-trabalho se entrelaçam (Mota, 2003).

As relações de namoro, os envolvimento afetivos, e outras dimensões de sociabilidade existentes nesses locais que são voltados primordialmente para a ocupação laboral nos ajudam a perceber como não existe uma barreira impositiva e divisória do trabalho e do não trabalho. Olivenor Chaves afirma que, com o fato desses camponeses estarem em um ambiente que não possui “uma lógica estritamente capitalista”, a rotina de trabalho e cotidiano é marcada pela “porosidade do tempo que permitia, além de conversas alimentadas, muitas vezes, por histórias de outros tempos, a presença da música, dos versos e dos namoros” (Chaves, 2002, p. 154).

Contudo, consideramos, a partir das falas de dona Cláudia, as seguintes questões: Seria possível haver situações de assédio no campo e na apanha do café? Para além do dito por dona Cláudia, quais situações podem ser imaginadas a partir do que não fora dito? As várias mulheres com quem tivemos oportunidade de conversar trouxeram para o diálogo diversos tópicos da vida cotidiana na apanha do café, mas nada foi falado sobre relações afetivas e

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Eduardo Soares Lopes [23 de julho de 2023]. Guaramiranga, Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>48</sup> Entrevista realizada com Claudia Maria Mattos Brito de Goes [20 de julho de 2023]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

envolvimentos nesse sentido. Levamos em consideração o fato que a memória não é algo fixo e fechado em si mesmo, e que existe a seleção de certos eventos e experiências, dando-lhes significado e relevância, percebidos na narrativa (Portelli, 2016).

Acreditamos que é possível haver lembranças nesse sentido, seja de situações vivenciadas por elas ou por outras apanhadeiras. Contudo, como dito anteriormente, as narrativas orais são resultado de processos seletivos da memória, e, nessa seletividade, existe o não-dito, o ocultado. Acerca dessa dimensão da memória, Michael Pollak afirma que:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos [...]. (Pollak, 1989, p. 9)

Existe, como exposto por Michael Pollak, a fronteira do não dito que acompanha os pesquisadores da História oral, que não precisa ser entendida como uma limitação, mas como uma questão em potencial que pode ser melhor ser mais bem trabalhada. Pollak continua afirmando que o não dito e o esquecido, assim como a própria memória, não são cristalizados, mas encontram-se em constantes deslocamentos. Acreditamos que, nesse sentido, o papel do entrevistador pode ajudar na movimentação do dito e do não dito, pois, a depender de quem entrevista e faz o papel de ouvinte, as escolhas entre o falar e o não falar, o lembrar e o esquecer, podem modificar-se.

A partir disso e levando em consideração a construção desta pesquisa com todos os sujeitos com os quais estabeleci diálogo – adoto nesta parte a primeira pessoa do singular, para expressar mais personalidade –, vejo como pode se fazer desafiador para as mulheres dividirem suas experiências sensíveis ou as memórias perturbadoras e incômodas, como fala Portelli (2016, p. 48), relacionadas a esses temas com uma pessoa do sexo masculino, o que é compreensível. Espero que este silenciamento, que foi possível de perceber, não apenas por mim, possa ser o ponto de partida de análises e reflexões relacionadas a experiência dessas mulheres, seja com ligação a esse tema ou não.

Havia também o feitor de medida, que contabilizava quanto cada mulher apanhava. Aqui, já estamos chegando na etapa final da apanha, momento em que as apanhadeiras reúnem tudo o que apanharam de café para ser contabilizado pelo feitor. Seu Lúcio, além de administrador do sítio Manaus, ocupou a posição de feitor.

**Leonardo:** Mas o senhor também, quando o senhor trabalhava, em relação ao trabalho aqui, o senhor já era feitor?

**Seu Lúcio:** Eu trabalhei de feitor de mulher no café.

**Leonardo:** Trabalhou aqui ajudando as mulheres?

**Seu Lúcio:** E era apontador. Apontador é quem nota o café da mulher e tudo, né? Quem mede.<sup>49</sup>

Seja chamado de feitor de medida ou feitor apontador, o ocupante dessa função se responsabilizava em, primeiramente, medir as quantidades retiradas. Vemos uma especificidade na produção cafeeira: a medição não era feita em litros já estabelecidos, mas em alqueire<sup>50</sup>, quarta e terça, que, especificamente na cafeicultura da serrana, equivaliam a 128, 32 e 8 litros, respectivamente. Dona Cláudia nos explica com especiais detalhes, como era a organização do Sítio São Luís nos momentos de medida do café:

**Dona Cláudia:** Era nas latas, mas a medida de referência era um alqueire, que são 128 litros, uma quarta e uma terça, né? Que, inclusive, uma moeda foi criada com essas medidas do café.

**Leonardo:** A quarta quanto seria hoje?

**Dona Cláudia:** Engraçado que, pela lógica, a quarta é pra ser menos de uma terça, né? E aqui as moedas do café, a terça é a moeda menor e a mais rara. Era... acho que oito litros. 128, 32 e 8 [litros]. [...] Tinha umas caixas feitas até de cedro, de madeira, que mediam alqueire, uma quarta e uma terça.

**Leonardo:** Tinha caixa específica mesmo, era?

**Dona Cláudia:** Era, com os tamanhos. Aí eles mediam, porque às vezes tinha um balaio, eles jogavam lá e cada uma que chegava, o feitor media, fazia aquela montanha de café. E depois era transportado nos burros, né, pra faxina.<sup>51</sup>

As medidas de café estabeleciam quanto cada apanhadeira iria ganhar no Sítio São Luís, pois, neste sítio, havia a prática de trocar os resultados da apanha por fichas ou moedas que poderiam ser utilizadas no comércio local, como foi falado em nota do tópico anterior. Essa prática, que podemos considerar como econômica, era utilizada desde o século XIX em alguns sítios da região serrana. Mônica Amorim analisa que, como a economia cafeeira “dava liquidez e estruturava a economia local”, não era raro ver moedas de sítios circulando pela serra, como o boró, moeda que foi utilizada no Sítio Bagaço, em Guaramiranga. Ela nos explica que,

<sup>49</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

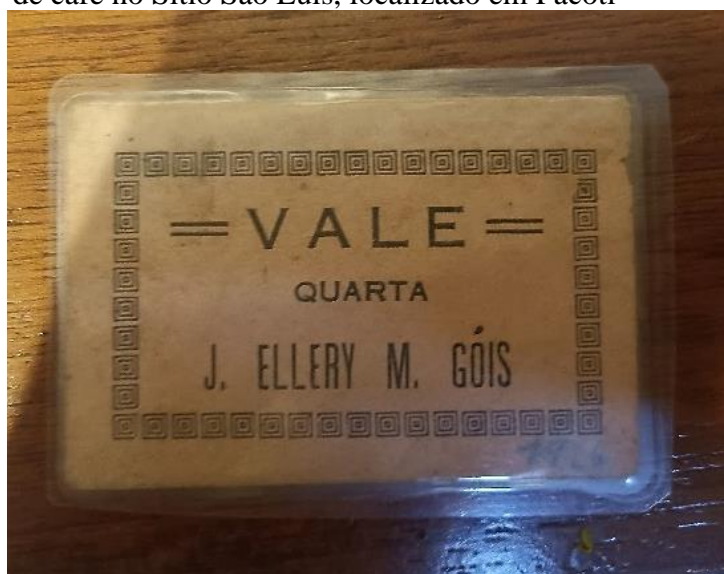
<sup>50</sup> Vemos que na experiência da cafeicultura serrana, a constante utilização do alqueire como medida para o café. Contudo, os usos do alqueire notamos não se restringem somente a cafeicultura. De acordo com o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, o alqueire é uma “antiga medida de capacidade, usada para cereais, equivalente a 13,8 litros”. Outra significação define como “Medida de capacidade para grãos equivalente a 40 litros em São Paulo, a 80 litros em Minas Gerais e Goiás e de capacidade diversa em outros estados brasileiros”. Para além dos grãos, o alqueire é utilizado como unidade de medida de terra, sendo uma “medida agrária equivalente a 48.400 m<sup>2</sup> em Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, a 24.200 m<sup>2</sup> em São Paulo e a 27.225 m<sup>2</sup> nos estados nordestinos do Brasil.” (Michaelis, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=alqueire>).

<sup>51</sup> Entrevista realizada com Claudia Maria Mattos Brito de Goes [20 de julho de 2023]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal

“mesmo tendo sido criado para intermediar a comercialização do café, o boró era aceito no comércio em geral como pagamento pelas mais diversas compras” (Amorim, 2019, p. 55).

No caso do próprio Sítio São Luís, Levi Jucá evidencia em conversa com o senhor Francisco Luís Nepomuceno, ex-marido de dona Cláudia e ex-administrador do Sítio São Luís, que “as moedas serviram e militaram até a década de 1980”. Essas moedas eram utilizadas como fichas para “a contagem dos balaio de café” (Sales, 2014, p. 133-134), como podemos observar na Figura 4, que mostra um modelo de ficha que foi utilizado no Sítio São Luís e que mostrado por dona Cláudia no momento em que conhecíamos o sítio, logo após as primeiras conversas estabelecidas.

Figura 44 – Modelo de ficha com que se pagava a apanha de café no Sítio São Luís, localizado em Pacoti



Fonte: Acervo pessoal

A prática econômica da serra, vista no sítio São Luís, em Pacoti, no sítio Bagaço, em Guaramiranga, e ainda no sítio Bom Sucesso, localizado no mesmo município (Sales, 2014), é interessante para perceber como no campo se fez possível desenvolver lógicas econômicas de troca de mercadorias sem uma ligação intrínseca ao mercado capitalista. O “econômico”, neste sentido, pode se atrelar à dimensão que “simplesmente se refere ao processo de satisfazer necessidades materiais”, como afirma Karl Polanyi (2012, p. 64). A economia de subsistência é antes, economia que, a partir do trabalho e das relações com a terra, desenvolve um fluxo de trocas e ganhos de renda que auxiliam os diversos componentes desta lógica a sobreviverem (Schwarz, 1990).



Contudo, nem todo sítio adotava a prática de possuir uma moeda única. No sítio Manaus, por exemplo, os trabalhadores e trabalhadoras eram pagos com dinheiro que recebiam nos fins de semana, após toda uma semana de apanha de café, que foi abordado no tópico anterior. O café, ao ser apanhado, iria passar por etapas de beneficiamento nas quais ele seria espalhado para a faxina. Dona Ciza, acerca desse momento, explica que:

**Dona Ciza:** Depois que apanhava, a gente apanhava, levava lá pra um barreiro, né? Que chamava, eles mediam aí, pegavam, os donos pegavam e botavam na faxina. Botavam na faxina, aí deixava, deixa, não sei se... acho que é uns três dias, pra pubar. Aí quando ele tava pubo... e cheirava quando a gente passava... Aí eles cobria com palha de bananeira, aí quando tava bem pulbo, bem suado, aí eles espalhava.

**Leonardo:** Pubo?

**Dona Ciza:** Pubo, era. Aí eles espalham.

**Leonardo:** É como se fosse seca?

**Dona Ciza:** É, é inchada, a casca que tá mudando a cor, né? Tava ficando preta. Aí eles espaia na faxina, eles espaia com os rodo, aí todo dia era eles espaiaando com o rodo pra secar na faxina. Quando é de noite eles ajunta, porque pode chover, né? Aí faz aquela ruma, cobre com encerado, no outro dia de novo pra espalhar. Aí quando tá seca, eles bota no saco, aí de lá eles vendem, né, vai pro comércio, vai pra pilar.

**Leonardo:** Tinha... é, pronto. Porque eu ia perguntar se ali pelo Manaus, e não só, né? [...] se tinha coisa de pilar mesmo, de levar o café.

**Dona Ciza:** Tinha, lá no... Era pro lado do Pernambuquin. mas eu não lembro não, essas coisas eu não... eu me esqueço! Tinha, meu Deus, onde é, meu Deus! O Bastião até ia pilar o meu, apanhava no chão, de meia, né? Aí eu juntava muito café, e mandava ele pilar. Era pro lado do Pernambuquin, mas eu não lembro, pera. E tinha no... Lá no Fonseca, também pilava, lá no Fonseca, lá no Gado.<sup>52</sup>

As fases do beneficiamento do café envolviam, inicialmente, o espalhamento dos grãos de café em um espaço plano para ficar em exposição ao sol. Esse espaço era o terreiro. Algumas casas mais antigas e sítios ainda preservam esse local, que era usado para colocar os resultados das colheitas de café, algo que também foi destacado por Sônia Alcantara (2009). Os responsáveis por essa etapa do cultivo eram os feitores e outros trabalhadores do café, o que envolvia o espalhamento dos grãos para uma secagem equilibrada, a exposição ao sol e, por último, a quebra e a torragem dos grãos, que poderia ser feita no próprio sítio ou em outros locais, como era o caso do sítio Manaus.

Mônica Amorim destaca que este processo evidencia um dos vários “moldes tradicionais” presentes nesta cultura agrícola (Amorim, 2019). Ao observar as Figuras 5 e 6, podemos visualizar espaços comuns e existentes em muitos sítios de café: O antigo terreiro usado para o espalhamento do café e a máquina usada para pilar o grão de café. Esses registros especificamente foram feitos no sítio Brejo, em Guaramiranga.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

Figura 55 – Terreiro antigo onde se fazia a faxina do café, localizado no Sítio Brejo em Guaramiranga



Fonte: Acervo pessoal

Figura 66 – Antiga máquina usada para quebrar e pilar os grãos do café, localizado no Sítio Brejo em Guaramiranga



Fonte: Acervo pessoal.



Dona Ciza, ainda em sua fala anterior, relata que ela tinha o costume de pilar o café “de meia” que ela obtinha. Esse café “de meia” era, como abordado por ela, o café apanhado do chão. Em muitos sítios, foi possível perceber a existência desse costume em que o café apanhado do chão era metade da própria apanhadeira e metade do dono do sítio. Era comum algumas apanhadeiras venderem essa metade que lhes pertencia, outras, como dona Ciza, torravam o café para consumo próprio.

Porém, para além do beneficiamento do café, muitos sítios também possuíam o beneficiamento de cana de açúcar e da mandioca, com engenhos de açúcar e casas de farinha. Esses outros produtos também serviam de alimento para os trabalhadores e pessoas que moravam nos sítios. Havia a coexistência dessas várias culturas, inclusive se observarmos a foto do terreiro de faxina do sítio Brejo, veremos também cana-de-açúcar.

**Dona Branca:** Não, mas ó... A cana é diferente do café, A cana é diferente do café. A cana, os canaviais, antigamente, é porque acabou-se tudo, bichin ó. Tinha a cana... você plantava mandioca para fazer farinha... Agora é porque acabou-se. Acabou-se os engenho, acabou-se cana, acabou-se mandioca, acabou-se café, acabou-se tudo.

**Leonardo:** Mas na época que tinha a cana, como é que... Tinha engenho era?

**Dona Branca:** A cana não era... A cana, o dono das terras, ele dizia assim. A gente arrumava um roçadinho para plantar, ele dizia assim: “Olha, eu arrumo um roçadinho mas é para você plantar a cana.” Quando a gente acabava de tirar o legume, a gente ia alimpar a caninha no inverno e fica assim, a gente ia alimpar e quando era no tempo, a gente só tirava um corte pra gente, aí depois a gente entregava ao dono da terra, era do dono da terra. Porque agora a bananeira né? Agora quem plantar um roçado, tem que plantar a bananeira, se não plantar, paga renda. É assim.<sup>53</sup>

O café, o açúcar, a farinha, as frutas e legumes podiam ser obtidos nos cultivos agrícolas de diversos sítios. Por meio da mandioca, por exemplo, poderia se produzir a farinha e a goma para se fazer tapiocas, e, por meio da cana, poderia se produzir a rapadura, o melaço, o açúcar e até a cachaça, que poderia ser vendida localmente. Dona Branca nos ajuda a compreender como essa dinâmica de produção era diversificada, havendo durante várias etapas do ano vários tipos de produtos. Esta variedade é favorável para a sucessão, recuperação ou transição de um sistema agrícola (Ramos Junior; Silva, 2022), além de ser possível criar, a partir desse ciclo, uma “composição de ciclos reprodutivos variados e sazonais” que permitem “uma estrutura temporal da produção” (Ramos Júnior; Silva, 2022, p. 22).

Essa estrutura temporal da produção nos ajuda a pensar nas relações entre o trabalho e a vida, de que já falamos anteriormente. O ciclo do trabalho na agricultura tradicional é pensado a partir das relações da agricultura com a natureza e da organização dos camponeses. Sendo assim, do começo ao fim do ano, os diversos sujeitos do café se viam divididos em

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

ocupações que iam da apanha do café, ao trabalho com o plantio da fava, do feijão, do milho e de outros alimentos da subsistência, além de envolver também a ocupação com engenhos de açúcar e casas de farinha. A partir das considerações de dona Mazé, podemos compreender melhor tal dinâmica:

**Leonardo:** E assim, [o café], era o único ganho de dinheiro que vocês tinham nessa época? Esse dinheiro do café ou tinham outras formas de ganhar? Por exemplo, o trabalho com a cana, ou com as frutas?

**Dona Mazé:** Não, porque cada qual tinha sua época. Na época do café, era só o café, que a gente cuidava só do café. Agora tinha a farinhada, e a moagem. Aí já era outro ganho, né? Porque da farinhada, meu pai sempre era quem ia pro outro. Não ia puxar da roda, outros eram do lanteira, e assim por diante. E as mulheres iam raspar, mandioca, tirar a goma.

**Leonardo:** E aí já dava pra ter um ganho além do café, né?

**Dona Mazé:** Ali já era outro dinheiro, era outro ganho. Chamava lá as raspadeiras de mandioca, tirava dele de goma. Furando, tira a goma muito bem. Eu era uma delas que me chamavam por tirar a goma.<sup>54</sup>

Como falamos no tópico anterior, era possível haver outro ganho além do café, dependendo do sítio e da dinâmica existente, por mais que, nesse momento, fosse o café a principal cultura plantada e, conseqüentemente, a principal fonte de renda. Porém, observamos como Dona Mazé define os outros trabalhos para além do café: cada um acontecia na sua época, dentro de sua dinâmica, o que nos ajuda a perceber a estrutura temporal da produção agrícola na tradição cafeeira serrana. Essas diferentes culturas agrícolas, dentro da dinâmica tradicional da agricultura, não se anulam, mas coexistem.

Passado todo o ciclo produtivo, de preparo da terra e dos cafezais, apanha e beneficiamento, o ciclo do café encontra-se completo. O fim da colheita é marcante nas sociedades agrícolas tradicionais pelo fato de geralmente marcar o êxito camponês na garantia de sua subsistência. Muitas vezes é possível perceber como as festas estão ligadas com as colheitas e com o fim de um ciclo produtivo. Como exemplo, temos as festas juninas e a colheita do milho, algo que foi destacado por Rios, que chama atenção também para como “há uma ligação íntima entre a festividade e a comida” (Rios, 2014, p. 9). Seu Lúcio, ao lembrar sobre as festas de apanha, comenta que:

**Leonardo:**[...] Nesse tempo da apanha do café, como é que ficava aqui? Ficava muito movimentado?

**Seu Lúcio:** Movimentado, movimentado.

**Leonardo:** Aquela coisa animada, né?

**Seu Lúcio:** Era animado, quando era o último dia da apanha de café faziam uma festa. Matavam um boi. Era bom, man..

[...]

<sup>54</sup> Entrevista realizada com Maria José Pereira Barros [23 jul. 2023]. Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

**Seu Lúcio:** Sim, elas cantavam, dançavam [...]. Tinha mulher que saia grossinha daqui para o Icó.<sup>55</sup>

A celebração pelo fim do ciclo da apanha de café nos ajuda a compreender como as formas de sociabilidades eram diversas nas várias dimensões da vida camponesa. O ato de “matar um boi” demonstra a valorização que é dada à conclusão do ciclo de produção, demonstrando que a festividade é um momento de suspensão da dureza do trabalho. As festividades em torno da colheita do café possibilitavam a essas mulheres “um modo próprio de lidar com os prazeres da existência; prazeres alimentados nas festas e cultivados nas inúmeras relações de amizade” (Tenório, 2013, p. 94), na cantoria, na dança, ou no fato de “sair grossinha”, no caso, sair bêbada. Se aos homens era mais fácil obter algum prazer como a bebida no fim de semana, para muitas mulheres, esse momento seria na apanha do café ou em outras festividades. Dona Mazé destacou esse fato em suas narrativas, afirmando que:

**Dona Mazé:** É. Tinha até delas que chegava beba em casa! Faltava [não chegar]. Mas era só assim, eles faziam só... aí, terminava apanha de café. Então, pronto, levava umas garrafas de vinho, umas garrafas de cachaça, umas coisas assim, uns tiragostos... Outra vez era com chuva, as mulher tudo se tremendo e empurrava o pau na cachaça! [risos]<sup>56</sup>

As festividades em torno da apanha do café rendiam a essas mulheres muitas experiências em torno dessa sociabilidade que auxilia na formação e no fortalecimento da identidade camponesa. As memórias, muitas vezes nostálgicas, não só das festas de apanha, mas dos vários vínculos de sociabilidade construídos no trabalho com o café, ajudam aos homens e mulheres sujeitos do café a “manterem vivo um vínculo com o passado” (Chaves, 2002, p. 184). O lembrar relaciona-se com essa capacidade de selecionar o vínculo mais sensível de uma pessoa que influencia na formação de sua identidade. Lembrar, portanto, é afirmar caracterizações de sua identidade por meio da organização narrativa, não apenas uma identidade individual, mas também uma identificação coletiva. Sobre isso, Neves afirma que “a memória passa a se constituir como fundamento da identidade”, ajudando a perceber e compreender também os “comportamentos e mentalidades coletivas” (Neves, 2000, p. 109).

Todas essas sociabilidades, contudo, serão profundamente afetadas com o início das intervenções de caráter modernizador pelas quais a cafeicultura serrana passou, na segunda metade da década de 1960. Mais que alteração nas dinâmicas de trabalho, os costumes, o cotidiano e as relações sociais foram impactados com essas modernizações, que passaremos a ver no capítulo 4.

<sup>55</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>56</sup> Entrevista realizada com Maria José Pereira Barros [23 jul. 2023]. Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

## 4 AS INTERVENÇÕES NA CAFEICULTURA DA SERRA DE BATURITÉ: ENTRE ADAPTAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES

### 4.1 “Arrancaram o café todin”: As intervenções em prática e as mudanças nas paisagens, na sobrevivência e no cotidiano dos sujeitos

[...] Aí depois botaram feitor e arrancaram, todos dois arrancaram [donos], tanto um que nem outro. Baixona de café, que se você visse, dava pena, na gente né? Arrancava cafezinho novo, caroço. Fez muita falta naquele tempo, mas a gente venceu, né? Porque a gente saía de manhã pra... ter aquele ganho todos os sábados, a gente fazia aquela quantia, trazia o dinheirinho. Fazia as compras, né? De casa.<sup>57</sup>

A fala acima foi ouvida a partir do diálogo com dona Ciza, apanhadeira de café que viu de perto o processo das intervenções modernizadoras no sítio Manaus, em Pacoti. No capítulo anterior, foi possível observar como se desenvolviam vários aspectos da vida, do ciclo de trabalho e do cotidiano de homens e mulheres a partir do trabalho com a cafeicultura em alguns dos vários sítios de municípios da serra de Baturité. Toda essa dinâmica muda quando, no trecho final da década de 1960, iniciam-se as primeiras intervenções de caráter modernizador, que também apresentamos nos capítulos anteriores.

Dona Ciza destaca em sua fala um evento marcante e simbólico em relação às intervenções e que se apresenta carregado de significados para vários dos trabalhadores que o vivenciaram: a arrancada dos pés de café, outrora vistos como marcas de uma cultura permanente e pautada em uma tradição que, à época, já era centenária. Ao falar sobre a destruição dos pés de café, ela destaca outras dimensões que vão para além de o fato em si: a retirada de jovens cafeeiros, que já exibiam seus grãos, o sentimento de pena ao ver esses processos, os vastos roçados e territórios que tiveram seus pés de café retirados de maneira plena e principalmente o impacto para a sobrevivência, algo do qual iremos falar adiante.

A riqueza de detalhes exposta por dona Ciza demonstra uma especial sutileza ao rememorar os vários sentimentos que o evento passado lhe despertou, e nos ajuda a perceber que o trato com as oralidades nos auxilia a sensibilizar-nos com o que acontece para além do evento. Alessandro Portelli destaca isso ao afirmar como “as fontes orais” nos apresentam de maneira preciosa “a subjetividade do expositor”. Quando se destaca para além de o evento, mas também, “o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”, as narrativas orais evidenciam dimensões que trazem nova complexidade às problemáticas e análises históricas. (Portelli, 1997, p. 31)

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

Dona Ciza nos permite contemplar, a partir de sua fala, não apenas o evento do arranque do café em si, mas também seu cotidiano que foi afetado, as paisagens modificadas, uma preciosa alternativa de sobrevivência que foi erradicada. Mas também permite compreender ter vencido essas intempéries e estar ali pra contar a história. O vencer, nesse caso, está totalmente relacionado a sobreviver, a passar pelos mares turbulentos da experiência passada, que fora impactante e ainda poder viver depois disso.

Esses entrelaces de memórias e eventos que evocam outras lembranças podem ser percebidos com os diversos quadros sociais da memória. Maurice Halbwachs destaca essa categoria ao perceber como a memória individual é afetada pela simultaneidade das experiências coletivas e dos fatos vividos socialmente. Por exemplo: percebemos aqui memórias individuais que se interligam com memórias do trabalho e das sociabilidades, atribuindo ao evento oralizado um sentido específico. Sobre isso Halbwachs afirma que:

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica [...]. (Halbwachs, 1990, p. 14)

Muitas das memórias que foram percebidas até agora são memórias coletivas: o trabalho das mulheres, as sociabilidades construídas, as etapas do cultivo do café. Porém, quando Halbwachs destaca essa memória como um ponto presente em uma encruzilhada de relações sociais, entendemos que essa encruzilhada também pode ser das experiências vivenciadas. Uma memória individual é formada, principalmente, no ato da narrativa, por diversas experiências e sentimentos simultâneos.

Essas experiências, que podem ser coletivas, como o trabalho coletivo em busca do ganho nos sábados, acabam sendo evidenciadas em uma memória tão individual e sensível, como foi a percepção da arrancada dos cafés. Ou seja, percebemos como, em uma mesma narrativa, é possível notar várias camadas de relações sociais e experiências vivenciadas no coletivo, várias memórias que expressam, dentro da sequência lógica do narrar, possíveis sentidos que vão se relacionando.

Um último aspecto em relação à fala de dona Ciza que achamos essencial analisar é sua recorrência às paisagens do café. Ao destacar as baixas de café, visualizando aqui os roçados e suas riquezas que são sumariamente retirados e erradicados, percebemos mais uma

vez a íntima relação do sujeito com as paisagens. Conforme exposto anteriormente, as paisagens do café estão presentes de maneira constante nas memórias e narrativas dos sujeitos e são evocadas, demonstrando sentimentos, sensibilidades e significações específicas.

Podemos considerar que essa relação com a paisagem é uma extensão da relação dos sujeitos com a natureza. As relações de trabalho dos sujeitos, assim como sua alimentação, seus costumes, sua vida como um todo era pensada a partir dos imperativos da natureza e de suas diversas ações sobre a vida de cada um. É possível perceber isso se ampliarmos um pouco o foco interpretativo, adotando algumas considerações relacionadas à história ambiental e como esse campo temático busca “tratar do papel e do lugar na natureza na vida humana” (Woster, 1990, p. 201).

O lugar da natureza na tradição cafeeira serrana, portanto, é basilar e central, como se observa no capítulo 2, e a constante recorrência às paisagens, que podemos considerar aqui como os registros do mundo natural, torna esse fato evidente. Porém, as paisagens do café não são paisagens naturais, mas sim paisagens culturais, por se tratarem de resultados de “processos de modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras humanas”, resultados de interações entre os sujeitos e o mundo natural (Priori; Paixão, 2015, 162-163).

A partir desta consideração, de que as paisagens do café são paisagens culturais, formadas pela interação dos sujeitos com seu meio, podemos compreender como os efeitos do arranque de cafezais foram duramente sentidos em todos os sítios envolvidos. Não apenas o arranque do café, mas a sua obsolescência, algo que falaremos melhor no tópico seguinte. Se, para os técnicos do Instituto Brasileiro do Café – IBC, arrancar o café poderia representar a substituição de uma cultura obsoleta e “antieconômica”, palavra-chave dos discursos modernizadores, para esses sujeitos, retirar os cafezais era mitigar uma cultura centenária.

A primeira intervenção do IBC, que foi a arrancada de cafezais organizada pelo Grupo de Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA, tinha como objetivo a retirada dos cafezais tidos como “improdutivos” para o cultivo de novas culturas “produtivas”, para equilibrar a oferta do café em âmbito nacional, que estava em alta, algo que já destacamos no capítulo 1. Para os diversos sujeitos do café, a notícia do arranque dos cafezais chegou trazendo sentimentos de tensão, medo e nervosismo, principalmente porque, para muitos, iriam “acabar com o café” e conseqüentemente com os sítios produtores, sendo o sítio Manaus a propriedade com que estabelecemos mais contato. Observando a fala de dona Branca é possível perceber um tom de lamentação:

**Dona Branca:** Eu sei que acabou com tudo, ai acabaram com o que foi de cafeeiro tudo, aí pronto, ai plantaram só bananeira. Agora o Manaus tá coberto... Em todo... o Manaus todo não tem um pé de café.

**Leonardo:** A senhora sabe o que é que mandaram tirar esses pés de café?

**Dona Branca:** Não foi pra plantar bananeira!

**Leonardo:** Foi só pra plantar bananeira?

**Dona Branca:** Porque o café é só em ano e ano, a safra do café é só em ano e ano e a bananeira num é todos os mês? A bananeira, todos os mês a negada faz corte, com todos os meses, aí eles achavam que a bananeira dava mais resultado né?

[...]

**Dona Branca:** [...] foi o tempo que entrou esse, esse governo, não sei que diabo foi, mas eu sei que acabaram com tudo. Acabaram com tudo, acabaram com o que foi de café tudo, plantando só bananeira. O Manaus é grande queria que você visse, é grande! Aí foi o tempo que da confusão aí o Manaus era tão grande de um jeito bichim, aí o doutor Aldizo era prefeito do Pacoti [...].<sup>58</sup>

Dona Branca nos ajuda a compreender como havia esse objetivo produtivo em torno da arrancada dos cafezais: o aumento produtivo de um gênero de cultivo distinto do café produzido na região, que já fora chamado de “antieconômico” anteriormente. Contudo, ela já começa trazendo suas considerações acerca das paisagens do café existentes no sítio Manaus, e definindo de uma maneira categórica: acabaram com tudo!

O momento de arranque dos cafezais pode ser considerado como o de mais duro impacto pelo fato de alterar de maneira tão profunda as paisagens do café. Arrancar cafeeiros não era apenas retirar uma planta, mas mexer de forma profunda com uma cultura agrícola e com uma tradição histórica, empiricamente construída pelos sujeitos. Era retirar também as perspectivas de ganho produtivo e, antes de tudo, subsistência e alimentação que muitos deles tinham. Os projetos modernizadores poderiam ter obtido sucesso – que efetivamente não alcançaram – na lógica do capital. Contudo, a arrancada dos cafezais é algo que habita sensivelmente a mente dos sujeitos do café.

Dona Branca utiliza, para se localizar cronologicamente, o período de mandato de um prefeito de Pacoti, o senhor José Audísio de Sousa, entre os anos 1959-1963 e 1967-1971 (Sales, 2014, p. 109), momento em que a política de erradicação dos cafezais estava atuando na região serrana. Conseguimos encontrar certo acordo de datas, mesmo que dona Branca tenha afirmado antes que não sabia dizer se foi no “tempo que tinha o Sarney” – e não saber “que diabo o Sarney era, se ele era presidente” (Inácio, 2019, s/p) – revelando assim discrepâncias temporais, já que José Sarney foi presidente do Brasil entre os anos de 1985 e 1989 (Fausto, 2015, p. 439-448).

A ocorrência citada acima nos ajuda a visualizar como a memória e seus desdobramentos não seguem necessariamente uma lógica cronológica. O tempo da memória é

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

multiforme e também singular, principalmente se levarmos em consideração o fato de a que “o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana” (Delgado, 2009, p. 12). Seja o tempo da natureza, da apanha, de mandato de prefeitos ou que arrancaram o café, as temporalidades evocadas nos ajudam e ajudam o sujeito que narra a se localizar dentro da narrativa, levando em consideração o fato em relação a sua experiência.

Além disso, a discrepância das datas citadas por dona Branca não torna sua narrativa menos legítima. Pelo contrário, o fato de confundir datas nos ajuda a perceber como o lembrar e o esquecer estão presentes nas narrativas orais de maneira constante, algo que já falamos anteriormente. Dona Branca detalha certos aspectos da vida cotidiana nos cafezais, como quantidades semanais apanhadas, histórias e experiências acontecidas, revelando como a memória seleciona o que deve ser oralizado ou não (Portelli, 1997).

A retirada dos cafezais serranos, com a troca por bananeiras, nos ajuda a perceber como os objetivos da racionalidade econômica chegaram no campo, visando atribuir novo sentido produtivo, com mais rentabilidade e inserido dentro de imperativos da produção capitalista rural. Contudo, antes disso, são afetadas essas paisagens culturalmente construídas e repletas de afetos e sentimentos de identificação por partes dos sujeitos (Priori; Paixão, 2015). O processo inicial de “descampanização” dos sujeitos (Silva, 1982) foi iniciado com a destruição de seu meio ambiente e, ao mesmo tempo, de suas identidades.

Essas intervenções buscaram dar caráter produtivo à agricultura serrana, dentro dos moldes capitalistas. Essa devastação dos cafezais, visando implementar outra cultura agrícola, demonstra como a pequena produção, voltada para a subsistência, passa a ser deixada de lado visando uma “produção para o mercado” (Silva, 1982, p. 139). Por isso, a primeira alternativa pensada e mais falada pelos trabalhadores e trabalhadoras foi a bananicultura, que já era comum na serra. Porém, podemos perceber que muitos sítios a adotaram como principal prática agrícola pelo fato de a cultura da banana ser algo mensal, como fora evidenciado por dona Branca. Isso, conseqüentemente, despertou o interesse de produtores da serra, inclusive os do Sítio Manaus, que viram também o enfraquecimento dos cafezais. Dona Cláudia reafirma a utilização das bananeiras, nos explicando que:

Não, muita gente procurou outro trabalho, porque no sítio, né, tinha trabalho com banana, colheita de banana. Foi quando muita gente aproveitou esses roçados de café pra plantar banana. Banana dá com um ano, né? E não demanda tanta mão de obra. Então, muitos desses moradores foram trabalhar com isso. [...] onde era café praticamente tinha mata, né? por causa da ingazeira e aí muita gente aproveitou esses antigos roçados de café e começou a plantar o que? Bananeira, então começou muito...



muito mais erosão a gente desce a serra pelo lado da Palmácia e fica impressionado você vê as matas de bananeira...<sup>59</sup>

O que dona Cláudia expôs em relação ao plantio intenso de bananeiras fortalece nossa percepção de como o sentido produtivo da agricultura serrana passa por alterações. Os produtores começam a ser incentivados a optar pelas culturas mais produtivas e pela facilitação do ganho agrícola, por meio de uma agricultura mais simples que demanda menos mão-de-obra e que além disso possibilita a obtenção de safras com um ano de plantio, algo que demonstra como a lógica da produção agrícola na região serrana estava sofrendo mudanças, tomando rumos mais produtivistas (Schwarz, 1990).

A mudança nas paisagens do café, que foram alteradas para outras culturas como a banana, trazem efeitos para a terra e para a natureza circunvizinha. Quando dona Cláudia destaca que os solos da região passaram a sofrer com a erosão, fica possível visualizar como as intervenções sofridas em uma cultura agrícola que possui relações naturais e culturais estabelecidas podem causar seus efeitos na natureza. Esses efeitos e consequências nas condições naturais da região podem empobrecer e desgastar o solo, tornando mais desafiador o cultivo sistemático. Se os cafés sombreados por ingazeiras e camunzês protegem a terra dos efeitos diretos do sol e da chuva, o plantio de banana acaba expondo esse o solo à erosão, tornando-o mais frágil.

Mônica Alves Amorim explica que houve uma desconsideração por parte das políticas cafeeiras nacionais elaboradas pelo IBC em relação às “condições agrometeorológicas locais”. Podemos perceber essa falta de atenção na primeira etapa intervencionista; contudo, quando vamos observar a segunda etapa, que consistiu no Plano de Renovação e Revigoreamento dos Cafezais – PRRC, é possível perceber como não apenas as paisagens do café, mas a cultura de cultivo relacionada também é profundamente modificada.

A segunda etapa das intervenções consistiu no replantio de cafezais, já na década de 1970. Nesse momento, houve a inserção de um novo modelo produtivo pautado em uma forma totalmente distinta de cultivo de café, principalmente se comparado com a cultura agrícola presente na tradição cafeeira serrana. Houve casos de sítios que removeram seus cafezais para plantar o novo modelo que seria proposto pelo IBC para ser produzido na Serra de Baturité. Seu Eduardo explicou que alguns sítios destruíram seus cafezais antigos visando plantar as novas mudas produzidas pelo IBC. Ele nos explicou que:

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

Não!, teve muito sítio aí arrancaram todo o café, o sítio do Guaramiranga, que era do major Hugo arrancou todo o café dele, já tava quase no tempo de apanhar. Ele tinha era um trator arrancando, um trator de esteiras que veio de Baturité, que tinha umas correntes, aí ele passava e enrolavam 10, 15, 20 pé de café, laçando, laçando, quando puxava aí tinha aqueles homens que iam só fazendo aqueles... aquelas liras, rebaixando cortando a madeira todinha, depois passaram para arrancar as ingazeiras. [...]. Primeiro os café, depois as ingazeiras deixaram o campo todo aberto <sup>60</sup>

O uso de tratores para a arrancada desses cafezais nos permite perceber como se inicia o uso de tecnologias para a otimização de atividades no campo. De acordo com Roseli dos Santos Alves, a recorrência a maquinários, junto com a adoção do uso de insumos químicos, são os “primeiros sinais de modernização da agricultura”. No período da década de 1960 à 1980, houve forte adesão e compra desses recursos por meio de subsídios incentivados pelo estado (Alves, 2008, p. 101-104). Esse maquinário já possuía uma função inicial: arrancar os cafezais e as ingazeiras para deixar os “campos abertos”, prontos para a aplicação do novo modelo de cafezal, que atraiu vários outros sítios.

É importante lembrar que nenhum sítio foi obrigado a adotar as políticas intervencionistas. Contudo, nos dois momentos das intervenções, apresentavam-se as ideias e ideais modernizadores aos proprietários de sítios, vendendo tais propostas como as melhores possíveis, as mais rentáveis e que trariam o melhor resultado para todos os envolvidos na cultura do café. Ao dono do sítio, cabia aceitar a proposta “de corpo e alma”, sem “julgar a pertinência das estratégias propostas”, mas apenas confiar nas promessas e perspectivas (Schwarz, 1990, p. 111). Sobre isso, dona Cláudia expôs algumas das propostas que foram feitas.

Eu era bem nova, mas eu acompanhava muito o meu pai e via lá a luta deles com essa broca do café. E eles convenceram a muitos proprietários, a maioria deles a arrancar esse café, né? E tocar fogo e trazer um café que eles diziam que era um café muito bom, que não ia precisar de sombra, ou seja, isso aí detonava a serra, porque eles diziam: “não, não precisa de sombra de ingazeira, derruba tudo, derruba o café, toca fogo”. E aí, muita gente aderiu. Esse projeto, o campo de experimento, era lá no sítio Guaramiranga, que é esse sítio que foi do meu bisavô e era na época dos meus primos, como ainda é! que era o Major Hugo, que era filho da minha mãe. [...] Prometiam cinco vezes o valor da terra nua. Se você arrancasse o café e plantasse esse novo, você ia receber esse dinheiro para você tentar cultivar e manter esse novo plantio. Só que nem foi dado esse dinheiro para ninguém, nunca ninguém recebeu esse dinheiro prometido pelo governo. E nem esse café prosperou.<sup>61</sup>

A fala de dona Cláudia nos ajuda a compreender como a narrativa do replantio dos cafezais chegou aos donos dos sítios serranos: como solução de problemas e de demandas que

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Eduardo Soares Lopes [23 de julho de 2023]. Guaramiranga, Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

já eram reincidentes, inclusive na cultura agrícola tradicional, como a broca-do-café,<sup>62</sup> que era comum na cafeicultura serrana por causa dos grãos que ainda sobravam no chão após a apanha. Por ser um problema muito comum e difícil de ser solucionado, muitos sítios percebiam nessa praga um problema incontornável. O estudo técnico desenvolvido pelo Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, destacava também como o problema da broca-do-café era crônico. Coloca-se que “a cafeicultura cearense, na década de 1950 e no início do ano de 1960” enfrentou fortes problemas e entre eles estava “o surgimento da broca do café ‘*Hypothenemus hampei*, Ferrari’ que comprometeu a safra do ano agrícola 1954/55” (Iplance, 1971, p. 14).

A broca-do-café causou muitos reveses e incômodos aos cafeicultores. Contudo, por ser um problema já conhecido pelos técnicos do IBC, houve um incentivo à utilização de insumos químicos visando o combate à praga que poderia se espalhar facilmente pelos cafezais.

Eles andavam nos jipes e eu lembro muito dessas máquinas, que esse veneno que era muito tóxico, BHC, era um pó, que eles trazem os sacos com esses venenos e essas máquinas de pulverizar. E eles nunca falaram que esse veneno era tão tóxico, né? Então, os meus avós, que eram donos do sítio Brejo, a Celina de Matos Brito Noemi, minha avó ficou viúva, muito nova, e ela conduzia o sítio. E a minha avó quase morre envenenada, numa época em que ela, desesperada, com essa broca do café, ela mesma foi encher as máquinas e ela chegou a desmaiar com o veneno.<sup>63</sup>

Este recorte relacionado a uma experiência bastante sensível vivenciada por dona Cláudia nos ajuda a perceber como os projetos intervencionistas, em seu aspecto prático, afetaram profundamente a vida de diversos tipos de sujeitos, não apenas na dimensão econômica e política, mas em torno das várias sensibilidades. A busca pela modernização da agricultura trazia como um dos primeiros sinais, além da adoção de incentivos tecnológicos, o uso de insumos químicos, geralmente denominados de “defensivos agrícolas”. Esses produtos, usados de maneira intensa, podem “provocar inúmeros problemas que afetam o ambiente e a sociedade”, pois seu uso excessivo acaba colocando em xeque “a sobrevivência desse sistema produtivo, gerando problemas territoriais em suas diversas dimensões” (Santos, 2008, p. 106-110).

O uso de defensivos agrícolas se fez arriscado também pelo fato de não haver cuidados em preparar os sujeitos que manuseiam esses insumos, “ignorando os riscos dos

---

<sup>62</sup> A broca do café é “uma praga encontrada em todas as regiões produtoras de café do mundo” e pode afetar desde a estrutura do cafezal até a qualidade do grão produzido, um agravante dessa praga é o fato de poder atacar “os frutos em qualquer estágio de maturação, inclusive grão já seco”. Um dos principais meios de prevenção é relacionado a retirada de cafezais contaminados e diminuir ao máximo o número de sobras de café no chão do roçado. (Disponível em: AgroLink. **Broca do Café**. AgroLink, [https://www.agrolink.com.br/problemas/broca-do-cafe\\_30.html](https://www.agrolink.com.br/problemas/broca-do-cafe_30.html). Acesso em 02 de fevereiro de 2024.)

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

agrotóxicos para saúde humana e para o ambiente”, como vimos no caso da avó de dona Cláudia. A exposição ao agrotóxico trouxe riscos reais à saúde, sem explicações mais detalhadas acerca dos riscos desse produto por parte dos técnicos do IBC. Dona Cláudia nos falou sobre um caso isolado, mas é necessário levar em consideração que o processo de “exposição crônica a agrotóxico” pode levar a sérios prejuízos à saúde de trabalhadores e trabalhadoras, além dos impactos no meio ambiente. Ainda mais se levarmos em consideração que, a partir do que foi percebido na fala, não foram evidenciadas formas de instruir os trabalhadores sobre o controle do uso desses insetivos, o que torna a recorrência a esses produtos uma prática ainda mais perigosa (Augusto *et al.*, 2011, p. 257-272).

O BHC, em específico, foi um perigoso veneno muito utilizado nas lavouras de café do Paraná e replicado pelos técnicos do IBC nos cafeeiros cearenses, de acordo com notícia encontrada no jornal O Globo do ano de 2009, que destacava a incineração de mais de 20 toneladas desse defensivo agrícola, que teve sua utilização proibida desde 1985. De acordo com a notícia:

O BHC é um inseticida e sua sigla advém do nome inglês - Benzene Hexachloride - é um produto que combate pragas na lavoura e ao entrar em contato com a pele tem efeito cumulativo, causando danos irreversíveis ao sistema nervoso central. A absorção pelo organismo pode ocorrer por via oral, respiratória ou simples contato com a pele. Entre os sintomas estão convulsões, dores-de-cabeça, tremores, arritmia e até óbito em casos mais graves. O BHC foi bastante usado nas lavouras de café no Paraná. (O Globo, 2009, s. p.).

O trecho acima nos ajuda a perceber como este veneno era altamente tóxico e afetava profundamente o organismo dos sujeitos que o aplicam além de o solo onde é aplicado. O sítio Brejo não sofreu com as políticas de arranque e replantio dos cafezais, mas é interessante notar como um “braço da modernização” chega neste sítio.

Podemos perceber que, mesmo em sítios que não adotaram o replantio, há uma busca estabelecida pelo IBC visando a resolução do problema da broca-do-café, no aumento produtivo por meio do plantio desse modelo distinto baseado nas lavouras paulistas e também no pagamento de valores em dinheiro para quem arrancasse sua produção e plantasse essa nova cultura cafeeira. Além de percebermos essa busca de resolução plena das complexidades existentes na cafeicultura tradicional, vemos como os saberes agrícolas tradicionais são excluídos.

A exigência de deixar “a terra nua”, sem sombras, sem ingazeiras, sem cafezais antigos, revela a devastação proposta às tradicionais paisagens do café e o esvaziamento da cultura cafeeira tão representada pelo sombreamento. Esse apagamento – agrícola pela devastação e cultural pela retirada dos hábitos tradicionais – ocorre pelo fato de um dos

“principais pilares” da modernização e da ideologia desenvolvimentista ser “ignorar e apagar toda e qualquer forma de reprodução social” das sociedades tradicionais (Neto, 2022, p. 44).

A retirada do sombreamento com ingazeiras, prática que foi vista no início do século XX como fator relevante para a salvação dos cafezais, pode ser compreendida como uma das maiores caracterizações desse processo de silenciamento de experiências e tentativa de apagamento de uma cultura agrícola tradicional. A fala de dona Cláudia, referindo-se a essa retirada como uma forma de “detonar a serra”, enuncia bem isso: as ingazeiras eram componentes essenciais dessa forma de produção agrícola, dando aos cafezais e ao solo proteção de agentes como sol e chuva.

Algo que ajudou na tese de retiradas do sombreamento defendido pelo PRRC se relaciona com a natureza de aplicação do plano, que foi nacional. Buscou-se desenvolver um modelo nacional de plantio de cafés com “a adoção de princípios padronizados para todas as regiões do país, a despeito de suas diferenças geográficas, climáticas e ambientais” (Amorim; Assis, 2022, p. 466). Apesar de técnicos terem analisado a região, não se levou em consideração as peculiaridades e experiências de plantio desenvolvidas, o que causou ali a incredulidade por parte dos vários produtores e trabalhadores (Farias, 2023, p. 63).

O estranhamento diante desse novo modo de cultivar café não foi apenas por parte dos trabalhadores e trabalhadoras que viviam do café. No jornal “Diário de Pernambuco”, encontramos um artigo da escritora Rachel de Queiroz, datado de 1973, acerca da “sujeição da agricultura a modas”. Em seu texto, ela aborda a temática do café, e em especial o café serrano, destacando a tradição cafeeira das serras, os ciclos produtivos e as tramas que iam além do econômico. No seu texto, ela coloca que:

Mas aí começaram a se agravar os problemas dos cafezais do Paraná, e os entendidos voltaram a estimular a pequena produção nas serras nordestinas. Chegam, porém, com regras novas, mandam arrancar as ingazeiras, meter o arado serra abaixo e serra acima, plantar no chão limpo. O pessoal nativo está apavorado, diz que a erosão vai acabar com a terra, é só começar a chover. E a gente não pode confiar se as novidades são certas, porque se há coisa em que se tem errado neste País é em assunto de café. Com o café acabaram arrasando o Estado do Rio, liquidaram a produção de São Paulo, se tocaram para o Paraná, deslumbrados com a terra roxa. [...]. (Queiroz, 1973, p. 4).

Dessa forma, Rachel de Queiroz trouxe uma opinião bem definida e nada positiva acerca do replantio dos cafezais. Ela, que escreve no momento que o PRRC está sendo colocado em prática na região serrana, no ano de 1973, traz uma perspectiva diferente das que foram apresentadas em meios hemerográficos. Se compararmos com outras narrativas neste periódico, a fala da escritora se mostrou única pois foge da perspectiva técnica e política que se fez comum de se observar nos jornais. Sua opinião está atrelada a uma percepção dos moradores e

trabalhadores da região, em especial no município de Guaramiranga. Alguns pontos chamamos a atenção, mas o principal trata-se do fato de podermos perceber, em uma fala escrita, opiniões baseadas em experiências trabalhadoras.

Os periódicos podem ser pensados aqui como um espaço de quem detém o poder da fala. Se, no capítulo 1, encontra-se mais recorrências às intervenções na cafeicultura serrana que adotavam um discurso político e produtivista, pautado na plena certeza de sucesso econômico, observa-se como falas mais ponderadas e até divergentes acabam se tornando raras e incomuns. A maior recorrência desse caráter difuso das intervenções permite-nos notar como se busca dar “o destaque conferido ao acontecimento”. O fato desta fala ter sido feita por uma influente escritora cearense foi o que ajudou na sua publicização em formato de artigo de opinião. Contudo, se percebermos as “ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros” e também políticos, acabamos percebendo como a fonte hemerográfica acabou sendo utilizada como propaganda e meio de divulgação, na maioria das vezes (Pinsky, 2005, p. 139-141).

A descrença no fato de “os entendidos voltarem a estimular” é um indício de que, em outros momentos, a cultura cafeeira foi relegada pelos mesmos “entendidos”. Um exemplo relacionado a esse abandono se dá pela arrancada dos cafés, algo que visualizamos aqui. Um outro ponto que chamou nossa atenção na fala de Rachel foi o sentimento utilizado para definir o nativo serrano que viu as intervenções: o pavor. Essa dimensão evidenciada nas poucas linhas escritas por Rachel de Queiroz nos ajuda a perceber outras facetas das intervenções que são silenciadas na maior parte dos discursos: os sentimentos, sensações e significados subjetivos das políticas cafeeiras no cotidiano dos sujeitos, o que conseguimos notar com a utilização da História Oral.

O comparativo entre fontes de diferentes naturezas – o jornal e a narrativa oral – nos ajuda a compreender como, mesmo distintos, existe tal incredulidade em torno deste saber externo que vem julgar uma tradição estabelecida. Mais que estranhar, os sujeitos sentem medo e “pavor” quando veem a aplicação do projeto modernizador, contrariando os saberes tradicionais, sem quaisquer garantias de sucesso. Esse pavor foi possível de ser percebido nas falas dos homens e mulheres com quem conversamos e se faz como uma das muitas similaridades que Rachel de Queiroz evidencia em seu artigo. Tanto na análise da escritora cearense quanto nas conversas estabelecidas com trabalhadores e trabalhadoras, foram destacados aspectos como a incredulidade na arrancada das ingazeiras e a exposição dos solos com a limpeza da terra, os efeitos da erosão, as incertezas em torno dos resultados. Todos esses aspectos foram destacados, por exemplo, em fala anterior de dona Cláudia.

A fala de Raquel de Queiroz em artigo jornalístico nos fez perceber como a desconfiança nos projetos intervencionistas e principalmente no replantio dos cafezais não era algo isolado e limitado a um grupo. Contudo, é nas falas dos sujeitos que esses sentimentos e sensibilidades chegam até nós de maneira intensa e explícita, porque as memórias do passado são trazidas ao presente cheias de subjetividades e de sentimentos. Não vemos somente a informação pela informação: vemos aqui a recordação, a lembrança. Deve-se considerar que “conhecer uma coisa e recordá-la são passos independentes” (Frentress; Wickham, 1992, p. 16).

No recorte jornalístico, obtém-se apenas a informação sobre o ocorrido, mesmo com Rachel de Queiroz evocando a experiência dos trabalhadores. Quando paramos para ouvir as narrativas de vida e as lembranças dos diversos sujeitos do café, conseguimos observar os diversos sentimentos que aqui citamos constantemente: estranhamento, medo, insegurança, descrença. Os sujeitos não trazem a narrativa ou recordam apenas os eventos, mas remetem à sensibilidades, sensações, sentimentos e traços de sua subjetividade. James Frentress e Chris Wickham evidenciam essa dimensão da memória quando afirmam que “a maior parte do que recordamos está sob a forma de emoções, sentimentos e fantasias”, ou “imagens sensoriais”; isso se dá porque “recordamos conhecimentos, mas também recordamos sensações” (Frentress; Wickam, 1992, p.17), em uma dinâmica multiforme que acaba sendo expressa na narrativa.

Mas não foi apenas dona Cláudia que observou essas preocupações com o novo cultivo. O estranhamento, o medo, a desconfiança em relação a esses cafés e a esse novo plantio foi atenuado ao se observar os resultados frustrantes, e foi algo observado e citado por quem adotou o replantio, mas também por aqueles que optaram por manter sua cultura cafeeira tradicional, dos quais logo falaremos. Ainda falando sobre o replantio, dona Mônica explica que:

Aí o que foi que aconteceu, eles achavam né que aqui o café ia dar tão bom quanto em São Paulo, e que iam produzir mais né? E aí, o que aconteceu, o papai disse que eles compravam assim um pé de café por 15 reais, 20 reais que os pessoais os donos dos cafezais chegavam nas fazendas eram com as malas de dinheiro, né? E que vinheram aqui também pedir para fazer e meu pai dizia assim: “Não deixa os outros fazerem, se der certo, eu faço” E tanto que tem assim uns dois pezinhos perdido ali, perto de uma jaqueira.<sup>64</sup>

É interessante perceber como cada sítio vai possuir sua realidade. Como dissemos anteriormente, a adoção do PRRC por parte dos donos de sítio não era obrigatória e com isso cada sítio teve uma execução diferente e, por isso, consequências diferentes. As várias propriedades serranas possuíam discrepâncias entre si e, quando voltamos às análises dos

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada com Mônica Maria Bezerra Farias [21 jul. 2023], Mulungu, Ceará. Acervo Pessoal.

projetos de modernização na cafeicultura da serra de Baturité, concluímos que, enquanto alguns sítios adotam apenas a erradicação de cafezais, como o Sítio Manaus, outros sítios, como Sítio Guaramiranga, citado por dona Cláudia e mais adiante por seu Eduardo e seu Lúcio, é apresentado como “local de experimento” do PRRC na região, adotando todos os processos intervencionistas que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1980. Há também sítios que não se submeteram a quaisquer práticas intervencionistas; sobre tais casos, falaremos mais à frente.

O arranque dos cafezais e o replantio de novas mudas, incentivados pelo IBC, ficou marcado como um momento de profundo estranhamento por parte das várias pessoas envolvidas na cultura agrícola do café na serra de Baturité. O arranque dos cafezais e a não recomendação do plantio sombreado causaram desconfiância, mesmo com as promessas de pagamento em dinheiro. O que também causou estranheza foram as dinâmicas do novo plantio, por serem distintas do que se tinha costume. Sobre isso, seu Lúcio afirma que:

**Seu Lúcio:** Tem muita gente que plantou. Aqui no Manaus mesmo eles não plantaram café paulista. Acabaram pra plantar bananeira. Né? [...] os de Guaramiranga aceitaram! Aqui bem pertinho, na vazante ali, aceitaram, plantaram. E eles davam trezentos cruzeiros, né? [...] por hectares. Ainda pagavam pra plantar, né? Ainda trazia as muda, dava um adubo pra plantar. Tudo isso.

**Leonardo:** Mas tinha que ser tudo do jeito deles?

**Seu Lúcio:** Tudo do jeito deles. A covinha tinha que ser... 80 centímetros de comprimento, com a fundura de 40 centímetros. encher de estrumo. Pra poder plantar.

**Leonardo:** Mas assim, uma pergunta. Quando foi pra perguntar da revigoração, de colocar outros pés de café aqui, o Café Paulista, foi oferecido, né? Pra vocês aqui?

**Seu Lúcio:** Foi oferecido, mas aqui ninguém quis não.<sup>65</sup>

O sítio Manaus, como falado anteriormente, não foi um dos locais que adotaram a plantação do “café paulista”, mas, mesmo assim, os vários sujeitos envolvidos na cafeicultura estranharam o plantio massivo e intenso desse café diferente, em relação ao café serrano. Como vimos anteriormente, ocorreu uma troca do tipo de café plantado na região serrana para se adotar um plantio de espécies de maior rendimento: o Catuaí amarelo e o mundo novo (Silva; Cortez, 1998). O café plantado na região serrana era o tipo arábica (Amorim; Assis, 2022, p. 463) e, por isso, foi possível perceber tantas mudanças em relação às mudas de café produzidas para o novo plantio, que também eram diferentes.

Seu Lúcio explica como era necessário seguir “tudo do jeito deles”, inclusive especificando o modo de plantio em covas, a forma como devia se proceder para poder plantar o café, seguindo uma padronização que tinha como objetivo equiparar produções que são distintas em sua essência. O PRRC principalmente visava modernizar o cultivo e levar ao Brasil um modo de produzir café definido e moderno, baseado em ideais econômicos de produção em

<sup>65</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.



larga escala que buscam a “incorporação de técnicas que consolidem a constituição dos complexos agroindustriais” (Santos, 2008, p. 80), dando um “sentido econômico” a essa produção.

Na experiência serrana, percebemos que houve uma tentativa de padronização da produção por meio da adoção de um novo modo de plantio, mas também por meio do uso do “café paulista” nesses cafezais padronizados. Sobre esse café distinto, seu Eduardo nos explica que:

**Seu Eduardo:** O plano exatamente foi esse, trazer o café de São Paulo pra plantar aí.

**Leonardo:** E esse café que vinha de São Paulo, era muito diferente? do café daqui.

**Seu Eduardo:** Ele é outro tipo, ele é um café não é igual ao nosso, que o café nosso aqui é um café que cresce né? Que esgalha bem e tudo. Ele não, ele... é um café que ele sobe como se fosse um pé de milho, ele não esgalha é só às vergonta sabe... Num tem aqueles pés de pinho né? Que tem só aquelas copazinha? Era só daquele jeito né. Só que ele era carregador, e carregava e ficava... pra lá e aquelas vergontazinha, ou do vermelho ou então do amarelo, que é de duas qualidade que veio pra cá. Aí o campo de fazer a muda era lá nesse sítio Guaramiranga né, lá onde tinha tudo assim... a muda do café saía de lá. Todos os carros de gente do Mulungu vinha buscar com suas carrada de plantas, lá do sítio de Guaramiranga, lá tinha campo... era chei de estufa, chei de lugar que plantava o saquim e colocava o estrume. Pra plantar aqui você arrancava dentro do mato pra plantar café aqui, você ia plantar... o povo ia plantar “ah tem um quadro de café aqui, vamo encher esse quadro de café”. Você ia no mato e no mato mesmo arrancava a muda, que era na época de plantar, que era no mês de março, por que no mês de abril não presta pra plantar nada, mês de abril pra planta é ruim, aí cavava o buraco do café, arrancava a muda dentro do cafezal mesmo, que tinha muita muda arrancava e plantava... com pouco tempo tava tinha deles que já tava mei grande se aparava as ponta assim [...].

**Leonardo:** Mas ele nunca rendia? Nunca rendia esse café o paulista?

**Seu Eduardo:** Não! o paulista só era aquela média réia mesmo, sei nem o que diabo eles fizeram daquele café, não era de se misturar com outro pra vender... mas era assim.<sup>66</sup>

As memórias de seu Eduardo trazem com bastantes detalhes as condições do replantio dos cafezais e o estranhamento com aquela cultura nova de cafeeiro. A percepção detalhada de seu Eduardo, que comentou primeiro as características da estrutura da planta e depois a sua produtividade, nos ajudam a perceber esse sentimento de alteridade presente na fala do trabalhador. Mais uma vez, é possível notar o como existia um estranhamento com relação a esse novo tipo de café que devia ser produzido.

O novo modo de cultivar o café buscou desenvolver padronizações produtivas visando objetivos econômicos. Dentro desses padrões novos, podemos evidenciar a busca por atribuir aos trabalhadores e trabalhadoras um novo sentido produtivo, no qual esses sujeitos, que se faziam ativos e autônomos na agricultura tradicional, eram reduzidos a mera mão-de-obra ou força de trabalho “móvel, adaptável e submissa”, ferramentas laborais da lógica capitalista e modernizadora vigente nas intervenções (Santos, 2008, p. 113). Esses projetos

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Eduardo Soares Lopes [23 de julho de 2023]. Guaramiranga, Ceará. Acervo Pessoal.

modernizadores deveriam ser seguidos de maneira plena, sem envolvimento de outras lógicas, e tornando esses sujeitos camponeses meros receptáculos de mudanças.

Por isso, tantas mudanças produtivas, para que os sujeitos que iriam pôr em prática tais alterações seriam pensados como aqueles que são adaptáveis e flexíveis, executando o que os imperativos da modernização lhes impusessem. O replantio dos cafezais, mais que estabelecer um novo modo de produzir café, buscou, dentro dos ideais modernizadores, desenvolver novas formas de relação dos homens e mulheres com a terra. Aqui, o camponês torna-se mão-de-obra que é meramente adaptada ao trabalho (Silva, 1982; Santos, 2008). Quando se busca inserir nesse novo plantio e nessa nova forma de pensar os trabalhadores, percebemos maneiras da retirada da autonomia do trabalho e do saber tradicional por parte do discurso modernizador (Braga, 2003, p. 93). Quando se retira a autonomia, retira-se também aspectos importantes da identidade dos homens e mulheres que vivem do campesinato.

Contudo, seu Eduardo e seu Lúcio intitulam essas espécies novas que foram trazidas para o replantio dos cafezais de uma forma bem definida: eles chamam sempre de “café paulista”. Nas conversas e diálogos estabelecidos para além das entrevistas, habitantes dos municípios e os próprios homens e mulheres com quem conseguimos conversar constantemente chamavam o café trazido pelo IBC de “café paulista”. Lembremo-nos que os técnicos do IBC-GERCA, juntamente com profissionais do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, foram as mentes pensantes do replantio.

Essa forma de nomear o café revela mais uma vez a alteridade existente não apenas nos tipos de café, mas nas formas de entender a produção e a cultura cafeeira. Quando seu Eduardo fala que esse novo café vindo de São Paulo não era “igual ao nosso”, podemos perceber mais as relações de identidade relacionadas ao cultivo do café tradicional, o sentimento de pertencimento. Acerca da ampla categoria conceitual de identidade, consideramos que:

Neste contexto, a identidade representa um conceito que indica a condição social e o sentimento de pertencer a uma determinada cultura. De acordo com Perico (2009), representa um conjunto de características de um povo, oriundas da interação dos membros do território e da forma destes interagir com o mundo. Em um indivíduo, o nível de Identidade Territorial vai depender da sua participação ou exclusão relativa à cultura que o envolve (Nunes; Gondim; Silva, 2019, p. 138)

Podemos perceber, a partir da consideração acima, como identidade e pertencimento estão entrelaçados com as interações sociais desenvolvidas a partir de interações naturais e sociais. Em torno da cultura cafeeira presente na Serra de Baturité foram formadas identidades e vários sentimentos de pertencimento. Mesmo não sendo um trabalho fácil e extremamente desafiador, onde eram notáveis a exploração e os conflitos de diferentes classes

sociais ali existentes, é a partir deste trabalho que surgem muitos sentimentos de pertencimento dos sujeitos.

A nova forma de executar a cafeicultura serrana trouxe consigo uma “fragmentação dos espaços”, onde se formam e se “constroem seu sentimento de pertença e de identidade”. Esses espaços, onde também se constroem relações sociais, costumes, práticas do cotidiano e consequentemente os sentimentos de pertencimento e de identidade das mais diversas formas, vão ser profundamente alterados. Entenda-se aqui que fragmentar não é só destruir, apagar. Mas desmembrar em várias maneiras de adaptação e visões atreladas diretamente às significações que os sujeitos deram a esse evento vivido (Nunes; Gondim; Silva, 2019).

Houve profundas mudanças na cafeicultura serrana. Mas essas mudanças não eram garantias de sucesso, principalmente quando levamos em consideração as alterações feitas pelos técnicos do Instituto Brasileiro do Café. Acerca disso, dona Mônica explica que:

É, o papai não concordou e... não arrancou o café, aí o pessoal ficou empolgado com o dinheiro, daí eles arrancaram o café todinho e junto com o café arrancaram as ingazeiras, a parte que dava sombreamento que foi quando começou a degradação da serra aqui. É... eu me lembro que em 74 teve um deslizamento aqui em casa, em função do desmatamento do pessoal que fez na Barra em Guarimiranga, que nosso sítio extrema com os sítios de Guarimiranga e esses sítios arrancaram os pés de café. [...] Aí que foi que aconteceu, papai conta pra gente que esse café aqui foi plantado que veio de São Paulo foi plantado nesses terrenos... sem árvore sombreado, né? Florou! Ficou muito bonito o pé, mas não deu nenhum fruto, e aí o pessoal ficou desesperado porque não tinha mais café e o banco do Brasil começou a estimular, o pessoal que tinha arrancado esse café que não deu nada para plantar banana. Foi daí que vem esse horror de banana que a gente produz hoje, né?<sup>67</sup>

Dona Mônica nos ajuda a perceber como os primeiros resultados das novas safras de “café paulista” inseridas não foram da maneira imaginada e propagandeada pelos técnicos do IBC. Misturou-se aos deslizamentos de terra citados por dona Mônica, o fato de os cafezais não darem frutos, por mais que florescessem. A retirada das ingazeiras, que serviam de sombra e de adubação natural, trouxe graves efeitos ao solo serrano que recebeu as novas mudas de café.

É interessante notar como dona Mônica evoca muitas das memórias em relação a esse momento a partir do que seu pai havia lhe falado. Ela dimensiona na narrativa o que é lembrado por ela e o que fora repassado por seu pai por meio da oralidade, mas inserindo tudo dentro da narrativa e produzindo, com isso, um significado próprio dentro do ato de lembrar. Essa recorrência ao pai e às lembranças dele aparecem para nós como as “influências sociais”

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada com Mônica Maria Bezerra Farias [21 jul. 2023], Mulungu, Ceará. Acervo Pessoal.

que seguimos e obedecemos, “com mais frequência, nos passam despercebidas” (Halbwachs, 1990, p. 47).

Assim como as experiências vividas são produzidas por meio de interações sociais, as memórias vão conter, em sua formação, recorrências a outras experiências e a memórias distintas de outros sujeitos que podem ser associadas pela oralidade. Seja para dar linhas e detalhes de um passado vivido e não tão forte nas memórias, seja para fortalecer uma memória comum. Memórias de um pai podem ser utilizadas por uma filha para complementar sua narrativa e dar a ela mais especificidades, pois “as influências sociais se fazem mais complexas”, tornando assim as memórias “mais numerosas, mais entrecruzadas” (Halbwachs, 1990, p. 47-48).

Acerca dos efeitos erosivos, Warren Dean destacou que, na experiência relacionada às regiões serranas do centro-sul do Brasil, o cultivo a pleno sol em regiões de “encostas íngremes”, tendo sido “totalmente destituídas de florestas”, traziam fortes impactos ao ecossistema local. Ele nos explica ainda que o fato de os agricultores terem sido “pressionados a aumentar a produção”, sem qualquer descanso e com a retirada das florestas, causava uma acelerada “erosão na camada de húmus” e o método de cultivo utilizado para o café (que foi o inserido na Serra de Baturité pelo IBC) acelerava esse esgotamento dos solos (Dean, 2004, p. 283).

O esgotamento dos solos devido ao plantio a pleno sol não é uma coisa nova. Como vimos no capítulo 1, o plantio de cafezais sombreados se deu pelo esgotamento dos solos e a necessidade de sombrear os cafezais. Dean, em suas colocações, ainda exemplificou o caso do cultivo de café no norte do Paraná, que se viu fortemente reduzido entre 1960 e 1974 pelo uso indiscriminado do desmatamento, a exposição do solo e a retirada do húmus por causa dos efeitos erosivos, que faziam com que houvesse a falta de retenção de húmus, que ficaram mais reduzidos ainda com as incidências de ar seco do inverno e também com as fortes geadas, que assolaram fortemente os cafezais, como falamos anteriormente (Dean, 2004, p. 284-285).

Se, na experiência paranaense, foram as geadas e as massas de ar seco, no caso da Serra de Baturité foi a chuva e o sol que fizeram com que o café paulista [não] rendesse. Dona Mônica destacou um deslizamento de terra ocorrido no ano de 1974 e também como os cafeeiros paulistas acabaram frustrando àqueles que se atraíram pelo discurso modernizador e pelo ganho monetário, trocando toda sua produção. Essa queda produtiva foi sentida de maneiras diversas. Se dona Mônica e seu pai vivenciaram esse momento apenas visualizando os sítios vizinhos, já que o sítio São Roque não adotou as intervenções, com dona Cláudia e seus familiares a experiência foi distinta. Ela nos explica que:

Os donos do sítio perderam tudo. Perderam sua renda principal, né? E o pessoal que trabalhava com o café, praticamente perdeu esse dinheiro, porque ele não tinha dinheiro pra pagar esses apanhadores de café, esse pessoal que trabalhava com a obra de café. Então, meu pai, como eu disse, com 48 anos, eu vi meu pai infartar com 11 filhos pra criar. Foi, assim, uma tragédia. Então, muitas famílias daqui da serra abandonaram suas fazendas, seus sítios e venderam e foram embora pra Fortaleza fazer outro meio de vida. [...] Eu lembro demais, porque meu pai tinha... Meu pai chegou a ter 17 propriedades aqui na serra. Então tinha todo aquele movimento de botar o café pra secar e de apanhar, de colher e botar pra secar e depois de pilar o café, né? [...]. E foi quando isso pegou todo mundo de surpresa e, por exemplo, esse sítio aqui, o doutor Luiz, que era um homem mais sensato, mais velho, disse: “eu não vou arrancar o café daqui só, quando eu ver que tá dando certo”. E ele, realmente, aqui nunca foi arrancado o café desse sítio. [...] Acho que foi mais de 50% pelo menos dos maiores produtores de café, né? isso não aconteceu com São Luís que tinha uma produção talvez a maior produção daqui da serra essa produção de 1.200 sacas de café [...], essa propriedade aqui era a maior produtora da serra. [...] No sítio Brejo do meu avô no sítio Guaramiranga, no sítio do meu pai, que era o sítio Pau do Alho, o sítio Logradouro, o sítio Labirinto, vários sítios que ele tinha [a produção].<sup>68</sup>

Neste longo trecho, dona Cláudia expõe mais uma vez uma memória especialmente sensível: o falecimento do seu pai, que ela relaciona justamente ao fato de a mudança produtiva ter-se apresentado frustrante. O Sítio São Luís, como relatado, não também não passou pelo replantio de seus cafezais, em grande parte porque o antigo dono, o senhor Luiz Cícero Sampaio<sup>69</sup>, que era avô do ex-marido de dona Cláudia, desconfiava do replantio. Contudo, o pai de dona Cláudia viu vários sítios, dos quais ele era o proprietário, terem sua produção e sua dinâmica de trabalho totalmente colapsadas.

Mais do que a quebra econômica dos donos de sítio, percebemos que dona Cláudia destaca como a quebra produtiva também afetou os trabalhadores e trabalhadoras do café, dos quais falaremos mais à frente. Os duros efeitos causados pelos “reveses das políticas cafeeiras” (Amorim, 2019, p. 57) fizeram com que toda essa cultura cafeeira fosse logo afetada, com muitas famílias saindo da serra para Fortaleza. Aqui começamos a ver os “efeitos sociais perversos” da modernização agrícola: “o deslocamento arbitrário da população, separação de famílias, aceleração do êxodo rural” (Schwarz, 1990, p. 99). Se com as famílias donas de sítios, que possuem um recorte social distinto, é possível observar essas mobilidades, com os trabalhadores e trabalhadoras que viviam da cafeicultura tais impactos serão mais sentidos.

A fala de dona Cláudia nos ajuda a perceber o luto e as consequências em dimensões sensíveis. A morte de um ente querido, ainda mais de um pai, traz consigo diversas significações atreladas ao luto, principalmente. O luto, em sua essência, é um processo subjetivo e íntimo e principalmente, inesperado. Ana Karolina Freire Oliveira considera que “o luto, assim como a

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal.

<sup>69</sup> O Sr. Luiz Cícero Sampaio era ex-prefeito de Pacoti e comprou o sítio ainda na década de 1930, de comerciantes franceses (Sales, 2014).

paixão, é algo que ninguém tem o poder de escolher”, pois “não se escolhe o momento, não é possível se preparar, não se sabe quanto tempo dura” (Freire O., 2023, p. 34).

Assim como foi possível ver narrativas atreladas às experiências no trabalho e nas sociabilidades, nesse momento que dona Cláudia construía sua fala foi possível perceber a construção de uma narrativa a partir dos sentimentos de luto, perda e incerteza. A morte do pai de dona Cláudia marca não apenas o momento de partida de um ente querido, mas também a afirmação de incertezas em um momento em que as formas de viver encontravam-se em xeque com os insucessos modernizadores. Mesmo sendo essencialmente subjetivo, o processo de luto não é isolado da realidade; esse momento pode ser ligado e traspassado por “questões políticas, culturais, temporais e até mesmo econômicas”. Quando vemos dona Cláudia relacionando a perda dos cafezais, suas preocupações e incertezas, com o falecimento de seu pai, podemos perceber como a subjetividade de um sentimento se atrelou com problemáticas cotidianas (Freire O., 2023, p. 34-36).

Todos os sítios que foram inseridos nos projetos intervencionistas do IBC acabaram tendo a perda produtiva do café. Coloca-se que “entre 1971 e 1977, 6.156.700 novos pés foram plantados na tentativa de suprir ao menos parte de seu consumo interno” (Saes; Souza; Otani, 2001), em todo o Ceará. Contudo, a maior parte dessas novas mudas acabaram não rendendo os lucros tão propagandeados nos anos anteriores. O IBC ainda permaneceu na Serra de Baturité até a década de 1980, quando os cafeicultores foram “excluídos dos incentivos do governo para o setor e abandonados a sua própria sorte” (Amorim; Assis, 2022, p. 467).

Assim, o colapso da produção de café na Serra de Baturité se reverteu no abandono da grande maioria dos cafezais. As plantas envelheceram sem a manutenção mínima de poda e limpeza e sem a adubação necessária, a produtividade decaiu a cada ano. Nas fazendas que haviam aderido ao “canto” do PRRC, alguns poucos exemplares foram mantidos apenas para assegurar a produção para o consumo doméstico. Muitas dessas fazendas erradicaram a rubiácea e partiram para outras culturas, entre elas banana, laranja e hortaliças, além da tradicional cana de açúcar. Escaparam apenas alguns poucos produtores que não ouviram o “canto de sereia” do IBC e continuaram modestamente cultivando o café sombreado. (Amorim; Assis, 2022, p. 468)

Percebemos a utilização de uma expressão por parte dos autores do excerto acima que nos chamam a atenção: “o colapso da produção de café na Serra de Baturité”. De fato, o insucesso produtivo causou profundos efeitos nos diversos sítios cafeeiros da região, e cada um, conforme sua dinâmica e a sua maneira, buscaram readaptações e trouxeram à cultura cafeeira ressignificações, algo que falaremos melhor no item seguinte. Contudo, saindo de uma visão maior, onde percebemos apenas sítios, convém pensar: quais foram as perdas que os sujeitos do café sofreram? Trabalhadores e trabalhadoras tiveram quais “reveses” com os insucessos empreendidos pelo IBC?

Com a arrancada dos cafezais, não se viu apenas o fim do café. Notabilizou-se também a busca pela retirada de várias formas de subsistência dos sujeitos. É necessário lembrar que se buscou com a arrancada dos cafezais, e depois com seu replantio, padronizar uma produção voltada para a comercialização e para o escoamento produtivo, o que acarretava consigo a limpeza dos territórios para o melhor aproveitamento. Sobre isso, dona Branca colocou que:

A terra dava o pão! A terra era rica e dava o pão queria que tu visse, aí nós, aí a minha mãe ia torrar farinha, quando a minha mãe não ia pro café pra trabalhar no Manaus, aí a minha mãe ia, aí quando o pai chegava de tarde... eu achava tanta graça... o pai chegava e dizia: “Maria o que é que tu fez pro minino comer?” A mãe dizia assim: “Ó”... nesse tempo era fácil... era o café, o doce, porque tinha os engenhos, adonde meu pai trabalhava no engenho, o meu pai ganhava uma cabaça de mel, trazia um bacetão de rapadura, pra nós comer, aí nós enchía a barriga de beiju e café. [...] Acabou-se, agora não tem... não tô dizendo que era o ganho das mulher?! Todo mundo saia pra trabalhar lá! Porque acabou-se. As vêiz eu tô aqui imaginando: “meu Deus, como foi que as coisas acabou-se desse jeito?” Acabou-se com os engenhos, ninguém planta mais um pé de mandioca, essas coisas o povo não planta mais, eu não sei como é que o povo quer viver não. Não tem mais engenho, porque acabou com os engenho era grosso de gente, era uns cortando cana, era outros botando o bagaço na boca da fornalha... queria que tu visse. E era uma riqueza, a gente ia buscar a chobona ia nos engenhos, pedia um mel, pedia um alfinim, era uma beleza. Mas agora acabou tudo! Fez que nem a cantiga da véia, levou-se e acabou-se tudo... ô meu Deus, acabou-se tudo. Eu tava imaginando: como é que as coisas se acaba desse jeito?<sup>70</sup>

Vimos no capítulo anterior como os sujeitos do café conseguiam sua sobrevivência por meio da alimentação obtida nos sítios. Além disso, o cotidiano e o ciclo da vida eram organizados a partir das dinâmicas de trabalho existentes: o tempo do café, tempo da cana, tempo dos roçados de legumes, todos esses aspectos eram organizadores do cotidiano dos sujeitos do café. Quando as políticas cafeeiras são executadas e ocorre o arranque dos cafezais – e de todos os gêneros existentes ali, para além de o café –, a vida dos sujeitos acabou sendo também profundamente alterada.

Percebendo isso, podemos observar como a perspectiva modernizadora defendida e empreendida pelo IBC acabou sendo cega “às experiências vividas dos colonos”, não havendo “preocupação nem habilidade em combinar essa experiência” com o que fora proposto para cada realidade de sítio serrano. Para os sujeitos do café, essas erradicações acabaram trazendo escassez de alimentos e de tudo aquilo que a terra dá. Não podemos afirmar que se extinguíram engenhos ou a variedade frutífera. Contudo, a erradicação dos cafezais abalou profundamente o cotidiano e a organização dos camponeses, enfraquecendo diversas frentes.

Dona Branca destacou o fato de “a terra ser rica” e dar tudo que se precisava para sobreviver. Como dito anteriormente, aqui a riqueza não é monetária ou atrelada ao capitalismo,

<sup>70</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [07 de setembro de 2019]. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

mas sim relacionada com a perspectiva de fartura. A fartura era a possibilidade de, mais que sobreviver, ter qualidade de vida. O tempo da fartura se estabelecia como um “momento precioso em que o trabalhador supera as suas expectativas”, onde se poderia garantir e “retirar mais que o necessário para a subsistência” (Costa, 2018, p. 85).

Além de muitas das riquezas da terra, esses homens e mulheres que viam na cafeicultura um ganho para a sobrevivência acabaram perdendo sua renda financeira. Principalmente as mulheres acabaram sentindo muito a perda da renda conseguida semanalmente com a apanha do café na época das colheitas, o que impactou muito a vida delas. Dona Naíde explica que:

**Dona Naíde:** É, sentimos falta, né? Nós, quando falaram de arrancar o café, nós... Todo mundo ficou... Ah, meu Deus! Acabou ser todos os anos. Nós tínhamos esse ganho. Agora acabou. [...] As minhas cunhadas se empregaram na Fortaleza. E as outras foram trabalhar de agricultura.

**Leonardo:** Trabalhar em outras coisas, né?

**Dona Naíde:** Trabalhar em outras coisas. Ninguém pode viver sem trabalhar, né?<sup>71</sup>

Apesar de ter apanhado café por menos tempo, se comparado com outras apanhadeiras, dona Naíde afirma como não apenas ela, mas várias outras pessoas, principalmente as mulheres, sentiram o golpe dos insucessos das políticas cafeeiras. O ganho com o café fez falta, mesmo para aquelas pessoas que não se dedicavam exclusivamente à apanha do café. As consequências, como destacado anteriormente, poderiam ser as mais diversificadas, como o êxodo rural (Schwarz, 1990). Na busca pela sobrevivência, era preciso encontrar as alternativas que fossem necessárias. A partir da compreensão de que os movimentos migratórios podem ser sentidos e pensados “de maneiras muito diferentes pelos grupos que os realizam”, compreendemos que, na experiência da serra de Baturité, a saída de camponeses é percebida como mais uma das “práticas de reprodução” visando a busca de uma nova garantia da subsistência (Novaes, 2022).

No tópico seguinte, iremos encerrar nossas discussões buscando compreender como os sujeitos do café acabaram estabelecendo suas adaptações, levando em consideração os vários processos de ressignificação e resistência que acabaram acontecendo e as alternativas de sobrevivência que surgiram logo após os impactos sofridos pela cafeicultura serrana. Além disso, vamos também analisar como a própria cultura cafeeira serrana acabou sofrendo processos de ressignificações, principalmente se levarmos em consideração a chegada do discurso ambientalista e do ideal turístico que foi atrelado à região da Serra de Baturité.

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Naíde Marques de Oliveira no dia 07 de setembro de 2019. Acervo Pessoal.



## 4.2 Entre adaptações, resistências e permanências: Os sujeitos do café após as intervenções e as ressignificações da cultura cafeeira serrana

Eu me lembro bem que foi assim, até a gente, eu mesmo dizia assim ‘ô meu Deus e agora, como é que a gente vai viver sem apanhar café?’ foi na época que começaram a arrancar o café todin, aí eu tinha menino pequeno e não podia sair pra longe né?! pros outros sítios, e foi em quase todo canto né, que fizeram isso, em Guaramiranga também.<sup>72</sup>

Iniciamos a última parte de nossa discussão trazendo propositadamente o trecho acima, já exposto na introdução deste trabalho, e que nos ajuda a compreender melhor como as políticas cafeeiras implementadas na cafeicultura serrana acabaram causando impactos profundos nas formas de sobrevivência dos sujeitos que dela sobreviviam. Podemos visualizar que o declínio produtivo afetou os modos de vida principalmente das apanhadeiras, que se viram afetadas de diversas formas para além do trabalho.

As intervenções feitas na cafeicultura da Serra de Baturité entre a década de 1960 e 1980 trouxeram consigo muitas dificuldades e novas demandas de adaptações por parte dos sujeitos do café. Como analisamos anteriormente, os resultados do projeto modernizador que foi pensado para a região acabaram sendo repletos de insucessos e falhas, haja visto que não se buscou levar em consideração a cultura agrícola e de trabalho histórica e empiricamente construída desde meados do século XIX.

Porém, não acreditamos que o sucesso das intervenções na cafeicultura significaria melhoria de vida para os trabalhadores. A busca pela modernização da agricultura na segunda metade do século XX buscou, em sua natureza mais ampla, “uma nova organização das forças produtivas, no sentido de racionalizar o uso da terra”. Essa racionalização, que aparece tantas vezes em estudos e falas dos seus implementadores, visava “reorganizar a produção através de técnicas mais modernas, com menor número de trabalhadores” (Braga, 2003, p. 45).

Por mais que o discurso modernizador busque inserir em seu amplo otimismo a melhoria de vida dos trabalhadores (Schwarz, 1990), vemos que, no aspecto prático, o objetivo não é esse, mas sim o aumento produtivo atrelado à produção capitalista. Mesmo que tivesse havido algum sucesso produtivo tão propagandeado pelos auspícios da modernização, tal fenômeno aconteceria à medida que ocorresse a exclusão do camponês e de suas experiências do processo produtivo, principalmente se levarmos em consideração que, para o ideal modernizador, o desenvolvimento do campo ocorre com a inserção do saber técnico e da

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

agricultura moderna ao passo que os camponeses e suas experiências sejam deslocados e esvaziados de sentidos (Braga, 2003, p. 38).

Voltando a falar de dona Ciza, vemos como é predominante o tom de lamentação em torno da retirada dos cafezais. Vimos anteriormente que, em diversas esferas, era a partir do trabalho com o café que se obtinha alguns dos meios de sobrevivência: seja o dinheiro da apanha, seja a alimentação básica. Além disso, foi no trabalho com cafezais que se efetivaram várias sociabilidades, relações solidárias e dinâmicas de costumes que iam além da dimensão do econômico.

Todas essas práticas se viram modificadas com o declínio produtivo da cafeicultura serrana; porém, não podemos afirmar nem considerar que houve um ponto final da produção de café na Serra de Baturité, muito menos concluir que a cultura e tradição cafeeira chegaram ao fim com o fracasso das intervenções na cafeicultura serrana. Contudo, tal cultura, assim como as práticas, os costumes, o trabalho dos sujeitos do café, passaram por profundos processos de ressignificações.

Essas ressignificações ocorreram primordialmente com as profundas mudanças em torno da cultura cafeeira serrana. Compreendemos que a ressignificação se relaciona com a atribuição de novas significações e objetivos, sem necessariamente apagar significados já existentes. Contudo, ressignificar uma cultura tradicional ou uma instituição acaba se relacionando com profundos processos de mudança e “introduzindo novos referenciais culturais e o contato com outras identidades”, o que ocasiona em uma formatação de costumes e práticas (Medeiros, 2012, p. 30).

Contudo, as formas como cada sujeito vivenciou o evento e suas subjetividades acabam fazendo com que os processos de ressignificação de uma cultura possam ser distintos e individuais. Falaremos mais à frente de como a cultura cafeeira serrana passou por processo de ressignificações, principalmente por meio do turismo e do discurso ambientalista. Porém, antes das ressignificações maiores, observar as percepções individuais dos diversos sujeitos do café nos ajuda a compreender melhor as várias formas de ressignificar. Na fala de dona Branca, podemos observar isso. Ela nos afirma que:

Não, tem mais café não, eu tava conversando essa semana mais o Zé Ari ali, porque ali na terra onde o Lúcio mora ali, assim, porque tem uma extrema de terra lá, lá onde o Lúcio mora, lá pra dentro, que nós trabalhava por acolá tudo, eu tava perguntando: “Zé Ari, cadê, ainda tem aqueles cafiero lá pra dentro?”. Ele respondeu: “Não, Branca, lá tem mais cafeeiro não, lá arrancaram e tudo e plantaram bananeira, só bananeira”.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Maria Branca Lima Inácio [21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo Pessoal.

Podemos perceber, a partir do que foi falado por dona Branca, como a cafeicultura passou a ser vista por muitos sujeitos como algo extinto na Serra de Baturité. Mesmo que ainda se tenha permanecido os “velhos cafezais botadores colhidos por agricultores saudosistas” (Sales, 2014, p. 157), a retirada dos cafezais e a mudança nas paisagens rurais foi determinante para que muitos considerassem que o cultivo de café na Serra teria chegado ao fim e que nada teria sobrado dessa que foi a principal atividade de subsistência para muitos camponeses durante muitos anos.

Reafirmamos aqui que a cafeicultura não teve nas intervenções empreendidas pelo IBC o seu ponto final. Contudo, para além do fato lembrado, devemos nos atentar à significação do que foi vivido pelos vários sujeitos do café (Portelli, 1997), pois as intervenções na cafeicultura serrana foram determinantes para afetar e modificar modos de vida e de cotidiano existentes entre os sujeitos. As práticas de erradicação de cafezais e logo depois do seu replantio foram, para muitos, o que encerrou as relações de trabalho com o café, causando assim um encerramento de ciclo. Na própria narrativa de dona Branca, não foram mais encontrados cafeeiros. Contudo, quando se fala em “fim do café”, acreditamos que há outros significados relacionados para além do fato que foi relatado.

As memórias relacionadas ao momento das intervenções na cafeicultura da Serra de Baturité fazem com que surjam diversos questionamentos e conclusões sobre quem foi ou quem foram os culpados pelas intervenções e por seus respectivos insucessos. Mais do que isso, em muitas conversas com sujeitos, buscou-se compreender quais as razões de a cafeicultura serrana ter passado a ser uma atividade econômica que não era vista como atraente pelas novas gerações de sujeitos serranos. Tais considerações surgiram de maneira bastante espontânea, e a partir delas podemos tirar preciosas considerações.

Os ressentimentos em torno das memórias relacionadas ao fim dos cafezais nos ajudam a perceber quem os diversos sujeitos do café acabaram apontando como os culpados pelo declínio da agricultura do café e pelas diversas mudanças na tradição cafeeira serrana. A culpa não apenas dos insucessos das intervenções na cafeicultura, mas também da quebra produtiva do café na serra, vai ser atribuída por muitos sujeitos do café ao próprio IBC e aos produtores de café de São Paulo. Sobre isso, dona Mônica evidenciou em suas falas que:

O que que eu sei dessa história do IBC, eu me lembro que foi em 70... 72, mais ou menos, por aí, foi o ano que a gente foi embora pra Fortaleza, que... é... a gente só via o pessoal com muito dinheiro, pessoal que tinha café né? E a gente perguntava ao papai e o papai dizia: “Não, é porque o pessoal, tem um instituto do café que tá pagando pro pessoal arrancar o café daqui sombreado, pra plantar o café do sol que é lá de São Paulo, que dá muito café!” [...]. E aí o pessoal né... alguns dizem que era uma estratégia política que o São Paulo não queria que o Ceará concorresse com ele.

[...] Eu não sei se é verdade, mas era o que eu sempre vi aqui. Ou que foi uma questão econômica mesmo que o pessoal não fez um estudo de mercado e achou... em São Paulo tá dando certo, vamo fazer aqui que dá certo, a gente do nordeste tem muito essa história de imitar o pessoal do sul, pode ter acontecido isso também né?<sup>74</sup>

Na fala de dona Mônica, podemos perceber como ela busca apontar possíveis causas e culpados dos insucessos das intervenções e também do declínio da produção de café na Serra. Primeiramente, ela mais uma vez se mostra como uma pessoa externa à essas experiências vividas, nos relatando principalmente aquilo que fora explicado por seu pai, ou seja, acontecimentos com os quais ela teve contato indireto. Consideramos que ela vivenciou indiretamente tais eventos por dois fatores: a recorrência aos relatos de seu pai, que visualizou de maneira mais direta tais intervenções, e o fato de o sítio São Roque não ter vivenciado tais mudanças intervencionistas, o que também trouxe certo distanciamento.

Contudo, vemos nesta fala alguns extratos de uma memória coletiva percebida na região serrana. Para além do que fora relatado por seu pai, ela destacou uma culpabilização do insucesso das políticas cafeeiras e do declínio produtivo não apenas do Instituto Brasileiro do Café, mas de possíveis concorrentes paulistas. Consideramos que essa atribuição de culpa a cafeicultores de São Paulo, além da presença de um sentimento de “revanchismo”, são partes de uma memória coletiva que muitos moradores serranos utilizam para explicar o declínio da produção cafeeira.

Nas conversas com sujeitos, foi possível observar as constantes menções a região centro-sul do Brasil, principalmente a São Paulo e ao café paulista. Contudo, para além dessas menções e para além das entrevistas, nos diálogos cotidianos e informais com moradores de Pacoti e Guaramiranga, por exemplo, destacou-se o fato de como os paulistas acabaram com o café da região, sendo que alguns desses sujeitos consideravam algo proposital e orquestrado visando minar o café da serra, que alguns sujeitos inclusive diziam ser melhor que o café paulista.

As políticas intervencionistas na cafeicultura da Serra de Baturité não foram executadas unicamente pelo IBC. Esta instituição encontrou apoio e incentivo de órgãos executivos estaduais, como a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará e outros órgãos. Contudo, as memórias coletivas e os sentimentos evidenciados e revisitados em cada narrativa nos ajudam a perceber como vai haver não apenas esse direcionamento da culpa ao IBC, mas uma ampliação ao eixo paulista de produção de café.

---

<sup>74</sup> Entrevista realizada com Mônica Maria Bezerra Farias [21 jul. 2023], Mulungu, Ceará. Acervo Pessoal.

Como podemos perceber, os sujeitos do café utilizam em suas narrativas, não apenas memórias individuais, mas também lembranças coletivas. Essas constantes misturas e entrelaços acabam acontecendo principalmente pelo fato de os indivíduos estarem inclusos dentro de um “conjunto ou totalidade que o ultrapassa”. Ou seja, “as memórias são formadas a partir da relação com o outro” e, mesmo que o fato vivido tenha sido algo individual, se faz necessário, minimamente, sua evocação narrativa para que ganhe rumos e não seja esquecido; afinal de contas, é o sujeito que lembra que deixa sua experiência “inteligível e comunicável (Rios, 2014, p. 4-5).

As experiências que os sujeitos vivenciaram e que foram divididas conosco por meio de sua construção narrativa se construíram, em grande escala, a partir das coletividades e sociabilidades que falamos anteriormente. As memórias nos cafezais, os costumes cotidianos, e mesmo os sentimentos que são expressos no ato de narrar. Não só os sentimentos, mas muitas das interpretações atreladas ao vivido contam como são formadas e influenciadas no meio coletivo. Por essa razão, podemos perceber a presença de narrativas que culpabilizam o eixo cafeeiro paulista, destacando assim a presença dos ressentimentos na narrativa e nas memórias.

Os ressentimentos nos ajudam a perceber e a “examinar a relação entre o sentimento e a memória” além de ajudar na percepção de uma “história dos sentimentos”. (Ansart, 2022, p. 209). Esses ressentimentos, assim como as memórias do trabalho e dos costumes, são vividos e sentidos no meio social, tornando-se assim uma “emoção coletiva” (Grin, 2013). Nos vários estudos que abordam a temática do ressentimento, observamos como se toma como cerne as memórias e eventos políticos do século XX que marcaram gerações e sujeitos de maneira profunda e complexa, gerando essas marcas. Contudo, a percepção desses ressentimentos acontece no campo do cotidiano. É necessário observar que são esses “indícios” formados no rotineiro com suas “linguagens e os modos de comunicação” que acabam se apresentando como “sintomas” do ressentimento vivido. Todos “esses costumes, essas atitudes e essas linguagens” acabam se configurando como formas de vivenciar esses ressentimentos (Ansart, 2022, p. 224-225).

Além disso, dona Mônica destacou a equivocada padronização produtiva do cultivo de café. Como já vimos em capítulos anteriores, as políticas do IBC de erradicação dos cafezais foram de aplicabilidade nacional, buscando desenvolver padrões produtivos em todas as áreas que possuíssem potencial para a cafeicultura. No período de pesquisas encontramos trabalhos acadêmicos que falam sobre as políticas cafeeiras empreendidas pelo IBC em outros estados, como Bahia, Minas Gerais e Pará, analisando como as mudanças no campo, principalmente no

que se refere às relações de trabalho, acarretaram profundos impactos aos sujeitos (Lebrão, 2016; Santana, 2016).

Contudo, outros aspectos serão considerados responsáveis pelo declínio produtivo do café na serra, para além das intervenções. O aumento de políticas públicas, por exemplo, e as distinções geracionais, com jovens buscando outras alternativas, foram percebidos pelos sujeitos do café como fatores que poderiam conduzir ao declínio produtivo. Dona Cláudia, em sua narrativa, evidenciou que:

As mulheres praticamente ficaram sem trabalho, né? Sem esse ganho, eu me lembro quando eu vim morar aqui em 79, esse sítio tinha 60 casas de moradores. E aí eu via, ia falar em fulano, fulano, e aí eu fui fazer um levantamento de quem é que morava aqui, quantas famílias, e aí eu vi que era realmente uma pobreza muito grande, porque só os homens trabalhavam e as mulheres que tinham filhos, eu ia lá e via que elas não tinham nem pano pra enrolar um recém-nascido. Aí eu fazia aqui, eu tinha uma pessoa que vivia aqui em casa costurando, fazia roupa de menina, aí eu fazia uns enxovalzinho, aí fulano, eu ia de casa em casa pra ter menino, quando tinha eu ia lá, levava aquele pequeno enxoval que eu tinha organizado e eu ainda ficava dando um mês, um almoço pra ela, mandava leite pra ajudar com as outras crianças, que era uma pobreza muito grande que existia. Hoje tem esses auxílios do governo que essas gerações novas estão assim se perdendo porque eu acho assim: a gente tem que ensinar a pescar não dar o peixe porque hoje esses jovens estão tudo envolvidos com droga aqui coisa que a gente nem ouvia falar, mas está no mundo todo, mas os jovens de hoje, poucos querem trabalhar... aí eu vejo assim daqui uns tempos, o que nós vamos comer nós estamos comendo hoje tudo artificial porque as pessoas aqui mesmo eu digo assim, ó: “Tem é café, se perdendo mato. Vocês não querem apanhar pra vocês, quem é que quer? Pode cuidar do café pra vocês, só pra eu ter um roçado aqui de café, chega uma visita diz assim, onde é que tem café? É bem ali” tem toda plantada de café em baixo” aí se você quiser apanhar o café você vai lá e cuida”. Aí não [eles dizem]: “Mas é muito melhor a gente comprar”, entendeu?<sup>75</sup>

Podemos perceber, a partir do que dona Cláudia apresentou em sua fala, como não foi apenas o insucesso das políticas de modernização da cafeicultura que causaram o declínio produtivo. Como dito anteriormente, o sítio São Luis não teve seus pés de café retirados ou cafezais novos plantados porque as ofertas empreendidas pelo IBC não foram aceitas. Contudo, não foram só os sítios que adotaram as práticas modernizadoras que tiveram suas produções reduzidas. Os que mantiveram sua cultura agrícola acabaram vendo a diminuição produtiva do café e também a diminuição dos números de trabalhadores.

Inicialmente, dona Cláudia destaca a carestia vivenciada pelos moradores do sítio e, em contrapartida, o auxílio dado por ela e sua família principalmente aos mais necessitados e recém-nascidos. É necessário fazer duas considerações importantes sobre essa fala, relacionadas ao sentido da significação de como ser morador de um sítio vai além de o mero

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

sentido de habitação e também a manutenção de relações paternalistas que ocultam tensões sociais e discrepâncias entre patrões e trabalhadores.

O morador de sítio não é apenas aquele que habita apenas o espaço. Moacir Palmeira considerou isso a partir de seus trabalhos relacionados aos sujeitos que trabalhavam e moravam em engenhos. Ele considerou que, mais que habitar, há uma ligação entre os sujeitos e o local bastante específica e particular. Palmeira ainda coloca que:

Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio. (Palmeira, 2009, p. 205)

As considerações feitas acima são pensadas para o espaço do engenho e da monocultura açucareira. Contudo, alguns desses pontos podem ser percebidos dentro das dinâmicas da cultura do café e nos ajudam a perceber o sentido atrelado ao ser morador. Um exemplo é a condição inseparável trabalho/moradia para integrar a dinâmica do sítio. Só mora no sítio de café quem integra algum dos trabalhos relacionados a esse território e no sítio São Luís, assim como em outros sítios serranos, não era diferente.

Além disso, para além da relação trabalho/moradia, perdurou também a obtenção de outros recursos obtidos pela terra que podiam beneficiar os sujeitos do café, como o uso da terra por arrendamento para plantio de gêneros de subsistência, o consumo de espécies frutíferas, ou mesmo a alimentação para animais. Todos esses fenômenos poderiam ser percebidos e visualizados na dinâmica de sobrevivência de sujeitos que acabavam se tornando moradores nos sítios serranos. Contudo, essa dinâmica que envolve trabalho e habitação se viu afetada com o declínio produtivo não apenas da cafeicultura, mas também da cana-de-açúcar, algo que causou também a diminuição de engenhos (Sales, 2014).

O perpetuamento de relações paternalistas, do qual falamos no capítulo anterior, é outra percepção que ocorre ao observar a fala de dona Cláudia. O cuidado com os recém-nascidos e a distribuição do básico para a sobrevivência nos ajuda a perceber como tais relações de paternalismo se confundem também com vínculos de solidariedade no campo. Consideramos aqui, tomando como referência o estudo de Olivenor Chaves, ao qual já recorremos anteriormente, a existência de uma “dominação familiar”, que “mascara a dominação pessoal”, onde se percebe um “tratamento aparentemente igualitário entre indivíduos de classes diferentes” (Chaves, 2002, p. 95-96).

Já em relação aos impactos dos fenômenos migratórios na realidade cearense, podemos compreender a diminuição dos trabalhadores se levarmos em conta que,

principalmente entre as décadas de 1970-1990, as migrações rurais-urbanas se intensificaram rumo a cidade de Fortaleza e sua região metropolitana recém-formada, que passou a crescer de maneira vertiginosa formando “periferias urbanas”, constituídas principalmente por migrantes que buscavam alternativas de sobrevivência e de fuga da pobreza. Esses camponeses que migram do campo para a cidade acabam sendo envolvidos em relações de “trabalho não fixo”, “que atrai o homem do campo por um lado e por outro impede que ele trabalhe na condição de rurícola, na retaguarda rural” (Silva, 2015, p. 223). Ou seja, o camponês, incluindo aqui os vários sujeitos do café, acabaram muitas vezes se inserindo nos processos migratórios visando a sobrevivência, mesmo que isso custasse o distanciamento de suas identidades relacionadas ao campo (Silva, 2015).

Seu Lúcio nos falou sobre como a saída principalmente das mulheres rumo a Fortaleza foi sentida e percebida por meio não apenas do esvaziamento da mão-de-obra, mas também pelo abandono de casas e do espaço do campo. Ele coloca que:

**Seu Lúcio:** [as mulheres] procuravam trabalhar em roçado, elas mesmo plantavam roçado. Aí quando tinha serviço nas... No roçado, continuaram trabalhando também, né? E muitas foram embora pra Fortaleza, quase todo mundo foi embora, né? Você vê que hoje tem um pouquinho as casas tudo fechadas, não tem mais ninguém. [...]. Foi quase tudo embora né?

**Leonardo:** É nessa época que muita gente vai embora mesmo, né?

**Seu Lúcio:** É, foi quase todo mundo embora. [...] Perderam os empregos, né? Perderam. Naquele tempo mesmo tinha muita gente, moças, que às vezes ia pra Fortaleza trabalhar, até. Mas quando é na época da colheita de café, elas vinham trabalhar.

**Leonardo:** E em relação a essas coisas da [saída das mulheres]... Muito teve sentido. Principalmente as mulheres, né? Sentiram muito. Os homens ainda tinham...

**Seu Lúcio:** É, o homem continuava. Continuava trabalhando. Tinha trabalho em várias outras coisas, né? Nunca faltou serviço pros homens, não. Na roça trabalha em todo canto, plantando bananeira, roçando mato. Em tudo eles trabalha.<sup>76</sup>

As considerações feitas por seu Lúcio nos ajudam a compreender o processo migratório em seu aspecto mais prático e até sensível, se levarmos em consideração que, além de observar a saída das mulheres do espaço do campo, destaca-se em sua narrativa o processo de esvaziamento do espaço rural, utilizando o aumento de casas fechadas como exemplo, havendo aqui o envolvimento dos diversos sentidos. Se falávamos anteriormente das paisagens do café repletas de riquezas da terra e de trabalhadores, agora nos defrontamos com imagens do esvaziamento do campo e do seu abandono pela incapacidade da manutenção da reprodução social.

Em relação a essa saída do campo para a cidade nas décadas 1970-1990, algo que fora percebido por Ricardo Abramovay e colaboradores (1998), em estudo que aborda os rumos

<sup>76</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal



que a juventude nascida no campo escolheu e os desafios da manutenção da agricultura familiar, foi o fato de as mulheres terem deixado o espaço rural mais cedo e em contingentes maiores, havendo um “viés de gênero” na migração, que pode ser explicado pela “precariedade de perspectivas” direcionadas às mulheres, assim como ao “papel subalterno” atribuído às mulheres camponesas no organismo familiar camponês tradicional.

Compreendemos que tanto a fala de dona Cláudia como a de seu Lúcio, assim como de outros trabalhadores e trabalhadoras do café na serra, nos ajudam a perceber o distanciamento das novas gerações do trabalho não apenas com o café e a tradição cafeeira, mas também da agricultura. As migrações, a busca por outras ocupações e até mesmo os benefícios de políticas públicas de reparação social e incentivo ao estudo, acabam criando estranhamentos com o trabalho laboral no campo e a agricultura familiar. Perceber o distanciamento da identidade camponesa, principalmente por meio dos processos migratórios rumo a Fortaleza, nos ajuda a compreender parte das ressignificações que aconteceram na cultura cafeeira da Serra de Baturité.

Klaas Woortmann evidenciou em seu trabalho sobre as relações do campesinato com a migração como os “camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes” (Woortmann, 2009, p. 217), ou seja, a migração é um fenômeno comum na vida e no cotidiano dos sujeitos do campo. O ato de migrar, nos seus mais diversos formatos e dinâmicas, é executado visando a sobrevivência e a manutenção da reprodução social dos sujeitos do campo. Se o acesso à terra livre é escasso ou as condições de usos da terra são limitadas, como acabamos visualizando na experiência dos sujeitos do café, o que acaba se apresentando como solução viável é a ressignificação do trabalho por meio da mudança de atividade produtiva ou das migrações (Woortmann, 2009).

O grande debate gira em torno da questão geracional relacionada à agricultura do café na Serra de Baturité. O declínio produtivo do gênero, com o aparecimento de outras opções de trabalho, associado ao desenvolvimento de políticas públicas de acesso ao estudo, juntamente com o fenômeno migratório, trouxeram um distanciamento das novas gerações para com a cultura cafeeira. Existem alguns debates acerca do papel da juventude na agricultura familiar, pensando as razões de suas aproximações a essa atividade, mas principalmente as causas que conduzem ao distanciamento dos jovens membros do organismo familiar dessa atividade camponesa.

Utilizando ainda os estudos sobre a agricultura familiar e a juventude presente nelas, de Ricardo Abramovay e colaboradores, é possível perceber como surgiu, principalmente a partir da década de 1990, uma preocupação acerca da questão sucessória na agricultura

familiar. A pergunta inicial gira em torno da indagação: “Quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural daqui pra frente?”. A partir deste questionamento, alguns debates são feitos sobre a questão da manutenção da unidade familiar tradicional, assim como sobre a mudança dos papéis sociais, principalmente da mulher, que acaba ganhando mais alternativas de vida e trabalho (Abramovay et al. 1998, p. 15-17).

A partir da leitura e levando em consideração a experiência dos sujeitos do café, tornou-se possível perceber que a mudança de aspectos sociais e políticos, assim como as modificações em torno da “pressão moral” para a manutenção dos jovens no campo, além de o próprio fluxo migratório, acabaram apresentando aos sujeitos serranos mais novas outras opções de sobrevivência. Políticas de assistência como o Bolsa Família acabaram sendo responsabilizados, por serem vistos por alguns como o principal fator que distancia os jovens do trabalho agrícola, mas a realidade é que esses fatores, somados ao “contato com a sociedade industrial”, que, por sua vez, auxiliou no processo de “introduzir novas referências em relação ao trabalho, consumo e modo de vida”, que aceleraram o distanciamento dos jovens com o trabalho no campo (Spavanello et al., 2011, p. 295).

O contato com a sociedade industrial e com os novos modos de consumo e de vida trouxe à cultura cafeeira ressignificações na esfera do cotidiano, dos costumes e da alimentação. Se as migrações e as discrepâncias geracionais fizeram com que as relações com a terra fossem modificadas, as formas de se alimentar também foram modificadas e auxiliaram no processo de distanciamento do trato com a terra. Retornando ao diálogo estabelecido com Seu Lúcio, ele evidenciou que:

**Seu Lúcio:** Na época que plantou a banana era a época que o café caiu de preço, né? Porque, o pessoal começava a dar mais valor, o café de fora. Aí começou esse negócio de café beneficiado, né? Que naquela época era difícil, porque hoje tem café demais. Começaram a vender o pacote aqui. O pacote, é, moído, aí foi. O café torrado. Torrado, já torrado, pronto, aí caiu de preço. E desvalorizou o café daqui. É, o café aqui é misturado, todo misturado, né? [...]. Na roça, ele trabalhava em todo canto, né? Na bananeira, roçando mato. Tudo eles trabalham.

**Leonardo:** Mas assim, o pessoal que... Os engenhos, a coisa dos engenhos.

**Seu Lúcio:** os engenhos acabaram quase tudo.

**Leonardo:** Como café foi se acabando também a cana?

**Seu Lúcio:** Foi, acabou nas outras, a cana também. Porque a cana foi a mesma coisa do café, né? Porque veio o açúcar [refinado], né? Porque naquele tempo era difícil ter açúcar... o açúcar refinado né?

**Leonardo:** O açúcar refinado, desse que vende na bodega, né?

**Seu Lúcio:** Mas o que era usado mesmo era a rapadura, né? Fazia açúcar. Aí pronto, aí ficou tudo fácil, com o açúcar né? Com o café do mesmo jeito.

**Leonardo:** Aí foi... E eu não sei se... Assim, uma coisa só pra comparar, seu Lúcio, eu tava vendo, eu fui comprar um dia desses, um quilo de açúcar mascavo. o açúcar da rapadura mesmo, né? É a rapadura. Porque ele chega em pózinho assim, sem...

**Seu Lúcio:** O açúcar da rapadura mesmo e é o sadio, né?

**Leonardo:** É. É o que o pessoal, os médicos recomendam como mais saudável. E ele é o mais caro. É o mais caro, é R\$12,00, um quilo. Um pacotinho assim, você

nem diz que é um quilo. Aí só uma comparação, né? Como vai mudando... Porque assim, nessa época era bem mais fácil esse tipo de açúcar. Esse tipo de açúcar era açúcar da rapadura mesmo

**Seu Lúcio:** Não, era! Por que machucava a rapadura e fazia o mascavo.

**Leonardo:** E hoje tem, mas só que desse mesmo...

**Seu Lúcio:** Tem mas o povo não quer, né? Querem o açúcar [refinado], né tudo mais fácil!

**Leonardo:** Hoje é... Então, muito que ajudou a essa desvalorização dessas coisas foi essa chegada desses produtos industrializados, né?

**Seu Lúcio:** Foi, foi, foi!<sup>77</sup>

A partir da explicação feita por seu Lúcio, podemos considerar que não apenas o trabalho e suas dinâmicas foram ressignificadas, mas as relações com a alimentação também sofreram profundas modificações. Um aspecto nos chama atenção quando buscamos analisar esse processo de ressignificação alimentar, que não foi apenas causado pelas intervenções na cafeicultura serrana, mas pela inserção desta agricultura de base tradicional em um circuito capitalista globalizado que chega às diversas tradições residuais e busca sua hegemonia: a nova dinâmica de consumir um produto que outrora foi cultivado pelos sujeitos serranos, que no caso são principalmente o café e o açúcar.

As considerações feitas por seu Lúcio nos ajudam a perceber como a chegada do café “de fora” demarcava uma profunda ressignificação na maneira como os sujeitos se relacionavam com sua alimentação. Principalmente quando levamos em consideração o fato de esse café industrializado chegar pronto para o consumo, já tendo passado pelas etapas de beneficiamento, como limpeza, descasque, quebra de grãos e torrefação. A chegada do café beneficiado e torrado à região da Serra de Baturité ajudou a modificar a relação dos sujeitos não apenas com a agricultura cafeeira, mas com o seu consumo, principalmente se levarmos em consideração que o beneficiamento era algo geralmente feito pelos próprios consumidores.

O novo modo de consumir se relacionou diretamente com políticas que incentivavam o consumo interno de café. Maria Sylvia Machionne Saes (1995, p. 79-105) analisou esse aspecto na parte final de seu trabalho, percebendo como os novos projetos intervencionistas trouxeram o aumento do consumo de café com o “aumento de produtividade nas novas áreas”, como os estados de Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, além de “a introdução de tecnologia de alto padrão”, que acabou aumentando a produção interna do café em outras regiões. Um outro fator que influenciou foi o incentivo à indústria de torrefação e moagem, que foi ampliada visando a expansão do consumo interno do gênero rubiáceo. O café, que outrora era beneficiado de maneira muitas vezes artesanal, passou a ter seu beneficiamento massificado visando atingir mercados internos com maior capilaridade.

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.

A mudança na forma de produzir o alimento não afeta apenas o trabalho existente em torno de sua produção, mas também as relações que os sujeitos possuem com o gênero alimentício, com a terra que o produz (ou não) e com o mundo ao seu redor. De acordo com Ellen Woortmann, “a categoria comida” não é isolada em si mesma, uma vez que “se articula a trabalho e terra, igualmente ricas de significado” (Woortmann, 2007, p. 177). No caso da experiência da Serra de Baturité, podemos notar como a relação com a alimentação foi modificada ao passo que as relações de trabalho na agricultura, em particular na cafeicultura, sofreram alterações. Os insucessos das intervenções modernizadoras que levaram a diminuição dos cafezais, a redução do número de sítios produtores de café que optaram pela bananicultura ou leguminosas como chuchu, além de a própria especulação imobiliária, afetaram a produção primária e seu consumo.

A chegada dos produtos agroindustriais à Serra de Baturité produz novos sentidos. Anteriormente, as bodegas e mercearias vendiam essencialmente itens ausentes na produção local, agindo como um complemento para o que não era produzido pela agricultura e na subsistência. No entanto, com as transformações e redefinições da cultura cafeeira e das relações de trabalho presentes, a dinâmica muda, pois os produtos industrializados tornam-se uma opção acessível na região, substituindo as produções locais que estavam em declínio. A inserção do açúcar refinado, do café beneficiado e de outros produtos marcam não apenas a chegada dos produtos industrializados, mas a ressignificação da dieta dos sujeitos camponeses.

A mudança das formas de alimentação dos sujeitos do café pode ser entendida como mais um aspecto de mudança na identidade dos sujeitos do café e da cultura cafeeira serrana ressignificada. Quando Seu Lúcio fala sobre a chegada do “café beneficiado”, sobre o açúcar produzido no engenho e o açúcar refinado ou mascavo vendido a altos valores ou até mesmo a sua opinião em achar que “o povo quer o mais fácil”, podemos perceber como aspectos da cultura alimentar serrana vão sendo modificados em detrimento de outros modos de consumir e sobreviver. A alimentação é “um marcador identitário carregado de significados socioculturais” (Zanchi; Etges, 2019, p. 2), sendo que cada mudança nos modos de se alimentar são indícios de mudanças nos modos de se viver e também de compreender e produzir sua cultura.

O que percebemos é uma marca forte no processo de ressignificação não apenas da cultura cafeeira serrana, mas também de toda uma cultura agrícola e um modo de consumir. Zanchi e Etges, usando como referência as contribuições de Klaas Woortmann, notabilizam que os hábitos de consumo podem sofrer ressignificações conduzidas pelo imperativo do turismo (2019, p. 3-5). No caso da experiência serrana, vemos que o enfraquecimento da agricultura de

subsistência, somado com a chegada de um padrão agro industrial de consumo, causaram as mudanças em vários modos de se alimentar.

Essas modificações que aconteceram no cotidiano e nos costumes dos sujeitos do café apenas demonstram como as mudanças foram profundas dentro do cotidiano, inseridas e arraigadas não apenas na tradição cafeeira da Serra de Baturité, mas nas práticas agrícolas como um todo nessa região. Os diversos sítios espalhados pela serra, que outrora eram centro da produção de café, acabaram ficando cada vez mais raros e limitados conforme acontecia a afirmação dos insucessos das intervenções na cafeicultura e aumentava o distanciamento produtivo. Dona Ciza evidencia como o sítio Manaus, por exemplo, acabou se tornando apenas “bananeira e mato”, mesmo não tendo sido alvo direto das intervenções na cafeicultura:

**Dona Ciza:** Todo mundo teve que se virar de outro jeito, como podia, né? Porque não tinha mais apanha de café. a gente passava, não era só aqui não, aqui pra dentro da serra, aqui... pra mim eu tô no Icó... Era lá no Pau do Alho, lá tinha muito café também. Eu não cheguei a apanhar lá não, mas tinha muito café, se você passasse na beira da estrada, fazia era pena, você olhava os galho de café todo carregado que era uma beleza, porque assim, aqui pra dentro da serra, mais assim, como era no Guarimiranga, era mais bem cuidado o café, no Manau porque não ligava não. [...] muita gente, quando o café já tava inchado, teve muita gente ainda aproveitou. O cafezin, tinha pé que já tava inchado, as pessoa apanhava, as pessoa pobre ia pro roçado e apanhava. [...]. Aí pronto, você só via, era um estaleiro de café, pé de café no chão. Aí pronto, plantou bananeira.... Aí plantaram o café, aí não foi pra frente, né? Aí depois resolveram, foi assim, eu errei. Plantaram o café, não foi pra frente, aí depois resolveram plantar bananeira. Hoje é bananeira. [...]. É só bananeira e mato.<sup>78</sup>

O relato de dona Ciza apresenta fortes recorrências a muitos detalhes visuais do que fora vivido, o que traz muitas especificidades interessantes e que merecem uma análise. Ela não fala apenas da dificuldade que veio com o fim da apanha de café ou de como os modos de vida ficaram mais complicados. Pelo contrário, ela usa esse fato como o ponto de partida para destacar como a terra ainda produzia o café, mesmo com a derrubada de muitos dos cafezais. Para isso, ela retoma os caminhos e trajetos que fazia, se transportando a esse passado vivido e detalhando no presente.

Alguns detalhes citados por dona Ciza acabam dando à narrativa uma pintura de detalhes. A recorrência às paisagens do café vistas nos caminhos que eram tomados visando alcançar os locais de trabalho, levando em conta como haviam várias outras dinâmicas de cultivo e de cuidado com o café para além da existente no sítio Manaus; o “estaleiro de café” e os “vários pés de café no chão”; a existência de pessoas que coletavam as bagas de café desses cafezais derrubados e, principalmente, a troca dos cafezais pelo plantio de bananas. Percebemos que dentre as muitas mudanças que ficaram marcadas na memória e nas experiências dos

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Efigênia Ferreira Freitas [dia 21 de setembro de 2019]. Pacoti, Ceará. Acervo pessoal.

sujeitos do café, a mudança das paisagens do café para “bananeira e mato” ganhou força. O “mato” nessa fala não está relacionado ao processo de recuperação da floresta nativa ou de cuidado com a natureza da região. Pelo contrário: o “mato” mencionado define o abandono da terra, o ostracismo ao qual o local foi relegado, principalmente após a quebra da cafeicultura serrana. As paisagens do café, que antes eram relacionadas a uma perspectiva de riqueza associada a terra, passam a ser ligadas a lembranças – algumas delas saudosistas e romantizadas – e percebidas como sinônimo de abandono e utilitarismo em prol de uma cultura agrícola mais rentável.

Essas lembranças não são mera associação de fatos, pois devemos levar em consideração o fato de que o passado não é apenas “uma coisa, um objeto”, mas sim um “reduto de experiências de outros sujeitos com os quais é possível estabelecer um diálogo” (Barbosa, 1997, p. 301). Esse reduto de experiências, que envolve também a vivência de quem ouve e de quem escreve, deve ser levado em consideração pois cada aproximação e cada detalhe inserido nesse “reduto” traz ao discurso e verbalização de experiências uma ênfase única.

Quando dona Ciza detalha certos aspectos de seus trajetos, ela traz ao quadro de sua memória – utilizando a categoria de Maurice Halbwachs (1990) – cores e detalhes que tornam sua significação cada vez mais específica. Os caminhos, as sensibilidades, as sensações, e até mesmo o fato de confundir o local de que se fala ou o tempo em que se fala demonstram como a imersão nas experiências vividas são detalhadas, não são meros fatos jogados, ou eventos ocorridos, mas memórias vivas que são não apenas verbalizadas, mas sentidas e evocadas.

Um aspecto que se faz interessante perceber na fala de dona Ciza é relacionado a como, a partir de sua fala, conseguimos perceber o fenômeno de redução dos sítios de cafezais, que por sua vez não foi algo eventual ou pontual às propriedades onde ela apanhava café. Para além do Sítio Manaus, dona Ciza destacou outras propriedades, como o sítio Pau do Alho, que acreditamos ser o antigo sítio que se localizava na atual zona urbana do município de Pacoti, próximo a saída rumo à Guaramiranga. Atualmente extinto, este sítio era referencial na produção de café, contando inclusive com um suntuoso casarão que acabou sendo demolido no ano de 1964 (Sales, 2014, p. 65-66).

Se formos analisar as datas, veremos que há uma discrepância pelo fato de o sítio – ou pelo menos o casarão original – ter sido demolido antes do início das intervenções. A partir disso, foram levantadas hipóteses e acreditamos ser possível que dona Ciza possa ter usado a localização do extinto sítio como referencial, principalmente se levarmos em consideração o fato de ela ter sido apanhadeira de café em alguns sítios de Guaramiranga, o que fazia com que

ela tivesse que passar por caminhos de sítios existentes e findados, como acreditamos ter sido o caso do sítio Pau-do-Alho.

Contudo, algo que deve ser levado em consideração é que, a partir do que foi evidenciado por dona Ciza, relaciona-se com a quebra da produção cafeeira. O sítio Manaus, e não apenas esse sítio, mas vários outros “mais pra dentro da serra” – expressão utilizada para destacar que esses sítios estão em regiões mais interiorizadas da Serra de Baturité – acabaram tendo o fim ou a redução drástica do plantio de café. Quando dona Ciza menciona seus caminhos e trajetos, ela evidencia esses cafezais que foram derrubados para o plantio do café paulista. Contudo, o insucesso do novo modelo de plantio fez com que os proprietários de sítios buscassem novos sentidos produtivos para suas propriedades.

Essa redução ocorreu porque, para além de outros fatores como o insucesso da política empreendida pelo IBC ou a venda do “café beneficiado” advindo da indústria, este gênero agrícola passou a não ser atrativo não apenas no ponto de vista econômico, mas também no aspecto da subsistência. Analisando do ponto de vista econômico, não foi apenas o discurso de modernização da cafeicultura implantado pelo IBC, mas a própria dinâmica do capitalismo agrário, que tem como ênfase inserir as pequenas formações agrícolas no fluxo do capital, acabou fazendo com que muitos sítios tomassem outros rumos produtivos (Silva, 1982; Schwarz, 1990).

No caso do Sítio Manaus, a escolha pelo plantio de bananeiras, como foi colocado por dona Ciza, não foi algo feito de maneira arbitrária, mas sim pensando na maior lucratividade por parte dos administradores do sítio, principalmente levando em consideração que a bananicultura tem um período menor para cultivo em relação ao café, ou seja: enquanto em um ano se possui uma safra de café, a bananicultura já tem rendido 4 safras ou mais. Sobre isso, dona Cláudia explicou que:

Não, muita gente procurou outro trabalho, porque no sítio, né, tinha trabalho com banana, colheita de banana. Foi quando muita gente aproveitou esses roçados de café pra plantar banana. Banana dá com um ano, né? E não demanda tanta mão de obra. Então, muitos desses moradores foram trabalhar com isso. Outros trabalhavam, tinham muitos engenhos de cana pela serra.<sup>79</sup>

Seu Lúcio, que trabalhou no Sítio Manaus e vivenciou a troca dos cafezais pela bananicultura também afirma que:

Aí depois foi que inventaram esse negócio... De arrancar o café pra plantar o paulista, né? Eles incentivaram... Pra mudar. Aí muita gente não foi pra frente de jeito

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Cláudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

nenhum.. E outros também, porque... Por causa do custo, né? Que é só uma vez por ano também. E o café também não deu mais muito preço aqui. Aí muita gente cortou o café pra plantar a bananeira, né? Pra plantar a banana que achava melhor.<sup>80</sup>

Dona Cláudia e seu Lúcio ocupam funções sociais parecidas como administradores de sítios, porém as similaridades encerram-se nesse ponto. Enquanto o Sítio São Luís seguiu com sua cafeicultura que foi ressignificada e acerca disso falaremos a seguir, seu Lúcio vivenciou a mudança da cafeicultura para a bananicultura. Em ambas as falas, podemos ver que, para além do insucesso da cafeicultura modernizada e preconizada pelo IBC, o plantio de banana foi defendido pelo fato de tal cultura ser vista como “mais rentável” e com menor tempo, além de demandar menos mão-de-obra.

A ênfase pela efetivação da bananicultura pode ser justificada se levarmos em consideração que os sujeitos do café não vão acabar encontrando sua subsistência apenas na terra e na natureza, mas também em diversos produtos que serão ofertados pelo capital. Os camponeses “passam a depender do mercado”, necessitando do dinheiro para sobreviver (Ferreira; Mesquita, 2012, p.18-19). O uso de moedas de troca era comum em outros momentos da cafeicultura, como vimos no capítulo anterior. Contudo, é com a chegada de produtos industrializados, principalmente, que o dinheiro passa a ter o protagonismo.

O surgimento da demanda pelo dinheiro faz com que principalmente os donos de sítios acabem levando em consideração o plantio de culturas não necessariamente mais rentáveis, mas sim mais constantes e que tragam aos diversos grupos – camponeses e donos de sítios – o ganho monetário mais rápido. Essa ideia não indica a “chegada do capitalismo” à agricultura serrana no recorte final desta pesquisa, ou seja, a década de 1980-90. A cafeicultura serrana foi permeada de discursos capitalistas desde o processo de ocupação da região ainda no século XIX. O que destacamos são as “profundas mudanças” que ocorreram nas “relações com o capital” (Silva, 1981, p. 136) em uma cultura agrícola que se viu afetada por experiências de insucesso modernizador e com a chegada da agroindústria alimentícia em um mesmo momento.

A plena implementação não apenas da bananicultura, mas também da horticultura, acabou causando efeitos econômicos e ambientais bastante sentidos pelos trabalhadores de café e donos de sítios. O cultivo dessas monoculturas tem “desmatado muitas áreas de floresta e estimulado o conflito historicamente vivenciado pela população entre conservar e expandir.” (Alcantara, 2009, p. 131).

A adoção de monoculturas desgastantes ao solo, principalmente a bananicultura, juntamente com o abandono da cafeicultura visando atividades que ocasionassem lucros mais

---

<sup>80</sup> Entrevista realizada com José Lucio Fonseca Rocha [10 set. 2019], Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal.



rápidos, trouxeram consequências e mudanças inesperadas, sem falar em danos ao ecossistema com o aumento de deslizamentos de terra em regiões dominadas pelo plantio de bananeira. Dona Mônica, que administra o sítio São Roque, em Mulungu, explicou de maneira detalhada um pouco desses impactos.

**Leonardo:** [...] assim dona Mônica, a senhora... Eu sei que o São Roque aqui ele não adotou as coisas do IBC, mas essa chegada do IBC na serra, as retiradas dos cafés mesmo não sendo no São Roque, mas sendo em boa parte do café da serra, a senhora acha que impactou muito?

**Dona Mônica:** Demais!

**Leonardo:** Assim, até no sítio São Roque mesmo e a cafeicultura na serra? porque eu sei que por exemplo...

**Dona Mônica:** Porque quando você tem um setor forte você tem mais visibilidade, então imagine uma cidade que 100% das pessoas plantavam café e de repente fica só 20 pessoas plantando café.

**Leonardo:** Impacta muito?

**Dona Mônica:** Impacta. Qual é a força que você tem? né, é o pessoal acha que é muito mais fácil plantar banana que café, mais rápido, mas você sabe que tem época que um milheiro de banana é 20 reais, é um valor divisório, “há mais dá o ano todo”, mas não é valorizado. [...]. Dá não, dá não... Olhe pra você ter o preço de uma saca de café é.... eu não sei quantos milheiro tem que vender. Por exemplo, uma época dessa o café tá em torno de 1.200. 1000 bananas semana passada vendia a R\$ 40,00.

**Leonardo:** Teria que ser uns....10... 30 milheiro de banana.

**Dona Mônica:** Ou mais.

**Leonardo:** Ou mais. É um valor desproporcional.

**Mônica:** Desproporcional, né. E assim, e... com o plantio das bananeiras no lugar do café teve muito desmoronamento de... dos morros daqui né. Porque uma coisa é você plantar o café que tem uma raiz profunda e você planta as outras árvores que concentra, outra coisa é você tirar isso tudinho e plantar só bananal que tem uma raiz rasa. Quando começa a ter vento nessa época aqui, é só uma bananeira virando. Você passa aí pelas ruas, pelas... Onde tem bananeira junto com café não acontece isso.<sup>81</sup>

Houve sítios que mantiveram o cultivo de café, em suas práticas. Porém, mesmo sem adotar as práticas intervencionistas do IBC, tais propriedades sentiram os impactos do projeto modernizador e de seus reveses. A fala de Dona Mônica nos ajuda a compreender como a cafeicultura e os modos de vida de diversas pessoas foram impactados, mesmo não relacionando-se diretamente. Além disso, como é possível perceber, a ideia de lucratividade mais rápida com a bananicultura acabava sendo enganosa, principalmente pelo fato de que este produto era consideravelmente mais barato que o café. Ao fazer o comparativo entre 1 milheiro de bananas e 1 saca de café logo se via a discrepância de valores, o que acarretou muito mais trabalho por parte dos camponeses para alcançar uma igualdade em relação ao café que foi retirado.

Outro problema que foi citado por dona Mônica se relaciona com o deslizamento de morros causado pelo plantio desenfreado de banana nos antigos roçados de café. O modelo

<sup>81</sup> Entrevista realizada com Mônica Maria Bezerra Farias [21 jul. 2023], Mulungu, Ceará. Acervo Pessoal.

de bananicultura serrana baseia-se no plantio a pleno sol, sem a presença de mata nativa ou adaptado a um modelo agroflorestal, semelhante ao modo de plantio pensado pelo IBC para o novo tipo de café. De acordo com Oliveira (2012), as “técnicas agrícolas rudimentares e cultivos em vertentes íngremes” causam o “desencadeamento de impactos negativos como: processos erosivos, torrencialidade do escoamento superficial, deslizamentos de terra [...]” (Oliveira, 2012, p. 129).

O modelo agroflorestal poderia ser uma alternativa também para a bananicultura, pois, além de proteger o solo do contato com a chuva, auxilia na manutenção dos nutrientes essenciais e na diminuição da erosão (Lima, 2005, p. 48). Dona Mônica destacou esse plantio consorciado no fim de sua fala, envolvendo árvores, o café e a banana e destacando a dificuldade de acontecerem situações adversas nesse modelo de plantio. Contudo, o cultivo de bananas acabou se mantendo nesse formato, o que acaba sendo perigoso pelo fato de causar, além de desgaste dos solos e dos ecossistemas, destruição de propriedades e até mortes.

Não podemos falar, mesmo observando todos esses aspectos, que a cafeicultura da Serra de Baturité foi extinta. Ocorreu um declínio da produção de café na década de 1980-90, e muitos produtores acabaram deixando de lado o cultivo do gênero rubiáceo. Sales afirma que, atualmente, é “raríssimo o café produzido, a não ser os dos velhos cafeeiros botadores colhidos por agricultores”. Contudo, de fato, ainda há alguns produtores que mantêm produções pequenas visando a venda para “projetos que envolvam a pequena e média indústria do café orgânico” (Sales, 2014, p. 157). Ou seja, a cafeicultura serrana também foi ressignificada dentro desse quadro de mudanças, visando atender demandas específicas. Em conversa com Dona Cláudia, ela aborda de maneira detalhada essas mudanças, explicando que:

Eu digo que nós estamos vivendo um terceiro ciclo do café, por quê? O primeiro ciclo foi quando o café chega aqui. [...] Começou a ter um segundo ciclo do café, que é o café de sombra, como a gente tem até hoje [...]. Nessa década [anos 1970-80], né, que o IBC entrou aqui e fez toda essa transformação no café. E aí, muita gente desistiu do café. Aí, eu digo, a gente está vivendo um terceiro ciclo do café, por quê? Porque se descobriu o valor do café, outras tecnologias de como lidar com o café, o café hoje. Porque, me perguntam, por que a senhora não tem mais, tem os roçados de café tão abandonados? Porque precisa de muita mão de obra, que é muito difícil hoje aqui na serra. Precisa de um investimento grande, porque o café não se deve mais colocar-se na faxina. Pra você ter um café especial, como é hoje vendido, chega a ter sacas de café, vendendo a 10, 15 mil reais, uma saca de café. Porque os cafés hoje são postos para... já fizeram muitos testes, secar no forno, de descascar o café e nada deu resultado. Então, o café tem que ter aquele tempo dele de escolher os cafés maduros, separar do café que não está tão maduro, colocar em canteiros suspensos, com tela. E tem toda uma mão de obra, que eu ainda pretendo explorar isso em uma pequena área pra gente ter esse café de qualidade, que é um café especial. E hoje em dia está difícil essa mão de obra aqui na serra, em todo canto.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Claudia Maria Mattos Brito de Goes no dia 20 de julho de 2023. Pacoti. Ceará. Acervo Pessoal

Durante a conversa com dona Cláudia, foi possível perceber como ela traz em suas palavras um viés memorialístico, sempre trazendo ao diálogo referências a outras pessoas, leituras feitas por ela, além da organização periódica da cafeicultura serrana. A fala que observamos acima elucida bem esse exemplo, quando ela menciona a existência de 3 ciclos produtivos do café: o primeiro corresponde ao movimento de ocupação da Serra na primeira metade do século XIX com a chegada do café até o esgotamento dos solos, no início do século XX; o segundo ciclo corresponde a implantação do sombreamento de cafezais, no início do século XX até os insucessos das políticas do IBC nos anos 1970-80; e o terceiro ciclo seria dos anos 1990 até hoje, quando os modos de cultivar o café foram modificados.

Alguns sítios mantiveram sua produção de café em meio às intempéries causadas pelas políticas do IBC. Essas propriedades, que inclusive já citamos anteriormente, como o Sítio São Roque em Mulungu e o Sítio São Luís em Pacoti, não adotaram as práticas intervencionistas e não trocaram sua cultura agrícola. Contudo, na metade final da década de 1980 e o início dos anos 1990, para além dos desafios existentes, como a perda de força da cafeicultura, a questão migratória e os reveses das práticas intervencionistas, a chegada de alguns discursos e imperativos acabaram por ressignificar a cultura cafeeira ainda resistente em alguns sítios da Serra de Baturité.

O imperativo ambientalista se efetivou com a “criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, através do decreto 20.956 de 18 de setembro de 1990”, que visava justamente combater “os impactos relacionados às atividades agrícolas, que até então eram as principais atividades desenvolvidas” (Bastos, 2011, p. 85). A implicação da legislação possuía um alvo, dentre vários outros: as práticas tradicionais de diversos camponeses, que tiravam sua subsistência do campo. A nova legislação apresentou-se como conflituosa, principalmente para os produtores que se deparavam com o “questionamento: produzir sem expandir?” (Alcantara, 2009, p. 128).

O discurso ambientalista emergiu nas últimas décadas do século XX com objetivo de desenvolver novas formas de “transformação social” com o objetivo de inserir “novas perspectivas de valor e conscientização das populações sobre a questão ambiental”. De acordo com Rachel de Souza Martins, essa perspectiva relaciona-se com uma “proposta de ressignificação” visando produzir “uma nova racionalidade produtiva” (Martins, 2015, p.144). Levando em consideração as contribuições de José Augusto Pádua, o ambientalismo que surge a partir da década de 1970 passa a ser “ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização”. A perspectiva do “desenvolvimento sustentável” (Dean, 2004, p. 347-350), que

nasce a partir de ideologias externas que acabam sendo inseridas no Brasil, à semelhança da ideologia modernizadora que foi incorporada na agricultura, acabou chegando também na região serrana. O dilema no qual caiu o produtor do café, atrelado à perspectiva do “produzir sem expandir” apresentada por Alcantara (2009), demonstra isso.

O desenvolvimento do café orgânico partiu dessa busca que visou atenuar interesses. O novo modelo sustentável, potencializado dentro do discurso ambientalista, recebeu, de acordo com Farias (2023, p. 65), “investimentos em tecnologia, organização de cooperativas, aplicações de verbas e fundos perdidos”. Algumas práticas, como o sombreamento dos cafezais e a estrutura de agricultura familiar, com sítios desenvolvendo seu plantio junto a seus agregados, acabou se mantendo, com o plantio consorciado e garantido também o plantio de gêneros relacionados à subsistência, como o feijão e o milho; algumas árvores frutíferas e também algumas culturas voltadas para o lucro como o chuchu e a banana (Ribeiro; Rufino, 2018, p. 524).

Contudo, o foco relacionado a uma produção que obedecesse a padrões ecológicos e de controle de qualidade, para incentivar uma “comercialização independente”, “que não remunerava o produto por suas características especiais” de plantio e beneficiamento, “mas ao contrário, o nivelava com outros convencionais (café produzido ao sol) e de menor qualidade” (Amorim, 2019, p. 63). Nisso, associações locais foram criadas, como a Associação dos Produtores Ecologistas do Maciço de Baturité – APEMB; o Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente – CEPEMA e, por último, no ano de 2017, a Associação AFLORA Café. Todas essas associações foram desenvolvidas visando valorizar o potencial ecológico da cafeicultura sombreada praticada na região serrana.

O novo modelo de café “ecológico” e sustentável passou a não mais ser equiparado ao “café comum”, vendido na indústria e de padrão menor. O *arábica typica* produzido nas propriedades remanescentes da Serra de Baturité recebeu certificações de qualidade (Farias, 2023, p. 65-67). Porém esse processo de especialização e gourmetização da cafeicultura serrana potencializou um distanciamento por parte dos diversos sujeitos camponeses da Serra de Baturité da tradição cafeeira serrana, que acabou se tornando cada vez mais socialmente recortada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos falar que a cafeicultura da Serra de Baturité chegou ao fim. Muito pelo contrário, essa atividade agrícola acabou passando por processos de ressignificação que a fizeram seguir novos pressupostos e demandas, mas que causaram o distanciamento dos camponeses com sua cultura local. Atualmente, ainda existem nos municípios serranos diversos homens e mulheres que, durante sua juventude ou em sua vida adulta, apanharam café em sítios próximos de suas casas ou não e que possuem marcados em suas memórias lembranças – algumas afetivas e romantizadas, outras carregadas de dissabor e marcas do trabalho pesado.

As ressignificações que a cultura cafeeira serrana sofreu trouxeram fôlego e sobrevivência a sítios e produtores locais, dando a esses um novo sentido produtivo e uma nova roupagem, contudo tais modos de se compreender a cafeicultura auxiliaram em um distanciamento entre os diversos sujeitos do café de uma cultura que para eles era tão similar e única, principalmente pelo fato de ser uma definidora de identidades. Não foi apenas o processo de especialização da cafeicultura, mas também os novos rumos econômicos da Serra de Baturité que acabaram causando esse distanciamento.

Além de a criação da lei da APA da Serra de Baturité em 1990 e a chegada do imperativo ambientalista, novos rumos produtivos foram pensados e não apenas em relação a cafeicultura da Serra de Baturité, mas para toda a dinâmica econômica existente. O aumento do fluxo migratório rumo a Fortaleza, a questão geracional citada por dona Cláudia e os novos imperativos do desenvolvimento sustentável acabaram dificultando a recuperação dessa cultura agrícola como atividade primária e acessível aos camponeses que ainda habitavam a região e sobreviviam por meio da subsistência. Em meio a tantos desafios e em relação ao dilema da produção sem expansão, um outro imperativo acaba ganhando espaço e influência e sendo um ator que ajuda na ressignificação da cafeicultura serrana: o imperativo turístico.

O processo de crescimento e de “afirmação do turismo” na região da Serra de Baturité foi iniciado ainda em meados da década de 1970. De acordo com Frederico Bastos:

Quando se trata de turismo no maciço de Baturité, pode-se afirmar que já existiam, antes da década de 1990, importantes hotéis tradicionais como o Remanso Hotel de Serra e o Hotel Macapá, sendo que este último já não existe mais. Porém o turismo desenvolvido na serra era muito restrito e o grande atrativo estava relacionado às potencialidades paisagísticas e ao clima ameno. (Bastos, 2011, p. 86).

Como dito por Bastos (2011), a Serra de Baturité e em especial o município de Guaramiranga já se apresentavam como potenciais referenciais turísticos. Contudo, é a partir da década de 1990 que “são explorados outros segmentos turísticos no Ceará e o fluxo turístico

passa a descentralizar-se em direção às serras”, começando a se destacar como ponto de referência, passando a serem destaques “turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de eventos e turismo de raiz”. Ou seja, principalmente no município de Guaramiranga, mas em toda a região serrana, a atividade turística passou a definir rumos econômicos e políticas públicas em diversos sentidos (Oliveira, 2016, p. 319).

A partir da década de 1990 também se desenvolveu uma especulação imobiliária atrelada ao turismo, com o aumento de investimentos tanto do setor público quanto privado. Enquanto ocorreu o declínio da cafeicultura como atividade primária, os setores turísticos começavam a se desenvolver, mas sem ainda envolver a cultura cafeeira existente e desenvolvida na Serra. A região passou a ser o “local de veraneio”, o que aumentou consideravelmente também a especulação imobiliária.

O aumento da especulação imobiliária que avançou de maneira descontrolada pelas regiões serranas, mesmo com a existência de legislação específica para construções, é alvo de problematização do pesquisador Javan Pires dos Santos em seu trabalho de mestrado. Ele analisa como o ambientalismo existente na região serrana acabou sendo permissivo com “grupos dominantes” que constroem seus “castelos de veraneio” no meio da serra, enquanto que os nativos dos municípios da Serra de Baturité são “marginalizados” em suas tentativas de sobrevivência e desenvolvimento (Santos, 2008).

A cafeicultura serrana passou a ser efetivamente inserida dentro do discurso e das práticas turísticas a partir dos anos 2010, quando se desenvolveu a “rota do café verde”, criada no ano de 2015 pelo “Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com as prefeituras, empreendedores locais, proprietários de sítios, fazendas e meios de hospedagem.” Os sítios remanescentes outrora citados – Sítio São Roque e Sítio São Luís – integram essa rota, além de outros sítios como “o Sítio Águas Finas e Fazenda Floresta (Guaramiranga)” e também o “Sítio Caridade dos Jesuítas (Baturité)” (Ribeiro, 2023, p. 31-33).

Podemos notar como a cafeicultura da Serra de Baturité passou por profundas intervenções e ressignificações. Desde a chegada da modernização empreendida pelo Instituto Brasileiro do Café em meados da década de 1960, diversos discursos que buscaram atribuir um sentido econômico inserido às dinâmicas capitalistas para essa atividade que já é bicentenária. Contudo, assim como o discurso modernizador, muitos dos imperativos pensados, como o imperativo ambientalista e o do turismo acabaram não levando em consideração os diversos sujeitos camponeses que viviam da cafeicultura e que a partir dessa atividade desenvolveram sociabilidades, afetos, costumes e dinâmicas cotidianas.

O declínio dessa atividade na década de 1980-90 causou um distanciamento cultural por parte de muitos sujeitos – inclusive de novas gerações – que pouco conhecem acerca da tradição cafeeira serrana. Algumas tentativas de aproximação são desenvolvidas, como a criação do Centro de Referência do Café Sombreado, no município de Baturité, no ano de 2022, (Ribeiro, 2023) e ações empreendidas pelo Ecomuseu de Pacoti. Contudo, ainda são ações limitadas, sendo principalmente a primeira voltada para o público turístico.

A cafeicultura serrana envolveu durante muitos anos diversos sujeitos. Mesmo com o crescimento atual dessa prática, muito alavancada pelo ideal turístico, existem experiências diversas de homens e mulheres que ajudaram a compor este trabalho de maneira direta e indireta. Além disso, muitos trabalhos tem sido desenvolvidos nos últimos anos visando compreender, a partir de diferentes áreas do conhecimento, a importância dessa atividade para a região serrana como prática econômica, mas também como formação cultural e identitária. A cafeicultura ainda presente e resistente na Serra de Baturité, mesmo tendo sofrido mudanças e ressignificações, constitui-se como patrimônio cultural e imaterial da região e do próprio Estado do Ceará.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 296 p.

ALBERTI, Verena. “A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC”. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE. 21., 1998. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/FIOCRUZ, 1998. v.1. p. 509-515.

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e Sombra: o café do Maciço de Baturité Numa Perspectiva Ecológica e Socioeconômica**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Fortaleza, 2009.

ALEMÃO, Francisco Freire. Povoamento da Serra de Baturité. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldyr. (org.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão: catálogo e transcrição**. 1961, v. 81.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ALVES, G. A ironia da modernização: o "sujeito" capital como estranhamento universal. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/956>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ALVES, G.; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência? Um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53–70, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-922>. 2.2013v5n10p53. Acesso em: 10 jan. 2024

AMORIM, Mônica Amorim. **A paisagem como instrumento de valorização de produtos de montanha: a experiência do café sombreado do maciço de Baturité, Ceará**. 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

AMORIM, Mônica Amorim; ASSIS, R. L. DE. A experiência de produção de café na Serra de Baturité – Ceará: aprendizado empírico e os reveses causados pelas políticas cafeeiras do Brasil. **Boletim de Geografia**, [S. l.], v. 39, p. 459-476, e61711, 21 abr. 2022.

ANSART, P.; DAS GRAÇAS, M. História e memória dos ressentimentos. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 209–232, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/14660>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BARTH, Michele; RENNER, Jacinta Sidegum; MARTINS; Rosemari Lorenz; SILVA, Denise Regina Quaresma da. Agricultura Familiar: características ergonômicas das atividades



e impactos na saúde dos trabalhadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 471-496, 2016.

BASTOS, Frederico de Holanda. **Guaramiranga**: Caminhos para o planejamento e gestão ambiental. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 140p.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição Camponesa e modernização: Experiência e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Instituto Brasileiro do Café**. Relatório 1971. Brasília, DF: Ministério da Indústria e Comércio, 1972.

CAMPOS, José Arimatéia. **Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do Maciço de Baturité**. Fortaleza: CEPEMA, 2000.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Dos homens sendo e tornando-se**: Tradição e experiência em E. P. Thompson. 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2002.

CASTILHO, DENIS. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 30, p. 125-140, 2011.

CATÃO, Pedro. Baturité (Subsídio Geográfico, Histórico e Estatístico). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. LI, 1937.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e coordenação. **A unidade espacial de planejamento de Baturité**: Departamento de desenvolvimento microrregional. Fortaleza: SUDEC, 1974.

CEREDA, Allan Mateus. **Trabalhadores da carne: mundo do trabalho e conflitos de classe na charqueada/frigorífico São Domingos em Jaguarão-RS (1950-1980)**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2021. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5874>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CHAVES, José Olivenor S. **Atravessando os sertões**: memória de velhas e velhos camponeses do Baixo Jaguaribe. 2002. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-164.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Mais café com maior produtividade: A meta da política de produção cafeeira. **Conjuntura econômica**: Estudo Especial, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 87-89, dez. 1973.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 273-344.

COSTA, Juliana; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331107, 30 jun. 2023.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e cartografias de memórias: trabalho e migração de cearenses para Enterrios (PI) – 1940 - 1970**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2018.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: Revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta. M.; AMADO, Janaina de M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 11, p. 149-164.

DALASTRA, Fernando Galant. **Sombreamento arbóreo na produção do café**. 2014. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) – Universidade Federal de Grandes Dourados, Dourados, 2014.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, [S. l.], v. 6, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Periscópio. **Diário de Pernambuco**, [S. l.], p. 12, 15 jun. 1971: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Auto-suficiência em café. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 8, 31 out. 1972. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20 jan. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Ceará vai plantar mais café. **Diário de Pernambuco**, Recife, PE. p. 25, 14 set. 1975. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 16 jan. 2023.

DORNELAS CÂMARA, Bruno Augusto. Um ofício da escravidão: o trabalho dos feitores no Brasil oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1–25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/86798>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DOS SANTOS, S. C.; COQUEIRO, J. C. P. A paisagem e o lugar percebidos pela memória. **Revista de estudos de literatura, cultura e alteridade - Igarapé**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2327>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 141–174, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30143>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ESTRADA DE BATURITÉ. **O cearense**. Fortaleza: Estrada de Baturité, 1865. Disponível em: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FARIAS, Francisco Marcélio de Almeida; FARIAS, Francisco Marcélio de Almeida. **200 anos do nosso café**. Fortaleza: Editora Uiclap, 2023. 77 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e aum. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERREIRA, A. P. de M.; MESQUITA, H. A. de. O sentido do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo: paradigmas em debate. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1667>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FREIRE OLIVEIRA, Ana. Karolina. O tempo do luto e o luto do tempo: as artes de lembrar e narrar o ausente nas memórias de Evelize Silva Costa. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 24-43, 2023. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/469](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/469). Acesso em: 6 fev. 2024.

FREIRE, L. M.; DE SOUZA, M. J. N. Geografia e questão ambiental no estudo de paisagens de exceção o exemplo da Serra de Baturité-Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 129–150, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/5230>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2000.

GRIM, Mônica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981\\_ARQUIVO\\_MonicaGrinarti\\_goressentimentoanpuh.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981_ARQUIVO_MonicaGrinarti_goressentimentoanpuh.pdf). Acesso em: 2 jan. 2024.

GRUPO EXECUTIVO de Racionalização da Cafeicultura. **Revista das Classes Produtoras**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 950, ago. 1963. p. 52.

IPLANCE. **Oportunidades de investimento na cafeicultura do Ceará**. Fortaleza: IPLANCE, 1977. 71 p. 13.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: KHOURY, Y. A. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 123-140.

LAFER, Celso. O convenio internacional do café. **Revista Da Faculdade De Direito**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 285-340, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676>.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. p. 1-16, Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodi-reito/anais/2017/4-3.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LEAL, Vinícius Barros. **História de Baturité, época colonial**. [S. l.]: SECULT, 1980. p. 85.

LEBRÃO, Jemeffer souza. **As mulheres do café em Vitoria da conquista: a dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana**. 2016. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11569?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11569?locale=pt_BR). Acesso em: 8 fev. 2022.

LIMA, Daniel Cassiano. **A bananicultura na área de proteção ambiental da Serra de Maranguape-CE e suas implicações no ambiente físico, humano e na biodiversidade**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LIMA, Esperidião de Queiroz. **Antiga Família do Sertão**. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 110.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. **Café: subsídios a implantação de um programa de incremento à cafeicultura no Estado do Ceará**. Fortaleza: Conselho Estadual de Planejamento Agrícola, 1971.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)**. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida. **Notas a Lápis**. Fortaleza: Salesianas, 1952. p. 126.

MACIEL, Dhenis Silva. Impressões da Cólera: Jornais cearenses nos tempos da peste. (1855 - 1863). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 15., 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: EEHC, 2016.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 23, mar. 1991.

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 316 p.

MARTINS, Rachel de Souza. Ambientalismo e sustentabilidade: um olhar sobre o discurso ambiental. **Revista NORUS: Novos rumos sociológicos**, Pelotas, v. 3, n. 4, p. 138-154, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/6904>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MEDEIROS, Cléryston Rafaell Wanderley de. **Uso das culturas e ressignificação das "identidades" na região do seridó norte-rio-grandense: dimensões simbólicas, artes de fazer e representações na festa de Sant'Ana de Caicó**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade

Federal de Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jsui/handle/riufcg/6366>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: História oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MENEZES, Marilda A. Memória de infância de mulheres e homens camponeses. **Trajetos: revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 185-207, 2002.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis**. 2003. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9812?mode=full>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MOURA, Auricharme Cardoso de. **Política desenvolvimentista e mundo dos trabalhadores: hegemonia e contra-hegemonia às margens do Rio Gorutuba (1950-2016)**. 2019. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MOURÃO NETO, Gonçalo Soares. **Nas tramas da Academia: o Centro de Ciências Agrárias da UFC como agente de modernização da agricultura no Ceará (1956-1978)**. 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2538/projeto/DISSERTACAO\\_GONCALO\\_NETO.pdf](https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2538/projeto/DISSERTACAO_GONCALO_NETO.pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo de fatura e tempo de famitura no litoral do Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 2, p. 23-33, maio-ago. 2006. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/1402>. Acesso em: 9 jan. 2024.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. 2018. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2018.

NEVES, L. de A. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, [S. l.], v. 3, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>. Acesso em: 28 jan. 2024.

NOVAES, Roberta. Aqui todo mundo é parente: memória, família e distinção em comunidades camponesas no Norte de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-27, set. 2022.

NUNES, Emanuel Márcio; GONDIM, Maria de Fátima Rocha; SILVA, Márcia Regina Farias da. Identidade e reestruturação produtiva nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 137-166, fev. 2019.

O GLOBO (Paraná). **Veneno proibido no Brasil é levado do Paraná ao Rio para ser incinerado**. Curitiba: O Globo, 2009. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/veneno-proibido-no-brasil-levado-do-parana-ao-rio-para-ser-incinerado-3201254>. Acesso em: 5 fev. 2024.

O GRUPO EXECUTIVO de Racionalização da Cafeicultura. **Revista das Classes Produtoras**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 950, ago. 1963. Disponível em: [docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis&pagfis&pagfis](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis&pagfis&pagfis). Acesso em: 10 nov. 2022.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. Os anuários e a construção da nova imagem do Ceará (1950 – 1970). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3., 2012, Fortaleza. **Anais**. [...] Fortaleza: UFC, 2012.

OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa de. **Avaliação e mapeamento dos impactos nos sistemas ambientais no Maciço de Baturité**: o caso do município de Pacoti. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Abreu de. Planejamento regional e políticas públicas de turismo na macrorregião turística serras úmidas, Baturité, Ceará, Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, p. 318 - 330, jul. 2015. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/480>. Acesso em: 16 abr. 2024.

OLIVEIRA, Venâncio Sousa de. **Para além dos barrações**: experiências de camponeses do Baixo e Médio Jaguaribe alistados em obras de emergência (Ceará-1958). 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: Notas sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, Clifford A. *et al.* (org.). **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas: Unesp, 2009. v. 1, cap. 11, p. 203-215.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1686/5880>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PEREIRA, Mônica C.B. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Trad. de Dora Rocha Flaksman. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, [S. l.], v. 1, n. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**: cultura e representação, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

QUEIROZ, Rachel de. Agricultura. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 2 jul. 1973. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Harley. Da reprodução social da unidade familiar camponesa: um estudo de caso no vale do Tocantins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230202, ago. 2022.

RIBEIRO, Sofia Regina Paiva. **Aspectos eco-socioeconômicos do cultivo do café sombreado na serra de Baturité, Ceará, Brasil**. 2023. 145 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2023.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–22, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/7102>. Acesso em: 19 fev. 2024.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da memória**: narrativas da seca no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 317 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10325>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIOS, Kênia Sousa. **Os usos da narrativa**: escrita e oralidade. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. 92 p

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro do café**. 1995. 221 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SAES, M. S. M.; SOUZA M. C. M. de; OTANI, M. N. Equívocos de Pacotes Tecnológicos: o exemplo de Baturité. **Boletim de Informações FIPE**, São Paulo, n. 246, p. 27-30, 2001. Disponível: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=261>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SALES, Francisco Levi Jucá. **Pacoti**: História e Memória. Fortaleza: Editora Premium, 2014.

SALES, Francisco Levi Jucá. **Práticas missivistas íntimas**: correios, sensibilidades e sociabilidades em Pacoti–CE (1914-1920). 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e

Cultura) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação em História e Cultura, Fortaleza, 2018.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Francisco José Lustosa da. **Anuário do Ceará**. Fortaleza: Stylus, 1974.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise do trabalho na cafeicultura de vitória da conquista - Bahia**. 2016. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Geografia, João Pessoa, 2016.

SANTOS, H. P. dos *et al.* **Princípios básicos da consorciação de culturas**. Passo Fundo: EMBRAPA, 2007. 28 p.

SANTOS, Javan Pires dos. **Rascunhos impressos em verde**: reflexões sobre a chegada do ambientalismo em Pacoti-CE. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2008.

SANTOS, N. A. dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista De Políticas Públicas**, [S. l.], v. 20, p. 331–338, 2017.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia, São Paulo, 2008.

SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.75-114, jun. 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SCOTT, J. C.; MENEZES, M. A. de; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. História oral como arte da escuta, de Alessandro Portelli. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 41, p. 238–243, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6917>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. 4. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015. p. 215-236.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Juliani Borchardt da; COLVERO, Ronaldo Bernardino; KNACK, Eduardo Jordão. Verdade e imaginação em narrativas orais: multivocalidades e construções memoriais na prática dos benzimentos na localidade de São Miguel das Missões/RS. **Sillogés: Dossiê**



**História da Saúde: Instituições, Patrimônios e Acervos**, Por Alegre, v. 2, n. 2, p. 422-435, 2019. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/56>. Acesso em: 12dez. 2023.

SILVA, Lucas F.; CORTEZ, José G. A Qualidade do Café no Brasil: histórico e perspectivas. Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, [S. l.], v. 15, n.1, p.65-91, jan./abr. 1998.

SILVA, Luís César da; MORELI, Aldemar Polonini; JOAQUÍN, Tito Nahun Macilla. Café: Beneficiamento e industrialização. In: MARCOLAN, Alberto Luiz; ESPINDULA, Marcelo Curitiba (org.). **Café na Amazônia**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2015. cap. 17, p. 385-398.

SOARES, Igor de Menezes. **Uma via para a prosperidade: a estrada de ferro de Baturité e o Ceará (1836-1872)**. 2015. 344 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, Nidyane Costa de. **Avaliação da rentabilidade do café ecológico**, sob condições determinista e de risco: O caso da APA de Baturité. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Programa e Pós-graduação em Economia Rural (MAER), Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2008.

SOUZA, Simone (coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

SPAVANELLO, R. M; DE AZEVEDO, L. M.; VARGAS, L.P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291>. Acesso em: 5 fev. 2024.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 410 p.

STUDART, Barão de. Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XLII, p. 93-102, 1928.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de gênero e a história das mulheres camponesas. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2009. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/143/160>. Acesso em: 17 jan. 2024.

TEIXEIRA, Karoline Viana. O corpo e o outro: o conflito de sensibilidades no diário de viagem de Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão Científica (1859-1861). In: CARVALHO, Daniel Alencar de; OLIVEIRA, Gilberto Gilvan Souza; BRAÚNA, José Dércio; ALMEIDA NETO, José Maria (org.). **Em torno da narrativa**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 177-194.

TENÓRIO, Rosa Maria Farias. **Vozes femininas e processos de formação humana**: entre as flores do café e os espinhos da vida. 2013. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13300?mode=simple>. Acesso em: 16 jan. 2024.

THOMPSON, Alistar. **Recompondo a Memória**: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, 1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

THOMPSON, E. P. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2012. 286 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1**: a árvore da liberdade. Trad. de Denise Bottmann. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

VALE, A. R. do; AMARAL, J. D. F. do; RAIMUNDO, G. Traçando o perfil das mulheres da agricultura familiar produtora de café orgânico no município de Poço Fundo-MG. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 36, p. 36–55, jul. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52198>. Acesso em: 6 fev. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. 464 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420p.

WOLFART, Cintia. **"O novo já nasce velho"**: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

WOORTMANN, Ellen. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Florianópolis: Editora UFRGS, 2007. p. 177-198.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negoceia: o camponato como ordem moral. **Tempo Brasileiro**, Brasília, v. 12, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e camponato (1990). In: WELCH, Clifford A. *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Unesp, 2009. v. 1, cap. 12, p. 217-238.

ZANCHI, Verence; ETGELS, Virginia Elisabeta. A ressignificação do alimento no contexto do desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 9., 2019, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do

Sul: Editora UNISC, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/issue/view/130/showToc>. Acesso em: 22 fev. 2024.

## APÊNDICE A – TIPOGRAFIA DE FONTES

### Entrevistas

Claudia Maria Mattos Brito de Goes (Entrevista realizada em 20/07/2023)

Eduardo Soares Lopes (Entrevista realizada em 23/07/2023)

Efigênia Ferreira Freitas (Entrevista realizada em 21/09/2019)

José Lucio Fonseca Rocha (Entrevista realizada em 10/09/2019)

Maria Batista Filha (Entrevista realizada em 28/07/2023)

Maria Branca Lima Inácio (Entrevista realizada em 07/09/2019)

Maria José Pereira Barros (Entrevista realizada em 23/07/2023)

Mônica Maria Bezerra Farias (Entrevista realizada em 21/07/2023)

Naíde Marques de Oliveira (Entrevista realizada em 07/09/2019)

### Manuais de planejamento e relatórios oficiais

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Instituto Brasileiro do Café**. Relatório 1971. Brasília, DF: Ministério da Indústria e Comércio, 1972.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e coordenação. **A unidade espacial de planejamento de Baturité**: Departamento de desenvolvimento microrregional. Fortaleza: SUDEC, 1974.

IPLANCE. **Oportunidades de investimento na cafeicultura do Ceará**. Fortaleza: IPLANCE, 1977. 71 p. 13.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. **Café**: subsídios a implantação de um programa de incremento à cafeicultura no Estado do Ceará. Fortaleza: Conselho Estadual de Planejamento Agrícola, 1971.

### Revistas e publicações periódicas

STUDART, Barão de. Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, t. XLII. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1928. p. 93-102.

O GRUPO EXECUTIVO de Racionalização da Cafeicultura. **Revista das Classes Produtoras**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 950, ago. 1963. Disponível em: [docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis&pagfis](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis&pagfis). Acesso em: 10 nov. 2022.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Francisco José Lustosa da. **Anuário do Ceará**. Fortaleza: Stylus, 1974

### Obras memorialísticas e relatos etnológicos

ALEMÃO, Francisco Freire. Povoamento da Serra de Baturité. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldyr. (org.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão: catálogo e transcrição**. 1961, v. 81.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

LIMA, Esperidião de Queiroz. **Antiga Família do Sertão**. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 110.

LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida. **Notas a Lápis**. Fortaleza: Salesianas, 1952. p. 126.

### Fontes Hemerográficas

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Auto-suficiência em café. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 8, 31 out. 1972. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20 jan. 2023

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Ceará vai plantar mais café. **Diário de Pernambuco**, Recife, PE. p. 25, 14 set. 1975. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 16 jan. 2023

ESTRADA DE BATURITÉ. **O cearense**. Fortaleza: Estrada de Baturité, 1865. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Periscópio. **Diário de Pernambuco**, [S. l.], p. 12, 15 jun. 1971: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

QUEIROZ, Rachel de. Agricultura. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 2 jul. 1973. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2023.